

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Pedro Jardel Fonseca Pereira

Entre o Nordeste e São Paulo: as travessias dos migrantes nordestinos, o controle da mobilidade e o enfrentamento da insegurança estrutural
(1930 – 1960)

Juiz de Fora
2025

Pedro Jardel Fonseca Pereira

Entre o Nordeste e São Paulo: as travessias dos migrantes nordestinos, o controle da mobilidade e o enfrentamento da insegurança estrutural
(1930 – 1960)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Linha de pesquisa: Política, Mercado e Trabalho.

Orientadora: Dra. Valéria Marques Lobo

Juiz de Fora
2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pereira, Pedro Jardel Fonseca .

Entre o Nordeste e São Paulo : as travessias dos migrantes nordestinos, o controle da mobilidade e o enfrentamento da insegurança estrutural (1930 – 1960) / Pedro Jardel Fonseca Pereira.

-- 2025.

300 p. : il.

Orientador: Valeria Marque Lobo

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2025.

1. Migrantes Nordestinos . 2. Política Migratória. 3. Controle da Mobilidade. 4. Insegurança Estrutural . 5. Montes Claros. I. Lobo, Valeria Marque , orient. II. Título.

Pedro Jardel Fonseca Pereira

Entre o Nordeste e São Paulo: as travessias dos migrantes nordestinos, o controle da mobilidade e o enfrentamento da insegurança estrutural (1930 – 1960)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em 15 de setembro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Valeria Marques Lobo - orientadora

Prof. Dr. Fernando Perllato Bom Jardim

Prof. Dr. Paulo Roberto Ribeiro Fontes;

Profa. Dra. Filomena Ribeiro Cordeiro Reis

Profa. Dr. Rodrigo Cristofolletti.



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Marques Lobo, Professor(a)**, em 15/09/2025, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Jardel Fonseca Pereira, Usuário Externo**, em 18/09/2025, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Perlatto Bom Jardim, Professor(a)**, em 19/09/2025, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Filomena Luciene Cordeiro Reis, Usuário Externo**, em 22/09/2025, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Ribeiro Fontes, Usuário Externo**, em 30/09/2025, às 22:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PROF. 3.12: Ata de defesa c/ aprovação condicional 2608562

SEI 23071.940324/2025-19 / pg. 2



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Christofoletti, Professor(a)**, em 01/10/2025, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uff (www2.uff.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2608562** e o código CRC **6CEA358D**.

DEDICATÓRIA

Às trabalhadoras e aos trabalhadores nordestinos e norte-mineiros migrantes, que foram fundamentais para a história do Brasil.

Ao meu companheiro, Tito Oliveira, pela parceria e amparo.

À professora Regina Celia Lima Caleiro, minha primeira incentivadora e inspiração.

Ao professor Denilson Meireles, mestre e amigo de todos os momentos.

A Elenice Alquimim, pela amizade incondicional.

A Nicolý (*in memoriam*), o anjo felino que me fez companhia nestes anos de produção acadêmica.

AGRADECIMENTOS

É chegado o fim desta travessia! E, sem dúvidas, não a fiz sozinho. Foram inúmeras pessoas que, de alguma maneira, respaldaram de forma positiva minha trajetória.

À Profa. Dra. Valeria Marques Lobo, minha orientadora, que, ao longo destes anos, foi uma presença solícita, concedeu-me liberdade de escolhas, contribuindo para meu crescimento e autoconfiança. Gentil com as palavras, fez-me enxergar outras possibilidades na escrita deste texto. Ao mesmo tempo, foi respeitosa com minhas escolhas.

Ao Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado, pelos apontamentos e observações sempre repletas de serenidade e sabedoria. Ao Prof. Dr. Paulo Fontes, a quem sou profundamente grato pelos apontamentos teóricos e metodológicos. Além de ser uma grande referência, por meio das suas pesquisas, na minha trajetória acadêmica.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/UFJF), nas pessoas do Prof. Dr. Martinho Alves da Costa Junior e o Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto. Aos professores do PPGH e aos funcionários da Secretaria dos Programas de Pós-Graduação. Aos colegas de pós-graduação por fazerem parte desta trajetória.

Sou grato aos profissionais da Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes que, atenciosamente, auxiliaram-me nas investigações realizadas no *Gazeta do Norte*, especialmente à sua diretora, Filomena Luciene Cordeiro Reis, e ao estagiário Luiz Gustavo Souza Fróes. Agradeço ao professor Laurindo Mekie Pereira da Unimontes, que me acolheu para a realização do Estágio Docência.

Aos meus familiares: minha mãe, Maria da Soledade F. Pereira; meu pai, Paulo G. Pereira; meus irmãos, Karina F. Pereira, Getúlio F. Pereira, Katia M. F. Pereira; e meu sobrinho, Artur P. Fonseca. Aos cunhados, Gabriel F. Serafim e Camila Prates. E ao amor da minha vida, Claudemilson Oliveira.

Aos amigos Elenice Alquimim, Rhaenny Freitas, Jumara Azevedo, Nilmar Silva, Letícia Rocha, Silvana Borges e Belizario Carlos Rodrigues, Josiane Mendes e Guilherme Silva, Denílson Meireles, Regina Caleiro e Elisdael Oliveira.

Finalmente, agradeço imensamente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento – sem esse suporte financeiro, seria impossível concluir esta pesquisa.

“Nenhum dos movimentos migratórios em território brasileiro produziu jamais tamanha deslocação de massas humanas quanto a esse permanente movimento de oscilação que se processa entre os sertões nordestinos e a região mais próspera da lavoura paulista. Mas nenhum desses movimentos teve a característica do que em nosso tempo se desenvolve com uma regularidade extraordinária, annos a fio, como um movimento de pêndulo, partindo do nordeste para chegar a São Paulo, e daí voltando para atingir o sertão nordestino”.

(O Observador, 1939, p. 53)

RESUMO

O objetivo central desta tese é analisar os aspectos da travessia realizada pelos migrantes trabalhadores nordestinos entre o Nordeste e São Paulo, bem como compreender qual foi o destino dos trabalhadores após serem rejeitados no processo de triagem e exame médico realizados em Montes Claros. O serviço de agenciamento mantido nessa cidade pelas empresas de recrutamento de trabalhadores e posteriormente pela *Inspetoria do Trabalhador Migrante* tinha como objetivo recrutar apenas a mão de obra sadia para o estado de São Paulo. Aqueles que eram aprovados nos exames recebiam gratuitamente o bilhete de passagem no trem de ferro. No entanto, o contingente de pessoas em deslocamento retidas em Montes Claros era, em certas ocasiões, maior que aquele embarcado para o referido estado. A partir da análise das fontes: Revista do Conselho de Imigração e Colonização, o Observador Econômico e Financeiro, Revista o Cruzeiro, Jornal Gazeta do Norte, Jornal O Estado S. Paulo, dados, entrevistas e fotografias da Museu da Imigração e o livro de Seara Vermelha de Jorge Amado viabilizaram as hipóteses seguintes. Apesar de os migrantes recorrerem aos subsídios dos serviços de migração, percebem-se evidências de certa autonomia de um percentual desses sujeitos que custeavam as despesas das viagens com recursos próprios. Recorriam também aos aliciadores de mão de obra. A viagem era custeada com as verbas da *Associação das Damas da Caridade*. E ainda constam aqueles que permaneceram em Montes Claros e tiveram um papel fundamental no desenvolvimento urbano, demográfico e econômico da cidade. Pretende-se com esta pesquisa contribuir com uma análise que problematize os enfrentamentos com os quais os migrantes se deparavam durante a travessia, mediante a *insegurança estrutural*, reflexo do controle da migração. Evidenciou-se o papel das redes de solidariedade e sociabilidade nesse contexto e como os migrantes lidavam taticamente com as incertezas que surgiam durante a viagem e recorriam às estratégias que os permitiam seguir a viagem ou permanecer. Se, por um lado, Montes Claros foi um local de entreposto para os migrantes, por outro, também foi lugar de permanência.

Palavras-chave: Migrantes trabalhadores nordestinos; controle da mobilidade; redes de sociabilidade e solidariedade; Insegurança Estrutural.

ABSTRACT

The central objective of this thesis is to analyze aspects of the journey made by migrant workers from the Northeast between the Northeast and São Paulo, as well as to understand their fate after being rejected in the screening and medical examination process conducted in Montes Claros. The recruitment service operated in this city by labor recruitment companies and later by the Migrant Workers' Inspectorate aimed to recruit only healthy workers for the state of São Paulo. Those who passed the exams received free train tickets. However, the number of migrants retained in Montes Claros was, at times, larger than those embarked for the aforementioned state. Based on an analysis of the sources: the Immigration and Colonization Council Magazine, the Economic and Financial Observer, the Cruzeiro Magazine, the Gazeta do Norte Newspaper, the O Estado S. Paulo Newspaper, data, interviews, and photographs from the Immigration Museum, and Jorge Amado's book "Seara Vermelha," the following hypotheses were supported. Although migrants relied on subsidies from migration services, there is evidence of a certain degree of autonomy among a percentage of these individuals who covered their travel expenses with their own resources. They also resorted to recruiters. The journey was funded by funds from the Association of Ladies of Charity. There are also those who remained in Montes Claros and played a fundamental role in the city's urban, demographic, and economic development. This research aims to contribute to an analysis that problematizes the challenges migrants faced during the crossing, due to structural insecurity, a reflection of migration control. The role of solidarity and sociability networks in this context was highlighted, as well as how migrants tactically dealt with the uncertainties that arose during the journey and resorted to strategies that allowed them to continue their journey or remain. While Montes Claros was a place of depot for migrants, it was also a place of permanence.

Keywords: Migrant workers from the Northeast; mobility control; networks of sociability and solidarity; structural insecurity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1: Migrantes nordestinos.....	53
Fotografia 2: Migrantes nordestinos.....	53
Fotografia 3: Migrantes nordestinos recém-chegados à Hospedaria.....	82
Fotografias 4,5,6. 7: Migrantes viajando no caminhão pau-de-arara.....	93
Fotografias 8: Migrantes aguardam para comprar passagem em Monte Azul.....	110
Fotografia 9: “Emigrantes de luxo”.....	110
Fotografias 10 a 11: Mulheres migrantes.....	124
Fotografia 12: Maria Afonso da Silva.....	127
Fotografia 12: Exame médico (Hospedaria do Imigrante).....	129
Fotografia 14: Casa dos Pobres.....	200
Fotografia 15: Rio Mosquito, ponte metálica, as fogueiras de dormente para serem assentadas e a presença dos trabalhadores – 17 de maio de 1946.....	226
Fotografia 16: Trabalhadores da ferrovia - 1940.....	227
Fotografia 17: Bairro Morrinhos.....	236
Figura 1: Registro de matrícula.....	136
Imagem 1: Os assistidos pelos Vicentinos no Dispensário.....	203
Quadro 1: Demonstrativo de moléstias verificadas nas inspeções médicas.....	139
Mapa 1: Em direção a Montes Claros.....	83
Mapa 2: Em direção a Pirapora.....	83
Mapa 3: Região do Polígono das Secas.....	217

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Migrantes proprietários.....	97
Tabela 2: Quantidade de deslocamentos.....	98
Tabela 3: Alimentação fornecida pela Hospedaria do Migrante em Montes Claros.	156

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AL	Aliança Liberal
BNH	Banco Nacional da Habitação
CIC	Conselho de Imigração e Colonização
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPI	Conselho Nacional de Proteção aos Índios
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
DNOCS	Departamento Nacional Obras Contra as Secas
DNI	Departamento Nacional de Imigração
EFCB	Estrada de Ferro Central do Brasil
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITM	Inspetoria do Trabalhador Migrante
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
M.I.	Museu da Imigração
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RCIC	Revista do Conselho de Imigração e Colonização
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
Unimontes	Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
PRIMEIRO CAPÍTULO.....	35
O GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS E AS POLÍTICAS (I)MIGRATÓRIAS NOS DISCURSOS E AÇÕES DO CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO.....	35
1.1.1 (I)migrantes ideais: a política imigratória no governo Vargas.....	36
1.2 As contribuições dos intelectuais na formulação das ideias da Revista do CIC	40
1.3 A migração e a política de controle dos deslocamentos.....	62
1.3.1 Os Encargos da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas no governo Vargas.....	67
1.4 O governo de Getúlio Vargas e a reorganização da vida rural.....	70
1.5 A valorização do Nordeste na perspectiva do CIC.....	75
SEGUNDO CAPÍTULO.....	80
CAMINHOS, MEIOS TRANSPORTE E REDES DE SOCIABILIDADES.....	80
2.1 “– Vam'bora, minha gente”: a partida do sertão.....	80
2.2 A travessia no caminhão pau-de-arara.....	91
2.3 As viagens nos barcos a vapor pelo rio São Francisco.....	98
2.4 Insegurança e a resistência dos migrantes na travessia no “trem baiano”.....	106
2.5 Mulheres e Migração: trabalho e redes de sociabilidades.....	119
TERCEIRO CAPÍTULO.....	129
MONTES CLAROS COMO ENTREPOSTOS DA MIGRAÇÃO: O CONTROLE DA MOBILIDADE POR MEIO DA TRIAGEM MÉDICA.....	129
3.1 Retirantes, flagelados e mendigos: contextualizações sobre o uso dessas terminologias.....	130
3.2 A retomada da política de subsídios à mão de obra e a criação da Inspetoria do Trabalhador Migrante.....	134
3.3 A chegada dos migrantes e o exame médico.....	141
3.4 Posto Avançado da Inspetoria do Trabalhador Migrante em Montes Claros....	152
QUARTO CAPÍTULO.....	161
“[...] HERANÇA INDESEJÁVEL QUE A SECA NORDESTINA LEGOU À CIDADE”: O (DES)CONTROLE DA MULTIDÃO DE MIGRANTES.....	161
4.1 Montes Claros sob a ótica do discurso higienista e sanitário.....	162
4.2 As estratégias de controle dos migrantes que se encontravam retidos na cidade....	167
4.3 A suspensão da assistência aos migrantes pelo CIC e a intensificação da insegurança na década de 1940.....	175
4.4 Discursos e estratégias de controle do “êxodo rural” no Norte de Minas.....	185
QUINTO CAPÍTULO.....	192
A ASSISTÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS E O EMPREGO DOS MIGRANTES EM OBRAS PÚBLICAS.....	192
5.1 “Montes Claros caminha para o Centenário”: a indesejada presença dos	

migrantes no caminho da preparação para a festa dos cem anos da cidade.....	192
5. 2 Politização dos problemas sociais e a fundação da Cidade Cristo Rei com o propósito de “segregar” retirantes.....	198
5.3 Um distrito da diretoria de Obras Contra as Secas no Norte de Minas e o emprego dos trabalhadores migrantes nas obras locais.....	210
5.4 Os trabalhadores migrantes construtores da EFCB, Montes Claros-Monte Azul e a inserção do Norte de Minas na Operação Nordeste.....	222
SEXTO CAPÍTULO.....	232
A PERMANÊNCIA DOS MIGRANTES EM MONTES CLAROS E A ATUAÇÃO DOS ALICIADORES DE TRABALHADORES.....	232
6. 1 “depois da linha ou abaixo da linha?” o papel dos migrantes na expansão (sub)urbana de Montes Claros.....	233
6.1.1 “Do lado de cá da linha” também tem migrantes nordestinos em ação.	249
6. 2 Aliciadores e o recrutamento de mão de obra em Montes Claros e Norte de Minas.....	254
6. 2. 1 Outros desdobramentos do recrutamento de trabalhadores migrantes...	276
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	288
REFERÊNCIAS.....	300

INTRODUÇÃO

Existia o preconceito de que todo nordestino era portador da esquistossomose e que, para vir para São Paulo, ele deveria estar em boa saúde e até porque, se para cá vinha, era para o exercício de serviços pesados e, consequentemente, teria que ser forte, rígido e sobretudo sadio (Raimundo da Cunha Leite – Museu da Imigração - M.I., 2000).

O fragmento proferido por Raimundo da Cunha Leite, migrante nordestino natural de Juazeiro, Bahia, evidencia a triagem médica como um critério imposto aos trabalhadores que migravam a trabalho para São Paulo.

Conforme o relato do nordestino: “para embarcar, da criança ao velho, o ancião tinha que ter um atestado médico fornecido por médicos da saúde, [...] um posto de saúde implantado ali em Pirapora [e Montes Claros] para fornecer esse atestado médico. Sem esse atestado médico, o migrante não embarcava” (Raimundo da Cunha Leite – M.I., 2000).¹

As orientações do Conselho de Imigração e Colonização (CIC) confirmam a versão de Raimundo sobre a seleção realizada nos Postos de Triagem no norte de Minas Gerais². Em outras palavras, os médicos “deveriam recrutar apenas elementos válidos e efetivamente desejosos de trabalhar, braços ordeiros, sadios e operosos, de elementos úteis à coletividade” (Revista do Conselho de Imigração e Colonização – RCIC, 1943, n. 1, p. 30)³.

Os aspectos da viagem empreendida pelos migrantes nordestinos, todavia, extrapolaram o episódio do exame médico, desdobrando-se em outras circunstâncias com as quais esses migrantes se deparavam durante a viagem. Não apenas essas possibilidades investigativas se revelaram instigantes, como também destacaram a pouca ênfase dada à travessia pela historiografia.

Em parte, a pesquisadora Augusta Molinari (2017), na sua análise sobre as travessias dos imigrantes italianos para as Américas entre os séculos XIX e XX, ajuda-nos a compreender o motivo de os historiadores não se debruçarem com mais constância sobre os

¹ Propomos analisar o Posto de Triagem Médica de Montes Claros e não Pirapora. O critério que utilizamos foi com base na própria necessidade da redução do tema analisado, pois, ao incluir Pirapora, os elementos a serem problematizados ficariam mais amplos. Percebemos também que os mesmos eventos se desenrolam de maneiras diferentes em ambas. A chegada e a retenção de migrantes em Montes Claros sempre foram maiores que em Pirapora. Aquela primeira também passou a ter um papel diferente que esta última com a chegada da ferrovia, em relação ao desenvolvimento da região, por exemplo, a urbe sediou o escritório das Obras Contra Seca. Outro fator foi que Montes Claros se desenvolveu significativamente, sobretudo do ponto de vista urbano e demográfico, com a chegada dos migrantes, ao contrário de Pirapora.

² Conforme a divisão estabelecida pelo IBGE, essa área corresponde à Mesorregião do Norte de Minas. Doravante, adotaremos a designação “Norte de Minas” para nos referir a essa porção do território.

³ No ano de 1948, a Revista do CIC n. 3 publicou o artigo intitulado *O valor do exame médico do imigrante em face da política biológica*, confirmando, dessa maneira, a importância da seleção biológica nesse contexto.

eventos ocorridos durante a viagem. Segundo a autora, o principal motivo seria o “seu caráter de não lugar”.

Conforme Molinari (2017), “a viagem não é um ‘caminho’, mas apenas o parêntesis de um ‘caminho’”. No caso dos imigrantes: “É com a chegada ao país de destino que a viagem assume a característica de uma etapa do percurso migratório” (Molinari, 2017, p. 02).

Até mesmo as cartas escritas aos parentes, com algumas informações sobre a viagem, eram redigidas depois da chegada ao local de destino. Percebemos que, com o migrante nacional, não foi diferente. Por exemplo, a maioria dos registros foi constituída a partir da chegada à Hospedaria do Imigrante, em São Paulo.

Outra questão importante considerada por Molinari (2017) foi que a maioria das narrativas identificadas sobre a travessia não foi realizada pelos protagonistas, mas por testemunhas – intelectuais e viajantes – para os quais o navio se tornou um observatório social.

Já no caso da migração interna, identificamos registros elaborados por funcionários de órgãos públicos, como o CIC, jornalistas e autores da literatura.

Nesse caso, fomos um pouco mais exitosos, pois contamos com os depoimentos orais dos migrantes – porém constituídos após a chegada. Contribuiu também, nesse aspecto, o fato de a cidade de Montes Claros ser entreposto das migrações, o que colaborou na constituição de diversas informações sobre a viagem ou sobre uma parte crucial do trajeto dos nordestinos.

Em conjunto, os dados que coletamos foram fundamentais para identificar os reflexos da triagem médica na vida dos migrantes, nomeadamente em relação ao tempo de espera em Montes Claros, onde eram realizados os exames, e ao que acontecia com os migrantes após serem recusados pelo médico do serviço de migração – ou mesmo devido à insuficiência de recursos para custear a viagem e os meios de transporte.

Nesse sentido, para Molinari (2005, p. 87), indubitavelmente:

A figura do migrante assume, ontem como hoje, um valor social a partir de uma classificação biológica: a do “corpo são”. Só quem tem recursos físicos e mentais pode, de fato, enfrentar o cansaço e os riscos de uma mudança de vida que, mesmo tendo um resultado afortunado, ainda é traumática.

O presente estudo aborda questões como a sobrevivência dos migrantes durante a viagem e as alternativas de que os trabalhadores em deslocamento lançavam mão para prosseguir com seus objetivos de buscar melhores condições de vida em outras regiões do

país. Aborda também a triagem médica realizada no Norte de Minas e seus desdobramentos para os trabalhadores nordestinos.

Entendemos que historicizar o que ocorreu na travessia com os migrantes tem um valor substancial para ampliarmos a visibilidade dos enfrentamentos e dos protagonismos de mulheres, homens e crianças em mobilidade.

É mais assertivo nos referirmos à(s) travessia(s), ou seja, a uma viagem realizada em várias etapas, em que poderiam ser utilizados dois, três ou mais meios de transporte – às vezes, a pé, na carroceria de um caminhão pau-de-arara, nos barcos pelo rio São Francisco e no trem de ferro.

Esse era um caminho percorrido pelos migrantes periodicamente, como foi evidenciado em *O Observador Economico e Financeiro* (1939, p. 63): “Já é mesmo commum encontrar-se grande número de trabalhadores que vão a São Paulo para a colheita do algodão e voltam até a colheita seguinte”⁴.

Na verificação realizada por *O Observador Economico e Financeiro* (1939, p. 64), 64,86% dos migrantes, no ano de 1939, já tinham estado em São Paulo pelo menos uma vez, o que revela a importância da migração como possibilidade de transformação econômica e social na vida desses sujeitos, já que a intenção da maioria dos trabalhadores era “fazer o seu pecúlio e regressar à terra natal”.

Os dados seguintes evidenciam uma prévia dos desdobramentos da decisão do CIC em estabelecer uma “barreira sanitária” no Norte de Minas, entre as décadas de 1930 e 1960. Conforme a documentação da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB, 1935), eram 10.101 migrantes retidos na cidade no ano de 1935, enquanto o contingente de habitantes urbanos contabilizava 8.360.

Segundo a imprensa local, o jornal *Gazeta do Norte*, em alguns períodos, em Montes Claros, os números de migrantes retidos oscilaram de menos para mais: “Quatro a cinco mil,” (Gazeta do Norte, 26/06/1936) – nomeados pelo periódico como a “*Legião dos rejeitados*”. Para o *O Observador*, no fim da década de 1930, em certos dias, chegavam cerca de 500 “retirantes”, da região e de outros estados. Segundo informou o funcionário do CIC: “Ao chegar à primeira cidade pudemos desde logo constatar o grande número de trabalhadores alli concentrados. Homens, mulheres e crianças, maltrapilhos, sem dinheiro, sem casa, sem alimento, alguns mendigando para não morrer de fome” (*O Observador Economico e Financeiro*, 1939, p. 55).

⁴ Na transcrição das matérias e nome dessa imprensa, reproduziremos a grafia original, conforme as normas ortográficas vigentes na época.

Diante das pressões políticas e do fato de a cidade ser ponto de convergência e concentração de “retirantes” ou “flagelados”, o CIC classificou Montes Claros como “zona flagelada”, assim como outras já existentes nos estados da região Nordeste⁵. No relatório, consta que esse quadro social se intensificou a partir de 1930, em razão do advento da ferrovia. Com a chegada do trem de ferro, a cidade permaneceu como ponta de trilhos até o fim da década de 1940⁶.

Após serem recusados e retidos em Montes Claros pela triagem médica, os migrantes precisavam enfrentar o fato de serem “indesejados” também nessa cidade. Para a elite local, a multidão em mobilidade era vista sob a ótica da “barbárie” e da “miséria”.

Na opinião do prefeito, eles representavam uma “praga social”; para o médico sanitaria, ofereciam risco à saúde da população, pois eram portadores de moléstias contagiosas; à polícia, coube a sua criminalização; o bispo Dom Luiz Victor Sartori os enxergava pelo prisma da degradação “física e moral”; e a imprensa, por meio do *Gazeta do Norte*, reforçava em suas publicações todos esses olhares⁷.

A trajetória dos migrantes, contudo, não denota apenas uma perspectiva negativa, como difundiu a citada imprensa. Em uma análise ampliada, identificamos outros desdobramentos do fato de Montes Claros ser entreposto da migração – como o papel dos migrantes retidos e que permaneceram na cidade – no próprio processo de desenvolvimento do Norte de Minas.

A presença e a permanência dos trabalhadores em Montes Claros impactaram também positivamente em diversos aspectos, o que não ficou restrito ao papel da mão de obra – ainda

⁵ Ver: NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História**. Saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume, Dumará. Fortaleza – CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. p. 115; NEVES, Frederico de Castro. Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 29, p. 93-112.

⁶ Quanto à ferrovia, foi inaugurada no dia 1º de setembro de 1926, em Montes Claros, a então chamada Estrada de Ferro Central do Brasil: “Recepcionada com festividade pela elite sertaneja, aquela se apresenta como símbolo/metáfora do progresso. O trem-de-ferro era em si o progresso, a máquina de grande porte, tecnologia e velocidade” (Lessa, 1993, p. 192). A cidade, devido a questões políticas e econômicas e à Segunda Guerra Mundial, permaneceu como ponta de trilhos até o final da década de 1940. Só a partir desse período é que foi retomado seu prolongamento em direção ao Sul da Bahia. E com a chegada do trem de ferro, também vieram os “flagelados”, esses não tão esperados e desejados quanto o “progresso” que a ferrovia representava.

⁷ Antes de prosseguirmos, é importante ressaltar que este olhar atento para a migração surgiu em minha vida muito antes de adentrar as portas da Universidade. Ainda jovem, por volta dos vinte anos, desloquei-me da área rural para a área urbana da cidade de Montes Claros. Por volta dos 30 anos, fiz o mesmo percurso dos antepassados e sujeitos desta pesquisa e me mudei para o estado de São Paulo. No retorno para Montes Claros, trabalhei alguns anos no *Abrigo Municipal*, o qual realizava um atendimento social a pessoas em mobilidade, os chamados “trecheiros” e, mais recentemente, tive a oportunidade de realizar um aprofundamento no curso *Diversidades e Inclusão Social em Direitos Humanos*, com foco no eixo V – *Imigrantes e Refugiados*, realizado na Universidade Estadual de São Paulo (USP). A migração é um tema que me provoca academicamente, mas, antes de tudo, faz parte da minha experiência de vida.

que ela tenha sido fundamental. Aos poucos, ocorreram transformações no âmbito urbano-demográfico, com o surgimento de novos bairros.

A vida social se intensificou nos bares, clubes sociais, cabarés, salas de cinema, nas partidas de futebol que eram disputadas entre mineiros e baianos. No campo religioso, os terreiros de candomblé e de umbanda diversificaram as práticas religiosas. O comércio local também foi significativamente impulsionado pelos novos consumidores – como os serviços de hospedagem, alimentação, entre outros. A cidade ganhou seu primeiro hospital privado, fundado por um migrante baiano e seus filhos médicos.

Habitado em sua maioria por migrantes, o bairro Morrinhos, segundo o jornal *Gazeta do Norte*, tinha vida própria, praticamente independente.

As mobilizações dos trabalhadores migrantes em prol de melhores condições de vida nos bairros periféricos foram responsáveis por melhorias no sistema de abastecimento de água, energia elétrica, calçamento de ruas, serviços de saúde e moradia – o que resultou no surgimento de diversas associações de bairro e sindicatos de classe, sob a liderança do migrante cearense e líder sindical na cidade, Zeferino Guedes.

A própria continuidade da construção da EFCB, ligando o Sul do Brasil ao Nordeste, foi operacionalizada com a fundamental contribuição dos migrantes que eram agenciados para as obras ao chegarem a Montes Claros e Pirapora – o que fez surgir, inclusive, o primeiro bairro planejado da cidade: a Vila Sumaré, habitada pelos construtores da linha férrea – em sua maioria, migrantes.

Outros trabalhadores foram empregados nas obras do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), como executores da abertura de estradas, construções de pontes, serviços de abastecimento de água e calçamento de ruas – o que resolveu o problema da escassez de mão de obra, temida não só pelos diretores do órgão federal e da EFCB, mas também pelos fazendeiros da região.

Ressalta-se que foi devido à chegada dos migrantes que a cidade e a região passaram a ser beneficiadas com as ambicionadas verbas públicas das Obras Contra as Secas. Essas verbas financiaram grande parte do desenvolvimento regional, como a construção e a ampliação de serviços básicos em Montes Claros, como canalização de água, rede de esgoto, calçamento de ruas, construção de prédios públicos, entre outros.

A cidade se transformou em um lugar estratégico para o recrutamento de trabalhadores, não só para São Paulo e Paraná, mas também para outras regiões do Brasil, como o Sul de Minas e o estado de Goiás.

Nas salas de espera das movimentadas pensões, nos bares e pelas ruas da cidade, os trabalhadores e os agenciadores negociavam condições de trabalho e salários. Nessa dinâmica, coexistia a oferta e a demanda por mão de obra, a ponto de incomodar as autoridades locais, estaduais, federais e fazendeiros, que instauraram um inquérito judicial no fim da década de 1940, no intuito de tentar conter a autonomia dos fluxos migratórios.

No que concerne ao recorte de tempo desta pesquisa, delimitamos o período entre as décadas de 1930 e 1960. Embora seja um recorte aparentemente extenso, é importante ressaltar que alguns períodos entre as três décadas, como os anos de 1939 e 1949, ficaram mais evidentes no contexto das migrações em análise. Não obstante, outros eventos nesse ínterim não são menos importantes.

A chegada da ferrovia a Montes Claros, em 1926, de fato contribuiu para alterar a dinâmica de desembarque e embarque de passageiros na cidade. Contudo, a maioria das fontes utilizadas como subsídios indica um crescimento no fluxo de migrantes passando por Montes Claros a partir do ano de 1930.

Por volta dos anos de 1935, o *Gazeta do Norte* faz menção à concentração de retirantes, mas, nos últimos anos da década de 1930 e início da década de 1940, a situação dos migrantes retidos na cidade e os desdobramentos decorrentes desse fato são noticiados com mais frequência pela fonte – como o estabelecimento do Posto Avançado de Triagem Médica na cidade, pela Inspetoria do Trabalhador Migrante, e as constantes viagens de inspeção a Montes Claros realizadas pelos conselheiros do CIC.

Também merecem destaque os reflexos do controle e da retenção dos migrantes pela política migratória, seja na vida daqueles que se deslocavam, seja para Montes Claros, que era entreposto da migração de nordestinos.

Na década de 1950, também ocorreram alguns eventos que adicionaram novos elementos ao processo migratório, como o combate intensificado aos aliciadores (clandestinos) de mão de obra, pelo Ministério do Trabalho, em conjunto com o Departamento Nacional de Imigração. Inclusive, esse recrutamento era realizado para atender à demanda de trabalhadores na Colônia Agrícola do Estado de Goiás e no Sul de Minas.

Isso evidencia uma mudança na direção dos fluxos migratórios, ou mesmo novas possibilidades. São Paulo já não aparece mais hegemônico na preferência dos trabalhadores, como antes. Percebemos a insatisfação e a preocupação dos contratadores paulistas e do Departamento de Imigração de que esse fato prejudicasse o abastecimento de mão de obra no estado de São Paulo.

Em 1962, o posto avançado da Inspetoria do Trabalhador Migrante, em Montes Claros, foi desativado⁸; a atuação dos aliciadores, pelos indicativos das fontes, contribuiu para a redução do papel do serviço de migração ligado ao CIC na região. Também devido ao seu desenvolvimento urbano, demográfico e econômico, Montes Claros passou a receber um maior contingente de migrantes interessados em uma vaga no mercado de trabalho local, sobretudo no seu recente e proeminente polo industrial⁹. Isso revela uma nova dinâmica no processo migratório, o qual não faz parte do recorte desta investigação.

O objetivo desta pesquisa é analisar os aspectos da travessia entre o Nordeste e São Paulo realizada pelos migrantes nordestinos, bem como compreender qual era o destino dos trabalhadores após serem rejeitados no exame médico no Posto Avançado de Triagem em Montes Claros. Especificamente, são enfatizados os seguintes objetivos: identificar quem são os sujeitos sociais que se dispunham a migrar; demonstrar as motivações que os levavam a empreender o processo migratório e o papel das redes de sociabilidade e solidariedade; mencionar os recursos que financiavam a viagem, os caminhos e meios de transporte usados; e enfatizar quais os reflexos da triagem médica realizada no Norte de Minas no processo de deslocamento.

Diante da conjuntura apresentada, fazemos o seguinte questionamento: qual o destino dos migrantes após serem retidos pelo exame médico em Montes Claros, ou mesmo devido à indisponibilidade de recursos, seja particular ou público? É possível associar a retenção dos migrantes ao processo de desenvolvimento urbano e demográfico ocorrido nessa cidade nesse período? De outro modo, alguns desses migrantes teriam se estabelecido em Montes Claros?

A hipótese em discussão é que, apesar de os migrantes recorrerem aos subsídios dos serviços de migração, percebemos evidências de certa autonomia de um percentual desses sujeitos, que custeavam com recursos próprios as despesas das viagens. Na maioria das vezes, o serviço de migração financiava apenas parte do trajeto realizado pelos migrantes; portanto, até essas cidades localizadas no Norte de Minas, a viagem era realizada com recursos próprios.

O papel dos aliciadores de mão de obra, uma prática considerada clandestina/ilegal pelo Decreto n. 3.010 do Governo Federal, também aparece como pista de um dos recursos a

⁸ Em 1º de abril de 1962, o *Gazeta do Norte* informou: “Por solicitação do Departamento de Migrações do Estado de São Paulo, suspendemos o fornecimento de passagens aos retirantes destinados ao Sul do país” (*Gazeta do Norte*, 01/04/1962).

⁹ Ver: PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital:** o regionalismo político norte-mineiro. 2007. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

que os migrantes recorriam. Essa conjectura parte, entre outras, da proposição realizada pelo CIC, ao sugerir que seus funcionários escoltassem os trabalhadores, no intuito de impedir a atuação dos aliciadores (*O Observador Economico e Financeiro*, 1939).

As fontes também indicam que os migrantes trabalhavam temporariamente no Norte de Minas e depois arcavam com o valor do bilhete de passagem do trem, além dos que eram beneficiados com as verbas da *Associação das Damas da Caridade* em Montes Claros. Essa Instituição tinha como prática fornecer a passagem no trem, com vistas a retirar os migrantes da cidade.

Outra conjectura é que uma parte desses grupos de migrantes teria permanecido na cidade ou na região. Isso pode ser comprovado nas informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois os dados relativos ao Censo de 1950 mostram a ampliação da densidade demográfica da cidade a partir de 1930, maiormente no subúrbio, sendo a área que mais se desenvolveu na época.

Para empreender o projeto migratório, como já foram feitas algumas observações, os migrantes precisavam enfrentar diversos contextos de precariedade e inferioridade durante a viagem, o que acarretava inúmeros enfrentamentos para os trabalhadores. Todavia, ao mesmo tempo em que o sujeito que se deslocava e sofria com a debilidade das condições da travessia, ele também utilizava táticas¹⁰ para enfrentá-las.

O desafio dos pesquisadores que investigam a formação da classe trabalhadora, segundo Mike Savage (2004), envolve identificar a dinâmica da luta cotidiana pelos meios de sobrevivência. A solidariedade se insere nesse contexto como uma herança cultural, permanentemente reelaborada. Quando colocamos em evidência o processo de formação da classe operária, é possível notar como são diversificadas as culturas de classe e atitudes que se desenvolvem em qualquer sociedade. Um processo social de caráter fluido e formado a partir de coletividades estáveis.

Nesse sentido, complementa o sociólogo: “A perspectiva da formação da classe, que obviamente se inspira em E. P. Thompson, não se preocupa em reduzir a mobilização a estruturas de classe, ao invés de explorar as complexas mediações entre a diversidade dos fenômenos econômicos, culturais e sociais” (Savage, 2004, p. 33).

Mike Savage (2004, p. 33), afirma também que “o traço distintivo da vida operária não se apoia exclusivamente no processo de trabalho (como frisam os marxistas) nem no mercado

¹⁰ De acordo com Michel de Certeau, a tática trata-se do “cálculo que não pode contar com um próprio, nem com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem o apreender por inteiro, sem poder retê-lo a distância” (Certeau, 1999, p. 46).

de trabalho (como desejariam os weberianos), mas na *insegurança estrutural* vivida por todos os trabalhadores”¹¹. Quando são retirados das suas mãos os meios de subsistência, os trabalhadores são “constrangidos” a buscarem estratégias para enfrentar as precariedades da vida diária. A busca por outras agências é motivada justamente pela impossibilidade de agir de maneira “autônoma”.

Ainda que essa percepção possibilite reconhecer que sobre a vida operária incidem algumas pressões estruturais, ela também sinaliza a urgência de averiguar a enorme diversidade de táticas a que os trabalhadores recorrem para resolver suas adversidades – a exemplo, “da luta contra seus empregadores, à formação de cooperativas, à demanda de amparo estatal, à tessitura de *redes de apoio nas vizinhanças* e por aí vai” (Savage, 2004, p. 33).

Isso para o autor não significa substituir uma coisa pela outra – marxistas e weberianos por sua proposição – mas evidenciar a diversidade de dimensões e “redes sociais” (análises das redes) que contribuem para a formação da consciência de classe.

A esse respeito, afirma ainda,

[...] penso ser mais importante explorar as mediações entre estrutura e ação (agency), entre “classe em si” e “classe para si”. [...] Para demonstrar quanto tais estratégias são passíveis de se generalizar (estabelecendo entre indivíduos, unidades domésticas, locais de trabalho e localidades), devemos examinar os contextos em que as vidas operárias são vividas. Isso significa visualizar tempo e espaço não como pano de fundo da análise histórica, mas, fundamentalmente, como parte intrínseca do próprio processo de mudança histórica (Savage, 2004, p. 33).

Um exemplo prático da utilização desta perspectiva encontra-se na pesquisa desenvolvida por Sidney da Silva Lobato em *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. O historiador demonstrou como a vulnerabilidade social e a inferioridade civil foram enfrentadas pelos nordestinos que migraram para Macapá, capital do Amapá, no período das décadas de 1944 a 1964. E como os trabalhadores recorreram às táticas de resistência, principalmente por meio das redes de solidariedade que os permitiram sobreviver.

Nesse caso, a insegurança estrutural foi operacionalizada a partir da ideia que começava a surgir sobre “classes perigosas”, que ganhou força no Brasil, segundo Lobato

¹¹ Ver em Savage (2004) a questão tradição marxista e weberiana.

(2013), nos anos de 1940 e 1950, no momento em que ocorria o processo de urbanização em diversas regiões do país¹².

As promessas realizadas, e que se diziam legalmente garantidas aos migrantes de Macapá, diante da propagandeada modernização, ficaram fora do seu alcance – como afirma o autor: “A vulnerabilidade social e a inferioridade civil criaram nos trabalhadores uma sensação de insegurança em relação à continuidade da sobrevivência” (Lobato, 2013, p. 25) – levando os trabalhadores a habitar as margens da cidade, sem acesso aos vários serviços urbanos, sendo o que lhes coube.

Ao observar de maneira atenta o cotidiano da travessia, percebemos que os migrantes nordestinos enfrentaram diversas situações de precariedade. As garantias anunciadas pelo serviço de agenciamento de mão de obra, como meios de transporte [bilhete de passagem], hospedagem, alimentação, entre outros, eram serviços gratuitos oferecidos, mas, na maioria das vezes, inconstantes e insuficientes para atender à alta demanda de sujeitos em deslocamento.

Os migrantes, ao chegarem a Montes Claros, onde era realizada a triagem médica, deparavam-se com uma conjuntura muito diferente daquela esperada.

Diante da escassez de recursos públicos e particulares, o trabalhador que se deslocava se via obrigado a recorrer a diversas táticas de sobrevivência, como a mendicância ou o trabalho temporário na região, seja para sobreviver, seja para dar continuidade ao processo de deslocamento.

Não obstante, a coletividade e as próprias redes sociais estabelecidas entre os migrantes funcionavam como um elemento de fortalecimento da luta pela sobrevivência e no enfrentamento da insegurança estrutural, como o envio de dinheiro por familiares para completar a viagem.

Outro aspecto foi que a multidão de migrantes, em si, já despertava receios da classe dominante da cidade. Essa se via obrigada a prestar assistência – pelo menos para uma parte dos migrantes – como alimentação, abrigo, medicamentos, emprego em obras públicas e privadas, e passagens para que eles pudessem seguir a viagem.

Nesse sentido, foi fundamental a observância do cotidiano de vida dos migrantes durante o deslocamento. Maria Odila L. S. Dias (1982), em *Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, concebe o dia a dia como um lugar de conflito, lutas, sobrevivência e

¹² A obra *O Homem Marginal* de Everett Stonequist, da Escola de Chicago, influenciou alguns intelectuais brasileiros nesse período, ao abordar as dificuldades dos imigrantes de se adaptarem nos centros urbanos dos Estados Unidos.

improvisação de papéis informais – onde se movimentam “as figuras menores e menos furtivas”, que não ficam restritas apenas ao âmbito da sobrevivência econômica, mas também às vivências.

A História Social também tem demonstrado que, quando se trata de “classes oprimidas”, os papéis históricos não são exercidos apenas por homens (do sexo masculino), mas também por mulheres. Inclusive, no contexto das migrações, Roberto Marinucci (2007) tem alertado para a importância do papel das mulheres, já que não são apenas os homens que migram.

Para as historiadoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007), as mulheres passaram a ser reconhecidas pela historiografia por meio do campo de estudo denominado “História das Mulheres e as Relações de Gênero”. Nessa nova vertente, a mulher deixou de ser tratada como objeto e passou a ser sujeito nas pesquisas.

Consoante Joan Scott (1992), o gênero é uma construção cultural e social sobre um corpo sexuado, ou seja, o gênero passou a ser utilizado pelas feministas para se referir a “organizações sociais da relação entre os sexos”, visando romper com a perspectiva de que a história das mulheres deveria ser tratada separadamente, pois essa dizia respeito ao sexo e à família, e portanto, deveria estar desvinculada da história econômica e política.

A pesquisadora ainda ressalta:

“Gênero”, como substituto de “mulheres”, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo (Scott, 1992, p. 7).

Em outros termos, trata-se de uma redefinição e uma reestruturação de gênero a partir de uma perspectiva de igualdade política e social que inclui a classe e a raça e não apenas o sexo.

O Nordeste do Brasil tem uma importância fundamental nesta pesquisa, não só pelo fato de os migrantes serem nordestinos, mas também devido às discussões relacionadas aos aspectos políticos, econômicos, sociais e climáticos que lhe dizem respeito.

Para o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*, a construção do Nordeste não deve ser compreendida apenas na perspectiva da delimitação territorial, mas é preciso entender como se estabeleceram as relações de poder e saber no processo de formação do Nordeste.

Ele ainda questiona a existência de uma identidade nordestina e a propalada homogeneidade regional, procurando entender os caminhos pelos quais a cultura brasileira produziu o Nordeste, ou a “pseudo-unidade cultural, geográfica e étnica”. O intuito é “desnaturalizar a região, problematizar sua invenção e buscar sua historicidade no campo das práticas e dos discursos” (Albuquerque Júnior, 2011, p. 36).

Um dos aspectos enfatizados é a dicotomia que foi instalada opondo Norte e Sul, o que contribuiu para que o nordestino construísse uma identidade nada natural, muito menos necessária¹³.

Conforme o historiador, no discurso histórico, o Nordeste foi uma invenção dos intelectuais do Sul, em disputa pela hegemonia regional com aqueles do Norte/Nordeste – disputa essa contestada pela norte-americana Barbara Weinstein (2015), uma vez que a maioria dos paulistas, segundo a historiadora, não discutiria algo considerado incontestável.

A seca, a mobilidade e a mobilização dos retirantes no Nordeste também são temas estritamente vinculados à nossa abordagem e que carecem de alguns esclarecimentos.

A pesquisa empreendida por Frederico Castro Neves, em *A Multidão e a História: Saques e outras ações de massas no Ceará*, evidencia as ações das “multidões” formadas por retirantes como “agressivas às instituições sociais”. Segundo o historiador, elas possuíam um “poder destruidor da ordem social”, especificamente durante as secas no estado do Ceará, no período de 1877 até 1959.

Ao invadir as cidades e realizar saques e ameaças, Neves (2000) compreende essas ações como atos políticos, pois esses sujeitos exigiam o estabelecimento ou a retomada de relações tradicionais que lhes garantiam proteção durante os períodos de crise, escassez e fome desencadeados pela seca¹⁴. Essa perspectiva é fundamental, pois nos possibilita compreender historicamente a agência daqueles sujeitos que se deslocavam e questionar as interpretações focadas apenas no prisma da fuga da seca e da fome.

¹³ Sobre o tema, constam outros estudos do autor: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Paraíba e Bahianos: órfãos do campo, filhos legítimos da cidade. *Travessia*, n. 8, set.- dez. 1990; ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar:** as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007.

¹⁴ No campo historiográfico, Neves (2000) recorre ao pensamento de Eric Hobsbawm, em **Os Rebeldes Primitivos**, em que importantes mudanças são citadas, sobretudo em relação ao direcionamento dos estudos marxistas sobre os movimentos sociais, além do destaque para os países de estrutura agrária. Contudo, o autor de *A multidão e a História* destaca que o uso dos termos como *primitivos* ou *pré-políticos* abordados por Hobsbawm demonstra certo determinismo sobre os trabalhadores do campo. Neves (2000) é crítico da ideia de que o camponês pobre e sem-terra jamais se revelaria, a não ser que fosse apoiado por algum poder externo que confrontaria aquele que o oprime. E, caso agisse, ele tenderia a ser “violento” e “mítico”, como os sujeitos que são evidenciados nas pesquisas de Djacir Menezes, no livro *Outro Nordeste*, assim como na literatura, a exemplo de *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Narrativas que se deram em um contexto geográfico que combinava a ideia de seca e de crise e, a partir disso, também se criou a noção de Nordeste como região atrasada (Neves, 2000, p. 89).

Em relação às migrações, a historiografia, nas últimas décadas, vem contribuindo com uma quantidade significativa e diversificada de pesquisas sobre o assunto. No entanto, ainda nas décadas de 1950 e 1960, os estudos realizados pelos sociólogos foram fundamentais para “compreender o impacto das migrações e das supostas tradições culturais dos migrantes sobre o proletariado em São Paulo, aspectos raramente mencionados nos estudos posteriores”¹⁵ (Fontes, 2002, p. 32).

A partir das décadas de 1970 e 1980, outra geração de pesquisadores, como Marilda Aparecida de Menezes, trouxe novos elementos para essa discussão. Essa nova perspectiva passou a enfatizar os “significados das migrações para as condições de reprodução social de populações de áreas rurais do Nordeste e questionou o caráter definitivo, mostrando que nem sempre a migração se caracterizava como êxodo rural” (Menezes, 2012, p. 40).

De acordo com essa abordagem, alguns migrantes se deslocavam para trabalhar na cidade, mas, depois de um tempo, retornavam para suas regiões rurais no Nordeste. Em *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força-de-trabalho*, de 1985, a historiadora refuta a tese de que, exclusivamente, as condições de existência típicas da região de origem expulsavam os nordestinos, como a concentração fundiária, os fatores climáticos e a fome¹⁶.

Os estudos do historiador Paulo Fontes também contribuíram significativamente nesse sentido. Realizados com base da trajetória dos trabalhadores que migraram para São Miguel Paulista, na região da zona leste de São Paulo, capital, no período de 1945 a 1966, as pesquisas de Fontes incluem, entre outras, sua dissertação de mestrado¹⁷, a tese de doutorado¹⁸

¹⁵ Na década de 1970, Paul Singer, em *Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo* (1973), fundamentado no paradigma histórico-estrutural, o economista e professor argumenta que os fatores de expulsão e atração seriam os principais impulsionadores das migrações. Aqueles que se deslocavam deixavam para trás as regiões tidas como atrasadas, estagnadas e tradicionais, nomeadamente o Nordeste, e seguiam em direção àquelas modernas, em desenvolvimento e em processo de industrialização avançado, como o Sudeste – categorizadas como migração rural-urbana e de caráter definitivo. O estudo foi incluído no livro **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973. Fazem parte desse grupo, LOPES, Juarez Rubens Brandão. **A Sociedade Industrial no Brasil (1971) e Desenvolvimento e Mudança Social** (1976); e DURHAN, E. **A Caminho da Cidade** (1978), entre outros.

¹⁶ A pesquisadora destaca outros estudos nessa mesma perspectiva: GARCIA JR., A. R. **O Sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Brasília: Marco Zero/Universidade de Brasília/CNPq, 1989; SCOTT, P.R. **Estratégias familiares de emigração e retorno no Nordeste**. **Travessia - Revista do Migrante**, p.23-27, maio/ago. 1995; WOORTMANN, K. **Migração, família e camponato**. **Revista Brasileira de Estudos de População**, p.35-51, jan./jun. 1990.

¹⁷ FONTES, Paulo R. R. **Trabalhadores da Nitro Química: A Fábrica e as Lutas Operárias nos Anos 50**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

¹⁸ FONTES, Paulo R. R. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais**: São Miguel Paulista (1945-1966). Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

e o livro fruto da pesquisa para sua tese de doutorado: *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945 - 1966)*¹⁹.

Especificamente sobre esta última, já no primeiro capítulo – *Mala de papelão e patuá nas costas: migrações nordestinas anos 50 em São Paulo* – surgem diversos aspectos sobre a vida dos migrantes antes mesmo de desembarcarem em São Miguel Paulista: as motivações pessoais para migrar; o agenciamento de mão de obra pela Nitro Química, em Minas Gerais e no Nordeste; o transporte dos trabalhadores; e as redes de sociabilidade entre familiares, vizinhos e conhecidos que os encorajavam e os amparavam antes, durante e depois da viagem.

O pesquisador também destaca as cidades mineiras, como Pirapora e Montes Claros – ambas pontas de trilho dos terminais ferroviários – que “tornaram-se os grandes pontos de concentração dos trabalhadores nordestinos e mineiros que se dirigiam ao estado de São Paulo” (Fontes, 2002, p. 51).

O historiador confirma a importância do quadro socioeconômico como pano de fundo do processo migratório. Não obstante, ele alerta que “a supervalorização dos fatores econômicos acaba por menosprezar o papel dos próprios migrantes enquanto agentes envolvidos nesse processo” (Fontes, 2002, p. 65).

Os migrantes foram vistos por diversos pesquisadores “apenas como cifras, como força de trabalho que se transfere passivamente das regiões menos para as mais desenvolvidas” (Fontes, 2002, p. 65). Ressalta ainda o historiador o papel das redes e das linguagens sociais que compõem o senso de pertencimento da comunidade de nordestinos e que foram elementos decisivos na formação da classe operária.

Em *Caminhos Cruzados: migrações e construção do Brasil moderno (1930 – 1950)*, Odair da Cruz Silva também oferece uma fundamental contribuição sobre a presença de migrantes nordestinos em São Paulo²⁰. Um dos pontos centrais da sua análise é o papel da política migratória implementada e subsidiada, inicialmente, pela Secretaria de Agricultura de São Paulo e, depois, pelo Governo de Getúlio Vargas. A criação da *Inspetoria do Trabalhador Migrante*, no fim da década de 1930, foi com a intenção de reorganizar a dinâmica de pedido de trabalhadores.

As condições das viagens também são narradas por meio de entrevistas, os migrantes relatam a saída da região de origem e as diversas etapas da travessia em condições precárias até São Paulo. Montes Claros e Pirapora também são citadas pelo historiador como locais de

¹⁹ FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945 - 1966)**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

²⁰ O livro utilizado foi publicado a partir de uma pesquisa realizada em: PAIVA, Oldair da Cruz. **Caminhos Cruzados**. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, USP, São Paulo, 2004.

afluência de migrantes, onde foram estabelecidos os avançados da Inspetoria do Trabalhador Migrante.

A pesquisa de Paiva (2004) demonstra de maneira significativa como os retirantes/flagelados, já que o termo imigrante era empregado apenas aos estrangeiros, tiveram presença fundamental na constituição de São Paulo²¹. Fontes (2000), assim como Paiva (2004), faz referências a alguns aspectos das travessias realizadas pelos migrantes e o papel de Montes Claros como entreposto do deslocamento, mas não como objeto de análise, o que reforça a relevância da presente pesquisa em problematizar de maneira inédita essa temática como objeto de investigação.

As continuidades e descontinuidades ocorridas a partir da Revolução de 1930 e efetivadas em 1937 com o Estado Novo²², como as articulações, disputas e acomodações políticas, foram interpretadas nesta pesquisa à luz de autoras como *Angela de Castro Gomes* e *Maria Celina D'Araújo*, as quais demonstram como foi se configurando o campo político, intelectual e o papel das políticas sociais, inclusive estendidas aos trabalhadores rurais, na constituição do que ficou conhecido como Era Vargas²³.

O corpo documental desta pesquisa foi constituído com base em um intenso processo de levantamento de dados. Desde a pesquisa que realizamos durante o mestrado, os deslocamentos de pessoas de outras regiões e de outros estados para Montes Claros despertaram nosso interesse analítico²⁴.

Durante o trabalho de campo para a elaboração do projeto de doutorado, percebemos que a chegada da ferrovia representou mudanças no processo de locomoção (Lessa, 1993). Usamos esse fato como ponto de partida para identificar e compreender quem chegava a Montes Claros, a origem e o destino desses viajantes. Foi nesse ínterim que identificamos o

²¹ Sobre a historiografia das migrações nordestinas, existe um significativo repertório de pesquisa, entre elas destacamos: a tese de doutorado de Eliene Dias de Oliveira: **À procura de um norte: migração e memória de nordestinos em Coxim MT/MS (1958-1996)**. A pesquisa de Maria Verônica Secreto: **Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. Assim como: Tuylla Rayane Tavares da Cunha. **De flagelados da seca a soldados da borracha: sertanejos potiguares nos sertões amazônicos, (1942-1946)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) - Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2021.

²² Sobre o papel da imprensa neste período: Em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que, além de censurar os meios de comunicação, tinha a intenção de intensificar a propaganda do governo de Getúlio Vargas. Sobre o assunto, ver: BRAUN, Alice Jungblut; MAGALHÃES, Geovana Klaus. “A construção de um mito”: a propaganda e a imprensa na Era Getúlio Vargas (1930-1954). **Epígrafe**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 218-246, 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/efiGK>. Acesso em: 19 set. 2022.

²³ Ver: GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo, Vértice/Iuperj, 1988; D'ARAUJO, Maria Celina (org.). **As instituições brasileiras da era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

²⁴ Ver dissertação de mestrado: PEREIRA, Pedro J. F. **Trabalho e Resistência: o cotidiano dos trabalhadores carroceiros em Montes Claros/MG, 1970 – 2018**. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/ppgh/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

intenso deslocamento de migrantes do próprio Norte de Minas e dos estados do Nordeste, visando embarcar na Estação Ferroviária local em direção ao estado de São Paulo.

Inicialmente, as pesquisas já realizadas sobre as migrações dos trabalhadores nordestinos para São Paulo foram fundamentais, essencialmente quanto à observância das fontes usadas pelos pesquisadores²⁵. Em especial, destacamos a pesquisa de mestrado produzida por Edi de Freitas Cardoso Júnior, embora, quanto às correntes migratórias que passavam por Montes Claros, o historiador ressalte que ele abordou o assunto em linhas gerais²⁶.

Por meio de palavras-chave como “migrantes”, “nordestinos”, “retirantes”, “flagelados”, “trabalhadores nordestinos” – termos comumente usados na época – fizemos uma intensa busca em alguns endereços eletrônicos, como no *site* da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Os arquivos digitais disponíveis *on-line* foram fundamentais na fase preliminar desta pesquisa, visto que esta foi iniciada na fase crítica da pandemia de Coronavírus (SARS-Cov-2, Covid-19).

Essa situação acarretou restrições em relação à circulação de pessoas e o fechamento do comércio e órgãos públicos, como os Arquivos Públicos²⁷. Apenas o *Gazeta do Norte* foi acessado pelos exemplares físicos no Centro de Pesquisa e Documentação Regional da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Nesse caso, fizemos o levantamento de alguns poucos dados, antes do período pandêmico, mas a conclusão só foi possível após a crise pandêmica.

Mediante a citada busca, identificamos um acervo diversificado de fontes, principalmente oriundas da imprensa, como a Revista do *Conselho de Imigração e Colonização*, a revista *O Observador Economico e Financeiro*, a revista *O Cruzeiro*, *O Jornal Estado de São Paulo* e um Jornal da cidade de Montes Claros, o *Gazeta do Norte*.

Ao lidar com a imprensa como fonte, Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto salientam a possibilidade de identificar nesse tipo de documento uma

²⁵ De maneira especial, Paulo Fontes, Odair da Cruz Paiva, Cláudia Alessandra Tessari e Julio Cesar Zorzenon Costa.

²⁶ CARDOSO JÚNIOR, Edi de Freitas. **Experiência e poder na urbe em expansão: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964**. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

²⁷ Para Fábio Chang de Almeida, ao lidar com fontes digitais, o historiador deve preocupar-se em salvar essas fontes de uso em sua pesquisa, uma vez que pode ocorrer, por exemplo, a desativação da plataforma *on-line*, onde se encontram os dados; nessa ótica, ele afirma: “Como se estivesse em um trabalho de ‘arqueologia de salvamento’, o historiador torna-se responsável pela análise, também pela preservação da informação. Não fosse a sua intervenção, o documento poderia ser perdido em caráter definitivo” (Almeida, 2011, p. 16). Ver também: MENDES, Caroline Garcia. Os arquivos digitais e a escrita da história a partir das fontes on-line. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 1-13, set./dez. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/PDVy8ythhFbqLrMj6YBfxsm/>.

infinidade de informações sobre os mais variados aspectos da vida social e política. As autoras sustentam que a imprensa deve ser considerada como “Manancial fértil para o conhecimento do passado”, “fonte de informação cotidiana”, “material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos” (Cruz; Peixoto, 2007, p. 256)²⁸. Como suporte social, segundo as pesquisadoras, a imprensa se comunica de um lugar específico de fala, tempo e intencionalidades, o que não deve passar despercebido.

Outra observação realizada em relação à imprensa é sobre a linguagem e seu papel na constituição do social. A compreensão de sua historicidade deve ser buscada nas suas próprias peculiaridades. É necessário identificar como, em cada momento, são estabelecidas as relações entre imprensa e sociedade, e como, a partir dessa relação, constitui-se o social.

Os conteúdos analisados, baseados na imprensa, são concebidos como discursos e representações, como orienta o historiador Durval Muniz Albuquerque Júnior (2011), afirmando que, ao lidar com o discurso, devemos levar em conta o seu contexto de produção no passado, mas sobretudo, precisamos questionar como esse discurso foi produzido, em que época, por quem e em que circunstâncias políticas, econômicas e sociais (Albuquerque Júnior, 2011, p. 235).

Ainda, para o autor, independentemente do documento, ele é uma forma de discurso. Para que a análise seja mais profícua, ela deve ser realizada em dois momentos: primeiro, fazer uma análise externa – nessa etapa, o pesquisador deve se informar sobre datação, localização espacial e as autorias, assim como também identificar o momento histórico em que ele foi proferido, os pretextos e seus objetivos; esclarecer as relações de poder e de saber em que o responsável pelo discurso está envolvido.

A etapa seguinte é da análise interna, quando se identifica o “acontecimento” e interroga. Para isso, ele cita o exemplo de que o discurso não tem a mesma transparência de uma lente de vidro: “tem uma espessura própria, tem regras de constituição e produção, tem uma estrutura interna que precisa ser analisada” (Albuquerque Júnior, 2011, p. 237).

Para Eni P. Orlandi (2012), a análise do discurso nos leva a um estado de reflexão, a despeito de nem sempre podermos, também, ingenuamente, pensar que estaremos conscientes de tudo, nesse sentido, “permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem” (Orlandi, 2012, p. 9). Segundo a autora, estamos sempre sujeitos à linguagem e essa é suscetível a equívocos e opacidades.

²⁸ Tânia Regina de Luca observa que os historiadores já superaram a percepção “que tomava a imprensa como uma instância subordinada às classes dominantes, meras caixas de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos” (Luca, 2008, p. 117).

Quando os signos estão em uso, não existe neutralidade. E complementa: “A entrada no simbólico é irremediável e permanente, estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não tem como não interpretar” (Orlandi, 2012, p. 9).

A *Revista do CIC*, disponível no sítio da *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*, foi uma imprensa de caráter oficial – porta-voz do governo – para os assuntos relacionados à (i)migração e à colonização no Brasil. Fundada em 1940, logo após a criação do CIC, por meio do Decreto-Lei n. 406, sancionado pelo presidente Getúlio Vargas.

Em suas tiragens, eram publicados cerca de 800 a 1.000 exemplares, entre 124 e 252 páginas, permanecendo ativa até o ano de 1952²⁹. Em relação ao seu conteúdo, era a maioria composta por *decretos, relatórios, artigos, legislação, estatísticas, pareceres e circulares* do CIC, *noticiário* sobre livros e revistas, e publicação de textos em inglês e francês, produzidos por intelectuais de diversas áreas, entre eles os próprios Conselheiros (Debastiani, 2018).

No início de cada edição da Revista, era postado um balanço das atividades realizadas pelo CIC, suas funções no âmbito da (I)migração, que consistiam em, segundo os editores, estabelecer cotas para imigrantes, critérios sobre a entrada e destino de imigrantes no Brasil e sobre a migração e a colonização.

Outros temas abordados foram as secas no Nordeste, as intervenções por meio da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), as soluções para o combate ao êxodo rural e as ações de controle e direcionamento do deslocamento de trabalhadores. O CIC dizia que o objetivo dessa imprensa era orientar a opinião pública sobre os reais problemas enfrentados pela população e como deveriam proceder às ações de colonização.

No entanto, não são apenas as informações da *Revista do CIC* que se destacam pela sua relevância, mas a maneira inédita como utilizamos essa coletânea de documentos do governo Vargas. Um potencial subsídio para as pesquisas acadêmicas, essa fonte reúne um amplo acervo de informações sobre as (i)migrações. Mesmo no que diz respeito às imigrações, as produções acadêmicas que recorreram à *Revista do CIC* ainda são acanhadas.

A propósito, destacamos alguns estudos que utilizaram essa revista como fonte principal, como as dissertações de mestrado de Maria Dóris Simões Fleury (2021), que analisou as representações sobre os imigrantes nos textos da *Revista do CIC*; de Josiane Debastiani (2018), cujo foco foi o controle, a restrição e a seleção dos imigrantes que vinham para o Brasil; e de Camila Almeida Belarmino (2012), que investigou a produção dos intelectuais colaboradores da referida revista.

²⁹ O propósito era fazer chegar esses exemplares às mãos daqueles que replicavam seu conteúdo ao público, por meio do rádio.

Constam também alguns artigos científicos que recorreram a esse subsídio como fonte principal, a exemplo do texto de autoria de Elena Pájaro Perez, em 1997. A autora evidenciou como a *Revista do CIC* foi um canal oficial utilizado por alguns intelectuais brasileiros para a divulgação de seus discursos preconceituosos. O artigo de Guilherme S. C. Marques (2024) tratou do serviço de registros, controle e fiscalização desempenhado pelo CIC. Os demais artigos que identificamos também discutem temas relacionados direta ou indiretamente à questão do controle imposto aos imigrantes.

As migrações internas, até o início desta pesquisa, ainda não tinham despertado o interesse dos pesquisadores. Embora concordemos que o repertório de informações sobre as imigrações seja mais abundante, todavia, os deslocamentos de brasileiros para o Norte e Sul do Brasil também foram temas de praticamente todas as edições publicadas.

O fato de as informações e artigos estarem pulverizados nas dezenas e até centenas de páginas do periódico talvez seja uma explicação plausível para essa incoerência. De outra maneira, esses dados estão contidos em artigos que abordam as (i)migrações de maneira geral.

Para esta pesquisa, realizamos uma análise minuciosa de cada título e página das publicações. Trata-se de um trabalho exaustivo, que se estendeu ao longo dos quatro anos de doutorado, mas compensador. Esse esforço permitiu elucidar os discursos do governo em relação aos migrantes nordestinos, os critérios estabelecidos para o controle da mão de obra destinada às regiões Sul e Norte do país, bem como as conexões entre a política migratória e os demais aspectos econômicos, sociais e sanitários do Brasil naquele período.

As informações da *RCIC* foram fundamentais para identificar e realçar a importância do papel dos trabalhadores migrantes no contexto analisado, assim como a percepção divergente de autoridades, políticos e intelectuais ligados ao CIC sobre o Nordeste, e a percepção do nordestino e seus desdobramentos. Essas foram apenas algumas das possibilidades subsidiadas por essa fonte. Nesse sentido, desejamos que esta pesquisa abra precedentes para o interesse de outros pesquisadores pela *Revista do CIC*.

Outra fonte oriunda da imprensa de suma importância nesta análise é a *Revista O Observador Economico e Financeiro*, hospedada no sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A revista, que tinha sua sede no Rio de Janeiro na época, publicou uma extensa matéria sobre os migrantes retidos em Pirapora e Montes Claros. Foram detalhadas as condições precárias da viagem e as ações do governo para a Hospedaria do Imigrante de Montes Claros com o propósito de socorrê-los, tendo sido realizadas entrevistas com esses sujeitos, relatando o que os levou a migrar e outras informações sobre a viagem.

Na mesma Hemeroteca Digital, identificamos a revista *O Cruzeiro*, a qual circulou entre os anos de 1928 a 1975. O semanário se destacava na época por valorizar as fotografias e imagens com impressão e papel de qualidade. Em suas matérias, destacam-se assuntos sobre comportamento, efemérides, temas políticos e internacionais. Um dos fatos particularmente relevante é seu apoio à Aliança Liberal (AL) de Getúlio Vargas. Também foram publicados na Revista textos de autores em evidência na época, como Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Gilberto Freyre, Joel Silveira e Nelson Rodrigues.

Sobre os migrantes nordestinos, foram publicados dois artigos com diversas fotografias dos migrantes, que incluem homens, mulheres e crianças. O primeiro foi um artigo assinado por João Martins, *A Retirada da Fome*, e o segundo, escrito por Álvares da Silva, *Sertanejos no Asfalto*, ambos de 1951. As reportagens enfatizam em especial a fuga da seca e as condições precárias das viagens realizadas em paus-de-arara e trens de ferro.

No *Jornal Estado de S. Paulo*, também identificamos diversos artigos sobre a presença dos migrantes e a atuação de aliciadores de mão de obra em Montes Claros, nas décadas de 1950 e 1960, assim como o combate às atividades dos aliciadores no Norte de Minas, por meio do Ministério do Trabalho e do Departamento Nacional de Imigração.

Ainda na mesma imprensa, observamos que a atuação dos recrutadores [clandestinos] de mão de obra ocorria mediante a procura dos migrantes por maior liberdade de escolher o local que gostariam de trabalhar, melhores remunerações, entre outras condições, o que era impossibilitado na relação aos agenciadores ligados ao CIC, dados o controle e o direcionamento realizados pelos funcionários do CIC.

Inclusive, uma nova rota de migração despertou o interesse dos trabalhadores, em busca de melhores remunerações e condições de trabalho, no estado de Goiás. Essa situação levou as autoridades a intensificar o controle sobre os aliciamentos para essa região. Essa informação é importante, pois ela evidencia uma das estratégias que os migrantes recorriam como alternativa ao serviço de recrutamento do governo.

No *Gazeta do Norte* foi onde identificamos maior número e diversidade de informações sobre a chegada dos migrantes a Montes Claros, os fatores que contribuíram para a retenção dos trabalhadores na cidade e as condições precárias nas quais permaneciam. O jornal também cita como as lideranças locais se mobilizaram para exigir das autoridades governamentais a retirada dos retirantes da cidade. Além de informar sobre a atuação da elite

local na prestação de assistência e criação de estratégias para isolar esses sujeitos do espaço urbano, especialmente diante dos “riscos” que eles representavam à cidade³⁰.

O *Gazeta do Norte* tinha ligações políticas diretas com os deputados da região, como Camilo Prates, que era defensor do “progresso” e do “desenvolvimento” da cidade. Segundo Mello *et al.* (2017), por meio de suas publicações, o Jornal sempre procurava assinalar a capacidade que a cidade tinha para se desenvolver, notadamente no aspecto econômico e urbano, mesmo que essa ainda se encontrasse em condições de pobreza e miséria. Por isso, sempre estavam reivindicando junto aos políticos, das esferas estadual e federal, os recursos financeiros públicos para obras em Montes Claros³¹⁻³².

Durante o processo de constituição do corpo documental que subsidia nossa pesquisa, nos deparamos com a obra do escritor baiano Jorge Amado, *Seara Vermelha*, publicada no ano de 1946. Entendemos que seria profícuo acrescentar esse tipo de fonte à nossa análise, pelo fato de ela evidenciar outra representação, às vezes com similaridades em relação à imprensa, mas também com suas peculiaridades, justamente por tratar de outro gênero de produção e representação do social. O que diversifica os pontos de vista a serem analisados e enriquece nossa compreensão.

A obra, com caráter documental, é resultado do engajamento político e social de Jorge Amado³³. Nela, o autor sustenta uma perspectiva recorrente na época, a de que os migrantes descendiam de uma região onde as relações de poder eram marcadas pela opressão dos proprietários [coronéis] sobre os trabalhadores. Seja no ambiente rural ou urbano, o escritor baiano procurou demonstrar as contradições do sistema capitalista, sua narrativa se ajusta a um discurso ideológico marxista.

³⁰ Eram enviados alguns exemplares do *Gazeta do Norte* para a capital mineira, Belo Horizonte, e para a capital federal, Rio de Janeiro.

³¹ Esse se encontra em arquivo físico no Centro de Pesquisa e Documentação Regional (CEPEDOR), da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Fundado por José Tomaz de Oliveira, Luís Severiano de Oliveira e Ary de Oliveira, em 5 de julho de 1918. Depois de 1931, passou a ser gerenciado por Jair de Oliveira, filho de Ary, até seu falecimento em 1960, quando foram encerradas suas atividades. Era um jornal com características mais “modernas” em relação ao seu concorrente, o Montes Claros (1916 a 1922), por exemplo, uma vez que, por meio da estética gráfica, ele procurava ser atraente para os leitores. As matérias publicadas geralmente eram escritas por profissionais liberais, como médicos, inclusive é possível identificar uma perspectiva sanitaria nos seus discursos ao relacionar a cidade a “um imenso hospital asilo a céu aberto” (*Gazeta do Norte*, 1939, p. 13). E, nesse caso, o doente era, principalmente, o migrante.

³² Os documentos produzidos pela Prefeitura Municipal de Montes Claros, disponíveis no *Arquivo Municipal Ivan Lopes*, auxiliam na compreensão do cotidiano dos migrantes que se estabeleceram em Montes Claros, como os locais onde passaram a residir, as condições de vida e as pressões sociais mobilizadas por eles contra o poder público.

³³ Para Bronisław Baczko (1985, p. 307): “O social produz-se através de uma rede de sentidos, de marcos de referência simbólicos por meio dos quais os homens comunicam, se dotam de uma identidade coletiva e designam as suas relações com as instituições políticas etc.” (BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. In: Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem. v. 5. Lisboa: Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

Localizada na 2ª fase do Modernismo brasileiro, a obra é classificada como um romance do Nordeste em que são evidenciados um regionalismo problemático e uma realidade social marcada pela miséria e pela atuação política de estruturas impiedosas. A obra literária de 1946 narra a trajetória de uma família de onze “nordestinos” que, após serem “expulsos” de suas terras, resolveram migrar para São Paulo – apenas quatro deles concluíram a viagem³⁴. Uma perspectiva traumática e fatalista da travessia.

O Projeto de História Oral mantido pelo Museu das Imigrações, em seu arquivo digital, também foi fundamental nesse processo, uma vez que, a partir de um acervo amplo de entrevistas realizadas por profissionais especializados com imigrantes e migrantes, acessamos oito entrevistas concedidas por nordestinas e nordestinos, as quais se situavam no nosso recorte de tempo, sendo dois homens e seis mulheres. Essas entrevistas³⁵ apresentam um repertório rico de informações sobre o processo migratório, que nos permitiu ter acesso, mormente, às *Histórias das Mulheres Migrantes*, mas também como elas lembram e narram a migração para São Paulo.

Esse tipo de fonte foi fundamental para desenvolvermos o conceito de “feminização” das migrações e preencher as lacunas existentes sobre os papéis das mulheres nesse contexto³⁶. Utilizar as fotografias do acervo do Museu das Imigrações, que foram produzidas pelo fotógrafo da Hospedaria do Imigrante, também foi decisivo para destacar os rostos das migrantes e das crianças.

³⁴ Ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha nova história. **Nuevo Mundo** [En ligne], Débats, mis en ligne le 28 janvier 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560>; CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs). A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; SOUZA, Paulo de. **Seara Vermelha**: discurso ideológico/partidário e suas implicações no estético. Tese (doutorado em Letras) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006. Já para Antonio Celso Ferreira (2011), “toda ficção está enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias e desejos, explorando ou inventando formas de linguagens” (Ferreira, 2011, p. 67).

³⁵ O Museu disponibiliza as gravações e o texto com as traduções das entrevistas com duração entre 30 e 60 minutos. O assunto das entrevistas passa por relatos sobre a origem e a vida dos migrantes antes da migração, os motivos que os levaram a migrar, a viagem e a vida após o estabelecimento em São Paulo. Ao transcrevê-las, mantivemos a linguagem registrada pelo Museu.

³⁶ Embora a *História Oral*, neste caso, encontre-se em formato digital, e esse fato não diminua seu potencial como fonte, ela não dispensa os tratamentos metodológicos que devem ser concedidos a esse tipo de subsídio, como conhecer seu contexto de produção, quem as realizou, os objetivos, quem eram os entrevistados, como foi realizada a transcrição. Informações disponibilizadas na ficha de transcrição do Museu das Migrações. Além disso, trata-se de memórias marcadas pelas subjetividades de quem pergunta e daquele que responde, e sob influências do próprio tempo em que a entrevista ocorre. Nesse sentido, nos orientamos pelas seguintes referências: LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2005.

Buscamos identificar, nas fotografias, a presença de mulheres de diferentes idades e de crianças – em sua maioria mestiças e negras – que, com frequência, não são mencionadas ou aparecem apenas como esposas e filhas ou acompanhantes dos homens³⁷.

Segundo as informações do Museu das Imigrações:

Na Hospedaria do Brás, não havia o costume de fotografar as pessoas acolhidas. Comparando com a quantidade de registros de matrículas existentes, são raríssimas. No entanto, muitas das realizadas se referem à passagem de migrantes brasileiros. Há um conjunto específico dessas imagens que mostram algumas pessoas, com diferentes composições de família, segurando um número em frente a uma das escadas [...] Além do número há a identificação apenas de um nome, independente se a pessoa estivesse sozinha ou em família. [...] Há migrantes sozinhos, casais, mãe e filhos, famílias pequenas e numerosas (Museu da Imigração, 2020, s. n.)³⁸.

Nessa lógica, os autores alertam que os significados das fotografias não são neutros e afirmam que “Pintores, fotógrafos e escultores selecionam, enquadram, omitem alguns elementos e destacam outros, segundo demandas do presente. Assim, as imagens são construídas para passar uma dada representação, que expressa relações sociais, políticas e ideológicas” (Ferreira; Franco, 2013, p. 150)³⁹. Desse modo, como qualquer outra fonte, é preciso lançar mão de recursos teórico-metodológicos para analisar suas informações.

Diante dessas considerações, esta tese está estruturada em seis capítulos. Buscamos compreender, por exemplo, por que alguns grupos europeus eram considerados os “imigrantes ideais”. Enfatizamos também como os intelectuais do período, sem serem unânimes, interpretaram a formação étnico-racial dos brasileiros, fundamentados sobretudo no racismo científico e no antirracismo. Assim como a valorização do Nordeste do Brasil, compreendido como “guardiões da nacionalidade”, até então visto, por algumas perspectivas, pela visão da seca e da fome.

No Segundo Capítulo, analisamos os principais aspectos da viagem realizada pelos migrantes, o papel das redes de solidariedade e sociabilidade, as principais rotas migratórias e os meios de transporte utilizados na travessia. Delineamos o perfil dos migrantes, suas localidades de origem, o percentual daqueles que se deslocavam de cada estado para São Paulo, inclusive demonstramos isso por meio de mapas.

³⁷ Carvalho, Filippi e Lima (2002, p. 11) citam que “a imagem fotográfica assume um papel relevante no entendimento de questões ligadas à noção de natureza, cidade, progresso, modernidade, infância, indivíduo, identidade, apenas para citar aqueles temas mais recorrentes”.

³⁸ Não foi possível identificar se as fotografias se tratava de algum tipo de registro oficial e se os migrantes tinham a escolha de participar ou não desses registros.

³⁹ Ver: BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Tradução por Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica de Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

Enfatizamos as remessas de dinheiro que os trabalhadores enviavam para suas regiões de origem. Realçamos os meios de transporte usados pelos migrantes e as inseguranças enfrentadas devido às precárias condições dos veículos, como os barcos, os caminhões paus-de-arara e o trem de ferro. Assim como a precariedade das estradas percorridas entre o Nordeste e São Paulo. Além de ressaltarmos as histórias e os papéis das mulheres no contexto das migrações.

No Terceiro Capítulo, dissertamos acerca da chegada dos migrantes em Montes Claros, no Norte de Minas, os critérios para o recrutamento e a triagem médica que deveria ser realizada no Posto Avançado da Inspetoria do Trabalhador Migrante estabelecido na cidade. Após desembarcarem dos paus-de-arara, os migrantes se direcionavam para o Posto de Triagem Médica, onde era realizado o exame e eram aprovados ou rejeitados.

Entretanto, o serviço de recrutamento não dispunha de hospedagem, alimentação ou mesmo bilhetes de trem. Nem sempre os recursos eram suficientes para atender a alta demanda de trabalhadores que chegavam. Os migrantes permaneciam na cidade em condições de insegurança, precisando, às vezes, recorrer à mendicância para sobreviver. Nem mesmo a cidade dispunha de estrutura para atender a grande demanda de pessoas. Os grupos da elite local os enxergavam sob o prisma das “classes perigosas” e não demorou para começarem a pensar em estratégias para livrar a cidade da presença dos indesejados “flagelados”.

No Quarto Capítulo, analisamos como os discursos da imprensa sobre o processo em curso de “modernização” de Montes Claros na perspectiva da saúde pública: assistência médica, saneamento urbano e educação sanitária. Para os grupos da elite local, esses aspectos eram primordiais para o desenvolvimento da urbe.

Contudo, os migrantes retidos na cidade, conforme o discurso da imprensa, eram vistos como um empecilho para o progresso, uma vez que a população estava sob risco sanitário ao ter contato com os flagelados. Inclusive, existia uma ameaça em relação ao aumento da violência atribuída à presença desses sujeitos. Nessa direção, foram pensadas e articuladas diversas estratégias de controle, por meio da repressão ou reclusão, e “expulsão” dos migrantes.

Outro tema abordado neste capítulo foi a preocupação das autoridades locais, políticos e fazendeiros com a migração dos norte-mineiros para São Paulo. Esses grupos alegavam prejuízos acarretados à economia local com a escassez de mão de obra.

O Quinto Capítulo evidencia como a presença dos migrantes retidos na cidade – grande quantidade de pobres pelas ruas – passou a ser vista como um problema para os preparativos da festa do Centenário de Montes Claros. Destaca também como foi o preparo,

com algumas obras de infraestrutura, para a realização das festividades e a recepção do presidente da República, Juscelino Kubitschek.

Para amenizar os impactos negativos relacionados aos migrantes retidos na cidade, foi intensificado o serviço de assistência aos flagelados. Deu-se início também à construção da Cidade Cristo Rei com o propósito de “segregá-los” do espaço público. Diante da insistente reivindicação dos grupos da elite local, a cidade foi completada com um distrito da diretoria de Obras Contra as Secas. A principal alegação foi de que os recursos seriam utilizados no combate à seca e para resolver os problemas dos migrantes concentrados na cidade. Os trabalhadores passaram a ser empregados na execução dessas obras, assim como na continuação da construção da via-férrea, para ligar Montes Claros a Monte Azul.

O Sexto e último Capítulo enfatiza o papel dos migrantes no desenvolvimento urbano-demográfico de Montes Claros. Nesse cenário, constatamos o surgimento de novos bairros com a chegada dos migrantes na década de 1930. O Morrinhos foi uma das primeiras regiões a ser ocupada, na maioria, por migrantes nordestinos e norte-mineiros. Assim como a Vila Sumaré, construída para abrigar os funcionários da ferrovia.

Além disso, os migrantes se destacaram em outros setores da sociedade local, a exemplo do papel desempenhado pelo nordestino Zeferino Guedes na liderança da classe trabalhadora. Também houve outras transformações nos âmbitos econômico e social da cidade.

Por fim, devido à presença dos migrantes, Montes Claros ganhou destaque por se tornar um local estratégico onde os trabalhadores procuravam os aliciadores particulares em busca de trabalho em outras regiões do Brasil.

PRIMEIRO CAPÍTULO

O GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS E AS POLÍTICAS (I)MIGRATÓRIAS NOS DISCURSOS E AÇÕES DO CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

A política migratória reformulada durante o governo de Getúlio Vargas alterou a dinâmica do processo migratório, fundamentalmente em relação ao pensamento dos intelectuais desse período, como as ideias ligadas ao racismo científico e os adeptos do antirracismo. Além disso, destacou a valorização dos trabalhadores nacionais mestiços, com ênfase no papel dos nordestinos.

É nessa conjuntura de nacionalização da mão de obra que foi criado o Conselho de Imigração e Colonização (CIC), visando localizar, planejar, controlar e direcionar o deslocamento de trabalhadores, sem causar prejuízos às regiões fornecedoras de mão de obra, ou seja, o esvaziamento do campo.

O governo procurou contemplar os trabalhadores rurais com benefícios, como a modernização dos meios de produção e as políticas sanitárias e sociais, ao mesmo tempo, em que o direcionamento dos trabalhadores buscava atender a demanda por mão de obra no estado de São Paulo e na região Norte do Brasil (Amazônia).

1.1.1 (I)migrantes ideais: a política imigratória no governo Vargas

A partir de 1930, a imigração continuou sendo limitada; dessa vez, porém, a justificativa estava ancorada no crescente nacionalismo e na política biológica⁴⁰. A questão racial, para um grupo de intelectuais ligados ao CIC, permaneceu latente: o imigrante ideal seria o europeu nórdico. No entanto, havia também aqueles que defendiam a vinda de europeus não necessariamente nórdicos, desde que fossem considerados sadios e assimiláveis. Para esse segundo grupo, a prioridade era resolver o problema da escassez de mão de obra.

Nos próprios discursos de Getúlio Vargas – período em que o CIC foi criado –, ficou evidente a preferência por certos grupos europeus, como os portugueses. Já os alemães e japoneses, por exemplo, eram vistos como de assimilação mais difícil, devido ao idioma e ao clima. O governo buscava também evitar os chamados “quistos raciais”, como os que se formavam nas colônias do Sul do país.

⁴⁰ Ver: Paiva (2004).

Em relação à imigração de africanos e seus descendentes, o CIC fundamentou suas orientações de recusa em critérios explicitamente raciais. O negro não era considerado um imigrante ou trabalhador ideal, sob a justificativa de ser suscetível a determinadas doenças. Para embasar esses argumentos, o CIC utilizou dados de uma pesquisa sobre a população negra nos Estados Unidos: “de acordo com os dados de 1920, a população total apresentava 11,9 por cento de mortes. Em 1925, a taxa de mortalidade dos negros era ainda 62,5 por cento mais elevada do que a dos brancos, mantendo-se essa situação com pequenas modificações até os tempos atuais” (RCIC, 1946, n. 2, p. 172).

As doenças às quais esse grupo era supostamente mais propenso também foram citadas: “A tuberculose faz o maior número de vítimas, seguindo-se, em ordem, outras doenças do aparelho respiratório, doenças orgânicas do coração, causas externas, malformação congênita, doenças da primeira infância, hemorragia e amolecimento cerebral e câncer” (RCIC, 1946, n. 2, p. 172).

Esse discurso, conforme Nancy Stepan (2005, p. 356), era condizente com a perspectiva da eugenia da época que,

[...] concentrava suas atenções nas doenças que eram vistas como particularmente prevalentes entre os pobres, vale dizer, entre a população principalmente negra ou mestiça. Essa população era percebida como ignorante, doente e cheia de vícios, com altas taxas de alcoolismo, imoralidade, mortalidade e morbidade. Se na cena pública a literatura eugênica utilizava a palavra ‘raça’ invariavelmente, no singular, para referir-se ao ‘povo brasileiro’, na esfera privada ela significava a ‘raça negra’.

Os dados comprobatórios relacionados ao percentual de negros e brancos atingidos por certas doenças também foram extraídos pelo CIC de uma fonte norte-americana: a revista *Metropolitan Life Insurance Company*. Na comparação realizada, a tuberculose vitimava os negros três vezes mais do que os brancos; em uma amostra de 100.000 indivíduos, pelo menos 226,2 apresentavam essa condição. Outras doenças também mostravam taxas de mortalidade duas vezes maiores entre os negros, como as doenças orgânicas do coração, infarto, hemorragia cerebral, febre tifoide, influenza e bronquite. A pneumonia aparecia com uma proporção ainda mais elevada.

A mudança no período, no que se refere às ações do governo, foi marcada pela política de valorização da mão de obra nacional, formalizada na chamada Lei dos 2/3 (Decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930). A deliberação limitava a entrada de estrangeiros no Brasil e determinava que dois terços das vagas de emprego deveriam ser ocupadas por

brasileiros. O decreto, assinado pelo ministro Lindolfo Collor, visava proteger o trabalhador nacional, e elevá-lo à condição de sujeito social⁴¹.

Segundo Paiva (2004), a nova lei representava a intervenção do Estado no mercado de trabalho, além de configurar um passo importante no processo de abandono do liberalismo vigente desde a Primeira República. O novo discurso político também atribuía ao trabalhador brasileiro o status de sujeito desejável. Diferentemente da percepção sobre o imigrante, o trabalhador nacional não questionava sua posição social⁴², e, por isso, não era visto como uma ameaça à ordem estabelecida.

Além disso, o discurso negava a cisão entre Sul e Nordeste – inclusive, os deputados nordestinos formavam a maioria entre aqueles que se posicionavam contra a imigração estrangeira.

A nova política de controle e nacionalização da mão de obra concedeu um caráter positivo à migração nordestina. Essa nova conjuntura política também conferiu certa organicidade à sociedade brasileira e a aproximou do Estado. O Nordeste passou a ser retratado como o “reservatório da nacionalidade”. Ao migrante nordestino – que, desde meados da década de 1920, já se deslocava para São Paulo e Rio de Janeiro – foi atribuída a condição de portador da brasilidade, o “bandeirante” da retomada nacional, papel que o Sul havia perdido. Ao compreender que a migração nordestina esmagaria o internacionalismo, essa passou a ser valorizada com um novo significado (Gomes, 1982; Paiva, 2004)⁴³.

Além da dimensão social das migrações, elas cumpriram uma função demográfica, ou seja, preencher os vazios territoriais existentes. As migrações internas seriam incentivadas, mas precisavam ser racionalizadas, controladas e direcionadas. Uma das preocupações era evitar o esvaziamento do campo e a superpopulação das cidades industrializadas.

Baseado no discurso de valorização do Estado Nacional, o presidente Vargas impulsionou a ocupação do território interiorano, visando à expansão das fronteiras nacionais, na chamada “Marcha para o Oeste”. Nessa perspectiva, o CIC esclareceu: “As terras devolutas pertencem ao Estado, e a este cabe fornecê-las, para serem loteadas, divididas, povoadas e trabalhadas pelos agricultores. A União compete orientar a imigração [...]” (RCIC, 1942, n. 1, p. 55).

⁴¹ Segundo Paiva (2004), a nova Lei dos $\frac{2}{3}$ também tinha como objetivo a desmobilização do movimento operário.

⁴² A ideia de passividade do operariado de origem rural foi questionada e refutada por diversos autores, entre eles, Albuquerque Júnior (1990), Fontes (2002) e Fortes (2016).

⁴³ Klaas Woortmann (2009) enfatiza que as áreas camponesas além de produtoras de alimento, também produziam migrantes, um verdadeiro celeiro de mão de obra.

A solução encontrada pelo governo para valorizar o homem e a terra foi a concessão de lotes nas fronteiras, por meio dos Decretos-Leis n. 1.968 e n. 2.610, de 17 de janeiro de 1940, e do Decreto-Lei n. 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, que organizava as colônias agrícolas. Também propôs oferecer assistência técnica aos agricultores. Algumas Colônias Agrícolas Nacionais se inserem nessa iniciativa, como as de Goiás⁴⁴, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Maranhão⁴⁵.

Um dos propósitos do governo era evitar a permanência de imigrantes estrangeiros nas áreas urbanas. Eles deveriam ser direcionados às colônias agrícolas, juntamente com os migrantes nacionais. Dessa forma, buscava-se evitar os indesejáveis “quistos raciais” (RCIC, 1946, n. 2).

A ideia de branquear a população, como já foi ressaltado, não era novidade no pensamento social brasileiro. Autores de referência para intelectuais do pós-1930 já haviam discutido esse tema sob a perspectiva racial.

O CIC também alertava nesse sentido ao citar o médico maranhense da Escola de Medicina da Bahia:

Nina Rodrigues, no seu tempo, já se preocupava em estudar o que ele chamava impropriamente “a etnologia patológica” do nosso país, divulgando os dados da clínica Moura Brasil que verificou a grande frequência de glaucomatosos entre os negros e multatos, 12,38 por cento dos primeiros, 4,18 por cento dos segundos, em relação a apenas 1,98 por cento dos brancos; e ainda a maior porcentagem de leprosos, entre os negros e multatos (RCIC, 1946, n. 2, p. 173).

De acordo com essa perspectiva negativa, o brasileiro era resultado da miscigenação entre portugueses, negros e indígenas, os quais formaram “a maior parte da nossa população de mulatos, cafuzos, mestiços de toda a sorte” (RCIC, 1946, n. 2, p. 200). Além de representar uma “inexpressividade demográfica” de 41.637.572 pessoas, segundo o Censo de 1940, a população brasileira era considerada doente – e o principal motivo apontado era que: “Não temos raça definida” (RCIC, 1946, n. 2, p. 159).

Esse posicionamento evidencia o alinhamento do CIC com o pensamento de alguns darwinistas amplamente citados no Brasil, como Buckle, Kidd, Le Bon, Gobineau, Lapouge, cujas teorias consideravam os negros inferiores, os mulatos degenerados e, de forma geral,

⁴⁴ “Pelo decreto executivo n. 6.882, de 9/2/1941, foi fundada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, a primeira grande colônia agrícola nacional, abrangendo uma área de 200 mil hectares, no Alto Tocantins (Rio das Almas)” (RCIC, 1942, n. 1, p. 62).

⁴⁵ A Colônia Agrícola da Jaíba, no Norte de Minas, foi criada também nesse cenário. Será dada uma ênfase específica na criação dessa colônia, no Quinto Capítulo.

defendiam a existência de uma suposta “decadência tropical” (Stepan, 2004). De outro modo, “Segundo esses cientistas – e outros como eles –, os cruzamentos ‘promíscuos’ que tinham ocorrido no Brasil desde os tempos coloniais até aquele momento haviam produzido um povo degenerado, instável, incapaz de desenvolvimento progressivo” (Stepan, 2004, p. 338).

Embora, no Brasil, a eugenia também fosse interpretada por um aspecto distinto, como ressalta Stepan (2004, p. 348), predominava “o estilo otimista da eugenia lamarckiana. [...] A eugenia brasileira era congruente, em termos gerais, com as ciências sanitárias, e alguns simplesmente a interpretavam como um novo ‘ramo’ da higiene. Daí a insistência em que ‘sanear é eugenizar’”.

Nessa perspectiva, doenças, pobreza e alcoolismo eram considerados reflexos das condições sociais e morais da população, e não apenas fatores biológicos ou raciais inatos.

1. 2 As contribuições dos intelectuais na formulação das ideias da *Revista do CIC*

O objetivo da *Revista do CIC* era divulgar os conteúdos relacionados à política imigratória, migratória e de colonização desenvolvidas pelo próprio órgão, que era incumbido de “organizar a imigração colonizadora a fim de colonizar e povoar o Brasil [...]. Devemos, não obstante, antes de tudo, não esquecer o homem brasileiro” (RCIC, 1943, n. 1, p. 14).

Essa missão deveria ser articulada e colocada em prática de maneira técnica, com base nas ideias de especialistas de diversas áreas do conhecimento ou mesmo com a participação direta de alguns deles. Como exemplo, citam-se: Francisco Adolfo de Varnhagen, Mário Henrique Simonsen, Nina Rodrigues, Artur Neiva, Miguel Couto, Xavier de Oliveira, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Oswaldo Cruz, Edgard Roquette-Pinto, Djacir Menezes, entre outros.

Weinstein (2022), em seu livro *A Cor da Modernidade – A Branquitude e a Formação da Identidade Paulista*, faz uma contextualização importante para a abordagem aqui desenvolvida. A historiadora concorda com Albuquerque Júnior (2011) quanto ao papel dos intelectuais do Sul, especialmente os da região paulista, no processo de “criação” do Nordeste. No entanto, Weinstein (2022) contrapõe a existência de uma disputa efetiva entre Norte e Sul no período analisado. De acordo com sua leitura, se essa disputa existiu, ela se restringia ao “estreito campo literário”. E complementa afirmando:

Mas do ponto de vista da maioria dos paulistas, a superioridade de sua região em relação ao Norte/Nordeste do Brasil era literalmente “incontestável”. Dada

a alta prioridade que uma ampla faixa de políticos e intelectuais concedia à modernização da sociedade brasileira, e a posição incontestável de São Paulo como o centro da modernidade brasileira, o terreno em quais porta-vozes dos “interesses do norte” poderiam desafiar as reivindicações de São Paulo à hegemonia se mostraram extremamente estreitas (Weinstein, 2022, p. 192).

Enquanto, na década de 1920, segundo a pesquisadora, São Paulo se destacava como vanguarda da modernidade, o Nordeste – com a contribuição de alguns intelectuais, políticos, romancistas e médicos – articulava um discurso de empobrecimento, com o intuito de angariar apoio e recursos federais para lidar com os problemas da seca.

No contexto do conflito de 1932, quando São Paulo se mobilizou contra o regime Vargas, nordestinos acusaram os paulistas de insensibilidade por provocarem uma crise política nacional em meio aos efeitos calamitosos da seca. Vale destacar que as acusações e contra-acusações politizadas desse período pelos paulistas passaram a ganhar contornos cada vez mais racializados.

Contudo, Weinstein (2022) enfatiza que indivíduos e entidades nordestinas responderam às “representações depreciativas dos nortistas” – o que ela denominou de “resposta nordestina a São Paulo” (p. 195). Para ilustrar seus argumentos, a autora recorre a matérias de jornais da época, como *Diário de Pernambuco* e *O Povo*, de Fortaleza.

Conforme Weinstein (2022), muitas dessas respostas da imprensa nordestina visavam encorajar os nordestinos a pegar em armas a favor do governo contra os insurgentes paulistas. Em uma dessas publicações, *O Povo* destacou o ponto de vista de Paulo Moraes de Barros, ministro da Fazenda do gabinete paulista, que teria participado de uma expedição sanitária ao Nordeste – considerada pela imprensa citada como “apressada e aleatória”.

A região foi descrita por Moraes de Barros sob uma perspectiva pessimista, o que, segundo *O Povo*, evidenciava sua “disposição anti-nordestina”. Os nordestinos teriam sido retratados como “pigmeus”, desprovidos de inteligência, energia e iniciativa. Para rebater essa visão, o jornal recorreu estrategicamente ao discurso do norte-americano Charles Comstock. Indignado com as declarações do expedicionário paulista, o engenheiro teria se encarregado de refutá-las, afirmando que Moraes de Barros alegara que o nordestino “não valia o esforço e os investimentos financeiros das Obras Contra as Secas”.

Comstock não apenas defendeu o povo nordestino como também ressaltou seu espírito trabalhador e cooperativo. Dessa forma, a imprensa demonstrava que um estrangeiro valorizava mais o nordestino do que um especialista paulista. Inclusive, Weinstein (2022) destaca que a imprensa nordestina se valeu das próprias representações elaboradas pelos paulistas como estratégia de contra-ataque. E ainda complementa:

Assim como a imprensa paulista estava repleta de artigos que pareciam quase históricos em suas descrições de nordestinos vindo para o sul para “beber o sangue dos paulistas”, a imprensa nordestina deu espaço para as mais acaloradas e polêmicas alarmistas sobre as intenções dos paulistas em relação ao Nordeste (Weinstein, 2022. p. 202).

O discurso antipaulista destacou ainda o cosmopolitismo de São Paulo, estimulado pela presença de estrangeiros – o que, segundo seus críticos, evidenciava o caráter “não brasileiro” daquela região, em uma tentativa de impugnar a brasilidade do estado. Em contrapartida, o Nordeste passou a ser enfatizado como o verdadeiro Brasil. Os paulistas, por sua vez, não apenas rebateram essas acusações, afirmando o patriotismo do movimento de 1932, como também reafirmaram o papel “único e crucial” de São Paulo no progresso nacional.

Relativo à análise em curso nesta seção, a abordagem de Weinstein (2022) nos ajuda a compreender que as representações e os estereótipos sobre o Nordeste e o nordestino não foram objeto de um debate unidirecional – como elucida o próprio subtítulo do capítulo do livro: *As “Outras” Regiões Contra-Atacam*. Os teores do embate também repercutiram no ambiente de formulação das ideias do CIC, inclusive atinente às discordâncias, críticas e reafirmações entre intelectuais dessas regiões. Contudo, como buscamos evidenciar, houve também assimilação pelo Sul de algumas ideias de intelectuais nordestinos, como Gilberto Freyre.

Ao realizarmos um levantamento das ideias presentes nas publicações do periódico, percebemos que diversos intelectuais – inclusive de correntes divergentes – contribuíram para sua elaboração. Ainda que o objetivo comum fosse definir qual seria o imigrante e o migrante trabalhador ideal e como proceder em sua seleção, era comum entre os colaboradores do CIC o debate acerca das regras a serem seguidas, incluindo as influências de fatores como raça e questões sanitárias.

Nesse sentido, a eugenia foi constantemente citada como base dos critérios raciais adotados pela política imigratória. Por outro lado, também havia membros do CIC que consideravam a perspectiva médico-sanitária, sustentando que os problemas enfrentados pelos brasileiros do interior estariam associados a questões sociais, culturais e de higiene. Ainda assim, esse segundo aspecto nem sempre divergiria do primeiro, como no caso da chamada eugenia preventiva.

A política imigratória, migratória e colonizadora, segundo orientações de alguns conselheiros, só seria bem-sucedida mediante uma condição essencial: “É necessária a criação

duma consciência médica e higiênica entre os nossos homens públicos” (RCIC, 1946, n. 2, p. 240).

Por um lado, se o CIC apresentava um padrão de imigrante desejável – o europeu branco –, por outro, destacava a valorização do mestiço brasileiro nato, em especial o sertanejo nordestino. Embora alguns intelectuais considerassem esse tipo racial o ideal para o desbravamento do *hinterland*, a continuidade do processo de branqueamento também era enfatizada. A miscigenação iniciada com os portugueses deveria conduzir, segundo esse ideal, à uniformização da raça futura: a branca. Nesse âmbito, era considerado essencial evitar a entrada de negros e amarelos, de modo a não comprometer o projeto.

No artigo intitulado “*Aspectos psicológicos na imigração após-guerra*”, publicado em junho de 1946, o psiquiatra Lira Cavalcanti apresenta sua definição de raça:

[...] o conjunto de uma população cujos caracteres psicológicos, latentes ou psicológicos (língua em particular) e traços antropobiológicos constituem no tempo (história) uma unidade distinta. Nessa definição, os traços biológicos são constantes, a história existe sempre, e há a prevalecer uma determinada psicologia (RCIC, 1946, n. 2, p. 275).

Em outras palavras, para o médico, o imigrante deveria ser submetido a uma verificação biotipológica e à análise de suas qualidades eugênicas, a fim de evitar a entrada de indivíduos considerados inaptos. Sob esse ponto de vista, Elena Pájaro Perez ressalta que:

A preocupação imediata era com a possível chegada dos chamados “egressos de guerra”, vistos como “psicopatas incubados”. Afirma que necessitamos de braços e técnicos e não de ociosos e aproveitadores, nem tão pouco de “raças estanques”, que não se misturam. Para dar crédito a suas conclusões, Lira Cavalcanti utiliza dados estatísticos recolhidos pelo prof. Pacheco e Silva, no hospital de Juqueri, entre 1921 e 1942, demonstrando que a maioria dos criminosos e alienados era constituída de refugiados de guerra (Perez, 1997, p. 87).

A seleção dos imigrantes deveria ser pautada por critérios sanitários, profissionais e ideológicos. Nesse último caso, o alerta recaía sobre o “repugnante credo vermelho”, isto é, o comunismo. Para alguns membros do CIC, a primeira regra a ser considerada não era suprir a carência de mão de obra, como ocorrera no passado sem critérios claros, mas realizar uma seleção orientada pelos princípios da eugenia. Como se justificava na época: “Mas antes de se cogitar do problema de braços para a lavoura ou de bons técnicos para nossa indústria, há que se considerar o imigrante do ponto de vista eugênico” (RCIC, 1946, n. 2, p. 274).

O movimento eugênico no Brasil teve como um de seus principais expoentes o médico e farmacêutico Renato Kehl⁴⁶. As concepções científicas e sociais que sustentavam a eugenia baseavam-se em noções como evolução, degeneração, progresso e civilização – todas associadas à ideia de aperfeiçoamento das características raciais. A discussão sobre raça foi, na realidade, o pano de fundo no qual os eugenistas expressaram suas ideologias raciais, a defesa do nacionalismo e os ideais de progresso (Souza, 2012).

Para Nancy Stepan (2000, p. 348), “eugenia no Brasil deve ser vista como parte de um entusiasmo generalizado pela ciência como ‘sinal’ de modernidade cultural”. Não era incomum, também, que alguns neolamarckianos a interpretassem como uma ciência sanitária, reforçando expressões como “sanear é eugenizar” ou ainda “Saneamento-eugenia é ordem e progresso” (Stepan, 2000, p. 348).

No pronunciamento de Artur Neiva, na conferência intitulada *Getúlio Vargas e o problema da imigração e colonização*, proferida no Instituto Nacional de Ciência Política e publicada pela *Revista do CIC*, o Conselheiro e Secretário-Geral do Conselho afirmou que o povoamento não deveria ser desvinculado do saneamento.

Não obstante, Stepan (2000) também adverte sobre outros desdobramentos dessa perspectiva, o que permite aprofundar a análise dos limites e contradições entre ciência, política e ideologia no contexto da formulação da política imigratória brasileira:

[...] o estilo neolamarckiano da eugenia era também congruente com a moralidade tradicional, o que o tornava ainda mais atraente no Brasil. Como o estilo neolamarckiano de eugenia mantinha abertas as possibilidades de regeneração e um lugar para ação moralizadora, encaixava-se bem na doutrina católica e permitia a fusão das linguagens moral e científica (Nye, 1984). Pobreza, doenças venéreas e alcoolismo podiam ser vistos como produtos tanto de condições sociais como de escolha moral (Stepan, 2000, p. 349)⁴⁷.

As normas adotadas pelo CIC seguiam na mesma direção citada anteriormente: “a admissão de estrangeiros em nosso território, cujo ingresso poderá ser vedado ou limitado quanto às origens, raças, qualidades, sexo, idade, condições econômicas, profissionais, financeiras, físicas, morais e culturais, além de outras” (RCIC, 1944, n. 1, p. 81).

⁴⁶ A eugenia foi criada pelo inglês Francis Galton. Era uma ciência que tratava da interseção da ciência biológica e o cenário social. Surgiu na Europa no século XIX e foi definida como a ciência da hereditariedade. Mais informações ver Souza, (2012) e Diwan (2015).

⁴⁷ O Lamarckismo foi criado pelo biólogo francês Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829). Suas ideias versam sobre a evolução dos seres vivos. Desse modo, “o lamarckismo dominara a ciência da hereditariedade na Europa e nos Estados Unidos durante a maior parte do século XIX. As novidades do lamarckismo do início do século XX eram o desafio apresentado pela genética mendeliana e a associação da hereditariedade com a nova meta de aprimoramento humano” (Stepan, 2000, p. 346).

Todavia, havia críticas à oposição de alguns setores às medidas eugênicas, sob o argumento de que:

[...] sua aplicação fere direitos individuais, atenta contra o direito individual, razão pela qual só os Estados autoritários aplicam tais medidas, que seriam incompatíveis com um regime totalitário. Assim pensando, atacam violentamente a esterilização eugênica, não admitindo sequer a prática do exame pré-nupcial obrigatório. [...] Verdade que na Alemanha se verificou abuso criminoso com o necessário critério e indevido desse método. [...] com o necessário critério, com um objetivo elevado como é o da salvaguarda da saúde da raça, não se possa a ele recorrer (RCIC, 1946, n. 2, p. 275).

O excerto evidencia que, na década de 1940 – período em que a eugenia já era amplamente questionada – ainda havia adeptos dessa teoria. Contudo, também é possível perceber, no discurso do médico, que as contestações já eram uma realidade. O próprio Lira Cavalcanti recordou a oposição enfrentada por mais de 60 médicos, liderados por Miguel Couto, durante a Assembleia Constituinte de 1934: “Não faltou quem os acoimasse de visionários, ignorantes e até impatriotas, quando empenhados na defesa da raça, apontaram os perigos de uma política imigratória anárquica” (RCIC, 1944, n. 1, p. 274).

O padrão de imigrante desejável para alguns membros do CIC também se aproximava daquele idealizado por Renato Kehl: o europeu de raça nórdica, como suecos, noruegueses, ingleses e alemães. A região do norte da Europa, segundo o eugenista, representava uma “raça superior”; sua energia e capacidade de julgamento demonstravam a aptidão para enfrentar os desafios impostos pelo processo civilizatório (Diwan, 2015).

Nessa direção, o médico Jaime Poggi, no artigo intitulado *O papel do médico na realização do magno problema*, afirmou: “Temos como acertada e indispensável a escolha do homem branco para o nosso imigrante e só o homem branco” (RCIC, 1946, n. 2, p. 173). Também se reafirmava a perspectiva científica que justificava essa escolha: “A ciência biológica nos mostra que o problema da imigração é, do ponto de vista médico e social, de caráter eminentemente profilático, eugênico” (RCIC, 1948, n. 4, p. 9).

É importante destacar que havia discordâncias entre alguns membros do CIC no que se referia ao mestiço brasileiro, como será analisado adiante. Todavia, em relação aos critérios para a entrada de estrangeiros, predominava o consenso em torno dos fundamentos do racismo científico.

Um dos expoentes dessa vertente foi o próprio idealizador das primeiras formulações do CIC, em 1935: Francisco José de Oliveira Vianna, nascido em 20 de junho de 1883, em

Saquarema (RJ), e destacado representante do pensamento social conservador brasileiro. Desde a década de 1920, o intelectual já defendia que os imigrantes deveriam ter um bom coeficiente de miscigenação (Kofman, 2004; Queiroz, 2003). Embora sua primeira obra tenha sido *Populações meridionais do Brasil*, de 1918⁴⁸, é em *Raça e Assimilação* (1932, com reedições em 1934 e 1938) que se identifica de forma enfática o caráter racializante e discriminatório de seu pensamento.

Vianna presidiu, em 1934, a comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de reelaboração das leis sobre a entrada de estrangeiros no Brasil. Inclusive, Ferro (2023) destaca a crítica de Abdias do Nascimento, ativista do movimento negro, a Oliveira Vianna no que se refere à sua contribuição para a proibição da entrada de pessoas pretas no Brasil, por meio do Decreto-Lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Referente à proibição da entrada de imigrantes negros no Brasil, Artur Hehl Neiva compartilhava das teses de Vianna, como ficou explícito em sua apresentação no I Congresso Brasileiro de Economia. Na ocasião, foi enfatizada a importância da exclusão da imigração negra e amarela: “Escapamos de nos africanizarmos no período colonial; não devemos permitir que nos mongolizemos. Apressaremos, assim, o branqueamento e a uniformização da raça no futuro” (RCIC, 1944, n. 3, p. 567).

Por outro lado, diferentemente de Vianna, Neiva defendia o mestiço brasileiro, mas apenas como uma etapa transitória da miscigenação iniciada pelo português, cujo desfecho ideal seria o branqueamento completo. Artur Hehl Neiva ainda ressaltou o papel dos “patriotas” Artur Neiva (pai), Miguel Couto e Xavier de Oliveira, entre outros, que teriam colocado em debate – sobretudo por meio de emendas – a questão das restrições à entrada de negros e amarelos durante a Assembleia Constituinte instalada em 1933.

Para Oliveira Vianna, a raça e a etnia determinavam a posição social do indivíduo. As famílias da aristocracia rural branca seriam, em sua visão, os principais representantes de uma formação eugênica civilizada e superior. Os indígenas, por sua vez, ocupavam um lugar inferior, pois, além de não serem propensos à servilidade, realizavam tarefas que exigiam menor esforço e longos períodos de descanso. Eram considerados refratários ao processo de arianização, tornando-se, assim, “irrecuperáveis” à civilização. O mameluco, resultado do cruzamento entre branco e indígena, apresentava, segundo ele, um caráter servil, com alguma possibilidade de mobilidade social (Bechelli, 2009).

O pensamento de Oliveira Vianna também contribuiu para que o CIC interpretasse o negro como pertencente a uma raça não civilizada. Para Vianna, era “natural” que o negro

⁴⁸ A obra foi reeditada em 1922, 1933 e a 4ª edição em 1938.

fosse escravizado, uma vez que ele existiria pelo e para o sistema escravocrata. Mesmo negando a condição de “escravo”, retratava-o como um operário que teria invadido o Brasil. Essa mesma interpretação foi replicada por outros intelectuais ligados ao CIC, possivelmente com a intenção de silenciar o violento passado escravista. O africano passou a ser referido como “imigrante negro”. No conjunto das publicações analisadas, apenas uma vez foi identificado o termo “imigrante-negro-escravo”.

O único aspecto “positivo”, segundo Vianna, era que o negro seria resistente e dócil, qualidades vistas como ideais para o trabalho braçal. Contudo, devido à suposta incapacidade de desenvolver a criatividade, era considerado limitado, fraco e um mero imitador do homem branco. Sem a disciplina das senzalas, que supostamente lhe incutiriam moralidade e sociabilidade, o negro teria, progressivamente, decaído em sua condição de liberdade.

Em suma, para Vianna, a permanência da raça negra comprometeria o futuro da sociedade brasileira. Essa perspectiva era compartilhada por outros membros do CIC, como o médico Jaime Poggi, que, em 1946, chegou a afirmar que, além de pertencer a uma sub-raça fraca e doente, as mulheres negras e mulatas eram altamente prolíferas. Por isso, era urgente proibir a imigração de negros para o Brasil e promover o processo de miscigenação: “uma bem orientada política migratória e o cruzamento de elemento branco com os descendentes africanos ou já mestiços, determinará que o branqueamento se faça” (RCIC, 1946, n. 2, p. 160). Nessa lógica, o sujeito branco era considerado mais “bem-dotado biologicamente”, e sua genética dominante sobre as demais.

Já o mestiço era portador das piores características das raças que lhe deram origem. Inclusive, até mesmo em relação à raça branca, ele teria herdado os vícios. Isso o tornaria suscetível a toda sorte de desordens morais, instintivas e de caráter: arrogância, atrevimento, violência, preguiça e rebeldia. Um ser desequilibrado, em constante conflito consigo mesmo.

Assim, o mestiço foi classificado em uma posição indefinida: rejeitado pelas classes superiores brancas e, ao mesmo tempo, distante das camadas populares. Vianna observava que, na sociedade colonial, o mestiço era visto como um indivíduo desocupado e nômade, que vivia de colher frutos e caçar passarinhos – alguém que “nada fazia”. Como forma de ratificar sua visão, o autor recorre a um provérbio citado por Antonil: “o Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e mulatas” (Vianna, 2005, p. 139).

Vale destacar, como lembra Bechelli (2009), que a obra de Oliveira Vianna não passou incólume às contestações. Ele defendia teorias racistas de forma deliberada em uma época na qual essas concepções já vinham sendo criticadas. Uma das principais críticas dizia respeito à

ausência de fundamentação empírica rigorosa em seus escritos – algo constantemente apontado por estudiosos posteriores⁴⁹.

No caso do CIC, inclusive devido à influência de Vianna no Órgão, suas ideias racistas também continuaram a repercutir, mesmo na época em que elas já eram refutadas⁵⁰.

Em uma análise mais ampla das ideias de Vianna, percebemos que sua opinião favorável à promoção da imigração de pessoas brancas teve mais receptividade do que sua concepção negativa em relação aos mestiços. Nesse último caso, as teorias de autores antirracistas sobressaíram, conquanto suas visões não fossem completamente favoráveis, a principal mudança residia no fato de atribuírem os males sofridos pelo mestiço não à raça, mas às condições sanitárias e socioambientais. Outro respaldo a essa corrente foi que o próprio governo Vargas tinha como propósito identificar a “essência brasileira” por meio da valorização da mestiçagem – resultado da amálgama entre as raças.

O pensamento social brasileiro, entretanto, também contou com contribuições de autores antirracistas, que acreditavam que os “males do Brasil” não se explicavam pela via biológica e racial, como pensava Vianna. Roberto Ventura (2000) destaca que os intelectuais se dividiam entre os que defendiam a inferioridade das raças não brancas – propondo que a identidade nacional deveria se moldar ao padrão da sociedade branca europeia – e aqueles que buscavam valorizar os aspectos originais da população brasileira, reconhecendo a mestiçagem como traço definidor da identidade nacional.

⁴⁹ Segundo Bechelli, 2009, Oliveira Vianna trabalhou muito mal a documentação da época e os períodos históricos. O autor teria caído em anacronismo, ao misturar fases do período colonial.

⁵⁰ Sílvio Romero foi outro autor envolvido nas discussões “polêmicas” sobre raça e etnia no período. No entanto, suas ideias divergiam das de Oliveira Vianna, cuja perspectiva aristocratizante privilegiava a elite rural. Segundo Bechelli (2009), embora Romero apresentasse uma visão mais aprofundada da realidade brasileira, ele era, ainda assim, um pensador racista. Contudo, é necessário compreender como seu pensamento foi estruturado: o racismo, nesse caso, funcionava como um instrumento analítico utilizado por ele para interpretar a realidade social e entender as desigualdades. Seu objetivo era compreender a história, a cultura e o folclore do “povo” brasileiro. Ainda assim, “ele jamais pensou em construir uma teoria racial no sentido de privilegiar ou garantir a superioridade racial das elites” (Bechelli, 2009, p. 62). Para o autor, o mestiço representava o verdadeiro povo brasileiro. Sua primeira obra publicada foi *História da Literatura Brasileira*, de 1884, que recebeu diversas reedições. Na análise da formação da sociedade brasileira, Romero atribuía aos portugueses – representantes da raça branca – a principal contribuição, transmitida pela língua, pelo sangue e pelas ideias. Já os negros, por meio da miscigenação, teriam sido fundamentais para o êxito dos brancos, além de fornecerem a força de trabalho escravizada. Os indígenas também teriam desempenhado um papel relevante nesse processo, embora Romero os posicionasse abaixo dos negros, por considerá-los avessos à civilização. A contradição em seu pensamento se expressa especialmente na forma como concebeu o papel da raça branca e da mestiçagem: enquanto defendia a miscigenação como característica nacional, afirmava também a supremacia branca sobre os demais grupos raciais, acreditando num processo de branqueamento que culminaria na eliminação dos negros e indígenas. Além disso, Romero era favorável à imigração de homens brancos europeus, pois considerava que o povo brasileiro, por ser uma raça inferior, não conseguiria superar sua condição sem a intervenção externa. Em outras passagens contraditórias de sua obra, no entanto, Romero não atribuía a inferioridade à raça, mas sim à ausência de educação (Bechelli, 2009; Costa Filho, 2018).

De acordo com Bechelli (2009), o maior desafio desses autores era justamente adequar as teorias raciais à realidade brasileira, o que fez com que tensões e contradições fossem parte constitutiva de suas obras. No caso do CIC, essas divergências também eram frequentes. Ainda segundo o autor, foi por meio dessas tensões que surgiram novas interpretações sobre o povo brasileiro – entre os nomes citados estão Manoel Bomfim, Edgard Roquette-Pinto, Artur Ramos, Gilberto Freyre, Djacir Menezes e Sérgio Buarque de Holanda.

Outro aspecto desse contexto, destacado por Souza (2022), é que, na década de 1930, predominou a ambivalência ideológica no governo Vargas. Ainda assim, o governo procurou acomodar essas diferentes correntes antes da instauração do Estado Novo. Embora identifiquemos que elas perduram durante esse período nas publicações da *Revista do CIC*.

O médico e antropólogo alagoano Arthur Ramos, nascido em 7 de julho de 1903, em Pilar (AL), teve papel preponderante na defesa da ideia de que as causas dos problemas enfrentados por negros e mestiços não eram biológicas ou raciais, mas estavam ligadas a questões sociais, culturais e de higiene. Embora Ramos tenha sido contestado – de modo maior pelos simpatizantes mais radicais da eugenia –, Santos (2018) argumenta que sua produção foi provavelmente bem recebida por alguns segmentos e intelectuais ligados à política do Estado brasileiro.

Inclusive, Arthur Ramos, Gilberto Freyre e Roquette-Pinto lideraram o grupo de signatários do *Manifesto dos Intelectuais Brasileiros contra o Preconceito Racial* (Souza, 2022, p. 123). Porém, suas ideias também foram refutadas por membros do CIC defensores do racismo científico, como o médico Jayme Poggi de Figueiredo, que chegou a distorcer as afirmações de Ramos, retirando-as de contexto em certas discussões. Em um exemplo, afirmou: “Artur Ramos, que é, aliás, um fervoroso defensor da raça negra e do mestiço, confessa lealmente ainda existir maior incidência da tuberculose na Bahia, entre pardos e negros, em todos os dados verificados” (RCIC, 1946, n. 2, p. 172).

Embora a informação seja parcialmente correta, Ramos atribuía a morbimortalidade dos negros a fatores econômicos e sociais, e não raciais, aspecto ignorado por Poggi. Na sequência, Poggi rebate: “Não comungamos da mesma maneira de ver com o ilustre colega. Padrão de vida baixo, senão mesmo miserável, tem os brancos das zonas urbanas, suburbanas e rurais de condição humilde, esses que frequentam nossos hospitais” (RCIC, 1946, n. 2, p. 173).

Para embasar seu argumento, afirmou que a população branca era numericamente superior à preta e à mestiça, sendo estes últimos “quem moureja pelos hospitais [...] atacados

pelas mais variadas moléstias” (RCIC, 1946, n. 2, p. 173). Esses pressupostos reforçam o peso do determinismo biológico racial, que era o paradigma que Arthur Ramos buscava questionar⁵¹.

Entretanto, como argumenta Santos (2018), as ideias de Ramos ainda não representavam uma ruptura definitiva com o pensamento eugênico ou com o racismo científico. Suas ideias deslocavam os problemas atribuídos aos negros do campo racial e médico-biológico para o campo cultural. A questão, para ele, era psicológica e não biológica: o pensamento do negro estaria fundamentado na magia – ou seja, era pré-lógico –, e apenas por meio da educação seria possível corrigir comportamentos inadequados.

Com base nesses e outros argumentos, Santos (2018) sustenta que Arthur Ramos não deve ser classificado como um eugenista racial, mas como um eugenista cultural. Nesse aspecto, o “branqueamento” do negro proposto em sua obra seria operado por via da educação. Ainda que não inferiorizasse explicitamente o negro, suas ideias hierarquizavam as culturas, o que demonstra que o evolucionismo ainda ressoava fortemente em seu pensamento – assim como nas concepções de outros intelectuais das décadas de 1920 e 1930.

Já o engenheiro Arthur Hehl Neiva também teve papel destacado na formulação da política imigratória e na defesa do mestiço brasileiro. Grande parte das edições da *Revista do CIC* incluía conteúdos de sua autoria. Membro ativo do conselho, Neiva considerava positivo o fato de o povo brasileiro ser resultado da amálgama entre três raças em contato desde a chegada dos portugueses. Para ele, a miscigenação não representava um entrave ao desenvolvimento do país; os reais obstáculos seriam os problemas sanitários.

Segundo Neiva, um país civilizado deveria adotar medidas voltadas ao saneamento e à valorização do homem e da terra. Como declarou: “A consecução desse objetivo exige, como soluções primárias, educar as populações rurais e valorizar economicamente o interior, povoando-o e saneando-o (RCIC, 1942, n. 2, p. 65).

É interessante destacar que Arthur Hehl Neiva era filho do também membro do CIC, o médico sanitarista Arthur Neiva, que, juntamente com Belisário Penna, realizou uma

⁵¹ O historiador e médico sergipano Manoel Bomfim também se destacou por seu combate às teorias raciais, especialmente a partir de 1905, com a publicação de seu livro *A América Latina: males de origem*. Com base na noção de parasitismo, Bomfim argumentava que a pobreza das colônias era resultado do caráter explorador das metrópoles. Em sua obra, criticou as ideias racistas de Oliveira Vianna e sua visão depreciativa sobre negros, indígenas e mestiços. Ao contrário de Sílvio Romero, Bomfim não atribuía a inferioridade da sociedade brasileira à mestiçagem, mas sim a fatores históricos e estruturais. Costa Filho (2018) observa que, apesar de diferenças importantes, há pontos de convergência entre as obras de Sílvio Romero e Manoel Bomfim, de maneira especial no esforço de ambos em identificar as causas do atraso do país. No entanto, o problema reside no fato de que essas interpretações foram construídas à luz de teorias estrangeiras, em um contexto no qual o evolucionismo e o darwinismo social forneciam aparentes certezas científicas.

expedição médico-científica, em 1912⁵², pelo Nordeste brasileiro. O objetivo era levantar dados sobre a situação epidemiológica da região e propor medidas profiláticas. Todavia, a viagem representou uma verdadeira virada de chave na interpretação da realidade nacional, ao constatarem que o Brasil estava “doente”. A partir dos relatórios produzidos, muitas mudanças ocorreram nas áreas de saúde, saneamento e higiene (Diwan, 2015, p. 95).

Essa mudança de perspectiva foi herdada por Arthur Hehl Neiva, que defendia que o saneamento não deveria continuar como privilégio de algumas zonas litorâneas, mas se tornar uma realidade nas populações dos sertões. Historicamente, essas eram privadas de acesso à civilização (RCIC, 1942, n. 2). O grau de civilização, nessa visão, era medido pelo acesso a políticas sanitárias e de saúde pública. Essas medidas não haviam alcançado o interior, permanecendo restritas ao litoral. Tratar essa desigualdade passou a ser uma missão do Estado.

Para Neiva, cabia ao governo levar as “vantagens da civilização [...] aos operários rurais, aos insulados nos sertões” (RCIC, 1942, n. 2, p. 65). Além de representar um imperativo humanitário, essa política funcionaria como medida preventiva contra o êxodo rural e o superpovoamento das cidades. Assim, atribuía-se ao CIC a tarefa de “sanear, educar e civilizar, numa só palavra valorizar o homem e a terra, [...] precisamos dominar as endemias, [...] fixando o homem na gleba saneada [...] saneamento e colonização” (RCIC, 1942, n. 2, p. 62).

Ao fazer referência ao discurso de Vargas, ressaltava que o novo desafio era uma espécie de restituição de uma dívida histórica de 400 anos com o nordestino – aquele que, apesar do meio hostil, participou de forma corajosa e coletiva da colonização da Amazônia.

Evocando Euclides da Cunha, Neiva destacava que parte da glória e da relativa opulência do Brasil se devia à miséria e à desgraça do povo do Nordeste. Em outras palavras, embora apresentasse uma visão positiva do nordestino, essa vinha de alguém que o observava de fora – da perspectiva do Sul, já saneado e civilizado. Apesar disso, afirmava que no Nordeste encontrava-se “uma das melhores cepas da brasilidade”, que deveria ser aproveitada no processo de colonização.

Outro intelectual que teve influência direta nas formulações do CIC foi Edgard Roquette-Pinto, nascido em 25 de setembro de 1884, no Rio de Janeiro. Antropólogo e professor do Museu Nacional, concentrou seus estudos nas relações raciais sob a perspectiva de valorização do mestiço brasileiro. Foi autor de alguns artigos publicados na revista do

⁵² “Nesse mesmo ano, num discurso em saudação a Aloysio de Castro, o médico Miguel Pereira declara: ‘O Brasil é um imenso hospital’” (Diwan, 2015, p. 95).

órgão, entre eles *Contribuição à antropologia do Brasil*, em que esclarecia os objetivos de suas pesquisas sobre os tipos “antropológicos brasileiros”:

- I - Tentar a determinação, se possível, dos principais característicos antropológicos da população brasileira, com exceção dos índios selvagens;
- II - Investigar se o grande cruzamento de brancos, negros e índios tinha alguma influência má sobre os tipos antropológicos vivos do país (Roquette-Pinto, *apud* RCIC, 1940, n. 3, p. 440).

Ao se opor ao determinismo biológico das teorias racistas, Roquette-Pinto defendeu que, na constituição genética do mestiço, não havia qualquer sinal de degeneração. Os fatores que impediam o desenvolvimento do Brasil e a suposta necessidade de melhorar as características físicas e mentais da população não estavam relacionados à miscigenação ou à herança biológica. Como ele próprio afirmou: “Não é a raça que causa a aparência mórbida de muitos mestiços (mulatos, caboclos, etc.), mas sim a doença, em 99% dos casos devido à influência social má, [...] falta de proteção e educação” (Roquette-Pinto *apud* RCIC, 1940, n. 3, p. 440).

O antropólogo, inclusive, elogiou a vitalidade do nordestino mestiço: “a população do nordeste do Brasil (Ceará, etc.), que é a região de grandes e fortes famílias, de homens corajosos e ativos, conquistadores das florestas do Amazonas, quási todos com o sangue índio e branco” (Roquette-Pinto *apud* RCIC, 1940, n. 3, p. 440). Eram essas as características que muitos eugenistas se recusavam a reconhecer, segundo a crítica do autor – justamente por não distinguirem entre eugenia e higiene⁵³ (Souza, 2011; Souza, 2022).

Após cerca de 30 anos de investigação, viajando pelo Sul, Norte e interior do país, Roquette-Pinto chegou à seguinte conclusão: “Nossas pesquisas provaram ser impossível obter uma informação seguras sobre populações mistas sem levar em conta todas as influências sociais que podem interferir nas condições biológicas da existência” (Roquette-Pinto *apud* RCIC, 1940, n. 3, p. 440).

Essa constatação demonstra que, desde os primeiros números da *Revista do CIC*, a questão sanitária, articulada a fatores sociais e culturais, já orientava a interpretação de alguns intelectuais sobre os problemas enfrentados pelos brasileiros, ultrapassando a explicação meramente racial.

As Fotografias 1 e 2 elucidam o perfil étnico-racial dos brasileiros à época: em sua maioria, migrantes nordestinos, mestiços (pardos) e negros.

⁵³ Sobre as divergências surgidas no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1929, ver. Souza (2022).

Fotografia 1: Migrantes nordestinos



Fonte: Acervo do Museu da Imigração.

Fotografia 2: Migrantes nordestinos



Fonte: Acervo do Museu da Imigração.

Gilberto Freyre, nascido em 15 de março de 1900, em Recife, foi um sociólogo pernambucano e autor de *Casa-Grande & Senzala*, livro publicado em 1933, sendo outro intelectual que se destacou na tradição antirracista. Com base em uma crítica racial sustentada por perspectivas médicas e antropológicas, sua obra representou um avanço no campo da análise sociológica. Freyre não apenas valorizou a mestiçagem, mas a elevou à condição de

símbolo distintivo da identidade social e cultural brasileira, ancorado em uma visão culturalista.

Como afirmou Ferreira (1996, p. 235): “A partir da ideia de ‘plasticidade’ e de ‘equilíbrio de antagonismos’, Freyre buscou compreender como se formou, a partir da sociedade colonial, o embrião de uma nova e original sociedade, resultado da adaptação aos trópicos”. O intelectual também inovou quanto à metodologia utilizada em *Casa-Grande & Senzala*, ao adotar a chamada sociologia genética ou histórica. Outro aspecto inédito do seu trabalho foi o uso de documentos aliado ao estudo dos indivíduos, com base na vivência e convivência, visando à reconstrução do passado e da sociedade estudada.

A diversidade racial brasileira, sob as interpretações de Freyre, passou a adquirir uma imagem positiva. Sua obra teve ampla recepção em todo o Brasil. Suas ideias repercutiram, inclusive, na maneira como o governo projetava de forma ambígua a ideologia nacional, pois, ao mesmo tempo em que se exaltava o Brasil mestiço e racialmente democrático, impunham-se barreiras raciais a imigrantes considerados indesejáveis.

O pernambucano também foi um dos críticos do pensamento de Oliveira Vianna. Para Freyre, o autor fluminense exagerava ao se posicionar sobre a questão racial, sendo contrário ao negro e defensor de ideias arianistas no contexto da colonização. Ainda assim, mesmo Freyre, segundo Souza (2018), não escapou de ambiguidades e da ausência de fronteiras claras entre biologia, raça, meio e cultura. Isso porque ideias eurocêntricas ainda influenciavam os intelectuais brasileiros – mesmo os antirracistas – que não superavam completamente o elitismo e o autoritarismo nacionais (Souza, 2022; Ferreira, 1996).

As ideias de Freyre foram significativamente assimiladas por alguns membros do CIC. Em um artigo de 1944, de autoria de Samuel Benchimol, intitulado *O aproveitamento das terras incultas e a fixação do homem ao solo*, ressaltou-se o papel do negro no processo de colonização portuguesa no Brasil. Dada a inadaptação do indígena aos fazeres agrícolas, o negro foi considerado um dos “pontos fortes da colonização lusa”.

O economista recorreu ao pensamento de Freyre para justificar o seguinte pressuposto: “A contribuição do imigrante negro para o desenvolvimento da nossa civilização foi enorme. Sob o ponto de vista econômico resolveu o problema do braço e deu prosperidade e riqueza às fazendas de açúcar do norte e mais tarde às fazendas de café de São Paulo” (RCIC, 1946, n. 2, p. 200). Prossegue o autor: “Essa influência se nota até na nossa cozinha, nos nossos modos de falar e de tratar as pessoas, na música e na arte popular, diz Gilberto Freyre. A língua abrandou-se e enriqueceu-se com modismos peculiares” (RCIC, 1946, n. 2, p. 200).

A influência das concepções de Freyre também se evidencia no pensamento de Jaime Poggi, especialmente na ideia de que, no Brasil, predominava uma relação cordial entre brancos e negros: “Entre nós o preconceito de raça é atenuado”. Para Poggi, esse fator favoreceria a política imigratória e o processo de branqueamento da população, por meio do contato do imigrante branco com o negro e o mestiço.

Anos antes, Artur Hehl Neiva já havia defendido ideia semelhante: “Já tive o ensejo de afirmar na introdução que um dos grandes padrões de glória do Brasil é a inexistência do preconceito de raça e o outro é a falta de preconceito religioso entre nós” (RCIC, 1944, n. 3, p. 509). A compreensão de Neiva aproxima-se do pensamento de Freyre, que via nas relações estreitas entre senhores e escravizados um fator que teria contribuído para que as relações raciais no Brasil não fossem rígidas. O que diferenciava o colonizador português dos espanhóis e anglo-saxões nas Américas era, segundo Freyre, “o elemento da plasticidade, do homem sem ideais absolutos nem preconceitos inflexíveis” (Souza, 2000, p. 76)⁵⁴.

Artur Hehl Neiva também ressaltou que o Brasil não vivia uma divisão racial violenta como a de outros países: “A segregação entre brancos e negros, como nos Estados Unidos, na África do Sul e na Austrália, a perseguição anti-semita na Europa totalitária, a hostilidade entre árabes e judeus na Palestina [...] são problemas que absolutamente não nos preocupam” (RCIC, 1944, n. 3, p. 509).

Quanto à mestiçagem, Poggi, em alguns aspectos, também compartilha da leitura de Freyre: “Costumamos com orgulho exaltar a maravilhosa resistência do nosso sertanejo, as qualidades que o afirmam dentro desse *laboratório racial*, que consideramos o maior do mundo” (RCIC, 1946, n. 2, p. 160). Inclusive, fez elogios ao “mestiço forte, moreno de olhos verdes, que era resultado da miscigenação entre o holandês e a cabocla nordestina.

Entretanto, para o médico, o mestiço deveria ser preservado de novas miscigenações, maiormente com as raças negra e amarela. Como ressaltou: “Embora seja verdadeiro truismo que o brasileiro é resultado de mesclas, em proporções variadas, do branco, do amarelo e do negro, precisamos fixar desde já qual o tipo de etnia que desejamos que seja a brasileira daqui a quatrocentos ou quinhentos anos” (RCIC, 1944, n. 3, p. 509). E complementou: “Quero crer que nenhum brasileiro aspire a que, dentro de meio milênio, nossa civilização seja amarela ou negra” (RCIC, 1944, n. 3, p. 510).

⁵⁴ O autor ressalta que “A família patriarcal como que reunia em si toda a sociedade. Não só o elemento dominante, formado pelo senhor e sua família nuclear, mas também os elementos ‘intermediários’ constituídos pelo enorme número de bastardos e dependentes, além da base de escravos domésticos e, na última escala da hierarquia, os escravos da lavoura” (Souza, 2000, p. 75).

Poggi, assim como Benchimol, tinha uma interpretação positiva do mestiço; no entanto, ambos argumentavam e concordavam que era necessário o Estado brasileiro implementar medidas sanitárias adequadas para melhorar as suas condições de vida e favorecer o processo de colonização dos sertões.

Como afirmou Benchimol: “A engenharia, a medicina, a ciência de modo geral de um lado ou de outro farão desaparecer qualquer obstáculo à penetração” (RCIC, 1946, n. 2, p. 193). Seu argumento prossegue: “O isolamento, a distância, a precariedade de recursos, a rotina de trabalho, a ausência de técnica e capitais, a falta de assistência, transportes, escolas e hospitais, aniquilam o valor desse quarto de habitantes” (RCIC, 1946, n. 2, p. 194). De outra maneira, prossegue o entendimento de que os problemas enfrentados pelos brasileiros, sob uma perspectiva científica e técnica, eram de ordem estrutural.

Como é possível perceber, o foco da discussão do CIC era o desenvolvimento econômico do Brasil por meio da colonização e como o imigrante e o brasileiro nato poderiam contribuir para esse processo. Os argumentos também buscavam explicar os motivos que geraram os empecilhos do desenvolvimento no passado. Parte das explicações concentrava-se nos métodos utilizados pelos colonizadores e nos sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, o CIC também fundamentou parte de seus argumentos no pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, nascido em 11 de julho de 1902, em São Paulo, e em sua obra *Raízes do Brasil*. O intuito era compreender o perfil do colonizador português, do negro, do indígena e do mestiço no processo, e a maneira como o trabalho agrícola foi encarado por cada um desses sujeitos – em uma perspectiva que evidenciava entraves ao êxito da colonização,

[...] o colono português, que, mais aventureiro que agricultor, não se afeiçoava ao trabalho duro e lento da terra, do nomadismo do índio, mais caçador e pescador que lavrador; da indolência tropical do negro; do espírito aventureiro, inconstante, de arremetidas e hibernações próprio dos mestiços, mamelucos, caribocas, cafuzos e mulatos (RCIC, 1942, n. 3 e 4, p. 18-19).

Num período mais à frente, novamente Holanda foi evocado para explicar o tipo de colonização implementada no Brasil e seus reflexos: “Sérgio Buarque de Holanda caracterizou bem os dois espíritos que aniquilaram uma terra em exploração: 1) o espírito do trabalho e o 2) o espírito da aventura” (RCIC, 1946, n. 2, p. 195).

Apresentamos as especificidades de cada um: “No primeiro existe uma permanência e continuação e propósito de um trabalho agrícola fecundo, voltados para os valores

econômicos e morais que a terra oferece com sua cultura e sua ética” (RCIC, 1946, n. 2, p. 195).

Já no segundo exemplo, “existe o espírito da inconstância, da inquietação aventureira que faz o homem partir da terra até há pouco explorada em direção ao primeiro boato de fortuna e de emoção nova” (RCIC, 1946, n. 2, p. 195). Nitidamente, o tipo psicológico sedentário-agrícola contrasta com o tipo nômade-extrativista, que se mostrou mais influente no caso brasileiro.

Para Holanda, a colonização portuguesa foi baseada na ideia do ganho fácil; o colonizador é retratado como aventureiro (semeador), que não valorizava o trabalho metódico e criterioso. Sua riqueza foi construída com base no emprego da mão de obra escravizada e na exploração extensiva das terras de lavoura. Isso era, inclusive, um aspecto negativo, como foi ressaltado: “O sistema de trabalho fundado na escravidão, no entanto arruinou a possibilidade de um maior desenvolvimento do colonizador” RCIC, 1946, n. 2, p. 205).

Esse modelo foi problemático, na leitura do CIC, devido ao preconceito com o trabalho agrícola, considerado indigno para os homens livres, já que estava associado aos afazeres dos escravizados. Isso contribuiu para o desprestígio da formação técnica entre os filhos dos grandes proprietários rurais, que eram enviados para estudar Direito nas Escolas de Coimbra, Olinda e São Paulo. O “bacharelismo” ou “academicismo”, em alta na época, em nada teria contribuído para o desenvolvimento das áreas rurais.

Esse tipo de comportamento era nutrido pelo próprio Imperador, adepto dos estudos das ciências e das letras. A Escola de Minas, em Ouro Preto, representava a única iniciativa do período em benefício do ensino técnico e profissional (RCIC, 1942, n. 3 e 4)⁵⁵.

A partir da herança portuguesa, Holanda conceituou o brasileiro como o “homem cordial”, resultado de aspectos culturais e da estrutura social identificada no Brasil⁵⁶. Para Holanda, o colonizador era um sujeito de natureza plástica, pois o português descendia de um povo miscigenado, desprovido de orgulho racial.

Esse traço, na interpretação do CIC, foi considerado um fator favorável após a chegada ao Brasil, tendo em vista que teria dado origem a alguns tipos humanos considerados interessantes no contexto da colonização.

⁵⁵ “Idealizada por Dom Pedro II [após uma viagem à França] e fundada por Claude Henri Gorceix no dia 12 de outubro de 1876, a Escola de Minas foi pioneira em estudos geológicos, mineralógicos e metalúrgicos. [...] Após um minucioso estudo feito aqui no Brasil, Gorceix chega à conclusão de que Ouro Preto era uma região de grande riqueza geológica” (Escola de Minas, Disponível em: <http://www.em.ufop.br/index.php/historia>. Acesso em: 22 jun. 2022).

⁵⁶ “O problema, justamente, é que o homem cordial sai da esfera privada e projeta-se na esfera social e política. Ele personifica, assim, a invasão do público pelo privado” (Ferreira, 1996, p. 235).

[...] eles se misturaram sem dificuldade as populações de escravos negros ou de índios. [...], cumpre notar os cearenses, raça espantosamente robusta que vive no nordeste brasileiro submetido a secas violenta e imprevistas. [...] O planalto de São Paulo favoreceu o aparecimento de outro tipo de homem particularmente prolífero, robusto e aventureiro (bandeirantes). [...], os mineiros ou gente das Minas, espécie de montanhese, mas sedentários, camponeses, mais misturado quanto ao elemento étnico, onde o fundo branco se mantém (RCIC, 1944, n. 3, p. 511).

Na prática, o discurso do CIC enfatizava a necessidade de criar estratégias de fixação do homem ao solo. As migrações, principalmente as nordestinas, tiveram seu papel reconhecido em diversos momentos, seja em direção ao Sul, seja ao Norte do Brasil (Amazônia). Porém, os propósitos de aventura e nomadismo eram vistos como um risco ao processo de colonização.

Por isso, mesmo sendo relevantes, as migrações precisariam ser submetidas a critérios de controle pela política migratória, a fim de evitar a repetição de erros como os observados na Amazônia – destino de milhares de migrantes nordestinos que fugiam da seca e da fome, ao mesmo tempo em que eram atraídos pelo fator econômico, ou seja, “o apetite de seringa”.

Embora, como já ressaltado, o nordestino tenha sido pioneiro na Amazônia e seu papel tenha sido reconhecido por muitos membros do CIC, segundo Benchimol, muitos trabalhadores, devido à migração desordenada, não se adaptaram ao trabalho nos seringais: “O ideal seria que pudéssemos escolher os tipos de imigrantes que melhor se adaptasse às diferentes regiões brasileiras” (RCIC, 1946, n 2, p. 195).

Em seguida, é citada a especificidade da região Norte: “A amazônia, por exemplo, as condições geográficas e econômicas especiais deram origem a um problema um pouco diferente do observado em outras zonas” (RCIC, 1946, n 2, p. 195). Foi mencionado o exemplo de um cearense recém-chegado à Amazônia que não se adaptou às condições de vida e trabalho da região, “e que declarou que não dava para a seringa porque tinha ‘mocotó grosso’: ‘A seringa é para todo mundo, mas nem todo mundo é para a seringa’” (RCIC, 1946, n 2, p. 195).

O ponto em discussão não era a aptidão individual do cearense, mas sim a necessidade de critérios técnicos na seleção dos trabalhadores enviados à região. Nessa condição, afirmava-se: “teremos que conseguir homens arrojados e ambiciosos, cheios de saúde, inteligência e coragem para o povoamento do nosso solo”. Condições indispensáveis [...] para a exploração e o aproveitamento das nossas terras incultas” (RCIC, 1946, n 2, p. 195).

Outro intelectual que teve suas ideias tomadas como referência nesse processo de interpretação da população brasileira – especialmente nos debates sobre imigração, colonização e o tipo ideal de trabalhador – foi Djacir Menezes, nascido em Maranguape, cidade próxima a Fortaleza (CE), em novembro de 1907.

O CIC recorreu a um artigo do sociólogo, intitulado *Formação das Populações Sertanejas*, no qual ele abordava o processo de miscigenação marcado pela influência indígena no povoamento dos sertões nordestinos. Como exemplo, foi mencionado que diversas cidades cearenses daquele período foram precedidas por aldeamentos indígenas, ou seja: “Estes formavam a massa sedimentar da etnogêne das caatingas” (RCIC, 1942, n. 3-4, p. 174). O excerto seguinte detalha um pouco mais esse processo formativo:

A influência do sangue íncola é perceptível na morfologia do sertanejo atual. O sangue cariri, até dos ges e caraibas, conflui ao “meltingpot” das caatingas. Outros grupos, cuja discriminação classificativa não está bem assente, como, os fulmos e os caripós, recentemente observados por Pompeu Sobrinho, são dignos, de atenção. Inúmeros são os sinais que a cultura cariri imprimiu aos usos locais, ora persistindo nas danças, ora nos vocábulos do nosso falar comum. O negro, o holandês, o francês, o cigano e o judeu formam os contingentes de sangue que afluíram à etnogênese das caatingas. Os dois últimos contribuíram com cota muito insignificante (RCIC, 1942, n. 3-4, p. 174).

Djacir Menezes destacou que, embora o tipo descendente de sangue indígena não tenha se adaptado ao trabalho agrícola, era fortemente inclinado ao ofício de vaqueiro. Importante lembrar que o mameluco – resultado do cruzamento entre branco e indígena, ao qual o sociólogo faz referência – era considerado, inclusive por Oliveira Vianna, um tipo mestiço com possibilidades de mobilidade social.

A percepção de Menezes evidencia como seu olhar se concentrava nas especificidades dos sertões nordestinos: “o nordeste pastoral do trabalho livre”, diferente do “Nordeste açucareiro de sangue negro” “aristocracia feudalóide” de Freyre. Ao reconhecer a importância do papel do elemento indígena, ainda afirmou: “Ele compartilha vivamente das lutas, das rivalidades entre famílias, como os 80 paiacus que capangueavam os Feitosas contra os Montes” (RCIC, 1942, n. 3-4, p. 174).

A participação ativa dos indígenas nos conflitos – mesmo que Menezes tenha citado apenas os aliados dos Feitosas – evidencia que esses sujeitos estiveram envolvidos de forma

significativa, inclusive violenta, nos embates do período colonial, contrariando a ideia de passividade frequentemente atribuída a eles⁵⁷.

Alexandre Barbalho (2023) destaca que, no livro *O Outro Nordeste*, lançado em 1937, Djacir Menezes, ao pensar a nação brasileira e a identidade nacional, distanciava-se de seu contemporâneo Gilberto Freyre, que em *Nordeste* focou na civilização patriarcal oriunda do ciclo do açúcar. A obra de Menezes se aproxima muito mais de autores como Oliveira Vianna (*Populações Meridionais*), Freyre (*Sobrados e Mucambos*) e Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*), todos publicados em períodos anteriores. Barbalho (2023), todavia, enfatiza que os marcadores de diferença daquele período eram diversos. Em outras palavras, os sentidos das produções variavam significativamente entre os autores.

Dada a diversidade regional, era impossível pensar a sociedade brasileira em termos homogêneos. No caso de *O Outro Nordeste*, o objetivo “era ser um estudo rigoroso a partir de uma abordagem objetiva, contrapondo-se, dessa forma, ao determinismo naturalista e ao idealismo que vigoravam até então nas interpretações do Brasil” (Barbalho, 2023, p. 222).

No aspecto metodológico, Barbalho afirma que Djacir Menezes foi o “primeiro, utilizar-se da sociologia como conhecimento científico rigoroso e preciso dos fenômenos sociais; segundo, partir de uma orientação materialista que privilegiasse o estudo das relações sociais de produção” (Barbalho, 2023, p. 222).

Dessa forma, sobressaía o Nordeste dos beatos, cangaceiros e da região pastoral de “trabalho livre” – muito próximo das representações que identificamos em obras adaptadas para a televisão e na literatura popular. Vale destacar que essas mesmas identidades estereotipadas são problematizadas por Albuquerque Júnior (2011).

Barbalho (2023), contudo, lamenta que *O Outro Nordeste* não tenha alcançado a mesma repercussão que outras obras contemporâneas sobre o tema, e que Djacir Menezes tenha deixado de ser lembrado como um clássico da sociologia: “Ainda que o seu Nordeste seja o que até hoje habita o imaginário nacional, e não o das terras e águas fartas freyriano” (Barbalho, 2023, p. 222).

Em síntese, notamos que as ideias dos autores antirracistas, como Roquette-Pinto, Gilberto Freyre e Artur Ramos, entre outros, embora marcadas por limitações, paradoxos e ambiências próprias de seu tempo, suscitaram mudanças importantes – principalmente a partir da segunda metade da década de 1930, com suas críticas ao radicalismo eugênico e racial.

⁵⁷ Ver mais sobre guerra entre os Montes e dos Feitosas em: BARROSO, Gustavo. **A margem da História do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

Esse movimento culminou, inclusive, com a desarticulação do ideário eugênico durante o Estado Novo.

Em vez de se centrar na interpretação do elemento nacional sob a visão do racismo biológico, passou-se a enfatizar os problemas sociais e a defesa de uma política médico-sanitária – especialmente para os habitantes dos sertões –, o que acarretou transformações fundamentais, ainda assim de forma paulatina. Essa mudança contribuiu para a valorização do mestiço e de seu papel na constituição da identidade brasileira.

Ainda assim, persistiram ideias excludentes, como demonstra a legislação imigratória que continuou impondo rígidos padrões de seleção – como a restrição à entrada de imigrantes africanos no Brasil e o estabelecimento da cota anual de apenas 5% para os imigrantes amarelos, conforme a Emenda n. 21-E, proposta por Miguel Couto (Souza, 2022; RCIC, 1944, n. 3).

Percebemos que foi na diversidade cultural apontada pelas múltiplas perspectivas dos intérpretes do Brasil que a política varguista procurou identificar a “essência brasileira”, que passou a ser valorizada na mestiçagem. Uma das estratégias do discurso oficial para legitimar esse pensamento foi o texto introdutório do Censo Demográfico de 1940, escrito por Fernando Azevedo – o que revela a importância do governo em certificar essa visão por meio de um documento oficial e amplamente disseminado.

Para o sociólogo, “a mistura ou caldeamento de raças heterogêneas, não eram antagônicas, é um fato normal, não só útil, mas indispensável à evolução ética do povo brasileiro. Não é um problema, mas antes a solução natural (Azevedo, 1944, p. 34).

Para Azevedo, foram os deslocamentos das populações que favoreceram o cruzamento, que resultou em um processo biológico e natural. Outro aspecto positivo desse cenário seria, de acordo com o autor, a “ausência de preconceitos raciais no Brasil” – fator que teria permitido que o caldeamento das raças branca, africana e ameríndia constituísse o povo brasileiro.

Inclusive, ele considerava que o sangue mais rico e heterogêneo era uma das características das civilizações avançadas. Com base nisso, “no Brasil [...] esse caldeamento e mistura de raças, desde os albores de sua vida, pode estar preparando o húmus biológico para florir uma nova civilização” (Azevedo, 1944, p. 34).

Embora, na nossa opinião, essa interpretação sobre a mestiçagem não tenha resolvido os problemas étnico-raciais presentes em nossa sociedade – como o racismo estrutural que persiste até os dias atuais –, sua difusão merece ser problematizada.

Ao destacar outros aspectos relacionados à mestiçagem, o professor Kabengele Munanga lembra que esse processo foi, inicialmente, marcado pela violência do colonizador, “os brancos não hesitaram em manter relações sexuais com as mulheres negras, índias e mestiças, isso não significa em absoluto que aceitaram os princípios de igualdade racial” (Munanga, 2019, p. 42).

Fundamentado em um olhar voltado para a conjuntura colonial, o antropólogo ainda ressalta: “a mestiçagem deveria ser encarada, primeiramente, não como um sinal de integração e de harmonia social, mas sim como dupla opressão racial e sexual, e o mulato como símbolo eloquente da exploração sexual da mulher escravizada pelo senhor branco (Munanga, 2019, p. 42).

Além disso, Munanga alerta para os prejuízos causados pelo ideário da mestiçagem e do branqueamento, já que esse “roubou dos movimentos negros o ditado ‘a união faz a força’ ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos” (Munanga, 2019, p. 25).

Vale lembrar que os povos indígenas também sofreram tentativas de apagamento de suas existências e histórias. Um exemplo é o Censo de 1940, que substituiu a classificação de “raça” pela de “cor” – nesse contexto, os indígenas foram registrados como “pardos”, tudo em nome de uma homogeneidade mestiça. Essa postura pode ser confirmada pela afirmação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI): “Não queremos que o índio permaneça índio. Nosso trabalho tem por destino sua incorporação à nacionalidade brasileira” (Garfield; College, 2000, p. 18).

Munanga (2019) também ressalta que a ideia de branqueamento – e o sonho de um dia adentrar na identidade branca, vista como superior – prejudicou a construção de uma identidade pautada na negritude e na própria mestiçagem.

1.3 A migração e a política de controle dos deslocamentos

Ao centralizar a burocracia estatal, o governo Vargas também se empenhou em organizar e direcionar a mobilidade interna. O passo seguinte, após reconhecer o papel do trabalhador nacional no processo de desenvolvimento econômico do Brasil, foi estabelecer uma legislação que possibilitasse seu controle. Assim ficou instituído: “A direção dessa migração de trabalhadores nacionais é atribuição legal desse Departamento, por força dos decretos ns. 19.482, de 12-12-930, 3.010, de 20-8-938, e 1.023-A, de 31-12-938”.

Quanto às competências,

[...] compete ao Conselho de Imigração e Colonização, de acordo com o seu regimento interno e decreto n. 3.010, acima citada, estudar os fenômenos das migrações nas diferentes zonas do país, bem assim, a permuta interestadual de trabalhadores rurais, e, também, estudar e indicar aos poderes públicos os meios capazes de remediar a desocupação. Além disso, é de sua atribuição organizar o plano de exploração econômica da Amazônia e sua colonização de preferência com elementos nacionais (RCIC, 1942, n. 2, p. 21)⁵⁸.

O Estado reconheceu a importância do deslocamento da mão de obra, mas também percebeu, a partir das experiências anteriores, que existiam falhas, desde o início, no processo de recrutamento dos trabalhadores. Assim, o estabelecimento de uma legislação foi a maneira encontrada de centralizar, controlar a mobilidade e regulamentar as condições de trabalho.

Segundo o CIC, a seleção tinha como intuito evitar o recrutamento indiscriminado de braços nos estados do Nordeste: “O plano elaborado pelo C.I.C., e aprovado pelo Senhor Presidente da República, prevê agora um sistema da seleção da mão de obra, a qual será feita in loco pela Divisão do Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura, com auxílio das autoridades locais” (RCIC, 1942, n. 2, p. 21). Para não causar prejuízos à mão de obra local, as autoridades do município precisavam autorizar o recrutamento de trabalhadores.

Embora a exploração e a colonização da Amazônia tenham enfatizado os planos do governo, existia outra rota que despertava o interesse dos migrantes, que era o deslocamento para o Sul do Brasil, especialmente em direção a São Paulo.

De acordo com as informações do CIC:

O rio São Francisco é uma das vias principais das migrações internas do país e por ela, desde muito tempo, trabalhadores do sertão da Bahia, Paraíba, Pernambuco, Ceará e Piauí encaminham-se, principalmente, em demanda dos pontos terminais da Estrada de Ferro Central do Brasil no Estado de Minas, isto é Pirapora e Montes Claros. Nessas cidades é lhes fácil obter transporte gratuito para o Estado de São Paulo, onde encontrarão uma colocação satisfatoriamente remunerada na agricultura (RCIC, 1942, n. 2, p. 21).

⁵⁸ Sobre algumas das disposições gerais: “O governo abrirá o crédito de 2.000 conto de réis sendo a quantia depositada no Banco do Brasil, à disposição do Conselho de Imigração e Colonização, para atender as seguintes despesas: a) diárias e transporte de pessoal; b) assistência médica e farmacêutica dos trabalhadores, auxiliando os organismos estaduais; c) pagamento de pessoal extranumerário, para atender as necessidades dos Departamentos que vão colaborar com o Conselho de Imigração e Colonização; d) pagamento de passagens Lloyd Brasileiro, se, porventura, a concessão de transporte dos trabalhadores não for gratuita; e) hospedagem e alimentação dos trabalhadores; f) despesas de passagens e transporte em empresas particulares; g) construção de abrigos e aquisição do que se tornar necessário à instalação dos trabalhadores, roupas de cama e mesa, mobiliário, etc.” (RCIC, 1942, n. 2, p. 21).

Aqui nos deparamos com elementos importantes para compreender o controle do agenciamento de mão de obra no Norte de Minas e o motivo dos trabalhadores não serem agenciados nos seus estados de origem, como no exemplo daqueles que migravam para a Amazônia⁵⁹. O primeiro deles é em razão de o CIC ter estabelecido que uma das suas prioridades era o combate aos aliciadores de mão de obra, as atividades de recrutamento deveriam ser centralizadas e administradas pelo próprio órgão: “Fica proibido qualquer aliciamento (art. 172, item 10, do decreto n. 3. 010)” (RCIC, 1942, n. 2, p. 21)⁶⁰.

Nessa situação, o CIC esclareceu que suas intenções era impedir os aliciamentos, “promovidos por agentes ou firmas interessadas em facilitar o deslocamento dessas massas, pouco se lhes importando as garantias oferecidas ou o despovoamento dos campos” (RCIC, 1942, n. 2, p. 81). Ou seja, preocupava os conselheiros, que, a ausência de um controle eficiente do movimento migratório poderia impedir o governo de ter uma noção exata da população que se transferia de um estado para outro e os prejuízos causados pelo decréscimo de uma região em benefício de outra (RCIC, 1942, n. 3 e 4, p. 155).

Outro dado que verificamos foi a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil no Norte de Minas; isso contribuiu para que muitos trabalhadores se deslocassem para Montes Claros e Pirapora, no intuito de embarcar para São Paulo⁶¹. Ao notar certa concentração de trabalhadores nessas cidades, os aliciadores ligados às empresas privadas que agenciavam mão de obra concentraram suas atividades nas localidades citadas, uma vez que, assim, evitavam as fiscalizações das autoridades nas regiões de origem dos migrantes. Esse movimento colaborou para que muitos trabalhadores se deslocassem para o Norte de Minas, na esperança de serem recrutados pelos aliciadores.

Nesse contexto, por meio das centralizações promovidas pelo Estado, o CIC entendeu ser conveniente estabelecer, nessas cidades, os seus postos avançados. Dessa forma, o órgão assumiu o controle do agenciamento de mão de obra. A triagem médica, ou exame médico, era um dos critérios a serem cumpridos no processo de recrutamento de trabalhadores.

Outro objetivo do Estado brasileiro, além de regulamentar a migração, foi estabelecer medidas “para fixar o sertanejo em seu próprio habitat” (RCIC, 1942, n. 2, p. 29). Mas não se

⁵⁹ “Para o transporte da mão de obra já selecionada pela Divisão de Fomento Agrícola, o Conselho conta com a cooperação do Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho. Este recebe os sertanejos nos portos do nordeste, submete-os a exame médico, identifica-os e os embarca para Manaus” (RCIC, 1942, n. 2, p. 21).

⁶⁰ “Pretende o governo evitar a ação perniciosa dos aliciadores, que procuram atrair homens de boa fé, com promessas enganosas, impedindo que sejam explorados ou maltratados, e que não sejam lançados, ao acaso, no convés de um navio, comprometendo sua saúde e a vida e que, finalmente, as respectivas locações de serviços fiquem plenamente garantidas” (RCIC, 1942, n. 2, p. 31).

⁶¹ Na realidade, o deslocamento para Montes Claros era realizado nos caminhões paus-de-arara pelas estradas de terra.

tratava apenas de frear o “êxodo rural”; era necessário, no entendimento de Vargas, melhorar as condições de vida dos camponeses e do operariado rural, além de aumentar a produtividade agrária. Desse modo, esse setor seria fortalecido e se tornaria um consumidor potencial dos produtos das novas indústrias urbanas.

Diante dos diagnósticos e constatações que vinham sendo feitos por intelectuais de diversas áreas, como os sanitaristas, o governo entendeu que deveria oferecer aos trabalhadores rurais melhores condições de vida, por meio da oferta de serviços como educação, moradia, nutrição e saúde. O CIC, nesse sentido, fez a seguinte afirmação, “vê se o rurícola relegado ao mais absoluto esquecimento, mal alimentado, mal vestido, descalço roído pela ancilostomíase, habitando casas anti-higiênicas, sem qualquer amparo da lei, ou com leis que nunca foram colocadas em prática” (RCIC, 1946, n. 3, p. 479).

A proposta do CIC era desenvolver uma educação voltada para a vida rural, pautada em uma esclarecida política sanitária, no ensino dos benefícios da comunhão social e na instrução aos trabalhadores para utilizar os recursos naturais, “a familiarizar-se com os melhores métodos de cultura e criação; a ler e escrever; construir sua casa de forma higiênica e confortável; com o material que tem à mão em seu próprio meio; enfim amar a sua terra que tudo lhe dá, apegando-se fervorosamente a ela” (RCIC, 1942, n. 3-4, p. 26).

Para Teixeira de Freitas⁶², membro do Ministério da Educação, o projeto redentor do Brasil devia ser baseado no binômio: “Educar-povoar”, concretizado na Colônia-escola. Além da ênfase na formação técnica, como já ocorria no ramo industrial, sugeria-se promover sua extensão ao setor agrícola.

No entendimento do governo, as melhorias como educação e higiene não poderiam ficar restritas apenas a algumas “zonas”; os benefícios deveriam ser estendidos também ao operariado rural, que vivia distante das vantagens proporcionadas pela “civilização”. Mas essa não era a única preocupação do CIC. Ao controlar o “êxodo”, o órgão também buscava evitar o superpovoamento das cidades⁶³.

⁶² “A convite do Governo Provisório instaurado pela Revolução de 30, transferiu-se para o Rio de Janeiro para colaborar na organização do Ministério da Educação e Saúde Pública, no qual passou a dirigir a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação. Concebe, então, o plano de cooperação interadministrativa, de âmbito nacional, e que, estruturando e unificando as estatísticas do ensino em todo o país, seria o ponto de partida da evolução do sistema estatístico brasileiro. A criação máxima do pensamento e ação de Teixeira de Freitas foi, sem dúvida, o IBGE” (Memória IBGE, 2016). Disponível em: [www.https://encurtador.com.br/kwxQU](https://encurtador.com.br/kwxQU). Acesso em: 10 out. 2022.

⁶³ Existia também certo temor das “classes perigosas”, assim informou o CIC: “As massas de flagelados ameaçam as cidades e o comércio prestes a ser saqueado por aqueles infelizes brasileiros, que, após longas caminhadas, em busca de trabalho, pediam pão para mitigar a fome” (RCIC, 1942, n. 2, p. 35).

Outra preocupação era o esvaziamento do campo. Os dados do Censo de 1940 demonstraram um grande e preocupante número de casas vazias nos municípios da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Minas Gerais. Paralelamente, as informações do Serviço de Imigração e Colonização confirmaram a entrada de um expressivo contingente de migrantes nordestinos no estado de São Paulo. Apenas entre as décadas de 1920 e 1940, foram encaminhados para o interior paulista 701.302 trabalhadores nacionais. Devemos considerar que os migrantes também se deslocavam para esse estado utilizando outros meios, como os serviços dos aliciadores, ou mesmo com recursos próprios.

O CIC esclareceu que o deslocamento de sertanejos era anterior ao Censo de 1920; porém, notava-se um aumento da mobilidade nos últimos anos. A demanda por mão de obra se dava em razão de que, no “pós-Revolução de 1930”, o governo impôs barreiras à imigração estrangeira. Outro fator contributivo desse fenômeno foram as secas que assolaram o Nordeste do Brasil.

Os recenseadores constataram também que o deslocamento do homem para a cidade era explicado pelas péssimas condições sanitárias de algumas regiões do país. A esperança era de que, no espaço urbano, encontrassem algum conforto higiênico, pois o sertanejo estava “cansado” de lutar contra as endemias, em especial a malária (RCIC, 1942, n. 3 e 4).

O conselheiro Dulphe Pinheiro Machado, no início da década de 1940, em uma viagem de inspeção aos estados do Nordeste e do Norte, também fez algumas observações em relação aos reflexos da seca na vida do trabalhador sertanejo. A maior consequência das estiagens constatadas era a carência de gêneros alimentícios. Quando havia algum alimento, a ausência de combustível inviabilizava o abastecimento em algumas “zonas”, ou ele era comercializado por um preço elevado. Como afirmou o conselheiro, “a carestia da vida é o proteiforme flagelo” (RCIC, 1942, n. 2, p. 89).

Em relação à alimentação, os sertanejos dispunham de farinha de mandioca, feijão, toucinho e rapadura; a carne e o arroz eram adicionados excepcionalmente ao prato. As hortaliças ficavam restritas apenas à couve e ao coentro. A alimentação na primeira infância também era limitada: “o que se observa no sertão é profundamente contristador, [...] a criança rural é a maior vítima, é quem paga o maior tributo da ignorância dos preceitos da puericultura e da higiene alimentar das mães” (RCIC, 1942, n. 2, p. 84).

A população sertaneja sofria com o esgotamento provocado pelo desequilíbrio econômico e fisiológico imposto pela seca. Passavam fome porque os salários não eram suficientes. Além disso, eram cobradas taxas dos trabalhadores, e os preços dos gêneros alimentícios eram exorbitantes nos barracões dos patrões. Fiscalizar essa situação, segundo o

conselheiro, era algo inviável sem uma legislação adequada. Dessa maneira, era praticamente impossível alimentar as numerosas famílias.

1.3.1 Os Encargos da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas no governo Vargas

Os problemas sociais que afligiam os nordestinos, na visão de Dulphe Pinheiro Machado, desafiavam a perspicácia dos economistas e dos homens de Estado, mas que precisavam ser enfrentados. Esta foi uma das alternativas propostas pelo conselheiro:

[...] é necessário a criação de um Serviço Federal, autônomo, que se incuba de acompanhar, estudar e procurar resolver os casos mais urgentes, que as circunstâncias forem focalizando, com íntima colaboração com os organismos especializados, sistematizando todas as providências, controlando os estoques intencionalmente feitos, adotando medidas práticas, prontas e enérgicas, de modo a impedir a ação desenvolvidas pelos açambarcadores e interessados no aumento dos preços das mercadorias (RCIC, 1942, n. 2, p. 89).

Para viabilizar seu programa, o governo não criou um novo órgão federal, como propôs o conselheiro, mas fez adaptações em outro já existente: a Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca. Na opinião de Dulphe Pinheiro Machado, a Inspetoria deveria ser remodelada, “conferindo-lhe a necessária autarquia, gozando da mais ampla autonomia técnica e administrativa, inteiramente alheia às contingências da burocracia, dispondo de recursos e assistida por um conselheiro diretor e um representante em cada estado nordestino” (RCIC, 1942, n. 2, p. 89). Os parâmetros de organização propostos pelo conselheiro possibilitariam, sobretudo, dar continuidade às ações construtivas.

A Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) foi fundada em 21 de outubro de 1909, por meio do Decreto n. 7.619. O órgão ficou subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas⁶⁴. Criada no governo de Nilo Peçanha, a IOCS foi idealizada com o objetivo de desenvolver estratégias e ações de maneira centralizada no combate às secas periódicas que assolavam os estados da Região Nordeste. Um adendo federal foi acrescido em 1919, passando a se chamar IFOCS e, em 1945, sua nomenclatura foi novamente alterada para Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

⁶⁴ “Sua criação ocorreu durante o governo do fluminense Nilo Peçanha, que exerceu a presidência da República por 17 meses (de junho de 1909 a novembro de 1910) e procurava formar sob sua liderança um eixo alternativo de poder que fizesse frente ao bloco hegemônico São Paulo-Minas Gerais. Criar um órgão para combater as secas no Nordeste do país representaria distribuir uma parcela do poder para os estados da região, que sofriam com o fenômeno” (Disponível em: [INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS \(IFOCS\) Órgão criado pelo Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, subordinado](#). Acesso em: 20 out. 2022).

Para que o projeto fosse colocado em prática, segundo Santos (2003), ocorreu uma etapa de preparação de ordem científica e técnica; o seu primeiro inspetor, o engenheiro Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa, já tinha experiência na gestão de órgãos públicos. Suas ideias eram fundamentadas na perspectiva antropogeográfica – uma corrente de pensamento que estudava as influências combinadas do homem e do meio, vivida por ele no desenvolvimento das nações⁶⁵. Assim, a seca era vista por Lisboa como um fenômeno múltiplo, físico, econômico e social.

Para Santos (2003), Arrojado Lisboa entendia que a irregularidade e escassez de chuvas acarretavam a perda da colheita; as pastagens para o gado secavam e desapareciam; a falta de alimentação, também para o homem, provocava o que ele chamava de “transplantação” da população atingida por esse fenômeno para as cidades, que dispunham de maiores recursos. Não obstante, nos centros urbanos, eles se amontoavam em acampamentos improvisados, sem trabalho e alimentação, suscetíveis à propagação da peste.

A pesquisadora também realça que, devido à insuficiência de verbas, não foram todos os estados atendidos na mesma proporção. Na primeira e segunda seções de atuação da IOCS, os estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba obtiveram melhores resultados. O Ceará e o Rio Grande do Norte foram visitados por comissões técnicas, que realizaram projetos e orçamentos de açudagem. Para outros estados, como a Paraíba e os vizinhos do Norte, foram realizados apenas levantamentos gerais dos aspectos geográfico, hidrológico e geológico, assim como a construção de obras de açudagem e irrigação. Também foi feito o reconhecimento de Pernambuco e Bahia; no primeiro estado e no norte do Piauí, foi iniciado o serviço de perfuração de poços.

No fim do ano de 1910, já na terceira seção, a sede da IOCS foi estabelecida em Salvador, capital da Bahia. A partir desse momento, foram realizados diversos levantamentos topográficos, reconhecimentos geológicos e mapas de estudos de diversos estados (Santos, 2003).

No governo Vargas, a Inspetoria passou a ter encargos de ordem técnico-administrativa e de caráter acentuadamente social, dado que seu propósito era melhorar as condições de vida de milhares de brasileiros. Do ponto de vista do conselheiro, as ações não poderiam ser pautadas em formalismos burocráticos que limitassem as verbas orçamentárias. Isso em virtude de dela depender “uma população inteira, que sofre e que vive resignada ante a uma fatalidade climática, que, nos ciclos mais graves, morre de fome,

⁶⁵ Ver: Daniel Bruno Vasconcelos (2018).

perde irremediavelmente seus bens e fica sujeita a todas as corrupções morais” (RCIC, 1942, n. 2, p. 89).

O principal resultado desse trabalho deveria ser a “valorização do material humano”, que vinha se perdendo ao se enfraquecer, dia após dia, em um completo aniquilamento. E complementou ainda: “São milhares de brasileiros infelizes, que vivem passando fome e dormindo mal, incapazes, portanto, de prestar um trabalho eficiente” (RCIC, 1942, n. 2, p. 62).

Segundo Neves (2000), Getúlio Vargas enfrentou duas grandes secas do período em que ele chegou ao poder até 1945, que foram em 1932 e 1942. Em 1932, foi a primeira vez que o Estado brasileiro fez uma intervenção na seca no semiárido de forma coordenada e centralizada. O que não ocorria desde 1877, quando começaram as primeiras ações de combate às secas. Entretanto, Neves (2000) destaca que a seca faz parte de uma conjuntura que inclui uma teia de relacionamentos políticos e sociais já enraizada na sociedade brasileira. Por isso, seu enfrentamento era bastante complexo.

Porém, quando ocorreram as ações da IFOCS no governo Vargas, elas foram antecedidas de um trabalho de levantamento de dados, como o mapeamento das regiões atingidas pelas secas – os locais onde concentrou sua atuação. O que não deixou de viabilizar o trabalho a ser desempenhado no pós-1930, mas também não reduziu os méritos de Vargas por coordenar de maneira centralizada as atividades, com forte atuação de outros órgãos, como o CIC, que produziram relatórios, auxiliando nas ações coordenadas com o IFOCS.

Essa reestruturação administrativa sugerida pelo conselheiro Dulphe Pinheiro Machado ocorreu com base nas suas inspeções técnicas, quando ele constatou certas imprecisões na atuação da IFOCS. Um dos exemplos ocorreu na visita às obras da rodovia Transnordestina, a estrada que liga o Ceará à Bahia.

Assim afirma o conselheiro: “Encontrei 6.000 homens em trabalho, todavia com a natural desorganização, devido a esse número bastante elevado e a falta de ferramenta” (RCIC, 1942, n. 2, p. 68, grifo do autor). Percebemos que a “desorganização” foi relatada como “natural”, ou seja, era algo que o conselheiro já vinha observando nas atividades do IFOCS e que carecia de ser revisto.

Outras medidas também foram adotadas, como a melhoria da alimentação dos sertanejos empregados nas Obras Contra a Seca e o controle dos preços dos gêneros alimentícios. Foi estabelecida uma linha direta entre Fortaleza e Manaus, o que agilizou o transporte dos trabalhadores e a fundação de alguns núcleos coloniais. Entre as ações também foi proposto: “Desapropriar as terras irrigáveis dos açudes para serem loteadas e arrendadas

ou vendidas aos nordestinos; desapropriar os latifúndios, onde possam ser localizados os nordestinos, de conformidade com o regulamento vigente” (RCIC, 1942, n. 2, p. 91). Mas esse assunto será abordado com mais ênfase na seção seguinte.

1. 4 O governo de Getúlio Vargas e a reorganização da vida rural

Ao abordar o governo Vargas e sua relação com o operariado rural, carece, antes de tudo, fazermos um breve esclarecimento, em relação a algumas perspectivas interpretativas sobre o tema. Entre elas, “a ‘tese básica’ da ‘indiferença’ de Vargas ao ‘atraso histórico’ dos camponeses” (Welch, 2016, p. 84).

Sob esse ponto de vista, Vargas teve uma forte atuação no mundo urbano, mas em se tratando do campo, ele teria se calado. Um dos defensores dessa tese, segundo Welch (2016), foi Fernando Azevedo. Para esse sociólogo, os camponeses e os trabalhadores rurais foram excluídos dos direitos sociais pelo governo Vargas. Nesse sentido, a vida no campo teria sido marcada por uma relação de harmonia, “paz agrária”, entre o Estado e os grandes proprietários.

Segundo Welch (2016), sem provas – sem documentação –, Azevedo baseou seus estudos na tese de José Martins de Souza, na obra: *O Poder do Atraso*. O também sociólogo entendia que, ao estabelecer uma espécie de pacto político com os coronéis, Vargas não teria realizado nenhum tipo de interferência em prol do trabalhador rural. Os historiadores Maria Celina D’Araujo e Boris Fausto, embora tenham fundamentado suas pesquisas em fontes, também entenderam que apenas o setor urbano foi beneficiado pelas políticas trabalhistas da Era Vargas.

Em outra vertente, Marcus Dezemone reconhece a herança positiva do governo Vargas para os trabalhadores rurais. Entre elas, o autor destaca três aspectos: as legislações elaboradas no seu primeiro governo para o mundo rural; no período do Estado Novo, o discurso massificado de valorização dirigido a todos os trabalhadores; as cartas escritas pelos trabalhadores endereçadas a Vargas demonstravam a recepção e utilização dessas medidas, e de outras que vieram em períodos posteriores. E os próprios estudos realizados com os camponeses evidenciam a lembrança positiva desse período, o qual ficou marcado em suas memórias, como o “tempo de Getúlio”, o “tempo da fartura” e das leis que ele deixou⁶⁶.

⁶⁶ Ver em: DEZEMONE, Marcus. Mundo rural e Era Vargas: direitos, papel do campo e legislação social na historiografia recente. **Revista Tempo Histórico**, v. 16, p. 219 - 245, 2º sem. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistatempohistorico>. Acesso em: 22 maio 2022.

As pesquisas de Clifford Andrew Welch também oferecem importantes contribuições, nomeadamente por o autor ter descoberto e utilizado fontes inéditas. Suas investigações foram iniciadas fora do Brasil, na década de 1980, na biblioteca da Duke University. O pesquisador identificou alguns documentos fundamentais na sua análise, como a coleção que continha todos os discursos de Vargas (1938-1947). Assim como os Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social (IDS, 1943-1945), ocorrido em 1941. Esse evento foi patrocinado pelo Instituto de Direito Social (IDS), o qual contou com a participação de pensadores influentes da época ligados à Igreja Católica, também juristas, professores e burocratas⁶⁷.

Welch (2016) cita que as menções ao “homem do campo” eram recorrentes nessas fontes, sempre acompanhadas do argumento de que os camponeses e o operariado rural deveriam ter suas condições de vida melhoradas. Ao colocar essa ideia em prática, o governo conseguiria frear o êxodo rural, aumentar a produtividade do setor agrário e ainda o fortalecer como consumidor da produção industrial urbana⁶⁸. Como Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1999, p. 152) enfatizaram: “O campo assistiria, daí em diante, a grandes mudanças. O processo desencadeado na década de 1930 não seria mais detido”.

“A questão social” já era algo previsto em uma das seções da Plataforma da Aliança Liberal (AL), anunciada por Vargas em 1930. As melhorias nas condições de vida de todos os trabalhadores abrangiam educação, moradia e alimentação⁶⁹. Dada a inexistência dos sindicatos de trabalhadores agrários, o governo entendia que seria fundamental também promover a formação de alguns sindicatos.

Para os fazendeiros, o ministro Lindolfo Collor argumentou que a criação dos sindicatos seria um caminho pelo qual trabalhadores e empregadores poderiam contribuir com o projeto de uma política agrícola para o Brasil. Nesse âmbito, o artigo 26 do Decreto 24.694, de 12 de julho de 1934, regulamentava o trabalho agrícola, abrangendo, observadas as limitações, os direitos sociais e econômicos dos empregados do campo. Welch (2016) ainda ressalta que essa preocupação em promover a formação de sindicatos rurais também aparece na Carta Corporativista de 1937.

⁶⁷ Essa discussão se encontra também na tese de doutorado de WELCH, Clifford Andrew. **Rural Labor and the Brazilian Revolution in São Paulo, 1930-1964**. Tese (Doutorado em História) – Duke University. Durham, NC, 1990.

⁶⁸ A pesquisa do autor também serviu de base para os historiadores Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva escreverem sobre o assunto em: LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos T. da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

⁶⁹ O pesquisador afirma que a proposta “relembra algumas das propostas apresentadas pelo Bloco Operário e Camponês (BOC), uma frente popular do Partido Comunista do Brasil (PCB). [...] Vargas astutamente se utilizou de sua retórica afinada com as preocupações do BOC para atrair adeptos à sua causa e diluir a influência de seus oponentes” (Welch, 2016, p. 84).

Segundo Welch (2016), ao confiar na mão de obra brasileira, Vargas entendia que era necessário cumprir os padrões de relações de trabalho estipulados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). E uma das maneiras de alcançar a meta de racionalizar as relações de trabalho seria por meio da intervenção estatal. Em 1931, Lindolfo Collor, ministro do Trabalho, articulou um conjunto de ideias para organizar socialmente o campo. Para implementar o projeto nacional, o Estado se articulou, sobrepondo-se às rivalidades das elites regionais.

Embora tenha ocorrido uma intensa campanha dos pecuaristas e fazendeiros paulistas, no intuito de excluir os trabalhadores rurais da nova legislação, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na realidade, conforme o autor, os fazendeiros de São Paulo não queriam que a organização da vida rural ocorresse sem a participação deles, devido à falta de influência do grupo no governo Vargas⁷⁰.

No discurso de Vargas, em 1º de maio, em um estádio de futebol no Rio de Janeiro, novamente percebemos o propósito do governo. Quando dirigiu sua fala mais uma vez aos trabalhadores rurais, o presidente enfatizou a necessidade de despertar o senso de justiça e igualdade para todos os trabalhadores. Além disso, destacou a necessidade de elevar o padrão de vida no campo: caso não fosse igualado ao da cidade, a situação dos trabalhadores urbanos pioraria com a competição provocada pelo “êxodo rural” (Welch, 2016, p. 96).

Em 4 de maio de 1943, em comemoração ao Dia do Trabalho, Vargas anunciou a instituição da CLT. A legislação aplicava regras gerais semelhantes para os trabalhadores rurais e urbanos quanto ao “salário mínimo (artigos 76-128), férias (artigos 129-131), contrato de trabalho (artigos 442- 467), aviso prévio (artigos 487- 491) e limitações para os pagamentos em bens em vez de moeda corrente (artigo 506)” (Welch, 2016, p. 96)⁷¹.

A nova legislação deixava claro que o salário mínimo deveria ser pago sem distinção de sexo, visto que existiam empregadores que consideravam o trabalho das mulheres menos eficiente em relação à mão de obra masculina (RCIC, 1946, n. 3)⁷².

A questão dos latifundiários e as condições em que se encontravam os trabalhadores rurais também era algo que o governo entendia que precisava ser enfrentado. As próprias

⁷⁰ O autor afirma que: “Vargas estava determinado a ir reduzindo gradualmente o poder dos cafeicultores e barões do gado que presidiam a SRB. Excluiu-os de um papel na “organização da vida rural” do país com o Decreto 8.127 e, com o Decreto 7.038, criou mecanismos institucionais para que os camponeses fizessem o serviço eventualmente em seu lugar” (Welch, 2016, p. 96).

⁷¹ “Diz o art. 5.º da Consolidação das Leis do Trabalho ‘que a todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo’. Esse dispositivo, que é, ‘mutatis mutandis’, o mesmo contido no Decreto número 21.417 -A, de 17 de maio de 1932 (artigo 1º)” (RCIC, 1946, n. 3, p. 478).

⁷² Importante ressaltar, também, que o voto feminino foi uma conquista alcançada pelas mulheres no novo Código Eleitoral de 1932, no Governo Vargas.

informações obtidas pelos conselheiros durante as viagens de inspeção ao Nordeste fornecem uma noção dessa conjuntura. Como no Ceará, onde as terras eram divididas em grandes propriedades, “pertencendo os melhores aos proprietários residentes na capital do estado, o que concorre para o enfraquecimento econômico da região, porquanto grande parte do produto é convertido em capital localizado em Fortaleza” (RCIC, 1942, n. 2, p. 74).

Outro exemplo citado é o litoral de Pernambuco: “em quase todos a calamidade latifundiária impede seu desenvolvimento, o desenvolvimento material de suas sedes respectivas e faz a ruína do trabalhador rural” (RCIC, 1942, n. 2, p. 76). Incomodava o governo a improdutividade das terras concentradas nas mãos dos latifundiários. Incomodava o governo a improdutividade das terras concentradas nas mãos dos latifundiários. A monocultura também era um problema, pois a produção de cana-de-açúcar absorvia poucos trabalhadores e, quando isso ocorria, era apenas em caráter temporário. Nessa perspectiva, é evidenciado que:

[...] o trabalhador temporário, que é ainda mais desgraçado do que o efetivo, porque o seu empregador não se sente na obrigação de dar-lhe mais do que o seu magro salário de 2\$0 a 3\$0 diários. Terminados os quatro meses de trabalho, o nosso trabalhador temporário é dispensado e volta ao seu rincão, nas mesmas condições que o deixara: roto sem recurso, resignado com a justiça de Deus (RCIC, 1942, n. 2, p. 76)⁷³.

O conselheiro Henrique Dória de Vasconcelos, em seu relatório, enfatiza a baixa produtividade dessas regiões, devido ao mau aproveitamento das terras, pela pouca absorção da mão de obra e pela baixa remuneração dos trabalhadores. No entendimento do governo: “É indispensável que cada colono trabalhe para si, em terreno próprio e com assistência técnica do governo, livres de grande exploração da maioria dos fazendeiros, cobrando meias e terças” (RCIC, 1942, n. 3, p. 497).

Já que o Estado tinha como objetivo modernizar seus meios de produção, as condições de trabalho e os benefícios inerentes aos trabalhadores deveriam estar contidos na pauta. Dessa maneira, caberia ao Estado fazer a intervenção.

Os grandes proprietários, segundo o CIC, já estavam acostumados a recorrer à mão de obra dos trabalhadores nômades, no entanto: “É sempre o sertanejo que precisa de

⁷³ Em 1946, ainda persistia esse pensamento do governo: “Não é possível permanecer no ambiente de desordem agrária que apresenta a quase totalidade das terras do Brasil. [...] São os latifúndios, estas extensas áreas mal aproveitadas, com renda ínfima e onde o homem do campo não se pode fixar, porque é apenas um meieiro na produção deficitária ou simples fiscalizador, a troco de pequeno salário de enormes boiadas. [...] os proprietários de terra, o melhor negócio é ter maior número de trabalhadores” (RCIC, 1946, n. 3, p. 496-497).

trabalhadores, precisa por dias ou por alguns meses apenas. Nessas condições, os trabalhadores sertanejos não têm salário determinado fixo” (RCIC, 1942, n. 2, p. 77).

Uma realidade que poderia mudar caso fossem alteradas as formas de lidar com a terra. Além disso, mencionam-se os reflexos dessa produção limitada: “Os patrões sem recursos, pouco o auxiliam (o trabalhador) e o fazem ainda por empréstimos” (RCIC, 1942, n. 2, p. 76). Esse trabalhador permanecia “Morando em casas pertencentes ao empregador, impossibilitado de construir casa própria, ele é um desgraçado na terra que reside” (RCIC, 1942, n. 2, p. 76).

Os poucos operários empregados na função de vaqueiros, por exemplo, segundo o conselheiro, também viviam em condições de vida deploráveis. Para suprir a necessidade de alimentos e vestuário, precisavam recorrer a empréstimos com os patrões, com a condição de que a dívida fosse paga com a produção. Todavia, ao fim do ano, a parte que recebiam da produção mal dava para quitar o débito.

Nos períodos de inverno e seca, a situação do vaqueiro se agravava ainda mais, e o trabalho se intensificava: “Ele tem que trabalhar sob um sol de fogo, queimando *cactus* para o alimento dos gados, cortando ramos de juazeiro e quixabeira e abrindo cacimba, para dessedentar-los” (RCIC, 1942, n. 2, p. 77).

A alimentação do vaqueiro sertanejo também era improvisada, composta por farinha de macambira e xique-xique, acrescida de carne de algum animal silvestre magro. Raramente dispunha de alimentos derivados do milho ou da carne de bode proveniente de outras regiões. O uso de rapadura e café também era escasso.

Em síntese, o trabalho na região sertaneja era sempre insuficiente, como já afirmado anteriormente, mas a mão de obra era abundante e mal remunerada.

Para o CIC, o maior problema dos latifúndios era a improdutividade das grandes áreas mal aproveitadas, como os “campos abandonados, os roçados irregulares, as capoeiras, as pastagens extensivas” (RCIC, 1942, n. 2, p. 76)⁷⁴.

Outra questão é que muitos desses grandes proprietários reservavam essas terras à espera de sua valorização, visando à comercialização posterior. Porém, isso só ocorria após explorarem a terra de forma exaustiva, por meio de um sistema extrativista-predatório da agricultura. Também figurava no caso brasileiro a ideia de que somente as terras virgens eram produtivas. Alguns biomas, como o Cerrado, não eram considerados ideais para fazer fortuna.

⁷⁴ “Problemas esses, que não eram percebidos em outras regiões, onde a propriedade era subdividida, e como exemplo é citado a área criadora do Cariri e outras localizadas no litoral dos estados” (RCIC, 1942, n. 2, p. 76).

Entretanto, para o CIC, qualquer tipo de terreno seria produtivo, desde que fossem empregadas as técnicas e cultivares adequadas ao solo e ao clima específicos.

Essa “desordem agrária” também era resultante de outros fatores constatados em Minas Gerais, como “o pesado regime tributário e os rigores do fisco, teem provocado a transformação de campos de cultura em pastagens” (RCIC, 1942, n. 3-4, p. 23).

Contudo, entendia o CIC que a solução mais viável para o Brasil era a divisão de terras, acompanhada de um processo orientado de colonização. A real questão, segundo o órgão, era que o setor agrário sofria as consequências de uma política agrária abandonadora. Além disso, observava-se uma economia descontinuada e o semianalfabetismo dos chefes políticos locais, que não dispunham de capacidade intelectual para realizar as transformações necessárias no mundo rural (RCIC, 1947, n. 1, p. 157).

Em razão da nova e “incipiente indústria nacional”, segundo o CIC, o mercado interno consumidor precisava ser expandido, principalmente ao levar em conta a concorrência da indústria internacional que já era consolidada e que se reergueria no pós-guerra. Nessa perspectiva, é realçada a importância do agricultor não só como produtor: “Precisamos, assim, dar meios de vida ao nosso trabalhador rural para ele aparecer como consumidor da modesta indústria que ensaiamos” (RCIC, 1946, n. 3, p. 497).

No entendimento de Henrique Dória de Vasconcelos, o Brasil era um país agrícola, e os consumidores em potencial, inclusive de manufaturados, eram também os agricultores. Desse modo, a redistribuição de terras contribuiria para o aumento da produtividade. O mesmo não poderia ser esperado dos fazendeiros, que facilmente recorreriam ao comércio externo – por exemplo, de Paris, Londres e Nova York – para obter seus produtos.

1. 5 A valorização do Nordeste na perspectiva do CIC

As inspeções realizadas pelos membros do CIC também foram orientadas pela intenção de identificar o “Brasil real”. Orientada pela sociologia, buscava-se evidenciar não aquele Nordeste visto sob a perspectiva da “seca” e da “fome”; ao contrário, outras características da região figuravam nos discursos dos conselheiros como uma estratégia de refutar a ideia generalizada de escassez e miséria. Nesse entendimento, sobressai uma representação positiva do Nordeste.

Os problemas na região, na visão do conselheiro Henrique Dória de Vasconcelos, não estavam relacionados à baixa pluviosidade, mas à ausência de uma articulação mais racional do trabalho (RCIC, 1942, n. 2).

O CIC buscou ratificar o pensamento de Vargas, o qual argumentava que o Brasil possuía um imenso e rico quintal que fora esquecido. Tudo o que era necessário para o seu desenvolvimento estava dentro e não fora: “vales férteis e vastos e entranhas da terra [...] de onde os instrumentos de nossa defesa e do nosso progresso industrial seriam forjados” (IBGE, 1942, p. 1).

Após inspecionar os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará e Amazonas, o conselheiro Henrique Dória de Vasconcelos afirmou ter levantado importantes informações e pareceres dessa região. Nesse sentido, relatou que:

Sobrevoando a região do Vale do São Francisco, não se tem a impressão de que as chuvas tenham faltado de modo a desorganizar a vida agrícola dessa região e criar o problema das populações desprovidas de meios de subsistência, por falta de trabalho e de alimento. A vegetação não apresenta as tonalidades características dos períodos de seca. As caatingas, os carrascais, os campos, as culturas fechadas nos “cercados” de madeira, os bosques das serras mostram-se matizados de verde, o que indica que as chuvas recentes caíram na região (RCIC, 1942, n. 2, p. 31).

Em algumas regiões do estado de Pernambuco, a situação não era diferente, como também informa o relatório: o interventor federal, Dr. Agamenon Magalhães, havia exposto que, na zona da mata e no agreste – onde se concentrava grande parte da população rural – a seca não havia causado nenhum dano ao trabalhador agrícola, não havendo, portanto, excedentes na região que pudessem ser encaminhados para a Amazônia (RCIC, 1942, n. 2, p. 99).

Na inspeção realizada no Ceará, Henrique Dória de Vasconcelos destacou algumas regiões do estado, como o Vale do Jaguaribe, que foi categorizado como “fértil e produtivo”: “Aí os carnaubais se sucedem, constituindo imensa riqueza para o Ceará⁷⁵. O município [Russas] também é produtor de cereais, frutas, algodão, fumo, cana-de-açúcar, mamona, etc. A indústria pastoril é bastante desenvolvida” (RCIC, 1942, n. 2, p. 54).

A 322 km de Fortaleza, Jaguaribe-Mirim, banhada pelo maior rio do Nordeste, destaca-se pela produção de “algodão, mamona, cereais e queijos”, completando-se a sua economia com a produção da oiticica, peles e couros.

Pouco mais distante, interior adentro, a 400 km, localiza-se o “afamado” município de Icó, à margem do rio Salgado, onde se encontram extensos depósitos aluviais e todos os tipos de cultivares intertropicais, entre os quais se destacam “algodão, oiticica, cera de carnaúba e

⁷⁵ “A carnaúba é uma planta industrial de grande valia, sendo as folhas novas cobertas com uma cera, que se apresenta em forma pulverulenta, untuosa ao tato e solúvel no álcool e no éter” (RCIC, 1942, n. 2, p. 54).

cereais, sendo bem desenvolvida a indústria pastoril. A farinha de mandioca, rapadura, aguardente e frutas são produzidas para o consumo local” (RCIC, 1942, n. 2, p. 56).

Foi atribuído um destaque também ao Vale do Cariri, que se estendia desde Icó até a Serra do Araripe. Afirmar que a localidade era “celeiro da região sertaneja” significava que ela era fornecedora de diversos gêneros, especialmente alimentícios. Neste caso, a produção do Vale do Cariri abastecia os estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba (RCIC, 1942, n. 2, p. 69).

Já na Serra do Araripe, são sublinhados a abundância de águas pluviais e os frutos silvestres do Cerrado, como cajuí, mangaba, cambuí, cabeça-de-negro e pequi. Esse último era considerado um nutriente importante da alimentação sertaneja, pois sua utilização extrapolava o período da safra; além da extração da polpa da amêndoa, o óleo era utilizado como condimento e medicamento – seu uso substitui o óleo do fígado do bacalhau, usado como medicamento, mas que chegava à população a um preço alto. Os ganhos nutritivos do fruto possibilitaram à população o aumento do peso e a melhoria da sua cor.

Esses são apenas alguns exemplos de municípios visitados, outros mais são citados nessa perspectiva, como Iguatu, Orós, Barro Alto, Bastiana, Cocobó, Baú, Fonseca. Todos esses, conforme o conselheiro, estavam situados próximo às grandes lagoas e possuíam terrenos férteis, propícios à agricultura e à pecuária.

Ao enfatizar essas regiões como produtivas, o conselheiro procurava demonstrar que o problema das secas ocorria de maneira localizada e que os estados também possuíam regiões produtivas, ratificando, assim, a estratégia de ressaltar que era possível o trabalhador viver nos estados do Nordeste sem precisar se deslocar para outras regiões do país, bem como a importância da articulação técnica de mapear cada uma dessas localidades para que as intervenções ocorressem conforme a demanda de cada lugar.

Por exemplo, em Lima Campos, o conselheiro ressaltou a existência de uma “bacia hidráulica” que poderia irrigar, com água conduzida por túnel, as planícies de Icó. Naquele município, existia um posto agrícola; porém, devido às secas, a agropecuária demandava atenção da IFOCS. Foram sugeridas ações como a criação de “florestais”, campos de forragens, a seleção de sementes de espécies vegetais recomendadas para áreas atingidas pelas secas e, ainda, a realização de estudos sobre os métodos de irrigação, para que os agricultores fossem orientados a utilizar as áreas irrigáveis (RCIC, 1942, n. 2, p. 56).

Existiam nos estados, diversos postos agrícolas⁷⁶ que não possuíam uma especialização, mas tinham uma agricultura diversificada. A região da bacia onde eles se encontravam abrigava cerca de 800 famílias e já aguardava a chegada de outras. O conselheiro, então, destaca a importância da irrigação dos terrenos, para que a vida da população sujeita ao “martírio da retirada” fosse normalizada, o que permitiria a fixação do homem na terra.

E mais, as terras irrigáveis tinham um papel fundamental, como foi evidenciado no relatório: “Terra irrigável no nordeste é terra preciosíssima, que precisa ser aproveitada intensivamente” (RCIC, 1942, n. 2, p. 56), seja por meio do armazenamento dessa água em açudes ou de sua utilização nas longas estiagens.

A IFOCS, segundo o CIC, atuava por meio da Comissão Técnica de Piscicultura. Essa, embora tivesse sede em Fortaleza, estendia-se aos estados do “Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Baía” (RCIC, 1942, n. 2, p. 58). A Comissão cuidava da parte científica do projeto, com orientações práticas sobre as espécies de peixes já estudadas que se adaptavam melhor ao ambiente nordestino; a distribuição contemplava os açudes públicos e particulares.

Nesse panorama, foi esclarecido que: “A criação de peixes tem por objetivo a alimentação dos sertanejos. Os trabalhos de peixamento dos açudes do nordeste iniciaram-se em 1938, já tendo sido distribuídos mais de 500 mil exemplares a 90 açudes públicos e a 418 açudes particulares” (RCIC, 1942, n. 2, p. 59).

No estado da Paraíba, em algumas regiões, a economia agrícola havia sido atingida de maneira mais severa por ocasião das secas. Porém, as intervenções da IFOCS haviam estabilizado as condições de vida da população rural. As melhorias só chegaram à população devido ao acesso promovido pelas obras da Inspetoria, como a construção de estradas e rodagens, vias férreas e obras de açudagem (RCIC, 1942, n. 2, p. 100).

Ganha ênfase, nos discursos do CIC, a atuação efetiva dos interventores estaduais, como em Pernambuco, onde “a seca não tinha, ainda, atingido a amplitude de uma calamidade, e Sua Excelência já havia tomado várias medidas conducentes a amparar os flagelados, tendo sido atingidas as regiões de Afogados das Ingazeiras, São José do Egito, Rio Branco, etc.” (RCIC, 1942, n. 2, p. 32).

⁷⁶ “Existem os seguintes postos agrícolas: Pirajá, no Piauí, Lima Campos e Joaquim Távora, no Ceará, Cruzeta e Mundo Novo, no Rio Grande do Norte, São Gonçalo e Condado na Paraíba, Rio São Francisco, em Pernambuco, Palmeira dos índios, em Alagoas, Itabaiana, em Sergipe, Queimados e Tucanos, na Baía” (RCIC, 1942, n. 2, p. 57).

Nessa feita, o discurso pretendia evidenciar os pontos positivos do Nordeste e da atuação do governo, buscando minimizar a ideia atrelada à “seca”, que soava como sinônimo de atraso e impedimento para a modernização do Brasil.

O estado de Pernambuco também possuía municípios, como Curema, onde as vazantes eram terrenos férteis, “produzindo bem o arroz, o feijão, milho, gramíneas, etc.” (RCIC, 1942, n. 2, p. 72). O cultivo dessas terras se dava quando as águas dos rios e açudes baixavam; então, os sertanejos aproveitavam a umidade da camada fertilizada. O tempo entre a chegada do próximo inverno possibilitava a realização da colheita. Os brejos do estado são descritos como magníficos. Entre eles, são citados “Guarabira, Bananeiras, Arêia, Alagoa Grande, Alagoa Nova, etc. (distantes de 110 a 120 km do litoral) [que] constituem abundantes celeiros do sertão. Nessa região, afluíam, por ocasião das secas, milhares de retirantes” (RCIC, 1942, n. 2, p. 73).

A localização dessas regiões em relação ao litoral é sempre ressaltada, permitindo inferir que as regiões do interior do sertão nordestino também tinham potencial de desenvolvimento. Essas localidades são apresentadas como uma espécie de barreira, que possibilitava o sustento dos trabalhadores que para lá se deslocavam. Os efeitos da seca não eram sentidos como em outras regiões, devido à sua produtividade.

Em suma, procuramos enfatizar, neste capítulo, como as ações do governo foram influenciadas pelos intelectuais da época e pelos órgãos técnicos, fundamentalmente em relação ao projeto nacional desenvolvimentista em curso. O foco no Brasil rural tinha como objetivo evitar os prejuízos do deslocamento e, ao mesmo tempo, promovê-lo de maneira controlada e direcionada. Até que ponto esse controle foi possível é algo que problematizamos nesta pesquisa, como veremos nos capítulos seguintes.

O certo, segundo Woortmann (2009), é que não são apenas os “fracos” que migram; os fortes também realizam os deslocamentos, conquanto os significados de migrar sejam diferentes para ambos. Esses últimos têm melhores condições financeiras para realizar a “travessia”, ao contrário daqueles primeiros.

SEGUNDO CAPÍTULO

CAMINHOS, MEIOS TRANSPORTE E REDES DE SOCIABILIDADES

“[...] o vae-e-vem de populações inteiras a subir e descer os rios, a costear o littoral, as estradas, palmilhar a vencer as serras, na extenuante procura de um ponto de fixação, de uma fôrma de vida minimamente digna” (O Observador, 1939, p. 66).

Neste capítulo, analisamos os aspectos da viagem realizada pelos migrantes: os caminhos, o papel das redes de sociabilidade e solidariedade no contexto da mobilidade, os meios de transporte e as condições da travessia. As narrativas dos migrantes, por meio da História Oral, possibilitaram-nos ter acesso a percepções diversificadas da viagem, diferindo da ideia do deslocamento apenas como um evento traumático, como foi enfatizado pela imprensa e pela literatura – ainda que todas as fontes verificadas façam alusão às precárias condições das viagens. Também foram abordados as histórias e os papéis das mulheres no contexto das migrações.

As informações de que dispomos sobre os migrantes nordestinos durante a travessia, em sua maioria, são provenientes da imprensa, nomeadamente da Revista *O Observador Economico e Financeiro*, do Projeto de História Oral do Museu da Imigração (M.I.)⁷⁷ e do livro *Seara Vermelha*, de Jorge Amado. Nesse sentido, vale ressaltar que recorrer a um acervo diversificado de informações é fundamental. Como enfatizou Marc Bloch (2001), a comparação é parte essencial desse processo de crítica às fontes.

2.1 “– Vam'bora, minha gente”: a partida do sertão...

Quando o assunto é migração, uma das primeiras perguntas que costumamos fazer diz respeito às origens daqueles que migram. No caso dos sujeitos deste estudo, os entrevistados e entrevistadas do Projeto de História Oral nos ajudam a clarificar essa questão. Por exemplo, o Sr. Raimundo da Cunha Leite era do estado da Bahia, nascido em 1923, e migrou para São Paulo em 1939; de Pernambuco, a Sra. Antônio Rosendo de Araújo, nascida em 1935, fez a travessia em 1954; a também pernambucana, Sra. Iracema Souza, nascida em 1943, viajou em 1960; o Sr. Lauro José Teixeira, nascido em 1925, na Bahia, se mudou para São Paulo em 1958; do mesmo estado, a Sra. Ana Rita de Souza, nascida em 1906, deslocou-se para São

⁷⁷ Utilizaremos a sigla M.I. para nos referirmos ao Museu da Imigração.

Paulo em 1914; também migrou para São Paulo, em 1951, a Sra. Hortelina de Lima Paiva, nascida em 1932, no estado da Paraíba; do estado de Alagoas, em 1952, partiu para São Paulo a Sra. Maria Afonso da Silva, nascida em 1909; e a Sra. Marinalva Santos de Lima, nascida em 1950, migrou de Jequié, na Bahia, para São Paulo em 1968 (Museu da Imigração, 2020). Todos realizaram a travessia no período compreendido por nosso recorte temporal, ou em uma época muito próxima.

A relação apresentada por *O Observador* confirma as informações citadas anteriormente, mas alerta sobre o grande contingente de baianos e mineiros, uma vez que os migrantes que chegavam a Montes Claros eram provenientes do Norte de Minas e da Bahia – de maneira especial da Chapada Diamantina e das regiões sul e central desse estado⁷⁸.

Segundo os dados referentes aos meses de janeiro a agosto de 1939, o número de migrantes que passou pela Hospedaria dos Imigrantes foi da ordem de 72.032 pessoas; sendo que os oriundos do estado da Bahia correspondiam à maioria, totalizando 48.474 indivíduos – ou seja, 68% do total. Os mineiros ocupavam o segundo lugar, com 17.620 migrantes (25%); em terceiro, apareciam os pernambucanos, com 2.468 registros, o equivalente a pouco menos de 4%.

A fonte ainda reforça a informação de que uma grande quantidade de migrantes não passou pela Hospedaria dos Imigrantes, estando, portanto, fora dessa estatística. Constatam ainda:

[...] restando apenas 5% para alagoanos (588) cearenses (406), piauienses (564), fluminenses (380), sergipanos (301), rio grandenses do norte (163), espiritosantenses (190), parahybanos (61), amazonenses (11), goyanos (8), maranhenses (11), nogradenses do sul (10), cariocas (210), paranaenses (5), fluminense (2), mattogrossenses (2), catharinenses (2). E dos estrangeiros, compreendidos na mesma relação, japonezes (375), portugueses (158), yugoeslavos (5), gregos (4), ucranianos (1), libanezes tchecoslovacos (1) (9), italianos (3), alemães (2) (*Observador Econômico e Financeiro*, 1939, p. 64).

A Fotografia 3 retrata os rostos de alguns dos migrantes que desembarcaram na Hospedaria do Imigrante em São Paulo.

⁷⁸ “A massa humana, ora em conta-gottas, ora em caudal, mas ininterruptamente, desde Urandy, vem gente de Umburanas, Monte Alto, Guanaby e Caitité, de Caitité por seu turno, já vem gente de Macahubas, Riacho de Sant’Anna, Contendas, Paramirim, Minas do Rio da Contas, Dr. Seabras. Vem também criaturas de Caculé, onde vão parar vinda de Bom Jesus dos Meiras, Palmeiras e Ituassu. Em Candeúba forma outro ponto de Sub-concentração de onde deflue para Montes Claros os migrantes de Conquista, Jequié, São João do Alípio e Pocões (*O Observador Econômico e Financeiro*, 1939, p. 54).

Fotografia 3: Migrantes nordestinos recém-chegados à Hospedaria.



Fonte: Acervo do Museu da Imigração.

Quanto ao fluxo de trabalhadores que desembarcavam em Pirapora, entre eles constavam migrantes oriundos de “Sergipe, Alagoas, Ceará, Piauí, Pernambuco” (O Observador, 1939, p. 53)⁷⁹. Vale lembrar que os migrantes também utilizavam a via marítima, desembarcando no Porto de Santos, embora em contingentes menores.

Os mapas 1 e 2 ilustram algumas dessas rotas realizadas pelos migrantes em direção a Montes Claros e pela via navegável do rio São Francisco até a cidade de Pirapora, ambas localizadas no Norte de Minas. As informações do Museu da Imigração relacionadas ao Mapa 1 destacam o roteiro percorrido pelos migrantes e os postos de assistência existentes: “A localização dos existentes era a Hospedaria Getúlio Vargas (Ceará), Corinto (Minas Gerais), a Hospedaria de Ilha das Flores (Rio de Janeiro) e a Hospedaria de Imigrantes do Brás (São Paulo)” (Museu da Imigração, 2020, s.n.).

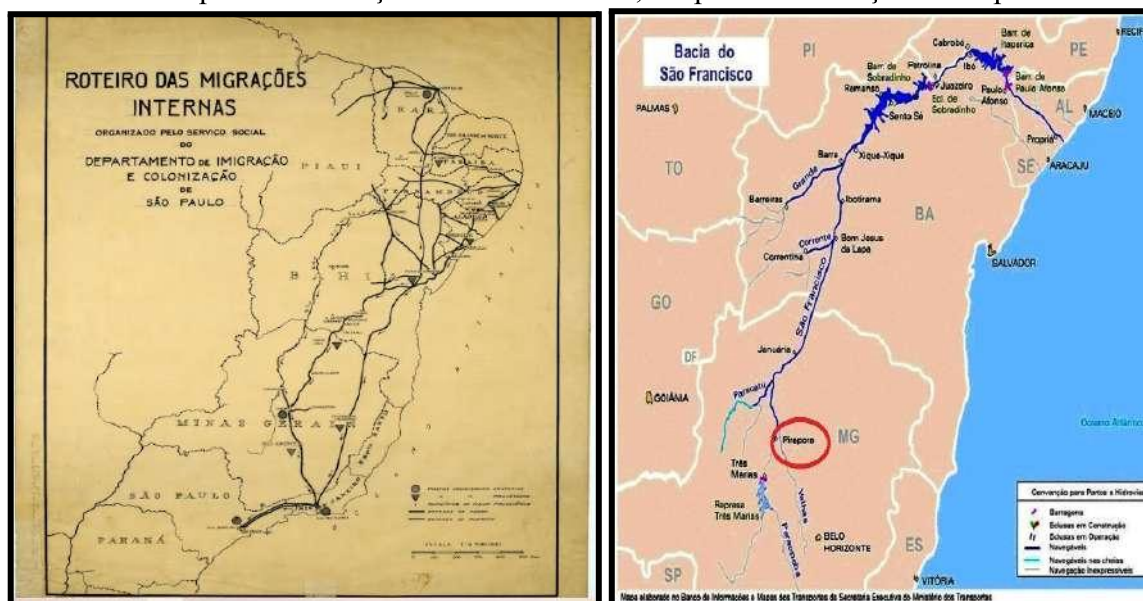
Constam também os pontos projetados, relacionados às seguintes cidades: Cajazeiras (Paraíba), Aracaju (Sergipe), Feira de Santana (Bahia), Monte Azul, Governador Valadares e Belo Horizonte (Minas Gerais) (Museu da Imigração, 2020, s.n.). Nessas localidades, apontadas como pontos projetados, encontravam-se inúmeros migrantes retidos.

Montes Claros não aparece na relação, na década de 1950, em razão de os migrantes que chegavam à cidade serem agenciados para a Colônia de Goiás e para o Sul de Minas, o

⁷⁹ Doravante, abreviamos o nome da fonte *O Observador Econômico e Financeiro* para *O Observador*.

que contribuía para reduzir o quantitativo de migrantes retidos, como veremos no Sexto Capítulo.

Mapa 1: Em direção a Montes Claros; Mapa 2: Em direção a Pirapora.



Fontes: Acervo do Museu da Imigração⁸⁰

Quando recorremos a um repertório diversificado de fontes, como a imprensa, a literatura e a História Oral, é possível compreender como alguns estereótipos foram criados ou até mesmo reforçados sobre os migrantes. A perspectiva que nos é apresentada, essencialmente por Paulo Fontes (2002), ajuda a problematizar alguns desses discursos que podem limitar o entendimento sobre os trabalhadores nordestinos que se deslocavam.

O historiador cita, como exemplo, a própria diversidade de profissões desses sujeitos. É o que confirmamos por meio das entrevistas do Projeto História Oral do Museu da Imigração. O pai da baiana Ana Rita Souza, por exemplo, era delegado e seu avô, ourives; já o pai da alagoana Maria Afonso da Silva era artesão (carpinteiro). Já o baiano Raimundo relatou as múltiplas habilidades do seu pai: “O meu pai, na verdade, foi um homem de sete instrumentos. Na época, ele fazia de tudo. Era pedreiro, marceneiro, carpinteiro, alfaiate, de tudo. Mas a profissão dele, de fato, era pedreiro e marceneiro” (Raimundo, M.I., 2000). Profissões que eram fundamentais para o funcionamento da sociedade naquele período e contexto.

Os dados de *O Observador Economico e Financeiro* também demonstram algo semelhante. Por exemplo, a taxa de escolaridade dos migrantes. De acordo com dados

⁸⁰ Disponível em: <https://encurtador.com.br/opDEH>. Acesso em: 20 jul. 2023.

recolhidos pela Hospedaria dos Imigrantes, relativos ao ano de 1939, 73,7% dos migrantes recém-chegados a São Paulo eram analfabetos.

Mas algumas questões merecem ser apresentadas; uma delas foi a falta de acesso à escola próximo de casa. Dos declarantes, “22,57% informam haver escola num raio de menos de 6 quilômetros de suas casas. De 6 a 12 quilômetros, 10,7%. De 12 a 18 quilômetros, 12,65%. De 18 a 24 quilômetros, 12,50%. A mais de 24 quilômetros, 38,54%”. E apenas “22,57% tinham escolas a distâncias acessíveis” (O Observador, 1939, p. 66).

Também merece ser salientado que:

[...] grande parte dos alfabetizados garantiu haver aprendido a soletrar em escolas particulares. Eis como se demonstra em não ser o trabalhador refractário à instrução, quando, por falta de escolas publicas, procura instituir-se mesmo com sacrificio de seu orçamento, já muito depauperado (O Observador, 1939, p. 66).

Ainda, segundo *O Observador* (1939), essas escolas eram instituições que surgiram em períodos temporários, ou seja, conforme a demanda, demonstrando o interesse do trabalhador pela alfabetização, mesmo que fosse necessário arcar com os custos.

O “nível de civilidade” dos trabalhadores também foi avaliado; eles foram questionados se já tinham assistido a alguma sessão de cinema. E a resposta soou como surpreendente para os entrevistadores, pois 51,04%, mais da metade, já tinha assistido a uma sessão cinematográfica.

Nessa perspectiva, percebemos a predominância do imaginário sobre o Nordeste/sertão como uma região não civilizada, atrasada, onde inexistiam os recursos considerados modernos, como a energia elétrica e o cinema. Ideia essa que os dados permitem matizar as representações dos trabalhadores que permeavam os imaginários daqueles, pertencentes às localidades receptoras, sobretudo em São Paulo.

Para Molinari (2017), embora a miséria em alguns casos fosse um fator propulsor do deslocamento, não significava que os migrantes eram miseráveis, também não os tornava sujeitos das “classes marginais e perigosas”⁸¹. Para a pesquisadora: “Quem vive em condições de miséria extrema e de marginalidade social não só não tem meios suficientes para custear as despesas da viagem, mas tem também dificuldade para elaborar um projeto migratório” (Molinari, 2017, p. 03).

⁸¹ “Em: *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915*, Carlos José Ferreira dos Santos menciona que essa ideia, geralmente, é atribuída a esses sujeitos marginais, desqualificando-os, em que é criada uma imagem depreciativa. É recorrente na história dos trabalhadores da cidade relacionar a pobreza ao crime, “misturando os que se tentavam marginalizar com a marginalidade” (Santos, 1998, p. 97).

O Observador (1939, p. 63) faz algumas indicações interessantes a serem ressaltadas, sobre a dinâmica de custeamento das despesas com a viagem: dos “65.888 trabalhadores, 22.590 viajaram por conta própria. Por conta do governo estadual, 42.063. Por conta do governo federal, 1.235”. Já relativo a despesas, “só na requisição de transporte na Central do Brasil, nos oito primeiros meses deste anno, chegaram a 2.054:619\$140. E isso apenas para o transporte de Montes Claros e Pirapora à estação do Norte”, em São Paulo. O percurso anterior era custeado com recursos próprios. O percurso anterior era custeado com recursos próprios. O fato de o governo de São Paulo ter arcado com as despesas da maioria dos migrantes evidencia, também, a grande demanda por mão de obra nordestina no estado paulista.

Para Jorge Amado (1993), o sertanejo estava sujeito aos reflexos negativos da estrutura oligárquica e aos fatores climáticos que o expulsavam do seu local de origem. São Paulo aparece em sua obra como o principal lugar de destino, atraído pelo fator econômico⁸². Segundo o autor, o nordestino, além da opção de fugir da seca, tendia a aderir ao cangaço ou ao messianismo como tática de sobrevivência diante da escassez de chuvas e da fome.

Todavia, *Seara Vermelha* também nos coloca diante de questões estruturais do país, sejam elas, política, social, econômica e sanitária da época. Assim como os reflexos das questões que envolvem a saúde e as doenças dos migrantes no processo de deslocamento.

O escritor baiano narra a travessia realizada por dois núcleos familiares de migrantes nordestinos: Jucundina (mãe/avó), Jerônimo (pai/avô), Tonho, Noca, Ernesto (netos/órfãos), Marta, Agostinho e Zefa (filhos); o outro núcleo era composto por Gertrudes, que era filha de João Pedro e Dinah; a gata Marisca e o jumento Jeremias⁸³.

“Na madrugada úmida de orvalho, a voz de Jerônimo comandou, rouca e cortada: – Vam'bora, gentes...” (Amado, 1993, p. 45). Esse fragmento marca o ponto de partida da viagem a ser realizada pelas duas famílias. A travessia representada em *Seara Vermelha* é também um caminho que se abre a nós, que apresenta outras possibilidades de análise sobre a

⁸² Em sua narrativa, percebemos os vestígios de uma travessia fatalista e traumática, comum em outras obras da época, como em Graciliano Ramos, *Vidas Secas*, de 1938, e Rachel de Queiroz, *O Quinze*, na década de 1930, entre outros.

⁸³ Gustavo do Rego Barros Brivio (2010) salienta um aspecto fundamental quando se trata de analisar a literatura como fonte. Para o pesquisador, “Jorge Amado, como qualquer outro homem, é um homem do seu século, marcado pelos acontecimentos sociais, culturais, políticos e econômicos de sua época. Não há como se pensar em um sujeito absolutamente autônomo em relação ao contexto social” (Brivio, 2010, p. 1). Já Leonardo A. M. Pereira e Sidney Chalhoub (1998, p. 7) afirmam que, quando o pesquisador se propõe a historicizar qualquer gênero literário, ele deve buscar compreender como a obra se insere no movimento da sociedade, como constrói ou **representa sua relação com a realidade social - algo que faz mesmo ao negar fazê-lo**. E complementa ainda que: “Em suma, é preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem referências, sem reducionismo estético, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é obrigação do nosso ofício. Para o historiador, a literatura é, enfim, testemunho histórico” (Pereira; Chalhoub, 1998, p. 7).

mobilidade humana, embora Alfredo Bosi (1994), um dos maiores críticos de Jorge Amado, tenha o acusado de ter tematizado de maneira romântica e sensualizada os marginalizados.

Entretanto, interessa-nos, na obra de Amado, as sendas que, hora ou outra, vão clareando novos potenciais testemunhos históricos: “– Tu não vai memo? – Perguntou Jerônimo a Militão. – Num vou não. Fico de trabaiaador. O dinheirinho da terra vou guardar que é pro casamento” (Amado, 1993, p. 45). Esse diálogo, por exemplo, evidencia que o “êxodo” não era a única opção do sertanejo, como era comum aos olhares na época sobre o nordestino, visto apenas como vítima do contexto no qual ele vivia, subjugado pela seca e pela estrutura oligárquica.

Agostinho, o filho de Jerônimo e Jucundina, durante a travessia, após começar a namorar a prima Gertrudes, também decidiu permanecer com a moça em uma fazenda onde encontraram trabalho. Ele se dirige ao patriarca e comunica sua decisão: “– Pai... [...] – Eu vou ficar por aqui... Peguei uma empreitada pra colher uma roça, não vou com vosmecês...” (Amado, 1993, p. 91).

As informações desses fragmentos nos possibilitam contestar as interpretações generalizadas, como “A ausência de chuvas ou a chamada seca verde provocou ciclos de emigrantes nordestinos, deixando **os sertões desertos** de gente, deslocando-se para os grandes centros urbanos ou buscando migrar em anos normais para assim antecipar o período de escassez” (Ferreira *et al.*, 2020, p. 14, grifo nosso).

Ao interpretar o migrante nordestino apenas como “refugiado climático”, como fazem os citados autores, arriscamos desconsiderar todas as outras “motivações” que levam o sujeito a se deslocar, como enfatizaremos nos parágrafos seguintes.

A partir da reportagem de *O Observador* (1939), observamos como a organização dos trabalhadores para a realização da viagem integra o conjunto das táticas para enfrentar a insegurança estrutural. A reportagem faz alusão à trajetória de uma família de migrantes, citada apenas como M. C., casado e pai de dois filhos menores:

Residia em Livramento, Bahia, e ali era proprietário de uma pequena terra. Forçado pela seca, resolveu procurar São Paulo, onde já esteve de 1911 a 1914. A viagem foi feita a pé, até Caetité, durante três dias. Saiu de Livramento, às oito horas da manhã, depois do almoço (sic). A mulher vinha a pé, e também os filhos. Os sacos de viagem vinham no “jegue” (jumento) de um companheiro. Às 11 horas interrompeu a viagem para o descanso, até às duas horas da tarde. A mulher então serviu a comida: rapadura e farinha. Das 2 as 5, continua a marcha. Nas imediações de um arraial, acampa o pequeno grupo, e adquire comida para o almoço do dia seguinte: farinha com carne seca assada. No dia seguinte, nova caminhada, até que chegou a

Caetité, onde um grupo mais numeroso poudo fretar caminhão para Montes Claros (O Observador, n. 47, p.54-55, 1939).

Essa organização ocorria de maneira coletiva, as próprias redes de sociabilidades estabelecidas entre os migrantes contribuíam nesse sentido. Seria ingenuidade pensar que não houvesse discordâncias entre os migrantes, mas o próprio jornalista ressaltou que a coletividade era uma característica visível desses grupos, como é afirmado a seguir:

Aos grupos, fazem essas caminhadas, geralmente projetadas em comum, no mesmo arraial, de acordo com planos longamente acariciados. Quase sempre tacitamente escolhem um guia, um dirigente de sua marcha, ao qual voluntariamente obedecem. E allí se forma, no grupo, um sentimento de tal modo effectivo, que a partir dessa longa marcha, sob o sol já não separam sua sorte da sorte do grupo, com o qual viajaram (O Observador, n. 47, p.55, 1939, grifo nosso)⁸⁴.

O pensamento de Albuquerque Júnior (1990), inclusive, contrapõe a ideia – de uma certa historiografia – que argumentava que o camponês nordestino não conhecia outra forma de solidariedade que não fosse aquela praticada entre os grupos familiares. O ambiente rural não era favorável ao desenvolvimento de ações coletivas, responsáveis pelos laços de solidariedade, inviabilizando o desenvolvimento desse sentimento no âmbito da classe⁸⁵. De outro modo, as habilidades de lidar taticamente com a insegurança estrutural eram algo inerente ao cotidiano de vida do trabalhador.

Percebemos, por meio de algumas fontes, a importância do papel exercido pelos migrantes, nomeadamente diante da demanda por mão de obra no estado de São Paulo. Nem sempre a chegada de um novo grupo de trabalhadores conseguia atender a necessidade de braços para a lavoura.

Nessa perspectiva, notamos a preocupação do CIC em distribuir os migrantes conforme a necessidade dos fazendeiros, pois era comum os trabalhadores insistirem em escolher o local em que gostariam de trabalhar (O Observador, 1939). Essa escolha tinha para o migrante um papel fundamental, pois, muitas vezes, estava amparada nas redes estabelecidas entre os trabalhadores, as quais contribuíam no enfrentamento da insegurança estrutural.

⁸⁴ Fontes (2000, p. 72), nesse entendimento, afirma que: “Acompanhando a caminhada de sertanejos nordestinos em direção aos entroncamentos ferroviários que davam acesso a São Paulo no início dos anos 40, o funcionário da Secretaria de Agricultura paulista, Humberto Dantas, surpreendia-se com o grau de organização dos migrantes e com a **‘solidariedade cimentada por dias e dias de provações em comum’**” (Grifo nosso).

⁸⁵ Exemplos citados pelo autor: Paulo Sérgio Pinheiro. **Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930**. 2. ed. Rio, Paz e Terra, 1977; José Albertino Rodrigues. **Sindicato e Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo, Difel, 1986 e Leôncio Martins Rodrigues. **Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo, Difel, 1966.

Outro dado a ser sublinhado acerca do papel do migrante diz respeito às remessas de dinheiro para suas regiões de origem: “Também já se pode apurar na base do inquerito, que 51,90% remetiam dinheiro para suas famílias, e 15,18% não o remetiam dinheiro para suas famílias (32, 92% não fizeram declarações)” (O Observador, 1939, p. 65).

Além disso, havia aqueles que retornavam de São Paulo com valores: “71,62% dos que depuzeram no inquérito conduziam importâncias inferiores a 500\$ ao voltar de São Paulo; 32,92% possuíam importâncias entre 550\$ e 1:000\$. Conduziam importam entre 1 e 2:000\$, 25, 32%; 24, 05% levavam a importância superiores a 2 contos de réis” (O Observador, 1939, p. 65). Esses dados demonstram como os migrantes, além da mão de obra que forneciam – aspecto fundamental –, realizavam importantes movimentações monetárias e econômicas.

Voltando a Jorge Amado, segundo o escritor, a migração era um assunto comum entre os nordestinos nas rodas de conversas:

Por vezes, os domingos, os vizinhos chegavam para tomar uma pinga e contar uns casos e se demoravam pela cozinha, ouvindo algum tocador de violão ou de harmônica, trocando impressões sobre parentes que haviam emigrado para São Paulo e dos quais tinham vagas e otimistas notícias. “Dizque Maneca Fulô enricou de fazer medo, cumpadre.” “Dizque em pouco tempo...” “Isso é que é terra, cumpadre, pra um homem de trabaio...” (Amado, 1993, p. 32).

Mediante as redes de sociabilidade existentes entre parentes, vizinhos e amigos, Jorge Amado sinaliza que os migrantes sonhavam e formulavam projetos de transformação de suas vidas por meio da migração e do trabalho. O fragmento anterior evidenciou que o assunto “migrar para São Paulo” fazia parte do cotidiano da família de Jerônimo, de Jucundina, e de seus parentes e vizinhos.

Mesmo porque “Muitos outros haviam ido antes, os contratantes de trabalhadores apareciam pelas fazendas, contavam histórias, diziam coisas de assombrar. Não havia gente pobre naquela terra paulista, onde se plantava e colhia café” (Amado, 1993, p. 49). Surge a figura do agenciador de mão de obra, que não trazia apenas informações, mas também mediava a viagem para São Paulo.

É provável que a família de Jucundina e Jerônimo já viesse programando fazer a travessia. É pouco provável que essa decisão tenha sido tomada logo após receberem a seguinte notícia⁸⁶:

⁸⁶ Para o historiador Paulo Fontes, nesse contexto de migração, as seguintes informações são fundamentais na análise e compreensão da mobilidade de trabalhadores: “Os depoimentos dos trabalhadores e trabalhadoras de São Miguel Paulista coletados nesta pesquisa também nos revelam a existência de uma articulada rede social para a efetivação da migração. A comunidade de origem, a família e os amigos e amigas desempenham papel

A luz vermelha ilumina a carta datilografada. Lá na última página está a assinatura do doutor Aureliano”. Felícia se alarma: - Que foi, Artur? Alguma desgraça? Que sucedeu ao doutor? A voz de Artur é pesada: - Vendeu a fazenda... - Vendeu? - E diz que é pra despachar todos os colonos. Liquidar as contas de todos, até de Bastião e mandar embora antes do novo dono chegar (Amado, 1993, p. 38).

Mesmo os camponeses já percebiam os sinais de que aquela notícia era inevitável, cedo ou tarde. O proprietário que herdou a fazenda depois da morte do pai já dava indícios de seu desinteresse: “O Dr. Aureliano [...] deu dez mil-réis a Jerônimo e voltou para a casa-grande. Demorou-se pouco na fazenda, sua vida era no Rio, para ele aquelas terras herdadas significavam pouco diante dos interesses maiores de dinheiro que o prendiam na capital” (Amado, 1993, p. 34)⁸⁷.

O fragmento demonstra as transformações econômicas que vinham ocorrendo no universo urbano; aquelas famílias sabiam que precisariam tomar algum novo rumo em suas vidas e, sem dúvidas, já vinham planejando isso. Mesmo que, na perspectiva de Amado, eles fossem “cruelmente” expulsos da fazenda.

Já Fontes (2002) enxerga essa mesma realidade sob outra perspectiva: “Uma certa imagem da migração, vista apenas como um movimento desordenado, irracional, feito às pressas, não corresponde à experiência de grande parte dos migrantes” (Fontes, 2002, p. 67).

As informações de *O Observador* corroboram que os migrantes faziam escolhas bem-sucedidas:

Mas também ha entre elles quem saiba escolher. Este anno, por exemplo, todos os que chegavam queriam ir para uma determinada zona, para uma certa cidade. Marília. É que a fama da florescente cidade se espalha entre elles pela força da sua intima união que os leva **a divulgar entre si** o exemplo daquelles que foram felizes (O Observador, 1939, p. 62).

O deslocamento mediado pelo serviço de migração ocorria da seguinte maneira:

determinante nessa rede. [...] A mudança, decisiva para a vida dos envolvidos, era, na maior parte das vezes, meticulosamente pensada e preparada da melhor forma possível tanto no âmbito familiar como no da comunidade. Informações sobre São Paulo, suas oportunidades de emprego e possibilidade de moradia eram fundamentais para a decisão de migrar” (Fontes, 2002, p. 67).

⁸⁷ Na política de desenvolvimento da Era Vargas, essa era uma das principais críticas dos técnicos e intelectuais ligados ao governo. Grande parte dos grandes proprietários de fazendas morava e tinha outros negócios, já não dava tanta importância para os cultivos das terras. Quando o faziam, o capital que lucravam não era reinvestido na propriedade e, sempre que surgia um comprador, vendê-las era o melhor negócio (RCIC, 1942).

[...] o funcionario indaga do interessado suas preferencias, isto é, si deseja trabalhar como colono, camarada, empreiteiro, etc. Conforme a resposta, informa que na zona tal se necessita de trabalhadores para este ou aquelle serviço. Presta depois esclarecimentos sobre salarios, localização da fazenda e outras indicações. Aceitas as condições pelo trabalhador, o escriptorio communica ao fazendeiro a relação das familias que seguem para sua propriedade. O fazendeiro se compromette a receber o pessoal na estação, nada podendo cobrar pelo transporte até sua propriedade, e, além disso, se obriga a entregar a cada trabalhador uma caderneta preenchida pelo Departamento Estadual do Trabalho, na qual estão especificadas as condições do contracto de locação de serviços firmado entre empregado e empregador (O Observador, 1939, p. 62).

O discurso desse fragmento procurava enfatizar que o trabalhador tinha seus direitos garantidos pelo Estado, conforme reafirmado em: “Tem então este homem o seu trabalho protegido pelo Estado. Está cercado de todas as garantias legais”.

Entretanto, a autonomia dos migrantes citada anteriormente não era bem vista. A distribuição dos trabalhadores pelas fazendas deveria obedecer a critérios racionais, de forma a evitar desequilíbrios no mercado de trabalho.

Na prática, porém, segundo *O Observador*, nem sempre era possível, “como é fácil compreender, quasi sempre as regiões mais procuradas o são precisamente porque alli se encontram mais altos salarios” (O Observador, 1939, p. 62).

Esse dado esclarece que a política de controle esbarrava nas resistências impostas pelos próprios migrantes, o que os colocava como sujeitos desse processo. Pois, quando eram enviados para alguma localidade escolhida pelo CIC, permaneciam pouco tempo e logo procuravam se deslocar para a região onde fosse mais vantajoso trabalhar.

O recurso financeiro que lhes permitia realizar a primeira etapa da travessia até Juazeiro e, depois, Pirapora, seria alcançado com a venda de alguns bens e o cultivo da lavoura que possuíam: “Jerônimo vendeu o mandiocal, os pés de milho, a criação. Desta só ficou o jumento que ia servir para a viagem. [...]” (Amado, 1993, p. 46).

Era isso que permitia, inclusive, que quem tinha dívidas com o patrão pudesse quitá-las e ficar livre para partir. “Só deu mesmo algum dinheiro pela casa de farinha de João Pedro. Também esse devia muito a fazenda e se não fosse a casa de farinha nem poderia se retirar com a família, teria que ficar trabalhando na enxada até pagar” (Amado, 1993, p. 34).

Essa percepção do migrante é fundamental, demonstrando aquilo que Molinari (2017) já tinha afirmado: o sujeito possuía condição financeira e a habilidade de planejar e executar o projeto migratório⁸⁸.

⁸⁸ Essa informação foi ratificada pelo CIC.

É possível pensar, a partir desse fragmento, que havia outras opções para o trabalhador além daquelas ligadas à estrutura oligárquica e latifundiária e suas relações de trabalho⁸⁹. O trabalhador se mostra capaz de romper com aquelas condições de vida e arcar com os custos da mudança: “O jumento já está pronto, carregado com o que eles levam. [...] Agostinho leva um saco de mantimentos” (Amado, 1993, p. 47). Assim, partem com certa quantidade de alimentos, o que revela um planejamento mínimo para o trajeto.

Como o processo de deslocamento se fazia em várias etapas, Amado (1993) sinaliza como alguns migrantes iniciavam a travessia. Inicialmente, utilizavam trilhas já percorridas, estradas anteriormente usadas por outros migrantes pela caatinga: “Os homens iam de facão na mão, cortando o mato, alargando a quase invisível picada” (Amado, 1993, p. 60)⁹⁰.

Os migrantes demonstravam familiaridade com a região e com os lugares onde poderiam acampar no fim do dia: “A estrada verdadeira ficou para trás, agora é um atalho entre os matos que deve conduzi-los a fazenda Primavera onde planejaram dormir nessa noite” (Amado, 1993, p. 50).

A experiência de Jerônimo se apresenta como uma aliada nessa circunstância: ele havia sido vaqueiro, já tinha percorrido aqueles caminhos e conhecia “passo a passo” a extensa caatinga.

2.2 A travessia no caminhão pau-de-arara

Planejar e executar uma viagem não era um desafio simples, mesmo que o serviço de migração oferecesse algum tipo de assistência e recursos para os migrantes se deslocarem. Cabia a eles, desde o início, estabelecer a comunicação com outros grupos que desejavam realizar a travessia ou com os agenciadores.

Mais uma vez, torna-se evidente o papel das redes entre os trabalhadores: “Mas cada um traz um destino, sugerido por um parente, pela insinuação de um amigo, ou em muitos outros casos [...] pelo engodo dos agenciadores de imigrantes” (O Observador, 1939, p. 60).

Além das condições precárias da viagem, o excerto transcrito abaixo indica a cidade de Montes Claros, no Norte de Minas, como entreposto da migração:

Ainda assim, as condições em que se executa o transporte estão longe de ser satisfatórias. Em geral, o próprio trabalhador custeia a primeira parte da

⁸⁹ Essas relações eram baseadas no sistema de meia e terça.

⁹⁰ A caatinga narrada por Jorge Amado não é marcada apenas pelo sertão seco, sem chuva, mas um ecossistema vivo, habitado por animais silvestres (Amado, 1993, p. 53).

viagem com a venda de seus restantes bens. Esgotados os seus recursos mesquinhos, ao se encontrar com outros companheiros em qualquer localidade ainda distante de Montes Claros algumas centenas de quilômetros, juntos alugam caminhões que os trazem, aos solavancos, para o ponto de maior concentração. São Grupos de trinta a quarenta indivíduos, compreendendo mulheres e crianças, à mercê dos empresários de caminhão, que, no intuito de auferir lucro maior, lotam excessivamente os veículos, não raro tombando nas estradas, ou, na melhor das hipóteses, estropeando os passageiros - especialmente as crianças. O preço dessa passagem aventureira varia, é claro, conforme a distância, mas pode ser encontrada entre 40 e 60\$ (O Observador, 1939, p. 54)

O excerto também evidencia que muitos proprietários de caminhões exerciam o papel de agenciadores de mão de obra.

Alguns depoimentos, recortados da História Oral, narram o início dessa travessia, também realizada nas carrocerias dos caminhões, conforme retratado nas Fotografias 6, 7 e 8:

Nós viemos de caminhão, o cujo dito pau-de-arara, e esse pau-de-arara não tinha almofadinha, estofados para sentar, o assento era improvisado com madeiras comprida que era de um lado a outro lado da carroceria, então formava ali aqueles bancos. E para não ficar tão dolorido, a mamãe nos fez umas almofadas, que nós chamamos lá de travesseiro e ali até que amenizou um pouco aquela madeira dura de viajar, 8 dias... e aquele caminhão era coberto assim de uma lona, era o que nos livrava do sol e da chuva (Antônia Rosendo de Araújo – M.I., 2000).

Antônia narra que a travessia realizada foi uma experiência positiva e cheia de expectativa: “Durante o dia já começava a cantar, aquela brisa da manhã batendo no meu rosto e eu tão alegre e também garota, não? E para mim foi uma viagem maravilhosa, muito alegre, muito... pra mim não me faltou nada” (Antônia Rosendo de Araújo – M.I., 2000).

Segundo Estrela (2003, p. 115), um dos fatores que contribuíam para que a viagem de caminhão fosse mais alegre era que “havia algazarra, e as brincadeiras e os falatórios”. Ela também atribui essa alegria à maior rapidez da viagem, quando comparada ao trem; além disso, os passageiros tinham mais liberdade para escolher os locais das paradas.

Fotografias 4, 5, 6,7: Migrantes viajando no caminhão pau-de-arara⁹¹

Fonte: O Cruzeiro, 14/04/1951, p. 21; 22/05/1952, p. 75.

O relato oral, nessa compreensão, torna-se interessante em razão de contemplar opiniões de diferentes sujeitos, o que diversifica a narrativa histórica. Como constatamos por meio do depoimento de outra migrante, que teve uma percepção diferente da viagem: “Minha filha, é uma loucura, é um sofrimento, porque ali ninguém tomava banho, ninguém se alimentava direito na época, o dinheiro era pouco, é um sofrimento, a viagem de lá pra cá” (Hortelina Lima Paiva – M.I., 2000).

Esses fragmentos nos permitem romper com uma perspectiva maniqueísta da migração, ao reconhecer que cada sujeito, em determinados momentos e conjunturas, pode ter tido experiências diversificadas do processo de deslocamento.

⁹¹ Na Fotografia 7, as bagagens dos migrantes são amarradas do lado de fora do caminhão.

Já no livro *Em Torno da Sociologia do Caminhão*, o autor faz alguns esclarecimentos sobre as condições da viagem a bordo de um pau-de-arara, os quais retratam situações semelhantes às experienciadas por Hortelina:

As condições de higiene dessas travessias são precaríssimas e com dois dias de viagem a fedentina torna-se insuportável com o fedor do cocô e mijo dos nenês. Os adultos atendem as necessidades fisiológicas ‘indo no mato’ nas paradas de três em três horas e nos postos de abastecimento [...] Quando ‘vão ao mato’ os homens entram pela margem esquerda da estrada e as mulheres pela direita, como se convencionou. Viaja cerca de 50 pessoas, sendo que os condutores desabusados, chegam até a por 100 pessoas sobre o lastro da carroceria, onde comem farinha de mandioca, bolacha e rapadura. Fora isso, os que têm pouco mais de dinheiro, sofrem explorações nos botequins na beira de estrada (Vilaça, 1969, p. 147)⁹².

Novamente, a narrativa de Antônia ressalta uma percepção diferente daquela sublinhada por Hortelina e por Vilaça, em seu livro de 1969:

Esses motoristas de caminhão eles já tinham os lugares, as paradas certas e ali tinham aqueles pequenos restaurantes, era um lugar assim que tinha mesas, tinha comida, comidas típicas do Nordeste e também ali o banheiro para tomar banho, para se trocar. Então ele dava a cada 4, 5 horas uma parada para que os viajantes, vamos dizer, tivessem essa oportunidade de tomar banho, enfim (Antônia Rosendo de Araújo – M.I., 2000).

As diferentes perspectivas da viagem nos levam a perceber que, embora alguns migrantes tenham uma lembrança positiva da travessia, a precariedade das condições foi experimentada por muitos deles. Conforme afirma a autora: “Independente das vias de comunicação e do meio de transporte utilizado, ao partir do Nordeste, o deslocamento para o Centro-Sul do Brasil era penoso, difícil, dispendioso, exigindo das pessoas enorme desgaste físico e emocional” (Estrela, 2003, p. 78).

A historiadora ressalta, inclusive, as “condições calamitosas” das estradas que ligavam algumas localidades da Bahia ao Norte de Minas. Devido à intensidade desse fluxo, a tendência era que os eventos ligados à travessia se intensificassem, como os acidentes com os veículos.

As condições da viagem perpassavam desde a precariedade das estradas até as acomodações nada confortáveis nos caminhões. Assim, Estrela (2003, p. 113) descreve: “um caminhão em que as tábuas eram dispostas com espaçamento entre uma e outra, servindo de

⁹² Às vezes, os próprios donos de caminhões atuavam como agenciadores de mão de obra (Estrela, 2003).

assento ao passageiro. Uns eram recobertos de lona, outros não contavam com esse recurso, expondo os passageiros às intempéries”.

Como ressaltado pela entrevistada Antônia, no comentário sobre um desses problemas, sua mãe procurou amenizar ao confeccionar almofadas usadas para sentar nos bancos de tábuas – conquanto nem todas as precariedades tivessem solução fácil.

Já para transportar os pertences que levavam consigo, quando o número de passageiros chegava à lotação máxima – algo comum – “os motoristas abriam a traseira do veículo, visando ampliá-lo, anexando-lhe uma espécie de estrado onde se dispunha a bagagem” (Estrela, 2003, p. 113), como mostrado na Fotografia 7.

Isso sem contar, enfatiza a autora, os tonéis de diesel, produto inflamável, que eram amarrados nas carrocerias junto aos migrantes para o abastecimento dos veículos, aumentando ainda mais a insegurança⁹³.

O jornal montes-clarense, *Gazeta do Norte*, a partir da década de 1930, passou a informar com mais frequência tanto a chegada dos caminhões transportando migrantes quanto os frequentes acidentes com os paus-de-arara: “Um caminhão cheio de flagelados, precipita-se pela serra [próximo a Montes Claros], matando seis passageiros e ferindo 26”⁹⁴.

Já no corpo da matéria é mencionado: “Das vítimas do impressionante desastre, seis morreram quase instantaneamente, sendo duas crianças, três mulheres e um homem” (*Gazeta do Norte*, 20/06/1939)⁹⁵. O motivo do acidente foi atribuído ao motorista que “havia bebido nos Dois Riachos, oito quilômetros antes da serra de Catuni, local do terrível desastre, uma forte dose de cachaça”. Contudo, em outras reportagens, são destacadas as precárias condições das estradas e dos veículos.

No mês seguinte, o periódico divulgou, como se fosse algo corriqueiro: “**Mais** um impressionante desastre de caminhão: Um carro cheio de flagelados precipita no abismo, matando dez passageiros e ferindo 25” (*Gazeta do Norte*, 25/07/1939, grifo nosso). Dessa vez, o ocorrido foi próximo à cidade de Guanambi, Bahia, com um caminhão que se destinava a Montes Claros.

⁹³ A autora faz menção ao seguinte episódio: “Um senhor que atualmente é zelador de um prédio de apartamentos, contou-me como foi sua vinda do interior da Bahia. No pau-de-arara em que veio, faltavam lugares e as crianças viajavam debaixo dos bancos. Uma delas morreu no percurso e viajaram quase um dia com a menina morta, até chegarem a uma cidadezinha, onde puderam enterrá-la” (Estrela, 2003, p. 115).

⁹⁴ No relatório publicado pela Revista do CIC, afirma-se que, além de os caminhões conduzirem os migrantes até as estações ferroviárias do Norte de Minas, como Montes Claros e Montes Azul, “Há ainda outros grupos menores que, em caminhões, fazem a viagem direta a S. Paulo e Distrito Federal, utilizando as estradas de rodagem Rio-Bahia e Rio-S. Paulo” (RCIC, 1952, n. 2, p. 88).

⁹⁵ Fontes (2002, p. 61) ratifica essa informação: “À precariedade da viagem somava-se o risco de acidentes, fartamente relatados nos jornais do período”.

É possível presumir a tensão vivida pelos migrantes durante essas viagens, maiormente quando se deparavam com situações como a morte de familiares ou de companheiros feridos nesses acidentes.

Por um lado, se as condições da viagem eram precárias, por outro, os migrantes precisavam enfrentá-las para concluir a travessia. O grande desafio para esses viajantes era evitar adoecer, pois dependiam de sua saúde para serem aprovados no exame médico realizado no posto de triagem em Montes Claros.

Não obstante, nem sempre a conjuntura estrutural era favorável: havia o risco de contrair doenças contagiosas durante a travessia, e as condições nos veículos também comprometiam a saúde, entre outros problemas. Como relata Estrela (2003, p. 115): “A imobilidade e as sacudidas provocam nos viajantes inchaços nas pernas e problemas nos rins” (Estrela, 2003, p. 115). Isso tornava a travessia ainda mais desafiadora para o migrante.

Essas informações são importantes, pois contrapõem o pensamento de alguns intelectuais ligados ao CIC, principalmente os eugenistas, que argumentavam que os sertanejos – em sua maioria negros e mestiços – seriam pouco resistentes devido a uma suposta inferioridade biológica.

Segundo essa perspectiva preconceituosa, por conta da desnutrição, das doenças e da indolência, esses sujeitos eram considerados impróprios para o trabalho. Ao contrário disso, percebemos, nesse contexto, a resistência desses migrantes, que buscavam em outros estados melhores condições de vida por meio do trabalho – mesmo diante das precárias condições enfrentadas nas viagens.

Outra percepção do deslocamento a ser analisada, que surge nas narrativas dos migrantes ao falar da migração, diz respeito aos fatores que a motivavam:

Era muito difícil, porque normalmente o migrante nordestino debandava, exatamente, por ocasião da seca, tamanha era a seca, tamanha era o sofrimento, não só da seca, mas imposto pelos chamados coronéis. Eles fugiam, exatamente em razão da seca. [...] Se eventualmente viesse a chover é lógico que aquela água iria molhar a todos que ali estavam (Raimundo da Cunha Leite – M.I., 2000).

Em seu relato, Raimundo destaca algumas questões passíveis de discussão. A perspectiva do entrevistado se assemelha àquelas constatadas em outras fontes utilizadas nesta pesquisa. A seca e a estrutura latifundiária, por exemplo, são consideradas os principais fatores que “obrigavam” os migrantes a se deslocarem.

Destaca-se que, em seu depoimento, Raimundo demonstrou conhecer e ser leitor de Jorge Amado. Parte de seu relato se aproxima bastante da literatura amadiana, com diversas referências à obra *Seara Vermelha*, inclusive quando realça as condições precárias da viagem: “E o que conta Jorge Amado em sua obra *Seara Vermelha*, eu posso dizer que fui testemunha disso” (Raimundo da Cunha Leite – M.I., 2000).

Isso demonstra que a narrativa do escritor baiano reforçava o imaginário do migrante, inclusive em relação aos fatores de expulsão, como a seca e a estrutura oligárquica. Entretanto, o papel dos trabalhadores nesse contexto não recebe ênfase. Não ignoramos a existência desses fatores. O que buscamos é evitar que eles impeçam a visibilidade da agência desses sujeitos, maiormente no processo de enfrentamento das condições precárias da viagem.

Uma das táticas usadas pelos trabalhadores nesse sentido era recorrer às redes de sociabilidade, como é mostrado a seguir: “aliás numerosíssimos, de homens que vêm porque um irmão, um primo, um vago amigo lhes mandaram dizer que em uma determinada cidade se viveria muito bem” (*O Observador*, 1939, p. 63).

É possível, portanto, questionar uma interpretação baseada apenas nos fatores de expulsão, especialmente considerando que grande parte dos trabalhadores que migravam nessa época tinha posse de suas próprias terras – nem todos moravam em propriedades de fazendeiros.

Os dados do “inquérito” realizado por *O Observador* (n. 47, p. 64, 1939), ao entrevistar 300 pessoas, comprovam esse aspecto, conforme exposto na Tabela 1.

Tabela 1: Migrantes proprietários.

Posse	(n=300) %
Eram proprietários.	68,75
Não eram proprietários.	31,25
Venderam suas propriedades.	24,24
Não venderam as propriedades.	74,24
Não fizeram declarações.	1,52

Fonte: Adaptada de *O Observador* (n. 47, p. 64, 1939).

Na perspectiva da reprodução social das famílias, observa-se que a maioria dos migrantes retornava à sua região de origem após a viagem a São Paulo, conforme dados demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2: Quantidade de deslocamentos.

Deslocamento anterior	Quantidade	(n=300) %
Migração anterior	1	57, 59
Migrações anteriores	2	5, 32
Migrações anteriores	Mais de 2	17, 09

Fonte: Adaptada de O Observador (n. 47, p. 64, 1939).

Outra questão diz respeito ao período em que o deslocamento ocorria. Embora o baixo índice pluviométrico de algumas localidades fosse uma realidade, é necessário entender em que medida essa condição se relacionava com a mobilidade.

Deve-se considerar que dificilmente seria possível realizar a travessia durante a estação chuvosa em um pau-de-arara, mesmo quando coberto com lona, como evidenciado no depoimento de Raimundo: “Se eventualmente viesse a chover, é lógico que aquela água iria molhar a todos que ali estavam”.

Da mesma forma, as precárias estradas, como ressaltaram Estrela (2003) e *O Observador*, tornavam-se ainda mais intransitáveis em períodos de chuva, nomeadamente devido às “condições calamitosas” dos caminhos que ligavam o estado da Bahia ao Norte de Minas. Dessa forma, é possível inferir que não havia outro período mais adequado para realizar a travessia senão aquele marcado pela seca.

2. 3 As viagens nos barcos a vapor pelo rio São Francisco

Após a chegada a Juazeiro, a viagem era realizada em barcos a vapor até Pirapora. Uma travessia também marcada por condições precárias, tendo em vista que as companhias de transporte não dispunham de estrutura adequada para atender os viajantes. Assim é descrito em *Seara Vermelha*:

Os navios partiam com as terceiras classes abarrotadas e por vezes os imigrantes tinham que esperar vaga porque eram muitos e os vapores comportavam pouca gente apesar de que na terceira classe os sertanejos seguiam amontoados quase que uns por cima dos outros (Amado, 1993, p. 93).⁹⁶

Os migrantes que relataram a travessia por meio da História Oral narraram como funcionava o transporte fluvial naquela época:

Foram aqueles vapores que vieram do velho Mississipi, trazidos dos Estados Unidos, lógico que importados de lá, desmontados e montados lá em Juazeiro. Era o único meio de transporte, ou senão via costeira, pelo mar. Mas aí não era para o migrante e sim para quem podia, que tinha condição de pagar a passagem. Então, para o migrante nordestino, o seu único meio de transporte era o vapor no Rio São Francisco (Raimundo da Cunha Leite – M.I., 2000).

Foi ressaltado ainda pelo migrante que existia outra rota, a marítima, com o desembarque no Porto de Santos, em São Paulo. Contudo, a opção pelo rio São Francisco era financeiramente mais acessível. As fontes nos levam a concluir que havia influência do fator geográfico e, além disso, constava a intenção dos migrantes de recorrerem à concessão de passagem de trem oferecida pelo serviço de migração em Pirapora.

O entrevistado também descreveu as características das embarcações:

Era um vaporzinho, tinha lá os grandes vapores para a época e para o transporte, ou melhor dizendo, o transporte fluvial de baixo calado que era o Rio São Francisco. Tinha os vapores de luxo que eram o Benjamim Constant, o Benjamim Guimarães, Barão de Cotegipe e tinha o restante dos outros vapores que eram chamados de pequenos vapores. [...] E os vaporzinhos eram esses, através dos quais viajavam os retirantes, os migrantes. Tinha duas classes que eram o convés e a 1ª. classe. A 1ª. classe eram os passageiros que podiam viajar com mais luxo (Raimundo da Cunha Leite – M.I., 2000).

As condições da viagem nos barcos a vapor foram também detalhadas pela imprensa, e são parecidas com aquelas descritas por Raimundo. Segundo *O Observador* (1949, p. 55), além da alimentação precária: “A segunda classe, a qual viajavam os emigrantes, na qual os bichos, os fardos, os homens, as crianças viajavam na mais repugnante promiscuidade. [...] Não raro se propagam moléstias na leva de emigrantes”.

⁹⁶ A historiadora Ely Souza Estrela salienta a seguinte questão: “Até as primeiras décadas do século XX, inexistiam as vias que cortam de ponta a ponta o país. No caso específico do Nordeste, a ligação com o Centro-Sul era feita basicamente pelo transporte marítimo e pelas estradas reais que cortavam o interior, muitas vezes correndo paralelas e perpendiculares aos rios que irrigam a região” (Estrela, 2003, p. 77).

A narrativa do entrevistado corrobora essa afirmação:

[...] mas os migrantes dormiam em rede misturados com os animais que seriam abatidos para alimentação dos passageiros, de um modo geral, porcos, cabritos, galinhas [...]. E os migrantes dormiam em rede, tudo misturado, homens, mulheres, crianças, enfim, em redes ou em esteiras jogadas ali no porão, ou melhor dizendo, ali no convés do navio (Raimundo da Cunha Leite – M.I., 2000).

Sob esse viés, Jorge Amado narra o momento em que os migrantes sobem o navio e se deparam com a falta de estrutura adequada: “– Onde a gente fica? – perguntou Jerônimo. O homem fez um gesto com a mão mostrando o chão cheio de rolos de corda, de ferros, de objetos variados: – Por aí mesmo... Vão se arranjando...” (Amado, 1993, p. 114)⁹⁷.

A insatisfação dos migrantes ao perceberem que viajariam na companhia de porcos demonstra que eles agiram coletivamente, protestando contra a insegurança estrutural da viagem. Como foi ressaltado:

Logo depois do café houve o embarque dos porcos. [...] Foram amontoados na popa do barco, fizeram uma espécie de cercado. Mas ali já estavam várias famílias arrumadas. Foi uma gritaria, protestos, xingamentos. Um marinheiro perguntava: – Quer que os bichos vão soltos junto com vocês? Outro, com um rosto moço e bom, acalmava: – É mesmo pro bem de vocês... Pra não ir misturado... [...] embarcavam novos passageiros e engradados com galinhas, malas e caixões (Amado, 1993, p. 117).

Alguns conseguiram armar suas redes, mas a maioria dormiu sob os caixões, junto aos animais e às malas da primeira classe. O mover-se só era possível de cabeça baixa e a ventilação só ocorria quando o navio se movimentava. A latrina (banheiro) existia apenas uma para toda a terceira classe, e “já no segundo dia, a descarga não funcionava e o mau cheiro se alastrava” (Amado, 1993, p. 122).

Além das condições precárias da viagem, a duração da travessia era imprevisível, como narra o entrevistado:

[...] saía de Juazeiro até Pirapora numa extensão de 1221 km. Viagens que quando o rio estava seco demorava de 10 a 12, até 18 dias, como foi o nosso

⁹⁷ A descrição da travessia também é realizada por um entrevistado de Fontes (2002) que tinha partido de Jacobina, na Bahia, de trem até Juazeiro. Ele relata que, devido ao período de seca e aos bancos de areia que se formavam ao longo do leito do rio, a viagem levava cerca de 15 dias ou mais para ser concluída. O pesquisador também evidencia a precariedade das condições da viagem: “Juntamente com outras centenas de migrantes, Artur exprimia-se na segunda classe do barco localizada no porão. ‘Aquilo era um navio negreiro dos escravos africanos’, comparou, você não via nada. Cheio de gente, uma promiscuidade danada, uma escuridão, um mau cheiro” (Fontes, 2002, p. 47).

caso. A nossa viagem de Juazeiro a Pirapora foram 18 noites e 18 dias, sem contar mais 3 dias de trem de Pirapora até São Paulo (Raimundo da Cunha Leite – M.I., 2000).

As condições sanitárias favoreciam o surgimento de doenças como cólera, febre tifoide, tuberculose e varíola; também eram mencionados casos de malária, que poderiam interferir negativamente no exame médico, exigido para a obtenção do bilhete de passagem no trem com destino a São Paulo.

Além disso, o migrante estava suscetível a outras adversidades, como no ocorrido com a família de Ana:

Nós viemos de barco, viemos pelo rio São Francisco. Olha eu me lembro que foi de barco até nós chegarmos numa cidade para pegar o trem para vir para o estado de São Paulo, lembro das figuras que tinham no barco e eu tinha muito medo, era leão, cachorro grande [sic. carrancas]⁹⁸, eu me lembro disso, me lembro do rio São Francisco, aí nós viemos até... era uma cidade que tinha... o barco vinha até essa cidade, depois nós pegamos um trem que veio para São Paulo. É Pirapora, Pirapora sim, lá nós fomos roubados e aí atrapalhou nossa viagem, porque depois precisou pedir socorro pela polícia [sic. serviço de migração] para ajudar nós chegar até São Paulo, isso que eu me lembro (Ana Rita de Souza – M.I., 2000).

Jorge Amado, no entanto, também destacou os aspectos positivos e humanizados dos migrantes. Como a contemplação e o fascínio deles diante da grandiosidade dos navios, “com suas rodas, seu casco de ferro, sua chaminé e seu apito, as barcas de madeira, com esculturas primitivas na proa – cabeças de mulher ou de animais – parecendo imensos animais fantasmagóricos, impressionavam os sertanejos”.

Nesse sentido, é possível identificar uma travessia marcada pelas sensações, sentimentos, alegrias e emoções. Amado, na sua literatura, ressalta os instantes de contemplação, por exemplo, do rio, do cais e os desembarques dos passageiros no porto: “Para eles era uma beleza, uma coisa de conto de fadas, com as suas luzes acesas e os sons de piano que a brisa trazia” (Amado, 1993, p. 110).

Essa percepção não destoa muito daquela relatada por um migrante que vivenciou esse momento:

A gente passava o tempo da viagem, principalmente durante o dia, pescando, os meninos principalmente, pescando no rio e às vezes até acontecia que quando o rio estava seco, criava os chamados bancos de areia. [...] 3 dias e 3

⁹⁸ Escultura [artesanato da própria região] colocada nas embarcações que navegam pelo rio São Francisco. Acredita-se que sua fisionomia assustadora espanta os maus espíritos.

noites [de viagem] [...] E em outra hora o vapor, ele se estreitava tanto que a gente tinha até possibilidade de pegar os galhos das árvores ciliares ribeirinhas, o vapor passava tão perto que a gente se divertia até pegando as árvores, ou até colhendo nas árvores frutíferas alguma coisa dessas árvores (Raimundo da Cunha Leite – M.I., 2000).

Na narrativa de Jorge Amado, ganham ênfase a música, os risos e o trabalho dos estivadores:

Admiravam os negros e caboclos que iam de pé, o peito nu, nos costados das embarcações. – **Trabalho de macho...** – diziam. E ouviam os risos, as canções, a música dos embarcadouros. Era uma raça diferente da deles, com certeza. No entanto eram tão parecidos, tinham a mesma palidez no rosto, as mesmas faces encovadas, os mesmos pés enormes de se assentarem sobre a terra! (Amado, 1993, p. 101, grifo nosso).

Nesse excerto, fica evidente uma perspectiva que ressalta os valores atribuídos à masculinidade dos personagens – cabe ao homem realizar o trabalho pesado, o “homem macho”. As atividades realizadas pelas mulheres, nessa visão, têm um valor menor. Segundo Albuquerque Júnior (1999), em razão de a mulher menstruar e parir, isso a coloca, diante da natureza, como um ser frágil⁹⁹.

O que, para o historiador, não significa que a potência feminina não seja temida ou que elas não contestem essa ordem. Outra evidência que a obra de Amado (1993) ressalta é o perfil étnico-racial dos habitantes das margens do Rio São Francisco, ou seja, os negros e caboclos.

Desse modo, o trabalho extenuante e a insegurança estrutural integravam o contexto de vida tanto do mestiço do interior quanto do caboclo e do negro que habitavam as margens do Rio São Francisco. Acerca dessa lógica, ou seja, “os mesmos pés enormes de se assentarem sobre a terra!” (Amado, 1993, p. 101), Jackelina P. M. Kern (2016) ressalta que esses trabalhadores formavam uma categoria profissional, a dos remeiros, fundamental quando os barcos encalhavam:

Barcas pesadas e carregadas de mercadorias eram movidas rio acima e abaixo através da força mecânica de tração sendo “empurrado” por longas varas de madeira, as quais os remeiros apoiavam no fundo do rio para impulsionar a barca. Trabalho penoso, e que por regra deixava profundas marcas corporais (Kern, 2016, p. 617)¹⁰⁰.

⁹⁹ Camila Sopko: “Compreende-se que há uma exploração da força de trabalho feminina, visto que o trabalho de uma mulher acaba por ter menor valor em relação ao trabalho do homem. A reprodução social recai sobre os corpos das mulheres atualmente dando-lhes duplas e triplas jornadas de trabalho. Essa reprodução social se deve a dois fatores predominantes: capitalismo e patriarcado” (Sopko, 2019, p. 37).

¹⁰⁰ “Muitas vezes era empregado o uso de escravos, mas também homens livres, geralmente a esses sendo oferecido um pagamento em dinheiro, feito por viagem ‘redonda’, ou seja, acertava-se antecipadamente o valor

Negros e caboclos realizavam o trabalho pesado e precarizado: “quando falamos em homens livres, a literatura mostra que muito raramente encontravam-se homens brancos nesses afazeres, sendo os homens livres na sua maioria escravos libertos” (Kern, 2016, p. 617)¹⁰¹. A autora complementa sobre os remeiros do São Francisco: “A vara era apoiada no peito do remeiro para gerar a tração necessária, o que invariavelmente terminava por criar um ferimento que somente com o tempo se transformava em um calejamento grosseiro, que era pejorativamente chamado de ‘medalhão’” (Kern, 2016, p. 617). Não obstante, também é preciso ressaltar o papel fundamental desses trabalhadores e de sua mão de obra nesse contexto.

Retomando a questão do papel das redes de sociabilidade estabelecidas entre os migrantes embarcados, Raimundo afirma que:

Então era uma viagem, de certo modo gostosa, até porque devido ao tempo, aquela convivência de estranhos se transformava numa convivência de **verdadeira família**. Tanto é que quando desembarcavam, isso era sempre em Pirapora, alguns dos passageiros mesmos os de 1ª classe ocorriam de desembarcar em meio da viagem, nas cidades ribeirinhas do rio São Francisco. Na despedida era uma verdadeira festa (Raimundo da Cunha Leite – M.I., 2000, grifo do autor).

Com base nessas informações, entendemos que é fundamental compreender a realidade do trabalhador para além da mera sobrevivência. Nesse viés, compartilhamos a ideia de que “O trabalho como categoria central não se dá apenas como um fator econômico, mas também reflete nas relações sociais, afetivas, de convivência, entre outras” (Sopko, 2019, p. 36).

Percebemos que o termo “família”, por exemplo, foi empregado diversas vezes nesse contexto, não apenas para designar a convivência entre parentes de mesmo sangue; sua utilização abrange as relações estabelecidas entre sujeitos até então desconhecidos, mas que compartilhavam os mesmos objetivos, experiências e “classe”.

Devido aos problemas de superlotação no acampamento em Juazeiro, os migrantes retratados por Amado tiveram que subir a bordo do navio na noite que antecedeu o dia da viagem. Como o embarque fora antecipado, a Companhia de Navegação não dispôs de jantar.

do pagamento considerando a viagem de ida e volta de determinado porto até outro porto, e a volta ao local de origem, não importando quanto ela demorasse, sendo normalmente paga a metade na saída e a outra metade na volta” (Kern, 2016, p. 617).

¹⁰¹ Vale ressaltar que nosso recorte de tempo se situa no pós-abolição.

Precisaram improvisar a refeição, por meio da partilha dos alimentos que cada um levava consigo ou que puderam comprar.

Mesmo que houvesse um sentimento de solidariedade, os conflitos também eram comuns entre os migrantes, como evidenciado a seguir, dadas as “travessuras” das crianças:

Mas eram raivas passageiras, não havia menino que não roubasse, a não ser os de peito como Ernesto. Xingavam na hora, depois sabiam desculpar. Naquela primeira noite estavam amáveis e confiantes. Ofereciam uns aos outros bananas e pães, aqueles que tinham comprado melancia repartiam, distribuíam talhadas (Amado, 1993, p. 115)¹⁰².

Por um lado, se a travessia era marcada pela insegurança estrutural, por outro, os migrantes se apoiavam nas redes de sociabilidade e solidariedade estabelecidas entre familiares, vizinhos e conhecidos. Para Fontes (2002), as redes também eram importantes no processo de inserção dos migrantes no local de destino. Nessa concepção, “todos esses aspectos teriam um papel crucial no processo de formação e na experiência da classe trabalhadora” (Fontes, 2002, p. 19).

Nesse sentido, Thompson (1978) enfatiza que o mais importante são as experiências vividas e compartilhadas pelos sujeitos, ou seja, o devir; assim como o presente é construído por homens e mulheres, são as pessoas carregadas de experiências que constroem a história¹⁰³.

Os sertanejos migrantes se deparavam com a cultura de outras regiões por onde passavam, mas levavam consigo seus costumes, a exemplo das canções, como evidencia o escritor baiano: “Agora as músicas dos imigrantes embarcados misturam-se com as dos homens das barcas e as vozes se perdem todas em meio ao ruído do rio” (Amado, 1993, p. 116)¹⁰⁴.

A canção *Pau-de-Arara*, de Luiz Gonzaga (1996), é uma referência que demonstra que, em sua bagagem, o migrante levava também sua cultura:

¹⁰² Fontes (2000, p. 72), nesse entendimento, afirma que: “Acompanhando a caminhada de sertanejos nordestinos em direção aos entroncamentos ferroviários que davam acesso a São Paulo no início dos anos 40, o funcionário da Secretaria de Agricultura paulista, Humberto Dantas, surpreendia-se com o grau de organização dos migrantes e com a **‘solidariedade cimentada por dias e dias de provações em comum’**” (Grifo nosso).

¹⁰³ Fontes (2002, p. 159) realça que tanto a sociabilidade como a solidariedade eram fundamentais para a sobrevivência do migrante também no local de chegada: “Na vizinhança, nas vilas, nos bares, nas pensões e nas ruas, os trabalhadores de São Miguel conservavam suas relações familiares e de amizades trazidas do nordeste e de outras regiões, criavam novos vínculos e aprofundavam contatos, [...]. O bairro era assim, o lugar decisivo para a ressocialização do migrante na cidade e um espaço de trocas de experiências e produção cultural”.

¹⁰⁴ Fontes (2002, p. 168) nos ajuda a entender que o ambiente festivo era parte da identidade do migrante nordestino: “O ambiente festivo dos mutirões rurais era reproduzido aos domingos na periferia paulista. Os donos da casa encarregaram-se, em geral, do suprimento de alimentação e bebidas e, muitas vezes, ao mutirão seguia-se uma roda de música e dança. Era um espaço importante de socialização na vida operária e de consolidação das redes sociais no bairro”.

Quando eu vim do sertão
 Seu môço, do meu Bodocó
 A malota era um saco
 E o cadeado era um nó

Só trazia a coragem e a cara
 Viajando num pau-de-arara
 Eu penei, mas aqui cheguei
 Eu penei, mas aqui cheguei

Trouxe um triângulo, no matolão
 Trouxe um gonguê, no matolão
 Trouxe um zabumba dentro do matolão
 Xóte, maracatu e baião
 Tudo isso eu trouxe no meu matolão¹⁰⁵.

Os jogos de cartas de baralho também eram um entretenimento que contribuía no processo de socialização, conforme aludido em:

Os jogadores não tem olhos para a beleza dos reflexos das lâmpadas na superfície do rio. A terceira classe é mal iluminada e eles precisam estar atentos aos manejos do marinheiro para não serem roubados na volta da carta. Marinheiro é bicho sabido, o baralho é velho e seboso, e ronda é um jogo pra ladrão. Apostam os paus de fósforos, cada um vale 20 réis, mas é muito caro para o bolso deles. O marinheiro vira as cartas, as conversas se prolongam nos grupos, agora, que estão reunidos no navio, é como se fossem **uma só família** (Amado, 1993, p. 120, grifo do autor).

A viagem nos barcos a vapor levava dias, o que contribuía para intensificar o processo de socialização com os outros viajantes, inclusive entre as diferentes classes. Ao relatar a história de um dos seus entrevistados, Fontes (2002) cita Artur, que fizera a mesma travessia que Jucundina, Jerônimo e seus familiares.

Artur fez amizade com um viajante da primeira classe que seguia para Goiás: “Provavelmente seduzidos pela curiosidade do menino, o goiano afeiçoou-se a Artur e convidava-o periodicamente para almoçar no restaurante da primeira classe” (Fontes, 2000, p. 48). Conversaram naquela viagem sobre a pobreza do Nordeste e os fatores que levavam as pessoas a se deslocarem para outras regiões.

Esse assunto já tinha ganhado força no imaginário da sociedade naquela época. Mas também devemos levar em consideração que era durante essas conversas que os migrantes

¹⁰⁵ GONZAGA, Luiz. Pau-de-arara. Composição: Guio de Moraes e Luiz Gonzaga. Gravação original de 1952. In: GONZAGA, Luiz. **50 Anos de Chão**: CD 02. São Paulo: RCA Records, 1996. CD. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/261217/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

ficavam sabendo de lugares que precisavam de trabalhadores e poderiam oferecer melhores remunerações.

É preciso ressaltar o protagonismo e o papel dos trabalhadores que atravessavam o país naquele período. Nessa condição, Fontes (2002, p. 66) lembra que as forças econômicas da época não determinaram externamente a migração de nordestinos das regiões rurais, “embora estivessem imersos nelas”.

Segundo o historiador, os migrantes “foram agentes de seu próprio movimento e, dessa forma, por meio de estratégias diversas, contribuíram na moldagem do processo migratório” (Fontes, 2002, p. 66). Concordamos com o historiador nesse sentido, pois entendemos também que a tentativa de controle exercida pela política migratória nem sempre era bem-sucedida, e isso se deve às próprias táticas adotadas pelos trabalhadores para escapar desse controle. Por exemplo, quando recorriam ao apoio das redes sociais para realizar a travessia ou aos aliciadores clandestinos de mão de obra.

Essa capacidade de mobilização dos trabalhadores também era fundamental para amenizar a insegurança estrutural que encontravam na travessia. Por exemplo, quando os migrantes recorriam ao serviço de migração para realizar a viagem, as esperas para embarque, devido ao esgotamento dos recursos, eram muito maiores.

2.4 Insegurança e a resistência dos migrantes na travessia no “trem baiano”

Após o embarque no trem, a realidade da viagem para o migrante não mudava muito em relação às precarizações. Nesse sentido, dados publicados na *Revista do CIC* oferecem um panorama das condições desse tipo de transporte. Buscamos interpretar como essa história, como afirmou a fonte, “ainda por ser descrita” é representada.

Uma das questões que precisa ser esclarecida é que nem sempre o primeiro contato do migrante com a ferrovia ocorria no Norte de Minas. O transporte ferroviário também era utilizado para o deslocamento entre os estados nordestinos.

A Estrada de Ferro Leste Brasileira tem ramificações de trilhos em todo o interior nordestino, como Propriá, Capela, Paulistana, Joazeiro, Bomfim, Alagoinhas, Mundo Novo, Catuissana, Feira de Santana, Itaibá, Mapele, Issaí, Itaeté e Caculé. Alcançadas estas pontas de trilhos por caminhões, ônibus, carroças, balsas e vapores e mesmo a pé, convergem os retirantes obrigatoriamente para Monte Azul (RCIC, n. 2, p. 87, 1952).

O inquérito estatístico que forneceu essas informações foi produzido na década de 1950, contudo, sabemos que a ferrovia era uma realidade anteriormente a esse período nessa região. Outra característica dessa época é que ocorreu a retomada das obras da Estrada de Ferro Central, cuja continuidade seguiu em direção ao Sul da Bahia e alcançou Monte Azul, ainda em Minas Gerais.

A cidade mineira se tornou uma ponta de trilhos, entretanto, ao se depararem com alguma dificuldade estrutural, os migrantes continuavam o deslocamento até Montes Claros. Nesse sentido, concordamos com Estrela (2003, p. 113), quando a autora ressalta que a cidade não perdeu sua primazia de ponto de convergência e concentração de migrantes: “Como os trens saíam de Monte Azul em direção a Montes Claros superlotados e, às vezes, a espera para a viagem durava dias”.

Os viajantes então continuavam a jornada até a próxima cidade. “Muitos dos sampauleiros [migrantes] do alto sertão dirigiam-se diretamente para Montes Claros, onde o número de linhas era maior, havendo até mesmo a possibilidade de partirem em melhores condições” (Estrela, 2003, p. 113). A possibilidade de hospedagem também era maior, devido à quantidade maior de pensões (abrigos) em Montes Claros.

Esses dados precisam ser interpretados, pois não era a intenção dessa imprensa abordar especificamente a questão da estrutura precária do transporte, do qual os migrantes dispunham para a viagem. Na realidade, o alvo dessas reportagens era basicamente o combate à atuação dos agenciadores de mão de obra, já que qualquer um que desejasse se deslocar deveria passar pelo controle do serviço de migração. Como este relato evidencia:

Tivemos ocasião de denunciar, em tempo oportuno, o que ocorria aos trabalhadores agenciados, sem a protecção de serviços legais, conduzidos como gado para corte, desiludidos ao primeiro contacto com a grande esperança que guiara seus passos. A intervenção dos serviços officiaes veio em boa hora iniciar a cessação de um abuso cujo crime não estava só em maltratar os homens, mas sobretudo em illudil-os. O início da assistencia ao trabalhador nordestino deve ser saudado, portanto, como um sério e util trabalho, digno de ser conhecido para obter a cooperação de todos (O Observador, 1939, p. 54).

No discurso do jornalista, o migrante aparece sempre suscetível à “sedução” dos agenciadores, como quem não pudesse ter iniciativa própria de planejar o deslocamento. A precariedade enfrentada durante a viagem, dessa maneira, é vista como uma consequência da atuação dos aliciadores. O protagonismo, nesse caso, era atribuído ao Estado, que estava cumprindo o papel de proteger os trabalhadores.

É importante enfatizar que, mesmo quando os trabalhadores recorriam aos recrutadores, isso não diminuía o seu papel na execução da viagem. O que percebemos era uma maior liberdade, quando optavam pelos serviços oferecidos pelos aliciadores, em relação a escolherem os locais em que desejavam trabalhar. Como já ressaltamos, essa também era uma tática que, no mínimo, ajudava a amenizar as condições precárias.

Outro aspecto recorrente nas fontes é o discurso de que os migrantes acreditavam em uma espécie de “trabalho e riqueza” fáceis em São Paulo¹⁰⁶: “seduzidos e enfeitiçados pelo que se conta dos salários no sul; acenados pela legislação trabalhista vigente nos grandes centros; tentados sempre pelos aliciadores e intermediários inescrupulosos, trocam os caboclos o sertão pelo sul promissor (RCIC, 1942, n. 2, p. 87).

Esse discurso foi difundido pelos próprios funcionários interlocutores do governo, com o fim de “combater” a atuação dos agenciadores de trabalhadores e centralizar o agenciamento de mão de obra apenas no serviço do CIC. Porém, as fontes que utilizamos já nos deram diversos indícios de outras táticas utilizadas pelos trabalhadores, como as redes sociais.

Inclusive, grande parte dos migrantes ouvidos pelo jornalista que produziu o inquérito estatístico já tinha feito a travessia outras vezes. Mediante essa informação, é possível questionar a tese de que os migrantes eram seduzidos passivamente pelos aliciadores. Muito pelo contrário, esse aspecto enfatiza justamente a agência dos trabalhadores, as táticas usadas para escaparem do controle estatal da mobilidade e a própria liberdade de escolher os locais de trabalho (as regiões/fazendas).

O que era realizado com base nos conhecimentos adquiridos em viagens anteriores e nas informações fornecidas por aqueles já estabelecidos em São Paulo.

As informações de que São Paulo era um local de oportunidades de trabalho e prosperidade financeira são confirmadas pelo entrevistado Antônio: “Se ouvia que [São Paulo] era a verdadeira Canaã. Aqui chegando tudo se tinha e tudo se conquistava. Eram essas notícias que lá chegava. [...] Passava de boca em boca” (Raimundo da Cunha Leite – M.I., 2000).

Todavia, evidenciar a agência desses sujeitos nesse contexto e São Paulo apenas na perspectiva de um lugar onde “tudo se conquistava” pode contribuir para reduzir o papel do trabalhador migrante, e até desconsiderar a diversidade de táticas de sobrevivência utilizadas

¹⁰⁶ Assim narra também a literatura: “indo para São Paulo onde dizem que existe terra de graça e dinheiro farto, voltando de São Paulo onde não existe nem terra nem dinheiro” (Amado, 1993, p. 44). O que vai ao encontro da ideia de que o nordestino procurava, na verdade, era “vida fácil” e não trabalho.

nesse contexto, assim como todo o empreendimento realizado por ele, desde o planejamento, a viagem e a vida do trabalhador no Centro-Sul.

Esta pesquisa nos auxiliou na compreensão do, por exemplo, do processo de formação da classe trabalhadora, marcado por diversas dimensões e redes sociais, os quais são evidenciados durante a travessia e adquirem novos desdobramentos depois da chegada em São Paulo, a exemplo do que mostrou Fontes (2002) sobre as lutas empreendidas pelos seus direitos.

Uma análise detalhada das informações obtidas na imprensa nos possibilita entender as razões que contribuíram para gerar um quadro de precariedades durante essas viagens. Devido ao prolongamento da ferrovia no sentido sul do estado da Bahia, a partir da década de 1950, a cidade de Pedra Azul, no Norte de Minas, também se tornou um ponto movimentado de embarque para os migrantes.

O jornalista Luiz Fernando Maria Teixeira não só visitou esses locais na região, como fez a viagem com os migrantes. A partir dessa experiência, ele produziu um “inquérito estatístico”, que foi publicado na *Revista do CIC*. O jornalista afirma ter entrevistado: “191 chefes de famílias retirantes, 132 esposas, 75 homens solteiros, 71 agregados e inúmeras crianças, totalizando o volume de 868 pessoas desajustadas [...] chefes de trem, agentes, chefes de estação e inspetores de tráfego” (RCIC, 1952, n. 2, p. 86).

Ainda consta que “o autor visitou as cidades-chave do problema: Corinto, Montes Claros e Monte Azul, percorrendo 2.800 quilômetros de estradas de ferro, inclusive viajando em companhia dos flagelados” (RCIC, 1952, n. 2, p. 86).

Na década de 1950, Pirapora já não desempenhava o mesmo papel de entreposto da migração como antes; a rota preferencial dos migrantes era por Montes Claros. Nesse mesmo caminho, estavam situadas as cidades de Monte Azul e Corinto, essa última na região central.

Nas Fotografias 8 e 9, publicadas pela revista *O Cruzeiro*, os migrantes aguardam na Estação de Monte Azul para comprar a passagem. Na descrição da Fotografia 10, é mencionado que se tratava de um grupo de 67 cearenses agenciados por Sebastião Teles: “Desde Barbalha (Ceará) tinham 27 dias de viagem. Destinam-se para Pitanga (Paraná). Unidos de muita paciência e pouca provisão, acorram-se em cima de tijolos” (*O Cruzeiro*, 12 de abril de 1952, p. 76).

Outro aspecto que podemos observar é a aparência dos migrantes bem-vestidos, alinhados com calças, camisas sociais e chapéus. O migrante baiano de óculos *Ray-Ban* e botas é Balduino Lopes, que tinha prosperado em São Paulo e voltado para buscar a família.

As mulheres, Lagrinaura Borges e Guiomar Cavalcante, descritas como “migrantes de luxo”, viajavam de primeira classe para São Paulo.

Essas são outras imagens dos migrantes, os quais são constantemente representados de maneira generalizada como famintos e maltrapilhos por outras fontes. O que demonstra a importância da diversidade de pontos de vista ao analisarmos um objeto histórico.

Fotografia 8: Migrantes aguardam para comprar passagem em Monte Azul.



Fonte: O Cruzeiro, 12 de abril de 1952, p. 76.

Fotografia 9: “Emigrantes de luxo”



Fonte: O Cruzeiro, 12 de abril de 1952, p. 77.

Retomando o relatório do jornalista Luiz Fernando Maria Teixeira, avulta-se a ausência de uma estrutura adequada nos vagões do trem da EFCB, incluindo a insegurança alimentar, uma vez que os alimentos (farnéis) enviados pelo CIC, além de serem insuficientes, eram distribuídos apenas em Montes Claros. As condições da viagem foram registradas nos seguintes termos:

Não é só o desconforto natural dos carros de segunda, na duração da viagem, mas também a aglomeração nesses vagões desprovidos de água, de instalações sanitárias, dos menores requisitos de higiene. Por mais fartos que sejam, os farneis distribuídos em Montes Claros pelo Conselho de Imigração têm de ser insuficientes, é claro para alimentarem os trabalhadores durante tão longa viagem. Aquelles que possuem algum dinheiro, podem adquirir alimentos nas estações atravessadas pelo trem – e disso vivem moleques de cada parada, com seus tabuleiros de pastéis, doces, bananas (RCIC, 1952, n. 2, p. 86).

Diante da quantidade de pessoas viajando, os vagões, por exemplo, mostravam-se insuficientes. A conclusão do inquérito publicado na época foi que “desemparelhada [ferrovia] para servir, razoavelmente, a clientela de hábito, que utiliza vários meios para chegar até ali, não pode dar vasão em proporções idênticas. Daí o congestionamento da cidade” (RCIC, 1952, n. 2, p. 88).

Os migrantes chegavam dispostos a viajar no mesmo dia para São Paulo; entretanto, a EFCB não dispunha de um número suficiente de vagões para atendê-los. Essa retenção era o fator principal que os deixava em condições de precariedade:

Em Monte Azul, os que ainda conservam algum dinheiro ficam aguardando oportunidade para comprar bilhete, habitando, aos montes, os nojentos cortiços chamados “Rancharias” e, os outros, dormem ao relento, na fila, dia e noite. Quantas vezes, já sem dinheiro, pois esgotavam seus pequenos recursos esperando vários dias - alguns aguardavam a oportunidade para adquirir passagem em Monte Azul, há vinte dias - passavam fome, em andrajos e esmolando (RCIC, 1952, n. 2, p. 88).

A precariedade nos vagões do trem é ressaltada pelo “inquérito estatístico”, que empregou o termo “animalizada” para se referir a essas condições: “Viajam em grupos de 480, em carros cuja capacidade é de 96 pessoas e é tal o aperto que são forçados a cumprir, de forma as mais anti-higiênicas, suas funções fisiológicas, as composições [...] exalam mau cheiro insuportável” (RCIC, 1952, n. 2, p. 88).

Um dos reflexos dessa superlotação dos trens foi testemunhado pelo jornalista da revista *O Cruzeiro*, Álvares da Silva:

Um deslocado em carro apinhadíssimo de passageiros. Estava de pé, com um filhinho nos braços, enquanto a mulher sentada cuidava dos outros. Fora empurrado até a janela e ocupava um pequeno espaço. Moído e cansado, quando cochilava, recebeu involuntário e imprevisto e empurrão, e deixou escapular o garotinho pela janela do trem em movimento. O homem ficou louco, com razão, e saltou pela janela também. Foi dado o alarme. O trem

parou. A criança morrera da queda. O homem se ferira também, pois caíra sobre as pedras. E veio ele chorando, ao longo dos trilhos, com o cadaverzinho nos braços (O Cruzeiro, 21/04/1951, p. 22).

As esperas nas estações, na maioria das vezes, também revelam as condições precárias enfrentadas durante a viagem, como foi relatado pela revista *O Cruzeiro*:

Na plataforma (estação Central do Brasil, em Belo Horizonte) havia uma galeria de fantasmas. Eram os deslocados – homens, mulheres e crianças – enrolados em lençóis, em panos brancos, tentando conciliar o sono, no ladrilho, no cimento, nos bancos, tendo malas e sacos por travesseiro... Um funcionário ferroviário chegou e disse: - ‘Isso que está aí é apenas uma parte. Isto é, a parte que não teve sorte. No albergue não cabe todo mundo. De maneira que mais da metade tem de dormir aqui. Esse povo mexe a noite toda. É duro dormir na pedra fria. [...] Acordam tudo esfomeados. Os meninos então! E tocam a comer farinha-de-pau com rapadura. Agora, além de padecerem na viagem, e tem gente que está viajando há mais de vinte dias, chegam aqui e às vezes não encontram lugar para dormir... E sabe o que aconteceu aqui uma vez? Os trens andavam atrasados e a concentração foi ficando muito grande. Então o prefeito de Belo Horizonte mandou vir aqui uma ‘vaca leiteira’ e distribuiu leite para todo mundo. Pois olhe, quase todos os retirantes adoeceram (O Cruzeiro, 21/04/1951, p. 15).

Nesse contexto, não podemos desconsiderar que a própria presença das multidões de migrantes retidas nas estações era vista com certo temor pelas autoridades da época, inclusive em razão de seu histórico de revoltas, como enfatiza Neves (2000).

As próprias fontes que consultamos demonstram que os migrantes pressionavam os funcionários das estações por onde passavam pela liberação de passagens. Procuravam as sedes dos jornais para denunciar suas insatisfações e as condições precárias em que se encontravam.

Nos capítulos seguintes, ressaltaremos um episódio em que os migrantes chegaram a relatar ao próprio Presidente da República as condições precárias e a falta de assistência enfrentadas durante a viagem. Em outras palavras, muitas das mobilizações contra a insegurança estrutural poderiam ocorrer mesmo após a chegada ao local de destino.

Outro dado do próprio CIC enfatiza que, quando ocorria um acidente com os trens da EFCB, a empresa de transporte providenciava a baldeação dos demais passageiros, deixando os migrantes para trás. Em alguns casos, eles chegavam a percorrer a pé até a próxima cidade, cerca de 50 quilômetros, como foi citado pelo CIC (RCIC, 1952, n. 2, p. 91).

Alguns registros realizados pelo CIC também evidenciam os reflexos das viagens sobre as crianças, sendo que muitas delas não resistiram e morreram devido às condições

precárias. As mães gestantes abortavam, mas também davam à luz durante a travessia, como evidenciado no excerto seguinte:

De todo esse sofrimento resulta que, com frequência, morrem crianças viajando - sempre as maiores vítimas, e são atiradas à linha férrea pelas próprias mães. Em Belo Horizonte, de vez em quando, morreram de inanição nas plataformas [...] prevenidas as autoridades, um rabecão aguarda o corpo para transportá-lo para o morgue [sic. necrotério]. Em Corinto, o chefe da estação, [...] declarou que tem retirado os corpos das crianças mortas, bem como assistido partos normais e abortos provocados pelas condições da viagem (RCIC, 1952, n. 2, p. 89).

As precárias condições sanitárias com a qual se depararam os migrantes se intensificou a ponto de o relator do CIC ter encontrado, na região, o chefe da Delegacia Sanitária Regional de Minas Gerais. O profissional sanitário estava realizando uma viagem de inspeção, durante a qual afirmou ser aquele um contexto propício para um surto epidêmico de “consequência desastrosa”. Além disso, diagnosticou a presença das seguintes doenças: “casos de lepra, febre tifóide, disenteria bacilar e três casos de tracoma em fase aguda” (RCIC, 1952, n. 2, p. 89).

Isso demonstra que as autoridades governamentais tinham consciência dos fatos, mas poucos intervieram para amenizá-los. Ao contrário: quanto maior a gravidade das condições sanitárias em que os migrantes se encontravam, mais se intensificava o processo de triagem, como veremos no capítulo seguinte deste estudo.

Pelo relato oral, é possível demonstrar a percepção de um migrante que embarcou no trem no Norte de Minas¹⁰⁷:

E ocorre que de Pirapora para São Paulo, a passagem para o migrante era um trem chamado Mineiro que vinha do Rio de Janeiro para Minas Gerais até Pirapora. Quando chegava em Pirapora ele juntava-se a esse trem dois vagões especiais; vagões de 2ª, 3ª classe que era destinado aos migrantes. Só que aí a passagem era de graça, a passagem era liberada pelo serviço de migração e o **migrante passava a ser então senão propriedade, mas bem desse serviço de migração** (Raimundo da Cunha Leite – M.I., 2000, grifo nosso).

A referência à condição de “propriedade”, após receber “a passagem de graça” pelo serviço de migração, tinha uma explicação. Essa alusão se deve à situação de controle realizada pelo serviço de migração, que tinha como objetivo direcionar os trabalhadores para as regiões onde a demanda por mão de obra era maior.

¹⁰⁷ Existem informações sobre acidentes com o trem no *Gazeta do Norte* e na *Revista do CIC*.

Além disso, buscava combater a atuação dos aliciadores, como consta neste fragmento: “O melhor meio de evitar esse perigo seria fazer acompanhar as lévas de imigrantes por um inspetor do Serviço de Colonização, desde o ponto de concentração até a chegada ao local de destino”. Mesmo depois do desembarque na Estação Roosevelt, em São Paulo, o trabalhador era obrigado a aguardar, sem liberdade de ter contato com a rua.

Paiva (2004) também menciona outra razão para esse controle intensificado: ele estava atrelado à dicotomia estabelecida entre cidade e campo – a ideia era proteger a cidade das “classes perigosas”. Nessa compreensão, ele afirma:

A funcionalidade - na recepção e embarque dos trabalhadores - na Hospedaria dos Imigrantes, situada ao lado da Estação do Norte, a clausura imposta a esses dentro dos portões e muros (as saídas eram controladas) e o seu reembarque, sempre acompanhado por um funcionário, demonstraram um misto de tutela e medo do urbano com relação ao rural (Paiva, 2004, p. 212).

Ademais, o migrante não podia escolher em qual região gostaria de trabalhar, embora não se possa dizer que eles não subvertessem a norma. A exceção existia para aqueles que já possuíam familiares residindo em alguma localidade, aos quais era dada a opção de se juntar aos seus. Também é mencionada a realização de uma nova triagem médica:

Aqui chegando, o nordestino, o migrante, também era submetido **a um outro sistema de triagem**, antes de ser encaminhado ao interior de São Paulo. Se não era escolhido ou determinado pelo próprio serviço de imigração que escolhia a pedido dos próprios fazendeiros da época, cabia ao migrante a sua escolha desde que tivesse um parente morando no interior. Foi o caso do meu tio Sinhozinho que morava em Colina para onde o meu pai foi, onde ficamos lá uns 3, 4 meses (Raimundo da Cunha Leite – M.I., 2000).

Outro detalhe que o depoimento evidencia é que a permanência até o local de destino foi curta, de 3 a 4 meses”. Ou seja, essa permanência era estimulada pela busca de condições de trabalho que fossem mais interessantes para eles. O deslocamento continuava a ocorrer mesmo depois da chegada.

Inferimos, com base nessas informações, o quanto era estratégica a manutenção das redes familiares nesse processo de deslocamento, já que garantiam aos migrantes certa autonomia. Mesmo se deparando com a insegurança estrutural durante a viagem, as solidariedades horizontais ajudavam a amenizar os problemas.

Nessa lógica, a literatura de Jorge Amado demonstra que as ajudas mútuas entre os migrantes também funcionavam como um atenuante, de maneira especial, para a insegurança

alimentar: “Os sertanejos iam-se relacionando no acampamento. As conversas noturnas, os empréstimos de lata e mantimento” (Amado, 1993, p. 47).

Depois de um dia de caminhada, Jerônimo solicita ao outro migrante que encontrou pelo caminho: “– Vosmecê permite que use o fogo? Referia-se ao braseiro que ainda ardia no lado onde estava a família chegada antes. Ali, com certeza, haviam preparado o jantar” (Amado, 1993, p. 47).

O fragmento refere-se à parada para o descanso naquela primeira noite de viagem. No acampamento improvisado, já se encontrava outro grupo familiar, que havia partido do estado do Ceará, composto por três homens e quatro mulheres: “O homem disse que sim e falou para as moças: – Que é que vocês faz aí que não vão ajudar as donas?” (Amado, 1993, p. 47).

Após soltarem o jumento Jeremias para pastar, começaram a desarrumar a bagagem: “João Pedro, que desamarrava um saco de estopa onde traziam a carne-seca, a farinha, o café e a rapadura” (Amado, 1993, p. 55).

O ato de compartilhar uma pequena porção de alimentos é indicativo de que a solidariedade era coletiva e extrapolava o núcleo familiar, estendendo-se àqueles sujeitos de outros grupos, cujas condições de vida e objetivos eram semelhantes. Como relata o literato: “– Se vosmecê pode dar, eu aceito um pinga de café pras duas meninas. [...] Faz três dias que não tem café” [...]. “Todos tomaram café. E Jucundina ainda deu um pedaço de carne. Pequeno, mas que foi recebido num silêncio que valia mais que qualquer ruidosa manifestação de alegria” (Amado, 1993, p. 56).

Embora o próprio Jorge Amado enfatize que a solidariedade também encontrava seus limites, quando os migrantes se viam na situação de resguardar a sobrevivência do próprio núcleo familiar, como foi narrado no episódio seguinte: “Nois arresolveu vir também pra São Paulo. Só que nois vai por Montes Claros que lá tem um contratante esperando a gente... Faz dois mês que nois viaja” (Amado, 1993, p. 58).

Antes que se oferecessem para fazer uma parte do caminho juntos, Jucundina entrou em ação – sabia que eles não tinham mais alimentos: “Não é que Jucundina não tivesse pena”, afirma Amado (1993, p. 59). Mesmo diante da insistência do homem, ela sabia que sua família também tinha pouca “manutenção”: “Sua voz era severa, se bem que não houvesse nela nem o mais longínquo traço de rispidez. Dizia quase como quem pedisse desculpas de ser tão pobre, tão incapaz de ajudar, mas, ao mesmo tempo, com absoluta firmeza, era para cortar a conversa” (Amado, 1993, p. 58).

Orienta então Jerônimo a não aceitar a companhia do outro grupo vindo do Ceará. Dessa maneira, cada um seguiu, separado, seus destinos.

Voltando ao assunto das viagens de trem realizadas pelos migrantes, quando narradas pela imprensa, eram descritas de maneira generalizada, sem considerar a perspectiva dos viajantes, contribuindo para invisibilizar outras experiências vivenciadas durante a travessia.

O que eu me lembro bem e que aliás foi a primeira vez que foi onde comi e gostei, foi exatamente na minha viagem de trem, foi o macarrão. Na viagem de trem de Minas para cá eu comi um macarrão, meu pai comprou. Durante a viagem, como o serviço de migração não supria mais as necessidades dos viajantes, cada um tinha que se virar. Então tinha o garçom, que, acredito talvez de acordo com os próprios cozinheiros, saía naquelas classes, nos dois vagões, vendendo pratos. Talvez o que sobrou na cozinha, não digo o que sobrou da mesa! Vamos ser sinceros e leais. Mas o que sobrou da cozinha, do jantar dos passageiros de 1ª classe. Então ele saía vendendo. E eu me lembro que, não sei se pela fome ou até pelo tempero, eu nunca me esqueci do macarrão que eu comi naquela viagem de trem. Só me lembro de uma tia que conseguiu fazer o macarrão igual (Raimundo da Cunha Leite – M.I., 2000).

Notamos, por meio desse depoimento, que, mesmo os migrantes recebendo gratuitamente do serviço de migração a passagem, às vezes tinham que arcar com as despesas de alimentação durante a viagem. Isso é confirmado tanto pelo entrevistado quanto pelos dados da imprensa, pois nem sempre os farnéis eram distribuídos antes da partida. O migrante também esboça desconfiança quanto à origem da alimentação comercializada nos vagões da 2ª classe, talvez em razão das precárias condições dos veículos disponíveis para a realização da viagem.

As empresas de transporte e os agenciadores de trabalhadores não ofereciam condições minimamente adequadas para o deslocamento dos trabalhadores. Além disso, os migrantes eram vistos como socialmente desqualificados, o que agravava ainda mais as dificuldades enfrentadas por eles.

Como referido pelo CIC: “mesmo nesse estado, encontram pessoas inescrupulosas, que os farão sofrer mais. São os funcionários das estações intermediárias que se negam a carregar os carros de 2.ª classe, de água, obrigando-os a saltar do trem, correr com potes e canecas para junto das locomotivas, onde a água, aliás, nunca é negada” (RCIC, 1952, n. 2, p. 89).

Os comerciantes das estações também aproveitavam a oportunidade para explorá-los na venda de alimentos. As maçãs eram vendidas ao dobro do preço, a Cr\$ 10,00; em Belo

Horizonte, os donos de bares cobravam dos migrantes Cr\$ 4,00 por um pão com manteiga, enquanto para os demais passageiros o custo era de Cr\$ 1,60.

Eram muitos os que intencionavam tirar algum proveito dos viajantes:

[...] são os vigaristas a vender bilhetes falsos de loteria, a organizar sessões espíritas camufladas; uns vendem enganosamente, passagem de curto percurso; falsos agenciadores de pensões tomam-lhes dinheiro; em Montes Claros - alugam-lhes sombras de árvores, a Cr\$ 2,00 por dia. [...]. vários funcionários da própria Estrada e Residentes em Monte Azul, acusam aquela direção de vender passagem para os flagelados com os preços majorados (RCIC, 1952, n. 2, p. 89-90).

Segundo a imprensa, os funcionários da estação de Monte Azul e os donos de hospedarias também procuravam meios de se beneficiar em razão de a cidade ser lugar de convergência dos migrantes. As denúncias foram feitas pelos migrantes ao jornalista:

[...] acusam aquela direção de vender passagens para os flagelados com preços majorados e isto, com o auxílio de intermediários que são, geralmente, donos das denominadas “Rancharias” e “Hospedarias” [...]. As vantagens da aglomeração para os proprietários desses estabelecimentos infectos estão no possível aumento da freguesia (RCIC, 1952, n. 2, p. 90).

Outras ações adotadas também foram destacadas pelo jornalista:

Dizem mais, que os citados responsáveis derrubaram árvores frondosas situadas, longe, no pátio externo da Estação e que, com suas sombras, abrigavam de certo modo, os flagelados. Ainda aqui, talvez para pagar aos rancheiros, a cumpridade na majoração dos bilhetes. As fogueiras que os flagelados ascenderam para cosimento e aquecimento de suas parcas e miseráveis provisões de boca, também foram proibidas (RCIC, n. 2, p. 90, 1952).

Na cidade de Montes Claros, a prática de encontrar meios para se beneficiar nesse contexto também é mencionada: “em Montes Claros, alugam-lhes sombras de árvores, a Cr\$ 2,00 por dia” (RCIC, 1952, n. 2, p. 90). Essa informação é confirmada por outra fonte que cita: “Outros ainda procuram as sombras das árvores para se abrigar, e às vezes lhes são cobrados alguns tostões pelas sombras. Outros ainda, mercê de alguma influência, conseguem, por \$ 300, descansar à sombra de casas, sob algum telheiro avulso” (O Observador, 1939, p. 55).

As informações publicadas pela *Revista do CIC* e *O Observador* nos permitem matizar a ideia generalizada de que os migrantes eram “miseráveis”, “pobres”, como foram

representados na época, muitas vezes pela imprensa. Ao contrário, é possível inferir que muitos levavam consigo valores em dinheiro. Além disso, contavam com outras possibilidades de apoio, como as próprias redes estabelecidas entre os migrantes, como já ressaltamos.

Também dispunham da assistência do serviço de migração, como foi descrito na imagem anterior, em que o baiano Vicente Pereira Lima recebeu três passagens. Embora, *O Cruzeiro* alia o recurso recebido à fuga da fome. O problema desse tipo de interpretação é que ela nos impede de enxergar outros aspectos dos deslocamentos, como a perspectiva da reprodução social das famílias nordestinas e o próprio papel desses trabalhadores como mão de obra nas regiões receptoras.

Apesar de a seca e a fome cruzarem os caminhos desses sujeitos, inclusive durante a viagem, suas trajetórias de vida, na maioria das vezes, foram reduzidas aos aspectos citados na reportagem da revista *O Cruzeiro*: a fuga da fome.

Nessa perspectiva, as mulheres migrantes também são representadas na imagem anterior: “ENVELHECIDA, a mãe nordestina só pode oferecer o seio quase seco ao filhinho faminto” (*O Cruzeiro*, 12 de abril de 1952, p. 76). Novamente, nos deparamos com a referência à escassez e à fome representada pela imagem do seio seco de leite da mulher-mãe nordestina e do filho em processo de desnutrição.

O que é recorrente também em outras fontes, como a literatura: “O menino pequeno começou a chorar nos braços de Dinah, separada deles pelo tronco da árvore. Jucundina gritou: – Tonho, traz a farinha” (Amado, ano, p. 56). A refeição estava pronta: “Preparou o mingau de farinha de mandioca para a criança. Era um mingau ralo, sem substância, escuro e sem gosto”. A criança parou de chorar” (Amado, 1993, p. 56).

Todavia, o próprio Jorge Amado nos permite construir uma visão mais matizada da vida dos nordestinos antes do deslocamento, que vai além da representação centrada na escassez:

Tonho estava com treze anos e mal ouvira o grito de Jeronimo [...]. Correria para o curral, ia ajudar o avô a tirar leite. Ficava segurando o bezerrinho pela corda [...]. Depois chegaria a vez da cabra, Noca e Ernesto – o menorzinho – tomavam desse leite, Jucundina afirmava que nada melhor que leite de cabra para criar menino (Amado, 1993, p. 13).

A interpretação de Fontes (2002) também é fundamental para questionarmos a perspectiva do Nordeste como uma região reduzida à seca e à fome. O autor propõe essa reflexão a partir da análise da migração de retorno.

Ao se referir à “corrente migrantista”, a *Revista do CIC* (n. 2, p. 91, 1952) afirma: “em um ano, 60% estará retornando as plagas do Nordeste, [...] vaivém contínuo do Nordeste para o Sul e vice-versa”. E completa: [...] Em Monte Azul, conversamos com sertanejos que pela 15ª vez viajam para São Paulo. Verdadeiros trabalhadores temporões” (grifo nosso).

Diante dessas informações, como pensar apenas no viés da fuga do sertanejo ou do abandono do Nordeste?

Na perspectiva da política migratória, o que mais incomodava o governo da época era a dificuldade em estabelecer mecanismos eficientes de controle do deslocamento dos trabalhadores.

Mesmo o próprio órgão governamental, o CIC, reconhecia que, na década de 1950, os migrantes nordestinos eram fundamentais para a lavoura paulista e paranaense – desde que sua permanência não fosse temporária.

O CIC afirmava que não conseguia controlar nem mesmo o tempo de permanência desses trabalhadores no Sul: “Não pudemos chegar à conclusão se os recém-chegados trabalhadores para a lavoura paulista são empreitados para a época do plantio, da colheita, da derrubada, ou se, apenas, para o tratamento de uma safra (RCIC, 1952, n. 2, p. 89 - 90).

Assim, ainda em meados da década de 1930, a política de controle da mobilidade foi reformulada com o objetivo de se tornar mais rigorosa. Entretanto, em 1952, quando o documento foi produzido, o próprio CIC admitia a dificuldade – e até a ineficácia – em controlar os fluxos migratórios.

2. 5 Mulheres e Migração: trabalho e redes de sociabilidades

Quando nos referimos às mulheres que migram, não podemos esquecer das contribuições da Nova História Social e da História das Mulheres no Brasil. Foi justamente a mudança nos critérios analíticos – ao adotar o enfoque de gênero nas pesquisas sobre as migrações – que permitiu o reconhecimento dos papéis das mulheres como migrantes.

Mesmo estando presente nos fluxos migratórios, como podemos perceber na imagem da Fotografia 18, a presença da mulher se tornou mais visível nas análises voltadas para a migração interna (Roberto Marinucci, 2007)¹⁰⁸.

Para Escudeiro (2016), esse novo olhar sobre as mulheres não deve ser fundamentado na perspectiva do estigma e da fragilidade, mas na compreensão de que elas são protagonistas do processo de mobilidade humana.

Já Marinucci (2007) alerta sobre o caráter ambivalente das migrações: ao mesmo tempo em que a mulher pode ser empoderada, pode sofrer violações de seus direitos fundamentais.

A História Oral foi uma aliada importante nessa conjuntura, pois nos permitiu ter acesso às histórias sobre as mulheres e às narradas por elas. Entre essas migrantes, destacamos a trajetória de Iracema Souza. A entrevistada lembra que, antes de mudar-se para São Paulo, seu primeiro deslocamento foi para a capital de Pernambuco, Recife. Aos oito anos, a pernambucana começou a trabalhar como doméstica. Na sua opinião, naquela época, a vida não era fácil.

Maria Afonso da Silva também lembrou o quanto a vida foi “dura” antes de migrar para São Paulo, quando trabalhava como serralheira. Ajudava o pai a serrar as madeiras utilizadas na confecção de caixões funerários: “trabalhei muitos anos nesse negócio, serrar o pau atrepada, estrado no chão, o serrote, puxando assim oh, um riba, outro embaixo, o debaixo os olhos ficam cheios de terra, pó (risos). Eu não queria trabalhar embaixo não, digo eu, eu vou lá pra cima” (Maria Afonso da Silva – M.I., 2004).

Outra entrevistada reitera: “era uma vida muito sofrida, levantar cedo, cuidar da sobrinhada pequena, muito sobrinho, lavar roupa no córrego” (Marinalva Santos Lima – M.I., 2000).

Na realidade de vida dessas mulheres, o trabalho está inserido no cotidiano desde a juventude ou mesmo desde a infância¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Citamos: BOYD, Monica. **Push Factors Resulting in the Decision for Women to Migrate**, in UNFPA – IOM. *Female Migrants. Bridging the Gaps Throughout the Life Cycle*. New York: UNFPA – IOM, 2006; CASTELLANOS, Patricia Cortés. **Mujeres migrantes de América Latina y el Caribe: derechos humanos, mitos y duras realidades**. Serie Población y desarrollo. Santiago del Chile: CEPAL, 2005, n. 61; GRIECO, Elizabeth M.; BOYD, Monica. **Women and migration: incorporating gender into international migration theory**, 2003; MARTINEZ, Jorge Pizarro. **El mapa migratorio de América Latina y el Caribe, las mujeres y el género**. Serie Población y Desarrollo. Santiago de Chile: CEPAL, 2005, n. 44.

¹⁰⁹ A realidade expressa por meio do depoimento dessas mulheres nos faz lembrar Sueli Carneiro (1994, p.190). Segundo a autora, a exemplo das escravizadas, o trabalho sempre foi uma realidade na vida das mulheres, seja, “nas lavouras ou nas ruas como vendedoras, quituteiras, prostitutas etc.; mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar”.

Outro aspecto ressaltado pelas migrantes em suas entrevistas foi o papel das redes de sociabilidade e solidariedade. Entre as famílias, era costume o envio de remessas de dinheiro por aqueles que migravam primeiro, para custear a viagem de outros familiares. No núcleo familiar de Hortelina de Lima Paiva, quem exerceu esse papel foi seu irmão, “o dinheirinho que tinha ele mandava pra meu pai pra nós vim pra cá, pra juntar, pra nós vim pra cá. [...] Aí ele mandou dinheiro pra nós vim [...] e a passagem deu pra gente vim pra cá” (Hortelina de Lima Paiva – M.I., 2000).

Nessa perspectiva, o papel das redes familiares era fundamental para amenizar os impactos da insegurança estrutural enfrentada na travessia. Ao viajar com recursos próprios, os migrantes, por exemplo, evitavam os exames médicos e as longas esperas pela concessão da passagem no trem pelo serviço de migração.

As redes de sociabilidade e solidariedade, no entanto, não se restringiam ao âmbito familiar, podendo também se estender a vizinhos, amigos, conhecidos ou pessoas indicadas por algum membro dessas redes. Em certas épocas, as casas dos migrantes ficavam cheias, até que a pessoa se estabelecesse, arranjasse um trabalho e uma casa própria. Nesse contexto, ela relata,

[...] mais eu agasalhei muitos nordestinos na minha casa, muitas pessoas que eu nem ouvi falar, pessoas desconhecidas mais um indicava... aí vai lá porque eles te dão um apoio, então vinham e ficavam em minha casa nós os acolhíamos até eles arrumarem um emprego, um outro lugar mais foi assim 20 a 30 pessoas que passaram em nossa casa (Antônia Rosendo de Araújo, M.I., 2000).

Em relação à função das redes de solidariedade entre os migrantes, ela também foi um dos elementos basilares na formação da classe trabalhadora. Como ressalta Albuquerque Júnior (1990), a consciência é uma construção histórica que cada grupo desenvolve conforme a viabilidade em cada momento histórico.

Após enfrentar a travessia, uma dessas migrantes relatou que, ao chegar a São Paulo, o primeiro e mais impactante desafio foi o frio e a falta de agasalho, já que tinha se deslocado de uma região onde o calor era predominante. A entrevistada narrou:

A chegada me assustou um pouco, era o mês de maio, chuvoso, naquela época tinha muita garoa, onde eu senti até o nariz gelado. Chegamos a noite ali no Brás, já havia um certo lugar onde aqueles caminhões paravam e os viajantes, vamos dizer assim, desciam e dali cada um tomava o seu rumo. O meu rumo foi muito bom porque eu me assustei só na chegada por estar muito frio e sem agasalho, porque lá nós não usávamos agasalho, é muito

calor, e eu senti um pouco de frio (Antônia Rosendo de Araújo, M. I., 2000).

Segundo as informações do Museu da Imigração, na própria Hospedaria dos Imigrantes, os nordestinos passavam frio. A instituição não possuía cobertores suficientes para os 700 hóspedes; era comum ver crianças descalças, com os pés roxos de frio – a maioria acabava adoecendo. Notavam-se ainda mulheres e idosos recolhidos e tremendo de frio em dias em que se registrava uma temperatura de cerca de 10 graus. Um migrante chegou a relatar que, em sua terra, não fazia frio e que, na mala, possuía apenas um lençol; até a roupa que seu filho vestia tinha ganhado recentemente¹¹⁰.

Voltando à questão do trabalho, nos depoimentos, as migrantes revelaram que, às vezes, até mesmo o direito de ter um emprego com carteira assinada era algo que precisava ser conquistado, pois antes a prioridade deveria ser o trabalho doméstico na própria casa. Como no exemplo citado por Antônia, seu esposo preferia que ela ficasse em casa cuidando dos seis filhos do casal – ainda que ela estivesse em desacordo com essa ideia: “O marido, eu não sei se é todos os nordestinos, mais eles não gostam que as mulheres trabalhem fora, inclusive eu lutei dez anos, foi dez anos após já casada foi que consegui ele me deixar ir trabalhar” (Antônia Rosendo de Araújo, M. I., 2000)¹¹¹.

Segundo a entrevistada, a rede de solidariedade estabelecida entre as mulheres da família também foi essencial como forma de ajuda mútua: “E depois trabalhar fora, tinha os meus afazeres também, mesmo que a mamãe e a minha cunhada me ajudassem no período que eu estava trabalhando mais ao chegar em casa tinha aquela coisa toda de atenção ao filho [...] ao marido e enfim muitos outros afazeres (Antônia Rosendo de Araújo – M.I., 2000).

Tendo em vista que os afazeres domésticos permaneciam sob responsabilidade das mulheres, a conquista de Antônia de atuar profissionalmente fora desse espaço resultava em

¹¹⁰ Em diversas notícias relacionadas aos fluxos migratórios de nordestinos para São Paulo, o clima – ou melhor, a falta de material adequado dessas pessoas para enfrentar o tempo do Sudeste do país – é frequentemente citado. Em agosto de 1939, a então primeira-dama do estado de São Paulo, Leonor Mendes de Barros, visitou a Hospedaria de Imigrantes do Brás para distribuir roupas e cobertores aos filhos dos acolhidos. O ato não foi isolado. Dois meses antes, alunos do Gymnasio Brasileiro-Alemão foram até a Hospedaria distribuir agasalhos (Museu da Imigração, 2020, s.n.).

¹¹¹ Luciana da Silva Santos e Gláucia Ribeiro Starling Diniz fazem a seguinte contextualização: “A instituição da família nuclear – idealizada pela burguesia nascente – atribuiu papéis específicos de gênero na sociedade. A mulher foi denegada de papel social na vida pública, ficando sua atuação restrita à esfera privada. Na separação dessas esferas, as condições biológicas das mulheres foram usadas como argumento para lhes atribuir o lugar no mundo doméstico. A natureza feminina e as especificidades do ciclo vital que incluem a menstruação, gravidez e amamentação passaram a justificar o seu confinamento ao espaço privado – visto como o seu lugar natural, de direito e dever em função de sua realidade biológica. O cuidado dos filhos passou a ser também atribuição exclusiva das mulheres” (Bruschini, 2007; Hirata, 2004; Saffioti, 1987)” (Santos; Diniz, 2011, p. 138).

uma sobrecarga permanente: “a mulher trabalha fora e chega em casa tem muito para fazer, **mais isso é muito bom**” (Antônia Rosendo de Araújo – M.I., 2000, grifo nosso).

Um detalhe interessante de sua trajetória é que, ao trabalhar como servente em um hospital, Antônia decidiu estudar enfermagem, formou-se e atuou como enfermeira na mesma casa de saúde onde havia iniciado, permanecendo até sua aposentadoria.

Em relação ao trabalho das mulheres, os dados fornecidos pelo Museu da Imigração revelam que não foi identificado nenhum registro de mulheres em cursos profissionalizantes na documentação da Secretaria de Promoção Social/Departamento de Amparo e Integração Social do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Pelo menos inicialmente, segundo as constatações, a maioria das mulheres era encaminhada para o trabalho doméstico; algumas poucas afirmaram que eram costureiras. Entretanto, o serviço doméstico foi uma saída que lhes permitiu garantir a sobrevivência pessoal e de suas famílias¹¹² – sem deixar de reconhecer que a temática exige análise mais detida.

Outra questão ressaltada diz respeito ao número de mulheres e homens que chegavam a São Paulo. Ainda que a participação das mulheres nos fluxos migratórios deva ser destacada, as informações indicam que elas eram minoria:

Diferentes estudos realizados entre as décadas de 1930 e 1960 mostram que a porcentagem de mulheres que se deslocava era cerca de um terço menor do que de homens. Segundo dados do IBGE, em 1953, na cidade de São Paulo, 70% dos migrantes nacionais eram homens. Dados da AVIM – Associação Voluntária pela Integração dos Imigrantes, uma entidade particular apoiada pela Igreja –, 20% dos assistidos em 1953 eram mulheres. De fato, os homens formavam a maioria dos migrantes e isso, como consequência, alterou a estrutura demográfica de seus locais de origem. Em períodos de intensa saída, a proporção de homens nesses municípios era de inferioridade numérica, na maioria dos casos. Em contrapartida, nos municípios paulistas, o sexo masculino representava superioridade numérica, o que bem representa o desamparo em que muitas famílias eram deixadas com a mudança (Museu da Imigração, 2020, s.n.)¹¹³.

É necessário também pensar no papel dessas mulheres que permaneceram como chefes de família no momento em que seus maridos migravam para trabalhar em outros

¹¹² “Nesse lugar, elas continuariam a desempenhar o papel de cuidadora do lar; é no âmbito doméstico das casas de famílias abastadas que lhes foi permitido reproduzir os papéis de mães e avós. Portanto, é o serviço doméstico um dos principais postos de trabalho adotados na trajetória de vida dessas mulheres, migrantes nacionais, ao buscar garantir a sobrevivência pessoal e de suas famílias. Sem estudos e sem conhecimento de trabalho especializado, essa posição significava não só vender a força de trabalho, mas representava um modo de vida, entendido também como uma responsabilidade da mulher, de um ponto de vista social. [...]. Tendo como base a memória de filmes e novelas brasileiros, o estereótipo de trabalhadoras domésticas é quase sempre uma mulher migrante de cor parda ou preta. Quando não é doméstica, está exercendo serviços de limpeza de baixa remuneração, sempre sobre a mesma denominação genérica” (Museu da Imigração, 2020, s.n.).

¹¹³ Ver também Fontes (2002).

estados. Segundo o Museu da Imigração, o quantitativo de mulheres era maior nos fluxos migratórios quando a distância do deslocamento era menor.

Ainda foi notado um maior contingente de mulheres quando, “nos êxodos que arrebanhavam famílias inteiras e não indivíduos isolados, havia, habitualmente, maior presença de mulheres. Isso ocorreu entre 1947 e 1949, quando 67% dos migrantes nacionais estavam reunidos em famílias” (Museu da Imigração, 2020, s.n.).

Nas fotografias, é recorrente a presença dessas mulheres – na maioria das vezes, segurando crianças no colo, inclusive as amamentando – assim como de migrantes idosas e mulheres mestiças negras.

Fotografias 10 a 11: Mulheres migrantes.



Fonte: Acervo do Museu da Imigração/O Cruzeiro.

Interessante ressaltar que, nas informações prestadas pelas migrantes, elas não mencionam ter frequentado a escola na infância. De acordo com Iracema Souza, ela também começou a trabalhar ainda muito nova. A migração para São Paulo ocorreu aos 16 anos, em uma época em que ela já havia conquistado sua autonomia.

Como foi relatado pela própria migrante: “eu queria algo para mim, eu sempre fui orgulhosa, gostava das coisas boas, era vaidosa, aí eu queria trabalhar, queria comprar as coisas pra mim, aí eu fui para Recife trabalhar. E lá eu consegui trabalho e não pedia nada para os meus pais, comprava tudo para mim (Iracema Souza, M.I., 2012).

Segundo o depoimento da baiana Marinalva Santos, como uma mulher de origem rural e de família pobre, ela também não teve outra escolha a não ser colaborar com a família por meio do trabalho. Como consta em seu depoimento: “aí nessa época eu trabalhava muito na roça, capinava, levantava muito cedo, deixar milho, [...] de molho, no outro dia levantava

cedo pra ralar aquele milho, para tirar farinha para fazer comida [...] limpar arroz no pilão, era toda essa vida, socar arroz no pilão (Marinalva Santos Lima – M.I., 2000).

Após casada, o trabalho só se intensificou: “aquela época meus filhos, já comecei ter meus filhos, [...] eu levantava cedo ia buscar o leite, chegava em casa, essa vida, aquele corre-corre (Marinalva Santos Lima – M.I., 2000). A ausência de liberdade a levou a fugir para se casar: “eu era muito presa muito caseira, por isso eu casei fugida assim, mais rápido, porque era muito presa, não tinha minha vida, não tinha, nunca teve. [...] meu pai não queria e a gente fugiu, eu fugi, aí casamos” (Marinalva Santos Lima – M.I., 2000). Inclusive, após casar, a migrante chegou a morar fora do Brasil, no Paraguai.

Outra migrante que também encontrou dificuldades para se casar foi a pernambucana Iracema Souza. Dessa vez, o impedimento era o fato de o noivo ser negro, o que desagradava sua mãe. Como ela relata: “a gente começou a namorar e a minha sogra gostou, ela trabalhava comigo, [...] Só que quando os meus pais souberam que ele era negro, que eu estava namorando negro, nossa senhora, a casa caiu” (Iracema Souza – M.I., 2012).

Os reflexos do racismo em sua vida resultaram no afastamento familiar: “E então peguei e falei assim: “eu vou me casar assim mesmo, porque eu tenho 20 anos, [...] eu já posso me casar! E eu me casei! Me casei, e eles não quiseram saber onde eu morava, se eu estava bem, se eu estava viva” (Iracema, M.I. 2012).

Depois de alguns anos, as famílias se reencontraram, mas o racismo persistiu. O fato de seu marido não ser tão retinto quanto a mãe de Iracema imaginava a levou, novamente, a adotar uma postura racista – algo que, infelizmente, ainda hoje não é incomum em nossa sociedade, marcada pelo racismo estrutural.

Como relatado por Iracema: “E a minha mãe falou assim, puxa vida né, chegou pra minha sogra... eu dou risada até hoje, quando eu lembro, chegou pra minha sogra e falou assim: **não é que seu filho não é muito preto, pensei que ele era mais preto!** (Iracema de Souza – M.I., 2012, grifo nosso)¹¹⁴.

Nesse cenário, fica evidente a postura racista, até mesmo entre os migrantes de outros estados, em relação aos baianos. O esposo da pernambucana Iracema era filho de uma migrante baiana e, em sua maioria, esses migrantes eram negros e mestiços. Todavia, Iracema enfrentou o racismo de forma distinta em relação à sua própria família: “Porque, aquele povo lá é muito racista. Muito. E eles estão errados, eles não assumem que estão errados” (Iracema de Souza – M.I., 2012).

¹¹⁴ Conferir: ALMEIDA, Sílvia Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

O preconceito em relação aos nordestinos era uma realidade no estado de São Paulo. No entanto, os baianos, além da xenofobia, eram alvos do racismo, devido às suas marcas raciais. O termo “baiano”, em razão do grande número de migrantes oriundos da Bahia, passou a ser utilizado de forma generalizada para todos os nordestinos.

Esse preconceito, entretanto, era reproduzido até mesmo entre os próprios migrantes. A multiplicidade de grupos oriundos de diferentes regiões, com culturas e vivências diversas, gerava conflitos e divergências. De acordo com Fontes (2002), não eram incomuns as desavenças e disputas motivadas por rivalidades regionais. Muitos migrantes não queriam ser confundidos com outros, nem mesmo se misturar com pessoas de estados diferentes.

Na entrevista obtida via Museu da Imigração, uma migrante narra esse lado conflituoso que permeava o universo migrante, ao comentar sobre o seu marido, também migrante: “passar no norte ele não queria ir, que lá só tem baiano, só fala “ó xente”, só tem baiano, que ele nunca gostou de baiano” (Hortelina de Lima Paiva – M.I., 2000).

Até mesmo quando o assunto era a culinária, surgiam divergências, como se observa na fala da mesma migrante, ao ser questionada se ainda preparava as comidas típicas de sua terra: “Faço, faço, mas é só pra mim. [...] Se o véio vê, se o véio vê, ele acha ruim, que ele fala que não é comida não” (Hortelina de Lima Paiva – M.I., 2000).

Assim, é importante matizar a ideia de que as redes de solidariedade eram amplamente difundidas entre os migrantes de forma generalizada. Mesmo que essas redes tenham sido fundamentais no contexto das migrações, segundo Fontes (2002), pelo menos inicialmente, os relacionamentos entre os migrantes recém-chegados tendiam a se restringir àqueles oriundos da mesma região de origem.

O “beber e dançar”, segundo Albuquerque Júnior (1999), é tido como uma característica positiva do masculino. Foi esse o desafio enfrentado por Maria Afonso da Silva, uma mulher negra, representada na Fotografia 26. Como ela narrou sobre seu marido: “o que ele trabalhava era pra beber e dançar, [...]. Mas bebia e ficava doido, doido varrido, [...] era pior que o satanás” (Maria Afonso da Silva – M.I., 2004).

A sobrevivência, para a paraibana, dependia da coragem. Como ela afirma: “Marido. [...], não tenho medo de marido nem de ninguém”. Não obstante, a conjuntura vivenciada no casamento a obrigou a trabalhar para alimentar os 12 filhos: “o que ele fazia era dele, o trabalho dele era só dele, o meu era só meu. Nem era dona do que era dele, nem ele era dono do que era meu” (Maria Afonso da Silva – M.I., 2004).

É importante lembrar que, quando as mulheres nordestinas se destacam em determinados papéis ou exercem comportamentos considerados típicos dos homens, em certos discursos e imaginários elas são representadas como “mulher-macho”, figura associada à descendência simbólica de Maria Bonita, entre outras (Albuquerque Júnior, 1999).

Fotografia 12: Maria Afonso da Silva.



Fonte: Setor de História Oral - Museus da Imigração.

Ao comentar sobre o relacionamento com seu marido, Iracema também evidencia os conflitos existentes: “Ah ele foi legal, ele foi um bom pai, um bom marido, ele era um pouco tímido, as vezes ele achava ruim comigo porque eu sou muito espontânea né, eu nunca fui assim de ficar, sabe, ah não faz isso porque é feio, não faz aquilo porque é feio, não faz assim”. Mas também constam em seu relato momentos de conflito e enfrentamento: “Quando eu via que o negócio ia arruinar eu chegava lá e falava ó, pode parar, não é assim. [...] Entendeu, e ele não concordava com meu ponto de vista (Iracema de Souza – M.I., 2012).

Percebemos que a característica mais comum entre as mulheres migrantes é a determinação, mas também a resistência diante do comportamento patriarcal dos maridos – o que tornava suas vidas muito mais desafiadoras.

Às vezes, a ameaça vinha de outros membros da família, como conta Ana Rita. Depois de casada, já morando em São Paulo, a mãe de seu marido passou a ameaçá-la: “minha sogra era tão brava que ela sempre falava que ia me bater... ‘Qualquer dia eu bato em você’, e eu falava... ‘Enquanto que eu tiver braço a senhora não vem me bater porque o que eu puder fazer eu faço’”. E ela explica como se precavia: “e eu vinha lavar roupa e punha o podão [ferramenta de cortar plantas] ali porque eu falava se ela for me bater eu corto ela com o podão” (Ana Rita de Souza – M.I., 2000).

A vida de retirante exigiu delas coragem para enfrentar o novo – uma travessia exaustiva, marcada por recomeços em lugares desconhecidos, muitas vezes sentindo-se como “alienígenas”. Entretanto, foi por meio do trabalho que essas mulheres transformaram suas

vidas e as de suas famílias, atuando como cozinheiras, domésticas, faxineiras, cabeleireiras, professoras, enfermeiras, entre outras.

TERCEIRO CAPÍTULO

MONTES CLAROS COMO ENTREPOSTOS DA MIGRAÇÃO: O CONTROLE DA MOBILIDADE POR MEIO DA TRIAGEM MÉDICA

“– Não vai me dar o papel, doutor?...
– Ainda não. Depois do exame...”
(Jerônimo, *In*: Seara Vermelha)

Fotografia 13: Exame médico (Hospedaria do Imigrante)¹¹⁵.



Fonte: Acervo do Museu da Imigração.

O presente capítulo visa dissertar sobre os reflexos da reorganização da política migratória durante o governo Vargas, fundamentada na retomada da política de subsídios à mão de obra, que visava sanar a escassez de trabalhadores na agricultura paulista.

A dinâmica de recrutamento de mão de obra, nessa fase, era realizada por empresas particulares ou diretamente por agenciadores enviados pelos empregadores. Ambas as modalidades eram financiadas com recursos da Secretaria de Agricultura/Departamento de Terras.

No fim da década de 1930, com as centralizações promovidas pelo Estado Novo, foi criada a Inspetoria do Trabalhador Migrante (ITM), e o Estado passou a assumir o gerenciamento da política migratória. Além do financiamento, o desígnio era estabelecer critérios mais rigorosos no processo de seleção desses trabalhadores destinados à agricultura paulista.

¹¹⁵ Obs.: Optamos por inserir a fotografia com o intuito de enfatizar o papel do exame médico nesse contexto, uma vez que essa era uma prática recorrente.

Nas cidades norte-mineiras de Pirapora e Montes Claros – que eram pontas de trilhos da ferrovia e concentravam uma grande quantidade de migrantes – foram estabelecidos os Postos Avançados da ITM, responsáveis pela triagem médica dos trabalhadores.

Os reflexos desse controle foram a intensificação da insegurança enfrentada pelos sujeitos em deslocamento, inclusive por serem vistos como um problema para a cidade.

3.1 Retirantes, flagelados e mendigos: contextualizações sobre o uso dessas terminologias

Os eventos ligados à migração ocorridos em Montes Claros trazem algumas similaridades em relação àqueles identificados no Ceará pelos pesquisadores Frederico Castro Neves e Kênia Souza Rios, mas também possuem suas especificidades¹¹⁶. No caso cearense, o estado já tinha uma longa experiência, desde o século XIX¹¹⁷, em lidar com os temas da seca, dos flagelados e dos dispositivos de controle da multidão.

Segundo Neves (1995, p. 93), as periódicas migrações se transformaram em um problema social, o qual deveria ser enfrentado pelos “governantes, burguesia, intelectuais e técnicos. A questão passou a ser objeto da construção de um sem-número de saberes e práticas que objetivavam evitá-la e impedi-las ou neutralizar seus efeitos”.

Para o autor, a migração, mesmo sendo um fenômeno recorrente, não tinha um lugar na estrutura social e sempre causava, além de surpresas, desajustes na sociedade. O deslocamento se associava à fome e à miséria, sendo considerado pelos saberes vigentes como “um grande desajustador social” (Neves, 1995).

Aquela sociedade, ordenada pelo modelo “religioso, moral e civil”, era desintegrada pelos migrantes, além dos desajustes causados à economia regional. As cidades que, de maneira vaidosa, modernizavam-se, eram “enfeidadas” e contaminadas pelos “abarracamentos” dos retirantes.

Em um primeiro momento, as assistências públicas e privadas foram marcadas pela distribuição de alimentos, fornecimento de passagens para outros estados e iniciativas de higienização e moralização. Na seca de 1915, surgiu um novo dispositivo de controle: o isolamento dos flagelados nos “campos de concentração”.

¹¹⁶ Ver também: NEVES: Frederico Castro: **Curral dos bárbaros**: os Campos de Concentração no Ceará; **A Multidão e a História**: saques e outras ações de massa no Ceará; e **Seca, Pobreza e Política**: o que é politicamente correto para os pobres?

¹¹⁷ Desde 1583, existem registros de secas nos estados da Bahia e Pernambuco. Em cada século, elas se repetiram. No período recente, as principais secas foram nos anos de 1844, 1877, 1880, 1899, 1990, 1915, 1919, 1932, 1945 e 1953. Devido à obra *O Quinze*, da escritora Rachel de Queiroz, a seca de 1915 foi a mais difundida.

A citada estratégia de controle perdurou até a seca de 1932, mas também ocorreu o emprego dos migrantes nas frentes de serviço das Obras Contra a Seca (Rios, 2014; Neves, 1995).

Outro aspecto que Neves (1995) pondera como fundamental nessa conjuntura são as terminologias empregadas para categorizar esses sujeitos. O termo “retirante”, por exemplo, era atribuído àquele que, em tempos de seca, retirava-se do seu local de moradia, podendo retornar com o fim desse período. O historiador ressalta: “Aliás, percebê-lo como ‘retirante’ já é uma objetivação, uma definição do saber que se generaliza como se fosse da natureza das coisas” (Neves, 1995, p. 94).

A partir da seca de 1915, esses sujeitos passam a ser denominados “flagelados”, termo que indicava uma condição de vítima de um flagelo – algo exterior a todos, indistinto, pertencente ao domínio do imponderável. Para os novos saberes, esse homem que se retira era visto, segundo o historiador, como um objeto inanimado, condicionado a não fazer escolhas, condenado à resignação diante daquilo que era imposto pelo divino.

Esse “retirar” do sertanejo para as cidades tinha como objetivo pressionar politicamente os poderosos e as autoridades públicas, a fim de manter as relações paternalistas com as quais estavam acostumados. De acordo com Neves (2009, p. 187), os retirantes também reivindicavam trabalho. Em um determinado protesto, afirma o autor: “Repetem que são trabalhadores acossados pelas secas, e não vagabundos e não querem esmolas e sim trabalho honesto e pagamento”¹¹⁸.

Por meio de suas ações, a multidão solidificou, nesse período, uma tradição que inspirava “temor” e “respeito” tanto nas populações urbanas quanto nas autoridades locais. O historiador complementa: “legitimando-se como possibilidade concreta de ação popular” (Neves, 2009, p. p. 189).

Nessa concepção, Albuquerque Júnior (1990) faz um esclarecimento importante: o paternalismo não deve ser aplicado de maneira generalizada para definir toda a sociedade, nem interpretado apenas como assentimento. Deve ser analisado com base na cobrança, na exigência de reciprocidade e nos muitos conflitos que o permeiam. O historiador ainda observa: “A violência da sociedade paternalista nordestina não pode ser ignorada, os conflitos atingiram vários níveis e se expressavam de diversas formas, inclusive coletivamente” (Albuquerque Júnior, 1990, p. 31).

¹¹⁸ O historiador ainda afirma que: “O protesto dos retirantes em Itapagé não foi um ato isolado. A reunião, a ameaça, haviam se tornado elementos positivos da cultura política dos camponeses do semi-árido e, para além disso, opções de lutas disponíveis no interior de um arsenal político, bastante reduzido pelo contexto da seca” (Neves, 2009, p. 188).

O ambiente de tensão e as reações coletivas conferem ao nordestino a experiência da luta coletiva. Nessa condição, como visto nos capítulos anteriores, os nordestinos e nordestinas levavam consigo a vivência do agir coletivo por meio das redes de solidariedade e sociabilidade.

Em relação aos migrantes que se deslocavam para Montes Claros, é necessário considerar algumas questões. Entendemos que a seca não era o único fator impulsionador desse deslocamento. Na nossa interpretação, grande parte desses grupos empreendia o projeto migratório sob a perspectiva, já sinalizada, da reprodução social das famílias nordestinas. Isso porque, mesmo fora dos períodos das secas históricas, foi possível registrar a chegada desses sujeitos à cidade.

Além disso, os migrantes lançaram mão da acessibilidade proporcionada pela ferrovia, pela abertura de estradas e pela própria política migratória que subsidiava as viagens ou o retorno. Especificamente no caso de Montes Claros, os migrantes sofreram um processo de isolamento, imposto pela triagem médica realizada no norte de Minas, com o objetivo de impedir seu avanço em direção ao estado de São Paulo.

Alguns migrantes também foram retidos devido à insuficiência de passagens no trem, as quais eram concedidas pelo serviço de migração. Outros foram impedidos de seguir viagem por serem diagnosticados como doentes, “loucos”, “aleijados” ou mulheres não acompanhadas por um homem. O propósito era não colocar em risco sanitário a saúde dos trabalhadores que já se encontravam em São Paulo.

Os migrantes que chegavam a Montes Claros eram classificados como “flagelados” ou “retirantes”, sobretudo pelo *Gazeta do Norte*. Já os excedentes retidos pela política migratória, com poucos recursos, eram representados como “mendigos”, visto que era corriqueiro recorrerem ao auxílio da população, que lhes concedia algum tipo de assistência.

Consoante Neves (2000, p. 283), a visão dos grupos ligados à Igreja Católica contribuiu para formular a ideia dos retirantes como sujeitos pobres e famintos, que demandavam proteção por meio das ações de caridade:

Em geral, é uma visão matizada pela caridade cristã e, conseqüentemente, por uma relativa solidariedade para com os que sofrem os efeitos da falta de chuvas, que, afinal, é um flagelo que vem (ou não vem) dos céus. Os sertanejos são os sofredores que, ao lado de suas famílias, procuram o apoio dos poderosos para não morrerem de fome.

Em relação aos migrantes que chegavam a Montes Claros, os quais eram chamados de “mendigos”, percebemos que essa não era uma condição de “causa e efeito”, mas o reflexo das condições com as quais se deparavam durante a viagem.

Parte do recurso financeiro reunido era utilizada no pagamento do frete do caminhão que os trazia até Montes Claros. A quantidade de vagas nos carros de segunda classe dos trens era pequena, o que contribuía para aumentar o tempo de espera; dessa maneira, o dinheiro se esgotava aos poucos. Além disso, havia aqueles que precisavam aguardar pelo exame médico no Posto de Triagem e, por vezes, ainda eram rejeitados.

Juntos, esses fatores contribuíam para deixar os migrantes em condições de insegurança durante a travessia.

Até o fim da década de 1930, as ações se concentraram no controle e na execução de medidas que buscavam excluir os migrantes da cidade. A partir das décadas de 1940 e 1950, persistiu a convicção dos reflexos negativos da presença desses sujeitos no espaço urbano, como evidencia o título: “*O eterno problema dos flagelados*” (Gazeta do Norte, 06/01/1940, p. 2).

Também surgiram novos elementos, como os usos políticos do discurso da seca e do socorro aos flagelados, em que os grupos da sociedade local, políticos, comerciantes, funcionários liberais, médicos, advogados, padres e bispos, imprensa e fazendeiros,¹¹⁹ passaram a reivindicar recursos públicos e privados para a construção de obras de assistência aos pobres e para emprego dos migrantes nas *Obras Contra a Seca*. Ocorreu também uma

¹¹⁹ Quando nos referirmos aos grupos da sociedade local, estaremos fazendo menção, a esses grupos. Importante ressaltar que a sociedade local não se restringia a esses componentes, mas dentro do contexto analisados, eles predominavam.

movimentação política para inserir o Norte de Minas no “Polígono da Seca”¹²⁰. Mas essa será uma abordagem para os capítulos seguintes.

3. 2 A retomada da política de subsídios à mão de obra e a criação da Inspetoria do Trabalhador Migrante

A Hospedaria de Imigrantes do Brás¹²¹, em São Paulo, recepcionou parte dos migrantes nordestinos. Nela, pernoitavam, eram submetidos à triagem, vacinados e tinham a documentação verificada.

Quando foi construída, no fim do século XIX, a Hospedaria tinha capacidade para receber cerca de 3 a 4 mil pessoas. Todavia, em determinadas épocas, abrigava por volta de 8 mil hóspedes. Entre os serviços sanitários e médicos oferecidos na Hospedaria, constavam creches para as crianças e enfermarias onde os migrantes doentes eram internados.

Após a chegada do migrante:

¹²⁰ O território demarcado como norte de Minas Gerais, localizado no Alto Médio São Francisco, era povoado pelo povo indígena Tupi, como a historiadora Núbia Braga Ribeiro (2008, p. 47) afirma: “os Tupinakís ou Tupiniquins, também de origem Tupi, ocuparam os sertões do Norte de Minas desde o século XVI, os Tupis, durante todo o século XVI e XVII, espalharam pelos territórios das Minas da Bacia do São Francisco, em um movimento dos embates no litoral”. Outros povos indígenas também migraram para a região. (Ver: OILIAM, José. **Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos**. Tiradentes Biografias. Belo Horizonte, 1965). A porção territorial onde foi fundada a Fazenda Montes Claros, concedida pelo alvará de 12-04-1707, a Antônio Gonçalves Figueira, constituía uma sesmaria de uma légua de largura por três de comprimento. A entrada da Bandeira Paulista ocorreu às margens dos afluentes do Rio Verde, na parte menos atingida pelas endemias, como a varíola e a malária. O futuro arraial de Nossa Senhora de Conceição e São José de Formigas desenvolveu-se com certa rapidez, por o lugar ter se tornado ponto dos tropeiros, assim como centro comercial de gado. Após cento e vinte e quatro anos, o então arraial seria desmembrado da Comarca de Serro Frio, e pela Lei de 13 de outubro de 1831, tornou-se Vila de Montes Claros de Formigas. Já com cerca de 2.000 habitantes, pela Lei n. 802 de 03 de julho de 1857, a Vila foi elevada à categoria de cidade, sem a nomenclatura Formiga, que desagradava aos habitantes, nomeada apenas como Cidade de Montes Claros (Vianna, 2007). Até o ano de 1930, a população urbana do município era de 8.360 habitantes. Após esse período, inicia-se uma nova configuração demográfica, enquanto, no primeiro momento, a cidade se desenvolveu em torno da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José. Nesse que é considerado, pela professora de Geografia Iara Soares França (2007), o primeiro salto demográfico, ocorrido dessa vez em torno da Estação Ferroviária, inaugurada em 1926. E os protagonistas, na nossa opinião, que contribuíram nessa compreensão foram sobretudo os migrantes. Esses chegavam da região do norte de Minas Gerais, estado da Bahia e, em menor contingente, dos estados do Nordeste brasileiro. De acordo com outro professor de Geografia, Marcos Esdras Leite (2011), foi nessa época que surgiu a primeira favela de Montes Claros, fruto de uma ocupação de um terreno pertencente à Igreja Católica, onde se desenvolveu o atual bairro Morrinhos, localizado no Morro Dona Germana, ao fundo da Estação Ferroviária.

¹²¹ “De maneira geral, quando se fala das hospedarias de imigrantes no Brasil, os olhares repousam no Brás, na capital paulista, e na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro. De fato, essas duas instituições foram as maiores em nosso país. Funcionaram por bastante tempo, acolheram juntas milhões de pessoas, de dezenas de nacionalidades diferentes e de todas as partes do Brasil. No entanto, não foram as únicas hospedarias no território brasileiro; aliás, não foram as únicas nem mesmo nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, por serem consideradas as mais importantes, foram mais estudadas e, conseqüentemente, são mais conhecidas” (Museus da Imigração, 2020, s.n.).

O médico de plantão examina o trabalhador convenientemente, a fim de determinar si se trata de indivíduo apto para o trabalho e não portador de moléstias infectocontagiosas. Ao sair do médico, dirige-se ao dentista. [...] Há também uma farmácia, bem como médico para tratar de doenças passageiras (O Observador, 1939. p. 59).

Mesmo que fosse uma estrutura idealizada para acolher também os migrantes nordestinos – como propunha o ideal do governo Vargas de amparo e proteção ao trabalhador brasileiro –, na prática, a realidade refletia as condições precárias enfrentadas pelos migrantes ao chegarem a São Paulo.

A Hospedaria, na década de 1940, passou a ser utilizada como presídio político. Posteriormente, abrigou um quartel e uma Escola da Aeronáutica. Apesar de que alguns poucos serviços relacionados à imigração continuassem funcionando em suas dependências – como a inspeção sanitária, funções administrativas, refeitório e agência de trabalho –, a hospedagem não era oferecida para todos, e o tempo de permanência era mais limitado.

Conforme as próprias informações da documentação do Museu da Imigração, essa conjuntura evidenciava um tratamento diferenciado dado aos imigrantes poloneses e italianos, por exemplo. Enquanto os trabalhadores nordestinos, que viajavam em condições precárias até São Paulo, não recebiam o mesmo conforto destinado aos estrangeiros.

Nesse período, um armazém de café na região do Campo Limpo foi adaptado para receber as centenas de migrantes que chegavam. A Fotografia 28 exemplifica parte dessa realidade, ao retratar um grupo de nordestinos recém-chegados a São Paulo. Os sacos de pano eram improvisados pelos migrantes para carregar os pertences pessoais. Também é possível perceber algumas pessoas descalças, em sua maioria as crianças.

Por sua vez, a hospedagem era realizada em dois “hoteizinhos de quinta” alugados pelo governo, como citado abaixo:

Todas as manhãs desembarcavam na estação Roosevelt (conhecida também como estação do Norte e, depois, como estação do Brás) centenas de migrantes. A publicação aponta que os funcionários da estrada de ferro se referiam a todos como baianos, ou seja, eram baianos de Minas Gerais, baianos do Piauí, baianos do Ceará e baianos da Bahia, também. Após o desembarque, as pessoas eram levadas para um casarão, a aproximadamente 500 metros da estação, onde tomavam a vacina contra a varíola e eram registradas. Não havia hospedagem para todos. O governo possuía uma espécie de parceria com “dois hotelzinhos de quinta classe” que não suportavam receber pessoas naquela quantidade (era comum chegar, em um só dia, cerca de 700 migrantes) (Museus da Imigração, 2020, s.n.).

As informações ainda fazem referência aos grupos de homens, mulheres e crianças sentados sobre “trouxas” e malas, no cimento frio da Estação Norte, sem ter para onde ir, tendo em vista que a Hospedaria estava ocupada pela Escola Técnica de Aviação.

Na década de 1950, as pressões para que a Aeronáutica devolvesse o prédio foram intensificadas por alguns políticos. Foi então que começou a ser construído, na época, um novo edifício próximo ao Brás, onde ocorria o recenseamento dos recém-chegados, a vacinação contra a varíola e a negociação de contratos de trabalho – tudo isso nas instalações ainda inacabadas (Museu da Imigração, 2020, s.n.).

Na Figura 1, são evidenciados os registros dos dados sobre os migrantes matriculados na Hospedaria. Inclusive, no item “observação”, é reforçada a presença das redes familiares nos fluxos migratórios.

Figura 1: Registro de matrícula.

Pesquisa Registro de Matrícula				
Livro 093	Página 287	Família 83950	Número Ordem 1	Chefe 1
Sobrenome NASCIMENTO	Nome FRANCO, BENEDICTO	Parentesco CHEFE	Nacionalidade BRAZ. RA	Idade 40
Estado Civil	Procedência TABATINGA/BRASIL/NATAL/SANTOS	Destino PIRATININGA	Vapor ITAQUATIA	Chegada 25/07/1921
Nacion. Trad. BRASILEIRA - 05	ContaGev	Sexo M	Religião CATHOLICA	Ler NÃO
Profissão AGRICULTOR	Fazendeiro HENRIQUE FERRAZ FILHO	Observação VINDO DO RIO G. DO NORTE. É CUNHADO DO N. 5.797		
Notas NO DOCUMENTO ORIGINAL, O NOME DO IMIGRANTE ESTÁ ABREVIADO.				
Dest_Est	Res_Local	Res_Pais	Res_Tempo	
DesemBra	Não Bra	Bra_Lugar	Bra_Tempo	
PQEntraram	Repatriado	Porto Emb.	Ferrovia	
Data Nasc.	Data Part.	Filiação	Introduzidor	
Condição	Lugar Nasc.			

Fonte: Acervo do Museu da Imigração.

Nessa conjuntura, também é importante contextualizar a criação da Inspetoria do Trabalhador Migrante (ITM) e a retomada da política de subsídio de mão de obra, essa última a partir de 1935. Segundo Paiva (2004), essa política esteve em vigor até o ano de 1928. Com a crise da cafeicultura em 1929, não constam mais registros sobre sua execução.

O gerenciamento do subsídio de mão de obra passou por etapas que precisam ser compreendidas, uma vez que ela não foi administrada exclusivamente pelo Estado. No período de sua reedição, existiam empresas contratadas para fazer o agenciamento dos trabalhadores, as quais recebiam cotas desses que deveriam ser agenciados, entre elas: “F. Sodré Filho, Cia. Itaquerê, Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), Sociedade Introdutora de Trabalhadores Agrícolas Ltda.” (Tessari; Costa, 2019, p.527).

Consoante a documentação verificada por Paiva (2004), a migração de nacionais para São Paulo foi incentivada a partir de 1935, em decorrência da falta de braços que assolava a agricultura. As companhias particulares recebiam os valores correspondentes aos pagamentos das passagens, bagagens, 60 mil réis por cada adulto agenciado e 30 mil réis por aqueles de 03 a 12 anos. A concentração desses agenciamentos ocorria no Nordeste do país e no norte do estado de Minas Gerais.

Outra maneira de arregimentar mão de obra foi por meio dos próprios administradores (ou capatazes) das fazendas. Os representantes dos fazendeiros solicitavam ao Departamento de Terras a passagem para os trabalhadores, com o compromisso de conduzi-los do local de embarque até São Paulo.

Paiva (2004) considera ambígua essa atuação da Secretaria de Agricultura na época, pois, por outras vias, era aberto um espaço para que os próprios proprietários recrutassem a mão de obra necessária. Esses agentes também cobravam menos pela inserção dos trabalhadores, se comparados às empresas particulares. Em outras palavras, 50 mil réis por famílias constituídas, de idade entre 12 a 55 anos, e 25 mil réis por cada trabalhador avulso.

Inclusive, entendemos que essa prática não deixou de ser exercida em Montes Claros, mesmo depois da criação da ITM. É recorrente, por exemplo, nas fontes, a referência à atuação dos aliciadores de mão de obra na cidade, mesmo após a atividade passar a ser considerada ilegal pelo governo a partir de 1939, como veremos no capítulo 6.

Compreendemos, ainda, que a prática de recorrer aos aliciadores de mão de obra era uma tática utilizada pelos migrantes no intuito de amenizar a insegurança estrutural enfrentada na travessia, especialmente diante das longas esperas pelos recursos cedidos pelo serviço de migração.

Também se inserem nas incumbências dos contratantes, pelo menos do ponto de vista legal: o recambiamento dos inaptos para a lavoura, a vacinação das famílias com a apresentação do atestado correspondente e a requisição da autorização do prefeito, o qual deveria concordar com o agenciamento da mão de obra no seu município. Além disso, deveria ser apresentada ao Departamento de Terras a certificação do chefe da estação de que a requisição feita foi, de fato, utilizada para o embarque dos migrantes. Essa modalidade era interessante para o poder público, que financiava apenas o transporte (Paiva, 2004).

A partir da criação da ITM, em 1939, o Estado passou a assumir o gerenciamento dos pedidos de trabalhadores, a contratação e o transporte. Os pedidos de passagens, como citado anteriormente, deixaram de ser operacionalizados. Ao contar com uma estrutura própria de agentes contratantes, a ITM estabeleceu seus escritórios nas cidades mineiras de Pirapora e

Montes Claros, onde era maior a concentração de aliciadores e de migrantes com interesse em se deslocar para São Paulo – conquanto, conforme as justificativas oficiais, o motivo fosse:

A proximidade entre esferas do poder federal e estadual contribui para o surgimento da ITM [...] em certas medidas também contribuiu para que as ações da inspetoria pudessem transcender o território paulista, através dos postos avançados nas cidades de Pirapora e Montes Claros (Paiva, 2004, p. 137).

Ainda, segundo Paiva (2004, p. 117): “O crescente fluxo migratório para São Paulo no fim dos anos de 1930 projetava uma tendência que oneraria sobremaneira os cofres do Estado; aliado a isto, percebemos os humores centralizadores do poder público a partir do Estado Novo”.

Esse momento pode ser considerado, segundo o historiador, um divisor de águas na maneira como eram contratados os trabalhadores pela política migratória. Além disso, os pedidos de trabalhadores que ocorriam desde 1935 foram reorganizados.

Para Paiva (2004), as autoridades ligadas ao governo federal entendiam que os agentes contratantes utilizavam critérios de seleção pouco seguros. O alerta partiu das próprias constatações surgidas nas triagens médicas realizadas na Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo.

Com base nisso, o historiador afirma que a imagem de miséria que acompanhava a dinâmica de vida desses trabalhadores em suas regiões de origem fez com que o serviço médico da Hospedaria tivesse um papel importante na triagem (Paiva, 2004).

Ainda segundo a verificação, “as anomalias anatômicas e amputações representavam, isoladamente, o maior número de casos entre as moléstias verificadas, 23,4% do total. [...], tracoma e cegueira, 17,1% e bócio, 13,5%. [...] Somados, compunham 54% do total” (Paiva, 2004, p. 135).

A seguir, no Quadro 1, apontamos outras doenças verificadas na triagem médica, no período de 1º a 30 de novembro de 1935.

Quadro 1: Demonstrativo de moléstias verificadas nas inspeções médicas.

Doenças encontradas	Número de Homens	Número de Mulheres
Idiotia	04	
Debilidade mental	03	
Demência	01	04
Alcoolismo agudo e crônico	06	
Leishmaniose	02	
Lepra	03	
Sífilis	05	
Blenorragia	05	
Cancro mole	03	
Lymphogranulomatose	01	
Bócio	15	
Tuberculose	2	
Tracoma	18	01
Cegueira total	01	01
Anomalias anatômicas e amputações	26	06
Doenças do aparelho circulatório	02	
Doenças do metabolismo	01	01
Total do número de moléstias	98	13
Total geral	111	

Fonte: Paiva, 2004, p. 135 - (Dados da Secretaria da Agricultura).

Mediante o contingente de doentes que chegavam ao estado de São Paulo, *O Observador* (1939) ressaltou, na época, que o estado paulista estava em alerta, pois o excesso de pessoas sem condições de serem enviadas imediatamente para o trabalho, em um período de dois meses, em 1939, era de cerca de 5 mil.

Com base nos dados da Hospedaria, *O Observador* destacou que foram 596 indivíduos doentes atendidos pelo serviço hospitalar da instituição. Em nove meses, teriam sido gastos

“70 contos” com as despesas. Já o número de migrantes rejeitados foi de 919 pessoas. Considerando os familiares que acompanhavam os rejeitados, o total alcançava 1.236 pessoas.

Dessa forma, foi afirmado: “Era urgente, portanto, providenciar para que não fosse alterado o mercado de trabalho em São Paulo, e para que esse Estado não recebesse sozinho o encargo do sustento de tantos braços doentes, que durante os primeiros 8 meses do ano tiveram nesse Estado toda a assistência possível”.

Diante das constatações mencionadas – como as questões financeiras relacionadas aos agenciamentos dos trabalhadores –, somadas ao aspecto mais controlador do Estado Novo e à proximidade, como afirma Paiva (2004), entre o governo federal e o estadual, foi proposta a criação da ITM.

A seguir, o excerto extraído da documentação da Secretaria da Agricultura, citado por Paiva, enfatiza a intenção que motivou a criação do órgão governamental:

A Inspetoria de Trabalhadores Migrantes é um órgão cuja criação foi recomendada pela Conferência Internacional do Trabalho reunida em Genebra, em 1938. Como o seu próprio nome indica, sua missão essencial é de dar assistência aos trabalhadores migrantes. Essa assistência, no que se refere aos nacionais, inicia-se no ponto de embarque prolongando-se até o local escolhido pelo trabalhador no Estado de São Paulo. Seu objetivo é cuidar do trabalhador, tudo fazendo para que sejam reduzidos ao mínimo os naturais contratempos dos que abandonam sua terra natal, à procura de trabalho em outras regiões. Daí sua ação estender-se às próprias fazendas onde os trabalhadores vão trabalhar (Secretaria da Agricultura. **Boletim do Serviço de Imigração e Colonização**, n. 2, p. 49, out. 1940, *apud* Paiva, 2004, p. 137).

A solução mais viável encontrada foi estabelecer os postos avançados da ITM nas cidades onde se concentrava o maior número de trabalhadores: Pirapora e Montes Claros. As cidades norte-mineiras passaram, então, a integrar o esquema de assistência aos migrantes. A palavra “assistência”, empregada pelo CIC, precisa ser matizada nesse contexto, pois Montes Claros tornou-se, de fato, um ponto estratégico de triagem médica, onde um contingente significativo de migrantes era rejeitado.

Ainda havia os que aguardavam pelo embarque, dado que as estruturas de transporte ferroviário da época não comportavam transportar a quantidade de pessoas em deslocamento.

Os dados apresentados neste e nos próximos capítulos evidenciam uma realidade que destoava dos propósitos propagandeados pelo governo de Getúlio Vargas de amparo e proteção ao trabalhador.

Como afirma Paiva (2004, p. 139), “ao controlar todas as etapas do processo, o Estado procurava transmitir uma imagem de conforto e preocupação com o bem-estar destes

trabalhadores. Inevitável não associarmos essa representação àquela criada pelo trabalhismo no governo Vargas”. Entretanto, percebemos que, durante a travessia, os trabalhadores tiveram que lidar com a insegurança em diversos aspectos para completar a viagem.

Outra indagação que precisa ser feita nesse contexto diz respeito à ideia de controle do processo migratório. Sob essa perspectiva, as fontes indicam que os trabalhadores migrantes não deixaram de recorrer aos meios artificiosos, como os aliciadores clandestinos, para esquivar-se desse controle da política migratória.

3.3 A chegada dos migrantes e o exame médico

A partir do ano de 1930, o *Gazeta do Norte* passou a noticiar com maior frequência a presença dos migrantes em Montes Claros. Em 1935, percebemos um aumento dessas reportagens, mas é no fim dessa década que elas se intensificaram – e nós buscamos entender a razão disso.

Mesmo em menor quantidade, há registros da presença de migrantes na cidade em períodos anteriores. Como ressalta Luciano Pereira Silva (2012), no início da República, os indivíduos classificados como “mendigos, vagabundos, alcoólatras e jogadores” passaram a despertar o olhar atento da elite das cidades. No caso de Montes Claros, o pesquisador afirma que:

À medida que crescia, Montes Claros se afirmava como um local de atração para migrantes de várias regiões que buscavam melhores condições de vida. Somados aos pobres que já viviam na cidade, formavam um conjunto de indivíduos que também eram símbolos da nova realidade do núcleo urbano” (Silva, 2012, p. 194)¹²².

Em outros termos, a ideia de controle não era novidade.

Ressaltamos que Montes Claros figurava como polo econômico, político-administrativo e cultural desde a época do Império. A chegada da ferrovia, na década de 1920, contribuiu para intensificar seu papel de destaque em face das demais cidades norte-mineiras e do Sul da Bahia. Como referência centrípeta desse amplo território, convergiam para seu espaço urbano produtos e pessoas em mobilidade, em ambas as direções, no eixo Nordeste-Sudeste (Lessa, 1993; Cardoso Júnior, 2008).

¹²² Outros sujeitos ainda citados “Os indesejados constituíam-se, especialmente, de mendigos, vadios e doentes que perambulavam pela cidade, impactando de forma negativa o ambiente. Tornava-se urgente combater este incômodo” (Silva, 2012, p. 108).

Em relação à locomoção dos migrantes que chegavam à cidade, o *Gazeta do Norte* cita que grande parte desses sujeitos iniciava o percurso a pé e depois recorria ao caminhão pau-de-arara: “Esses infelizes, arrastando a alpargata de couro na poeira da estrada, veem sofrendo pelos caminhos afora, a pé, até onde encontram caminhões que os transportam até aqui” (*Gazeta do Norte*, 1939, p. 15).

Mesmo que não fosse a realidade da maioria dos migrantes, a revista *O Cruzeiro* identificou um grupo de nordestinos que completou a travessia até São Paulo caminhando:

[...] vinte anos atrás, conhecemos uma turma de piauienses duros, que bateram a pé de São Raimundo Nonato (Sul do Piauí) a Serra do Mar, em São Paulo. Inacreditável? Mas podem crer: a pé! [...] Por alto podemos calcular que aqueles piauienses viajaram mais de 2.100 quilômetros a pé. [...]. Mas quantos, quantos, do Norte, que não conhecemos, fizeram a mesma distância, pelo mesmo processo, pelo vulgar HP2. [...] (*O Cruzeiro*, 21/04/1951, p. 22).

A reportagem cita, ainda, uma anedota que se contava na época sobre os deslocados que faziam a travessia ou parte dela a pé:

Um casal de baianos vinha a pé rumo ao Sul, e, no interior de Minas, fez uma parada para informação a porta de um rancho. Diz o baiano para o mineiro: “Boa tarde. Ainda que mal pergunte, o senhor pode me informar quantas léguas tem daqui a São Paulo?” O caipira mineiro coçou a barbiga, “maginando”, e respondeu-lhe, “uai cumpadre, pru mode que tem pra mais de cem”. O baiano virou-se para a companheira: Não te disse, mulher, que nós estamos chegando!” (*O Cruzeiro*, 21/04/1951, p. 22).

Segundo as informações de *O Observador* (1939), parte dos migrantes que chegava a Montes Claros a pé, que não tinha recurso financeiro para arcar com os custos do transporte nos barcos a vapor, seguia caminhando, rio acima, até Januária, no Norte de Minas. Dessa cidade, marchavam até Montes Claros. Em outro trecho da reportagem, foi ressaltado que:

Vejamos agora como se processa o movimento migratório para Montes Claros, onde a promiscuidade produz uma espécie de insólito e bronco cosmopolitismo, onde indivíduos de todas as idades, de todas as origens, de todas as doenças, de todas as esperanças, se misturam, a espera de condução, para as desejadas terras do Sul. Pelas estradas de rodagens e por caminhos carroçáveis chegam do “oco do mundo” os homens, suas famílias e bagagens, num intrincado rumo de atalhos, veredas e desvios, entroncamentos e encruzilhadas, que tornam por enquanto impossível uma tentativa séria do trânsito dessa gente (*O Observador*, 1939, p. 54)

Não obstante, a maioria dos migrantes, consoante informações da revista *O Cruzeiro*, assim como do *Gazeta do Norte*, recorria ao sistema misto, ou seja, percorria parte do trajeto a pé e, depois, alugava um caminhão que a transportava até Montes Claros, onde embarcava no trem. Como é aludido a seguir:

São muitos caminhões que aqui chegam diariamente, abarrotados de flagelados que são despejados no prédio da antiga Escola Normal, onde recebem alimentação e são submetidos a rigoroso exame médico. **Depois desse exame os que prestam são mandados pra São Paulo e outros estados onde encontrem trabalho** (Gazeta do Norte, 1939, p. 10, grifos do autor).

O *Gazeta do Norte*, nas reportagens de 1935 a 1939, faz referência aos fatores responsáveis pela concentração de migrantes na cidade. É citado, por exemplo, que, após o exame médico, eram somente enviados para São Paulo os que “prestavam” – termo usado pela imprensa –, os considerados sadios.

Segundo o jornal, o serviço de seleção na cidade era estruturado da seguinte forma:

Em São Paulo, porém não se desejam incapazes e nem aqueles que sofrem qualquer moléstia suscetível de contágio. Por esse motivo aqui se acha o médico da empresa de imigração a examinar os candidatos à passagem e o auxílio para o êxodo e, além delle fiscais do povoamento estadual a verificar se a selecção por parte da empresa de emigração está sendo feita com o rigor exigido (Gazeta do Norte, 26/08/1935, p. 13).

A imprensa ainda ressalta que os migrantes aprovados no exame médico recebiam alojamento e passagem para embarcar no trem; os outros eram rejeitados:

O exame do candidato a emigrante rejeita os incapazes de qualquer gênero - os aleijados e os que são portadores de moléstias contagiosas [...] sendo refugados os que não preenchem as condições exigidas pelo serviço de aliciamento, num abandono odioso e desumano e além disso prejudicial à cidade que escolheram por sua situação de entreposto nortemineiro (Gazeta do Norte, 26/08/1935, p. 13)¹²³.

No ano seguinte, o quadro não havia se alterado, como afirma o jornal: “Os imprestáveis, os loucos, os portadores de moléstias contagiosas, os cegos, os aleijados, os

¹²³ Na pesquisa de mestrado de Edi de Freitas Cardoso Junior, intitulada *Experiência e poder na urbe em expansão: “cultura política popular” em Montes Claros-MG entre 1930 e 1964*, o historiador cita brevemente a questão dos migrantes que chegavam e eram retidos em Montes Claros. O discurso nos documentos da Prefeitura Municipal, utilizados pelo pesquisador, não difere da perspectiva da imprensa da época.

papudos, aqui ficam abandonados” (Gazeta do Norte, 1936/02/03). Desse modo, o contexto de insegurança rapidamente se intensificava.

Percebemos, assim, que a triagem ocorria em meio à travessia, quando o migrante já havia se distanciado de sua terra natal, mas ainda estava bastante longe de São Paulo, praticamente no meio do trajeto, em uma cidade pequena, pouco desenvolvida e sem estrutura adequada que pudesse ampará-lo – especialmente diante da intensidade do fluxo migratório.

Em 1937, a chegada dos migrantes continuava a ocupar as páginas do *Gazeta do Norte*: “pode-se presenciar, diariamente, ao espetáculo dos caminhões despejando na cidade centena dos chamados ‘baianos’” (Gazeta do Norte, 29/05/1937, p. 09). Também foram ressaltados os reflexos negativos da política de aliciamento: “Para nós a peor consequência é a seleção que faz as agências de aliciamento. Os agenciadores trazem gente de toda a espécie e aqui, depois de um exame médico grande parte é recusada” (Gazeta do Norte, 29/05/1937, p. 09).

As causas que levavam os migrantes a serem recusados eram: “Uns por apresentarem defeitos phisicos, outros por serem portadores de moléstias contagiosas”. Porém, uma das questões consideradas de maior gravidade é que “esses imprestáveis não são mandados de volta ao lugar de onde foram trazidos. Não podendo voltar por conta própria, muitos delles ficam para aumentar o número já enorme de pedintes, vivendo de esmolas” (Gazeta do Norte, 29/05/1937, p. 09). Em síntese, permaneciam retidos na cidade.

Os excertos nos possibilitam entender quem são os sujeitos nomeados como “mendigos” de maneira recorrente no jornal. Outra questão relevante é que, mesmo que a imprensa fizesse alusão ao recâmbio desses migrantes para suas regiões de origem, é importante questionar se essa era, de fato, a vontade desses sujeitos – o que, na nossa opinião, era pouco provável.

Nessa concepção, concordamos com Alexandre Fortes, quando esse afirma que a adversidade enfrentada pelos migrantes “os obriga a desenvolver estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária” (Fortes, 2016, p. 599). A exemplo das próprias táticas que temos ressaltado, as quais são utilizadas pelos migrantes no enfrentamento da insegurança estrutural. Por isso, entendemos que retornar seria inimaginável.

As condições precárias decorrentes da rejeição no exame médico, assim como as atitudes de reação dos migrantes, são evidenciadas na história de Rosa Lima da Silva, natural da cidade de Bom Jesus da Lapa (Bahia); Herminia Ferreira dos Santos e Durvalina Ferreira de Souza, de Riacho dos Machados (Minas Gerais).

O ato de procurar a sede do *Gazeta do Norte* para “cobrar” e “exigir” auxílio evidencia a insatisfação com a política migratória e o agir das migrantes em relação à insegurança estrutural enfrentada. Como lembrou Neves (2000), está contido na cultura dos trabalhadores nordestinos exigir daqueles que estão no poder a manutenção das relações paternalistas. Nesse viés, foi relatado o seguinte:

Ainda em dia dessa semana, em nossa redação estiveram três pobres mulheres que vieram nos explicar suas situações de penúria e pedir um auxílio, pois que foram jogadas na rua, não podendo nem ao menos ficar no casarão imundo, fétido e insuportável, onde estão alojados os demais flagelados. [...] As duas outras não recebem comida porque vieram sozinhas sem um homem que as acompanhassem. Por isso, foi lhes negado também o passe para São Paulo (*Gazeta do Norte*, 1939, p. 09).

Segundo o *Gazeta do Norte*, Rosa Lima da Silva estava doente e tinha o rosto marcado por uma queimadura, e as outras mulheres não estavam acompanhadas de um homem. Um dado relevante dessa informação é que, na maioria das vezes, no processo migratório, são evidenciados apenas a presença e o papel dos homens. Mesmo quando se deslocavam com suas famílias, as mulheres eram citadas apenas como esposas ou filhas.

Ademais, percebemos que elas migravam sozinhas, sem a companhia de maridos ou de qualquer outro parente do sexo masculino. No caso das migrantes citadas, as evidências apontam que se tratava de um grupo composto apenas por mulheres.

Outro detalhe que se sobressai diz respeito às condições de higiene do Abrigo dos Migrantes, que não eram adequadas, podendo oferecer riscos à saúde de quem ali se encontrava.

É fundamental ressaltar que existiam hospedagens na cidade com valores diversificados, e muitos migrantes dispunham de recursos para arcar com o aluguel. Como percebemos no excerto seguinte, nem todos estavam na mesma situação de insegurança, como enfatizava o *Gazeta do Norte*, ao insistir na ideia de que os migrantes dependiam da “mendicância para sobreviver”.

Outra fonte comprova essa diversidade de situações:

Si tem algum recurso, o emigrante procura uma pensão, das muitas – como a “Pensão Pinduca”, a “Pensão Juvenil” e outras, escuras casas de beira-rio, – onde lhes são cobradas diárias de 6\$ a 7\$ por pessoa. Outros allugam quartos, onde se alojam dezenas de pessoas à razão de 500 réis por dia e por cabeça (*O Observador*, 1939, p. 55).

Na reportagem publicada pela revista *O Cruzeiro*, o jornalista Álvares da Silva relatou que existiam trabalhadores que arcavam com as despesas do frete do caminhão e até com as passagens na primeira classe do trem. Isso evidencia que muitos migrantes enfrentavam as condições precárias da travessia por meio de planejamento prévio e do custeio da viagem com recursos próprios.

Alguns escapam dessa espera, da seguinte maneira: fretam caminhões e batem para Montes Claros, [...] há sempre a oportunidade de conseguir o bilhete de segunda classe; ou compram passagem de primeira [sic. classe] esses felizardos são os que tem mais um dinheirinho, são os vão e vem todo ano, colocando-se, assim, fora do controle da polícia em Belo Horizonte, e, conseqüentemente fazendo a viagem mais rápida e mais confortável (O Cruzeiro, 21/04/1951, p. 22).

Mesmo que fosse uma viagem planejada, o problema residia na estrutura precária e imprevisível da travessia, que colocava os migrantes em situação de insegurança. Isso dizia respeito tanto ao serviço de agenciamento de mão de obra quanto aos meios de transporte.

A informação do CIC ratifica essa constatação ao enfatizar que: “Os transportes, terrestres ou marítimos, apresentam desde 1930 a 1945 um quadro desolador. Não houve praticamente crescimento das linhas ferroviárias em tráfego: em 15 anos o aumento ficou abaixo de 8%” (RCIC, 1946, n. 2, p. 20)¹²⁴.

É importante lembrar que a passagem custeada para São Paulo pelos recrutadores não era uma “ação de socorro aos flagelados”, como frequentemente informado pela imprensa. Na verdade, atendia outro propósito, que era abastecer os fazendeiros paulistas com mão de obra diante da diminuição da entrada de imigrantes no país (O Observador, 1939)¹²⁵.

“Sem casa, sem abrigo, sem pão” (Gazeta do Norte, 20/06/1936). Esse era o contexto de insegurança estrutural enfrentado pelos migrantes. Uma das táticas utilizadas para amenizar essa situação, principalmente em relação à insegurança alimentar, era recorrer à própria sociedade por auxílio. Como foi informado no excerto seguinte: “De certo tempo pra cá, é assombroso o número de pessoas que vivem da mendicância expondo a caridade pública, seus defeitos e suas misérias para receberem um miserável tostão” (Gazeta do Norte, 29/05/1937, p. 08).

¹²⁴ Em comparação com outros países considerados desenvolvidos, foi ressaltado que: “Possuímos 36.000 quilômetros de precaríssimas ferrovias, enquanto a Argentina com $\frac{1}{3}$ da nossa superfície tem 40.000, e os Estados Unidos 690. 000” (RCIC, 1946, n. 2, p. 20).

¹²⁵ Nesse período, segundo o autor: “[...] os deslocamentos populacionais continuavam a atender atividades agrícolas que ganhavam impulso no interior paulista e, também, a novas áreas para onde se avançava a fronteira econômica. Nesses casos, o trabalhador nacional também passava a ser numericamente majoritário” (Costa, 2015, p. 3).

Importante ressaltar, como será explanado no quinto e no sexto capítulos, que muitos migrantes aceitaram as ofertas de trabalho, maiormente em obras públicas na cidade e região.

Por meio das reportagens da imprensa, é possível inferir outra tática utilizada no enfrentamento da insegurança estrutural: a pressão que os grupos de migrantes causavam na sociedade local, incluindo o poder público, ao permanecerem concentrados e colocando sob ameaça a cidade.

O *Gazeta do Norte* apontou, em uma de suas matérias, o clima de tensão: “Bando de famintos, disse aquele parlamentar, amontoam-se pelas estradas e ameaçam o comércio das pequenas cidades e estabelecimentos rurais. [...], com a ligação com o Sul facilitada pela estrada Rio-Bahia, não se poderá mesmo por aqui disfarçar esse estado de miséria geral” (Gazeta do Norte, 20/05/1952).

Ainda na década de 1930, as ações dos migrantes famintos e desabrigados ocasionaram uma série de invasões a residências particulares. Na mesma proporção, aumentaram as reações violentas, que incluíram mortes: “Uma perigosa quadrilha de salteadores está agindo – várias residências particulares foram assaltadas altas horas da noite – o primeiro alarma – tarado – Preso um dos ‘amigos do alheio’ – Sobressalto da população” (Gazeta do Norte, 27/11/1937). E segue:

Os ladrões estão agindo a quadrilha de gatunos que ora “trabalha” na cidade, mesmo depois da rigorosa vigilância dos homens que foram destacados para esse fim, continua agindo - segunda feira – o popular typo de rua, foi morto por uma bala de carabina, vítima de um engano – várias residências assaltadas – Duas prisões (Gazeta do Norte, 04/12/1937, grifo nosso).

Em outra reportagem foi destacada a manchete: **Pega o ladrão** (Gazeta do Norte, 04/11/1937). O que se revela significativo é que uma das residências invadidas foi a do Cônego Lucas Van In, responsável pela assistência aos pobres na cidade e diretor da Associação das Damas da Caridade.

Ciente da situação dos migrantes na cidade e da possibilidade do crescimento de ações violentas, a reação imediata do padre indicou que o ocorrido era algo previsto ou, ao menos, que não tardaria a acontecer:

O estampido acordou toda a vizinhança, que há muito andava sobressaltada. Elle partiu da residência do Rer. Padre Lucas Van In. O ladrão alli esteve tentando arrombar uma porta. Conseguiu. Mas, isso somente, depois de ter despertado o padre Lucas que, armado de revolver, disparou a arma, não

atingindo, entretanto, o alvo. E o homem escapou (Gazeta do Norte, 04/12/1937).

O clima de tensão perdurou na cidade nas décadas seguintes. As invasões às residências sinalizam claramente as insatisfações da multidão retida na cidade. No ano de 1952, nem mesmo a casa do Juiz de Direito foi poupada; o magistrado e o vice-prefeito, que se encontravam no domicílio, foram feridos a pauladas (Gazeta do Norte, 13/11/1952).

A reação da imprensa foi cobrar das autoridades o aumento do policiamento na cidade. Nesse intuito, começou a ser planejada a instalação do 10º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais em Montes Claros, inaugurado em 1956. A criação da instituição militar reflete o clima de tensão e insegurança daquele período em relação à presença dos migrantes rejeitados e retidos pela política migratória.

A imprensa não tinha dúvida quanto aos responsáveis pelas invasões às residências – os migrantes: “Montes Claros, cidade que, como se sabe, é ponto de convergência de todos os que residem no Norte do Estado, e no Sul da Bahia” (Gazeta do Norte, 15/12/1937). Ainda segundo o jornal, esse era o lado negativo de Montes Claros ser centro de convergência, para onde afluía uma enorme quantidade de pobres, em busca de alívio para sua miséria.

Com base nesses fatos, concordamos com Cardoso Júnior (2008, p. 62, grifo nosso), quando o historiador ressalta que “elemento de desconfiança ou indisposição das elites perante os pobres, que resulta (ou advém de) atribuir-se a estes uma conduta imprevisível, manipulável, tumultuosa e corruptora da moralidade, podendo justificar, até mesmo, **segregá-los**”¹²⁶. Mas esse assunto será abordado nos próximos tópicos e capítulos.

De acordo com Celestino (2011), nos anos de 1970 ainda repercutia na imprensa o seguinte temor: “**“cuidado com os retirantes”**, sugerindo aos comerciantes que contratassem guardas para seus estabelecimentos, em função do ‘agravamento do êxodo rural de retirantes nordestinos devido à seca no Nordeste e alerta que estes podem assaltar casas comerciais em busca de alimentos’” (Celestino, 2011, p. 88).

A ausência de outras fontes deixa certa lacuna em relação às ações que poderiam ser tipificadas como violentas pela multidão. Considerando que a mesma imprensa que nos fornece alguns subsídios, às vezes até de maneira indireta, desses conflitos, é a mesma que os omite e procura amenizá-los, devido ao seu ideal de cidade pacífica e acolhedora.

¹²⁶ Para Neves (2000, p. 284), “a visão corrente sobre a multidão se aproxima ainda mais das versões de Gustave Lê Bon e de outros pensadores, que a definem como uma turba de criminosos e degradados, ou, pelo menos, de desocupados e marreteiros. A presença deste ‘resíduo’ humano que a estrutura urbana não consegue absorver integralmente, sobre os quais já havia se construído um saber classificatório e discriminatório, de certa forma corrompe os intuítos e os atos da multidão de retirantes, para quem a ação é uma retomada de alguns princípios de justiça social perdidos entre os modelos liberal e paternalista de relacionamento com os pobres”.

Por outro lado, autores como Celestino (2011) não procuraram compreender os fatores que colaboraram para despertar nos migrantes ações violentas, como invadir residências e o temor dos saques. O que percebemos foi uma culpabilização generalizada dos trabalhadores retidos pela política migratória pelos atos de violência.

O *Gazeta do Norte* também demonstrava preocupação com a imagem negativa da cidade. Já existia um imaginário, por exemplo, na imprensa da capital, de que em Montes Claros a violência era algo corriqueiro, mas o jornal procurava desconstruir essa ideia.

Nesse cenário, o periódico enfatizou o aspecto pacífico da cidade ao fazer referência aos delinquentes: “de uns tempos pra cá, tem posto de canto muita gente medrosa nessa **pacata** Montes Claros [...]” (Gazeta do Norte, 1937, grifo nosso). E complementou: “Entretanto essa história de ladrão (história de mal gosto, convenhamos) está saindo muito cara a muita gente [...] dentro de poucos dias Montes Claros esquecerá essa história de ladrão, como esqueceu a do fantasma” (Gazeta do Norte, 1937).

Além disso, a imprensa buscava transmitir a ideia de que as autoridades mantinham a cidade sob controle, apesar de que constantemente fosse afirmado que o número de policiais era insuficiente.

Em certa medida, identificamos a intensificação das ações de controle, como ilustra o fragmento a seguir: “Hoje em dia quando, vindo de outras paragens, um estranho aparece nas ruas de Montes Claros e ergue a voz para pedir uma esmola, é imediatamente levado às autoridades sanitária e polícia” (Gazeta do Norte, 05/03/1950).

Em contrapartida, é possível deduzir que a pressão exercida pela multidão de migrantes foi o elemento motivador dessa acentuada reação preventiva. Os membros da sociedade local, como os comerciantes, a Igreja Católica por meio dos seus fiéis (Damas da Caridade) e o poder público realizavam mobilizações para arrecadar alimentos, vestuários e até medicamentos para auxiliar a multidão e reduzir suas insatisfações.

Em uma cidade ainda pouco desenvolvida física e demograficamente, a região central concentrava os principais estabelecimentos comerciais, órgãos públicos, templos católicos, hospitais e as residências da sociedade local. Assim, é possível conjecturar que tenha sido demasiado desafiador para as lideranças tentar manter os migrantes “de certa maneira” sob controle, o que nem sempre foi possível.

Entendemos que essa assistência prestada por esses grupos, a qual era reivindicada pelos migrantes retidos, foi reflexo do próprio temor causado pelos migrantes que se encontravam em condições precárias. Nesse contexto, Neves (1995, p. 101) faz uma interessante ponderação: “O poder a partir dessa perspectiva, não é apenas a imposição da

vontade de uns sobre os outros, mas é uma fina rede de pressões e contrapressões instituídas no cotidiano”.

Diante do clima tenso e ameaçador, os grupos da sociedade local se viu obrigada a cobrar da classe política soluções concretas em relação ao papel do serviço de migração, o qual não vinha sendo desempenhado conforme o esperado, sobretudo no que se refere ao restabelecimento da concessão de subsídios para que os migrantes seguissem viagem.

A insegurança enfrentada pelos migrantes no ano de 1939 foi ainda maior, conforme informado: “um quadro vivo impressionante de dantesco aspecto”; foram registrados ainda “as crianças atacadas de paralisia infantil, deitadas à beira da estrada, os tuberculosos ao relento, e a peste campeando livremente” (Gazeta do Norte, 20/06/1939). Segundo o jornal, a cidade tinha se tornado um “imenso hospital”, um asilo, repleto de doentes (Gazeta do Norte, 1939, p. 13)¹²⁷.

Esse quadro caracteriza uma situação de insegurança sanitária, inclusive reconhecida pelo CIC por meio de seus relatórios técnicos e decretos (RCIC, 1939, n. 1, p. 164).

Como foi informado na época, o problema “estava inquietando seriamente os responsáveis pela saúde da população, pois se verificam entre esses retirantes vários casos de *varíola*, cujos portadores o dr. Levy Lafetá, ilustre chefe do Centro de Saúde, fez isolar imediatamente” (Gazeta do Norte, 20/06/, 1939).

A presença dos doentes era reflexo da própria triagem médica que os rejeitava, como afirmado neste excerto: “até os *papudos* é vedado o direito de ir trabalhar em São Paulo. [...] aqui ficam abandonados para encherem as ruas da cidade, juntamente com os *loucos*, com os *tôlos*, com os *tracomatosos*” (Gazeta do Norte, 05/07/1939).

O Observador também fez referência a esse contexto de precariedade em uma extensa matéria publicada em 1939, na qual o jornalista verificou *in loco* as condições nas quais os migrantes se encontravam em Montes Claros. Inclusive, foi mencionado um trecho do relatório de 1938, elaborado por dois inspetores do serviço de Imigração e Colonização:

Ao chegarmos à primeira cidade (Montes Claros) pudemos desde logo constatar o grande número de trabalhadores alli concentrados. As pensões de classe inferiores, super-lotadas; pelos arredores da cidade, todas as taperas tomadas; vê se até mesmo debaixo das frondosas árvores e no pateo da estação, gente procurando se abrigar. [...] Assistimos a um triste espetáculo: dezenas de famílias abrigadas em baixo das mangueiras, aguardam famintas, as providencias do governo a fim de poderem seguir para São Paulo. Homens, mulheres e crianças, maltrapilhos, sem dinheiro, sem casa, sem

¹²⁷ Geralmente, os colunistas não assinavam as matérias públicas no *Gazeta do Norte*.

alimento, alguns mendigando para não morrerem de fome, apresentam um quadro verdadeiramente doloroso (O Observador, 1939, p. 56).

Segundo o *Gazeta do Norte*, estavam retidos na cidade, em meados de 1939, cerca de 5 mil migrantes. E esse contingente só aumentava dia após dia, “num número crescendo assustador, o número de flagelados, que do Sul da Baía e extremo norte do Estado, chegavam a essa cidade, acampados na catedral em construção e nos arredores sob as árvores” (*Gazeta do Norte*, 21/06/1939).

O aumento no número de migrantes concentrados na cidade tornou a sobrevivência ainda mais desafiadora, diante da indisponibilidade de vagas na hospedaria mantida pelo serviço de migração e até mesmo nas pensões da cidade. A tática usada pelos migrantes para atenuar os impactos da insegurança foi a ocupação dos espaços urbanos, como as praças, sob as árvores e as casas abandonadas no entorno da cidade. Os migrantes se apropriaram, inclusive, do próprio pátio da estação ferroviária, onde montaram seus acampamentos, o que dificultava os embarques e desembarques de pessoas e mercadorias no trem.

Próximo à estação, encontrava-se o prédio da Igreja Catedral em construção, o qual foi invadido pela multidão de migrantes. O antropólogo montes-clarense Darcy Ribeiro faz referência, em suas memórias, sobre o fato que testemunhou na infância: “O dia em que esses flagelados invadiram a Catedral, a Catedral em construção, e aquela gente toda faminta na Catedral, com foguinhos acesos assim, querendo cozinhar coisas que não tinham o que cozinhar” (Documentário Darcy, um brasileiro, 2013). Ocupar o prédio da igreja Catedral, localizada no centro da cidade – cuja sociedade local estava empenhada em sua construção e no que ela representava como símbolo da “modernidade” – não pode deixar de ser compreendido como um ato político dos migrantes.

Ao lado do bispo, a elite montes-clarense da época entendia que a Igreja Matriz, devido à sua arquitetura antiga, não representava os ideais de modernidade vislumbrados para a cidade. Desse modo, encomendaram ao Vaticano um projeto de uma Igreja que fosse, ao mesmo tempo, coerente com a arquitetura cristã católica e “moderna”, “arrojada” e “imponente”.

Quando o projeto encomendado chegou, conforme o bispo, a diocese, localizada em uma região pobre, não tinha condições de executá-lo. Os grupos da sociedade local, então, assumiu a tarefa de erguer o prédio, que tem algumas características neogóticas, principalmente nas torres. Uma construção “suntuosa” para uma cidade do interior ainda pouco desenvolvida, inclusive no aspecto demográfico e arquitetônico, e que evidenciava altos investimentos financeiros.

Sem dúvidas, isso contribuiu para que os migrantes exigissem os auxílios necessários diante da insegurança estrutural enfrentada por eles após serem retidos na cidade.

O uso do termo “invadiram” por uma pessoa que pertencia aos grupos da sociedade local, Darcy Ribeiro, indica uma ação contrária à ordem estabelecida. E ainda representava, do ponto de vista das autoridades locais, os riscos inerentes à falta de controle sobre a população urbana.

O desejo dos grupos de migrantes era seguir viagem para São Paulo, mas muitos deles dependiam dos recursos do serviço de migração. Nessa lógica, a ocupação do prédio da Catedral, entre outras ações, contribuiu para pressionar as autoridades locais e governamentais a providenciar passagem no trem. Afinal, o que fazer com aquela multidão de desabrigados acampados no edifício religioso?

Uma vez que o bispo, os padres e os fiéis eram os responsáveis pela assistência aos pobres na cidade – com as refeições que eram distribuídas diariamente e a própria concessão de passagens no trem – os migrantes souberam capitalizar essa conjuntura em favor deles. Isso porque, logo após a invasão da Catedral, começaram as mobilizações pela retomada da liberação de passagens pelo serviço de migração. A desocupação foi ocorrendo à medida que eram concedidos os bilhetes de embarque, seja pelo serviço de migração, seja pelos custeados pela Associação das Damas da Caridade.

Mesmo que precários, como as instalações de uma obra e o próprio pátio da estação, esses abrigos contribuíam para reduzir a insegurança. Mas também tinham o efeito de pressionar as elites locais e o poder público para que o embaraço causado pelas instabilidades da política migratória fosse resolvido – como veremos no tópico seguinte.

Não tem como negar, diante das evidências fornecidas pela imprensa, que a multidão de migrantes soube tirar proveito das condições em que se encontrava e dos transtornos causados à cidade.

3.4 Posto Avançado da Inspetoria do Trabalhador Migrante em Montes Claros

Ao associar aos migrantes um comportamento violento, percebemos que as reações desses sujeitos, naquele contexto de insegurança, geravam instabilidade na vida social e no comércio da cidade. A turba circulava e ameaçava os moradores, comerciantes, transeuntes e as próprias edificações, ao atirar pedras, por exemplo.

O que nos permite associar essas ações como reações – os reflexos das insatisfações dos migrantes com a política migratória – é o próprio fato de a imprensa, na reportagem a

seguir, citar que muitos desses sujeitos haviam sido rejeitados no exame médico. Assim como lhes foram negadas as refeições concedidas no prédio da hospedaria. A exemplo da mulher que se encontrava à porta do café, doente de tracoma: ela foi rejeitada na triagem médica e, por isso, lhe foi negada a autorização necessária para receber a alimentação fornecida aos “retirantes” (Gazeta do Norte, 19/07/1939).

[...] tal o número enorme de pedintes que perambulam pelas suas ruas, o número enorme de loucos que põem em sobressalto a família montesclarenses, os tracomatosos que constitui um seríssimo perigo para a população. Os passeios da cidade vivem cheios desses infelizes. Aqui **um preto maluco**¹²⁸, num momento de fúria, despe-se completamente. Ali **um outro doido atira uma pedra em uma vidraça e outro tenta agredir uma criança**. Mais adiante um doente expõe às vistas dos transeuntes as suas chagas, suas dores e suas misérias, como um cartão de apresentação para receber uma esmola. A porta de um café uma pobre mulher enferma pede um pão para matar a fome (Gazeta do Norte, 19/07/1939, grifo do autor).

O ato de esmolar também nos desperta interesse nesse contexto. Ele não parece ser exercido à revelia pelos migrantes, mas muito mais como certa “concessão” da autoridade policial – ainda que forçada ou conquistada pelos migrantes – e que lhes permitia sobreviver. Como no caso daquela mulher à porta do café. Aqueles que circulavam e eram vistos como ameaça à vida cidadina eram os sujeitos que se encontravam ainda sem qualquer tipo de assistência.

Dessa maneira, para os grupos da sociedade local, a mendicância era vista como um problema, mas, para os migrantes, ela constituía uma tática de sobrevivência. Outro dado desse contexto é que a implementação do posto avançado da ITM na cidade não trouxe uma solução definitiva ou o fim da insegurança estrutural, pois a seleção médica continuou rejeitando os migrantes “doentes”.

Diante das tensões criadas pela concentração de migrantes retidos na cidade, os grupos da sociedade local e as autoridades públicas e eclesiásticas novamente se viram obrigados a se mobilizar, antes que a situação escapasse mais do controle. Segundo *O Observador*, em 1939, foi reivindicada a vinda de alguns conselheiros e do vice-presidente do CIC a Montes Claros, visando solucionar os problemas.

Um dos esclarecimentos realizados pelos funcionários do serviço de migração foi que a retenção dos migrantes e a suspensão dos subsídios estavam relacionadas às mudanças que

¹²⁸ O excerto evidencia certo temor, como foi citado, além de evidenciar a cor de um dos desordeiros, destacando como a raça era determinante quando o indivíduo, tido como “marginal”, era negro, já que em nenhuma outra reportagem é citada a cor dos delinquentes brancos, por exemplo.

foram implementadas pelo governo Vargas em relação à política migratória. Como foi relatado: “Esse serviço foi suspenso em novembro de 1938, em virtude de certas dúvidas surgidas quanto à sua legalidade” (O Observador, 1939, p. 55).

No entanto, como já ressaltamos anteriormente, *O Observador* (1939, p. 55) reafirma essa constatação: “A suspensão do fornecimento de passagem, como é óbvio, agravou a situação”. Em outros termos, os fragmentos evidenciam que, ao não cumprir seu papel, o serviço de migração era o maior responsável pela retenção dos migrantes.

A visita dos conselheiros garantiu a retomada da concessão de subsídios para o embarque dos migrantes, como foi informado: “foi restabelecido em meados de fevereiro de 1939, ao ficar plenamente esclarecida a questão” (O Observador, 1939, p. 55).

Conforme o *Gazeta do Norte*, com base no relatório do CIC: “O governo de São Paulo procurou primeiramente as autoridades federais, para esclarecer, em face da nova legislação, a legalidade do fornecimento de passagem aos retirantes [...] que procuram Montes Claros”. E conclui afirmando que: “Ficou assim resolvido em dezembro de 1938, o reinício desse fornecimento de passagem” (Gazeta do Norte, 20/06/1939).

Em razão de essa retomada somente ter ocorrido no ano vindouro, a situação de insegurança dos migrantes foi prolongada por mais algum tempo. A quantidade considerável de pessoas retidas na cidade foi evidenciada pelos próprios dados referentes aos embarcados, segundo a informação, em um primeiro momento foi de 20.197 (Gazeta do Norte, 20/06/1939).

Nesse ínterim, ocorreram outros desdobramentos atrelados aos migrantes retidos, com reflexos negativos para esses sujeitos. De acordo com a informação: “O acúmulo de trabalhadores, ainda mais afetados por condições desfavoráveis de saúde, causava em São Paulo a perspectiva de um desequilíbrio na colocação de trabalhadores [...]. A dysenteria começava a lavrar na região de Montes Claros” (O Observador, 1939, p. 56).

Em decorrência dessa conjuntura, o governo de São Paulo ficou receoso em receber novos grupos de migrantes e o agenciamento e os embarques foram totalmente suspensos.

Diante do novo impasse e do clima de tensão na cidade, o presidente do CIC, major Aristides Lima Câmara, interveio contrariamente à suspensão total do embarque dos migrantes. O argumento utilizado foi que o acúmulo desses sujeitos no espaço urbano poderia suscitar questões mais graves: “apesar de justos os motivos para a suspensão dos embarques, não era menos certo que o acúmulo de alguns milhares de criaturas na região assolada de Montes Claros iria **determinar mal, maior**, ainda mais quando se sabia que diariamente chegavam à cidade 500 indivíduos, em média” (O Observador, 1939, p. 56, grifo nosso).

A despeito de ter sido alegada a gravidade sanitária do problema, não podemos desconsiderar o significado da expressão “os riscos de mal, maior”, que revela a noção, pelas autoridades, da pressão causada pela multidão de migrantes e de seus possíveis reflexos imprevisíveis.

A decisão tomada pelo major Aristides Lima Câmara contribuiu para reduzir o número de migrantes retidos. Porém, o embarque foi retomado apenas para os migrantes sãos, cuja situação era rapidamente resolvida. Conforme informado: “O serviço de colonização de São Paulo receberia diariamente 250 pessoas, rigorosamente inspecionada nos pontos de embarque, depois de 8 dias de observação em Montes Claros e Pirapora” (O Observador, 1939, p. 56).

Essa solução teve apenas efeito paliativo naquela conjuntura. Os migrantes doentes continuaram sendo rejeitados pelo serviço de migração. Até os que se apresentavam com saúde permaneciam vulneráveis, por não receberem qualquer forma de auxílio.

Todavia, é importante ressaltar que as condições precárias dos migrantes passaram a despertar a atenção das autoridades quando o recrutamento de mão de obra para o estado paulista foi totalmente suspenso. Nesse cenário, o CIC passou a considerar os possíveis prejuízos para a produção agrícola daquele estado, caso faltassem trabalhadores.

O excerto seguinte evidencia algumas dessas providências tomadas:

Tendo em vista o Decreto-lei n. 1.301, 29 de maio de 1939, poz à sua disposição o crédito especial 200.000\$000, para atender as despesas de socorro aos retirantes nordestinos; [...] I - Designa seu segundo vice-presidente, Major Aristides de Lima Camara para chefiar a missão que irá a Montes Claros e Pirapora com o encargo de prestar auxílio aos retirantes do Nordeste (RCIC, 1940, n. 3, p. 164).

Foi providenciada também a “installação de serviços médicos e hospitalares nessas duas cidades [Montes Claros e Pirapora], além de alojamentos, distribuição de alimentos” (O Observador, 1939, p. 56). Os migrantes aprovados pelo médico também eram vacinados.

Os dados numéricos dessa assistência foram publicados em um dos trimestres de 1939, como ilustrado na Tabela 3. Em relação à alimentação, os farnéis, compostos por farinha, carne seca e rapadura, eram as refeições fornecidas aos migrantes para consumo durante a viagem.

Tabela 3: Alimentação fornecida pela Hospedaria do Migrante em Montes Claros.

Mês	Número refeições	de Número farnéis
Junho	24. 864	4. 312
Julho	34. 519	9.784
Agosto	71. 261	6.839
Total	138. 644	20. 935

Fonte: Adaptado de O Observador (1939, p. 58).

Percebemos, portanto, que o papel dos trabalhadores era fundamental para os produtores de São Paulo. Além disso, a pressão social exercida pelos grupos de migrantes retidos contribuiu para que o estado interviesse e atenuasse a insegurança estrutural.

O *Gazeta do Norte*, à época, veiculou algumas informações sobre os atendimentos de assistência realizados pelo Posto Avançado da Inspetoria do Trabalhador Migrante de Montes Claros¹²⁹:

Durante esse tempo, enquanto São Paulo colaborava na solução do grande problema, atendia também ao estado sanitário dos trabalhadores concentrados em Montes Claros, tendo designado um médico e um auxiliar, munidos de material necessário, afim de colaborar com as autoridades locais e federais na defesa da saúde dos retirantes [...] prevenindo prováveis epidemias ante as grandes aglomerações de retirantes esgotados sub-alimentados, epidemias essas que tornaram praticamente insolúvel um problema já em si angustioso (Gazeta do Norte, 15/07/1939)¹³⁰.

Durante as visitas do conselheiro Dulphe Pinheiro Machado ao Norte de Minas, outras medidas foram anunciadas, às quais o *Gazeta do Norte* fez referência:

[...] a criação de centros agrícolas nacionais [...] a construção de abrigos provisórios em Montes Claros e Pirapora e outros pontos de concentração de retirantes, com fornecimento gratuito de alimentação, vestuário, agasalho, assistência médica e etc. Procurando racionalizar os trabalhos dos flagelados, o governo fará concessões de lotes nos estados do Sul (Gazeta do Norte, 05/06/1939).

¹²⁹ Na década de 1940 e 1950, foram criadas outras Hospedarias de Migrantes, em outras regiões do Brasil, como afirma a historiadora Renata Filipe Monteiro: “Hospedaria Eduardo Ribeiro (Manaus - AM), Hospedaria Tapanã (Belém - PA), Hospedaria Macapá (AP), Hospedaria Copoatá (São Luís - MA), Hospedaria Getúlio Vargas (Fortaleza - CE) e Hospedaria Corinto (Corinto - MG)” (Monteiro, 2020, p. 19).

¹³⁰ Quando se faz referência ao estado de São Paulo, está-se referindo ao governo federal, pois São Paulo era governado por um interventor nomeado por Getúlio Vargas, o qual atuava de forma articulada com o CIC.

Dessas medidas anunciadas pelo *Gazeta do Norte*, foi criado o abrigo provisório, ainda que atendesse apenas os migrantes aprovados no exame médico. O centro agrícola também seria operacionalizado em um período mais adiante, na Colônia Agrícola da Jaíba.

Destacamos que, nas reportagens citadas anteriormente, o discurso do jornal está alinhado às ações do CIC desenvolvidas na cidade em relação aos “flagelados”. Entendemos que a justificativa mais plausível para isso se deve às reivindicações e expectativas de que os “retirantes” fossem removidos do espaço urbano.

As matérias do *Gazeta do Norte*, em sua maioria, foram críticas à atuação do CIC na condução dos migrantes retidos em Montes Claros. Apenas em 1939, o jornal ressaltou de maneira elogiosa a atuação do Conselho na cidade. Como exemplo, foi informado sobre os atendimentos aos nordestinos que chegavam à Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo. Ficou nítida a expectativa positiva em relação às soluções dos problemas relacionados aos flagelados que se encontravam em Montes Claros.

Mas também era por meio dessa imprensa que as informações sobre a insegurança vivenciada pelos migrantes eram divulgadas. No fragmento citado, no qual um grupo de mulheres procurou a sede do *Gazeta do Norte* para relatar as condições precárias vivenciadas, demonstra-se que os migrantes tinham noção do papel da imprensa e que era possível utilizá-la em prol da solução dos seus problemas.

O discurso do jornal se opôs de maneira mais intensa à atuação do serviço de recrutamento de trabalhadores na cidade após perceber que havia poucas mudanças em relação à atuação dos funcionários da ITM. Atinente ao agenciamento de mão de obra, o CIC havia conseguido, em parte, reorganizar seu trabalho e assumido as rédeas do controle almejado.

Mas, para Montes Claros, o que era tido como “problema” – inclusive sanitário – como a retenção dos doentes e todos os seus desdobramentos, não havia sido alterado. A chegada constante dos caminhões carregados de migrantes, o exame médico e o embarque apenas dos sadios voltaram a ser notícia nas páginas do *Gazeta do Norte*, assim como a retenção dos migrantes doentes: “Os imprestáveis, os loucos, os portadores de moléstias contagiosas, os cegos, os aleijados, os papudos, aqui ficam abandonados, como se também não fossem brasileiros, como se também não fossem necessitados” (*Gazeta do Norte*, 05/08/1939).

E segue a contestação: “como se também não tivesse direito ao auxílio e ao socorro que estão recebendo os demais flagelados” (Gazeta do Norte, 05/08/1939)¹³¹. Nessa circunstância, podemos conjecturar que o receio da imprensa fosse que toda aquela situação de instabilidade e de pressão social se mantivesse.

O jornal não só questionou como classificou como “abusivo” os serviços que vinham sendo realizados pelos funcionários da ITM na cidade: “É um abuso inqualificável deixar sem auxílio, abandonando-as por aí, para viverem em contato com a população, centenas de pessoas atacadas de tracoma, terríveis moléstias dos olhos. De todos os males, é esse último o mais grave” (Gazeta do Norte, 05/08/1939).

Novamente, fica claro que a imprensa se posicionou em defesa, não dos migrantes, mas dos seus próprios interesses, nomeadamente diante da ameaça que eles representavam à saúde pública. Como é alertado: “aqui estão abandonados, constituindo um seríssimo perigo para a população pois que, como todos sabemos, o tracoma, além de ser uma doença de fácil contágio, é incurável, não possuímos aqui os meios para a defesa e combate” (Gazeta do Norte, 05/08/1939)¹³².

Percebemos que o jornal contesta a atuação do serviço de migração, mas também não está de acordo com a permanência dos migrantes. Segundo o *Gazeta*, a grande quantidade de “loucos”¹³³ perambulando pelas ruas da cidade também era vista com preocupação pela elite, sendo esse um problema relacionado à chegada dos retirantes e à triagem médica realizada pelo serviço de migração. Não obstante, as ações implementadas pelo presidente do CIC, major Aristides Lima Câmara, não resolveram.

¹³¹ O argumento coloca em contradição o principal ideal do governo de Getúlio Vargas, como consta nos documentos do CIC, “o art. 267 do Decreto n. 3.010 de 20 de agosto de 1938. O relator concluía pela equiparação, no que diz respeito à proteção da mão de obra nacional, do trabalhador brasileiro e estrangeiro, fixado como trabalhador no território do Brasil” (RCIC, 1942, n. III, p. 22). Nessa concepção, concorda também Gomes (1999, p. 53), ao realçar que um dos pontos fundamentais do governo de Getúlio Vargas era a “valorização do trabalho e de reabilitação do papel do lugar do trabalhador nacional”. O que percebemos é que, diante desse ideal, muitos trabalhadores ainda permaneciam em situação de insegurança, às “margens” da política de valorização da mão de obra nacional.

¹³² “Em relatório recente ao 2º Congresso Paulista (1945), o Dr. Silvio de Almeida Toledo, diretor do Serviço de Tracoma do Estado de São Paulo, diz que o principal foco de tracomatosos “se encontra no Brasil Norte-Oriental, onde se tornou endêmico, tendo se propagado aos sertões vizinhos do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Amazonas” (RCIC, 1946, n. 2, p. 24).

¹³³ Não identificamos nenhuma informação de que os migrantes fossem submetidos a um exame médico-psiquiátrico específico, o que nos coloca em dúvida diante da grande quantidade de “loucos migrantes” que se encontram retidos nas ruas de Montes Claros. A certeza que obtivemos é de que, quanto aos critérios médicos aplicados à seleção de imigrantes “estrangeiros”, a **Liga Brasileira de Saúde Mental** fazia sugestões de critérios para serem aplicados a esses por meio do exame médico-psiquiátrico. Como os critérios usados pelos médicos do CIC tanto para os imigrantes como para os migrantes eram parecidos, é possível conjecturarmos sobre as influências das recomendações da **Liga Brasileira de Saúde Mental** em relação aos nacionais (RCIC, n. 1, p. 60, 1947).

Em relação aos doentes, de maneira geral, foram feitos os seguintes questionamentos: “Por que, então, não socorre também os doentes, si eles como os outros, também vieram de longe, das zonas martirizadas pelas secas?” (Gazeta do Norte, 22/07/1939). E seguem as indagações: “Por que são doentes? Não é essa a razão que o auxílio deve ser prestado a todos [...] devem também ser socorridos, mandando os para hospitais, onde possam ser convenientemente tratados” (Gazeta do Norte, 22/07/1939).

A brecha que a imprensa encontrava para discordar da atuação do serviço de migração se deve à maneira como o CIC anunciava o socorro aos flagelados que se encontravam na cidade (RCIC, 1940, n. 3, p. 164). Principalmente ao não deixar claro que a assistência era somente direcionada aos migrantes sadios – os selecionados que seriam embarcados para São Paulo –, enquanto a situação dos rejeitados permanecia silenciada.

Como percebemos, esses sujeitos tiveram alguma notoriedade porque causavam incômodo às elites locais ao permanecerem aglomerados no espaço urbano. O foco do jornal estava nos migrantes doentes, mas a reivindicação não era pelo tratamento deles em uma estrutura que pudesse ser montada na cidade; tratava-se, na verdade, da higienização do espaço urbano.

Montes Claros, nessa ocasião, já possuía um Centro de Saúde estruturado e era sede da Delegacia Regional Sanitária. A exigência era que os migrantes doentes fossem removidos, o que se evidencia no trecho seguinte: “O que não pode é haver seleção, mandando embora a maioria e abandonando a escória nas ruas da cidade, porque, afinal, a cidade não pode servir de refúgio a malucos e doentes de toda a especie” (Gazeta do Norte, 22/07/1939).

Assim como exigiam das autoridades ligadas ao CIC a remoção dos doentes de tracoma e dos loucos, entre outros doentes, mas eximiam as autoridades municipais dessa responsabilidade:

Montes Claros é que não pode arcar com as responsabilidades. E preciso é que seja tomada, quanto antes, uma enérgica medida de isolar do resto da população esses portadores de terrível tracoma. O que não está certo é que isso continue assim. Ao menos os tracatatosos, devia ser dado um destino qualquer, para não serem abandonados nas ruas da cidade, como vem sendo feito com os doentes, com os aleijados, com os loucos, com os beócios e com os papudos (Gazeta do Norte, 05/08/1939).

Uma das razões para o jornal argumentar que os migrantes doentes não eram um problema de responsabilidade da cidade tem um contexto que precisa ser evidenciado. Os acometidos por qualquer doença que conseguiam chegar a São Paulo eram devolvidos

imediatamente para Montes Claros, o que não agradavam os grupos da sociedade local: “É coisa lógica, se outros não os querem receber, como faz São Paulo, que devolve por acaso os que lá chegam. Montes Claros é que não pode arcar com as responsabilidades” (Gazeta do Norte, 05/08/1939).

Conjecturamos que essa ponderação estivesse ligada ao serviço de embarque de migrantes, que era financiado pelas verbas arrecadadas pela Associação das Damas da Caridade. Provavelmente, os migrantes eram enviados para São Paulo com recursos dessa Associação, sem uma triagem médica, e eram devolvidos imediatamente.

Nas informações relacionadas à atuação da instituição, demonstra-se que a estratégia era enviar os migrantes para outros estados da Federação, em vez de São Paulo, porque o controle sanitário paulista era rigoroso e devolvia os doentes.

A cidade tinha-se tornado entreposto para os migrantes que seguiam para São Paulo e para aqueles que retornavam, o que também não agradava aos representantes locais. Assim afirmou o jornal: “Outros voltam de São Paulo, aqui ficam quatro ou cinco dias e tem o passe gratuito para retornarem ao lugar de onde vieram” (Gazeta do Norte, 12/08/1939). Na verdade, a passagem era custeada até Montes Claros, nesse período em que a cidade ainda era ponta de trilhos; dessa até sua terra natal, as despesas da viagem ficavam por conta dos migrantes.

Nessa visão, sublinha-se a perspectiva de Fontes (2002) sobre o deslocamento de trabalhadores, para quem se deve levar em consideração que esse retorno dos migrantes se insere no processo de reprodução social de diversas famílias nordestinas. Então, o ir e vir para eles era algo rotineiro, ainda que na interpretação do *Gazeta do Norte* não fosse a realidade retratada.

Sob essa lógica, era formulada e divulgada uma imagem dos migrantes, a qual destoava da realidade da maioria daqueles trabalhadores, na maioria das vezes representada pela imprensa como “vagabundos”: “chegam dois ou mais carros de segunda classe da Central, cheios de pessoas que foram, viram e voltaram para passear e depois seguir novamente. Fazendo do serviço de proteção ao flagelado verdadeira companhia de turismo barato” (Gazeta do Norte, 12/08/1939).

Na realidade, esse retorno, ou seja, o repatriamento, era previsto e garantido pelo CIC (RCIC, 1959, n. 1, p. 21, 1959).

Dado que alguns dos migrantes optaram por permanecer na cidade, essa é uma questão importante a ser considerada, mas esse assunto será aprofundado nos capítulos seguintes.

QUARTO CAPÍTULO

“[...] *HERANÇA INDESEJÁVEL QUE A SECA NORDESTINA LEGOU À CIDADE*”: O (DES)CONTROLE DA MULTIDÃO DE MIGRANTES

“Não fosse o dever que temos, de defender os interesses da cidade, não voltariamos a tratar de um assunto já por nós tantas vezes debatido e até hoje sem solução” (Gazeta do Norte, 06/01/1940).

Neste capítulo, apresentamos alguns aspectos de Montes Claros que foram abordados pela imprensa como parte do processo de “modernização” da cidade. Destacam-se, por exemplo, questões relacionadas à saúde pública, como a assistência médica, o saneamento urbano e a educação sanitária. Para determinados grupos da sociedade local, esses elementos eram considerados fundamentais para o desenvolvimento da urbe.

Recorda-se que a presença dos migrantes retidos na cidade – a maioria, como informa a imprensa, doente – era vista como um empecilho para o progresso da cidade, uma vez que a população estava sob risco sanitário ao ter contato com os deslocados. Inclusive, existia uma ameaça em relação ao aumento da violência, atribuída à presença dos “retirantes”.

À vista disso, foi estabelecida, pelos grupos da sociedade local, uma série de mecanismos de controle – seja por meio da repressão, da reclusão ou da “expulsão” desses migrantes –, já que os deslocamentos dos norte-mineiros para outros estados eram vistos com preocupação por autoridades locais, políticos e fazendeiros.

A perspectiva de *Os Estabelecidos e os Outsiders*, de Norbert Elias e John L. Scotson, nos auxilia na compreensão desse contexto urbano e da conjuntura formulada por meio do olhar daqueles – os habitantes – sobre os que chegavam a Montes Claros: “os de fora”, os retirantes, flagelados e mendigos. Os autores analisam as relações de poder, status e tensões da realidade social de uma comunidade periférica da Inglaterra (Winston Parva – nome fictício). Nessa concepção, os recém-chegados eram estigmatizados pelos moradores antigos.

Elias e Scotson (2000, p. 19) afirmam que “O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior – o carisma grupal distintivo – que o grupo dominante atribuía a si mesmo”.

Nessa visão, os estabelecidos se reconheciam como uma “boa sociedade” que ocupava um lugar de prestígio e poder, modelo moral para os outros. Enquanto “os de fora” eram concebidos como anômicos e não limpos, por isso, “Recusavam-se a manter qualquer contato social com eles, juntavam-nos todos num mesmo saco, como pessoas de espécie inferior” (Elias; Scotson, 2000, p. 19).

Neste capítulo, também identificamos diversos contextos em que os grupos da elite de Montes Claros não somente se colocavam como “boa sociedade”, mas também olhavam os migrantes como “os de fora”, desclassificados social e moralmente e do ponto de vista da higiene. A diferença, nesse caso, é que ocorreu certa mobilização no intuito de tentar excluir esses sujeitos da cidade – ou, pelo menos, da região central – por entenderem que eles desconsideravam o controle social e eram “inimigos do asseio e da higiene”.

Esse tipo de comportamento não era considerado apropriado, segundo afirmavam, para uma cidade em processo de modernização. A própria epígrafe citada no início deste capítulo já traz algumas evidências desses pensamentos e comportamentos.

4.1 Montes Claros sob a ótica do discurso higienista e sanitário

Importante iniciar este tópico lembrando que a mendicância era reflexo do próprio processo de triagem e dos critérios sanitários adotados pela política migratória em Montes Claros. Para a imprensa, os ditos mendigos interferiam negativamente na estética da cidade, na saúde pública e comprometiam o progresso: “A mendicância em Montes Claros, nesses últimos tempos, vem assumindo proporções de uma verdadeira **praga social**” (Gazeta do Norte, 09/02/1935, grifo nosso).

Como lembrou Silva (2012, p. 109): “A modernização da sociedade incluía um redimensionamento, uma nova organização do espaço público. Para isso, era inevitável o lidar com uma população de marginalizados que crescia vertiginosamente”. Montes Claros, nesse período, passava por um processo de mudanças na estruturação da saúde pública, tendo em vista a “modernização” da cidade¹³⁴. O trabalho de combate às doenças e as ações de

¹³⁴ Em sua pesquisa de doutorado *Em nome da modernidade: uma educação multifacetada, uma cidade transmutada, um sujeito inventado (Montes Claros, 1889-1926)*, Luciano Pereira da Silva realça que o entendimento de modernização e progresso da elite local, que não era unânime, perpassa “as mudanças na materialidade da cidade (alargamento das ruas, modernização das construções, utilização da luz elétrica, entre outras); as ações higiênicas e sanitárias (sobretudo as que se propagavam em virtude de uma suposta cultura atrasada do sertanejo); e as práticas de diversão (ocupação útil do tempo, com destaque para o futebol)” (Silva, 2012, p.26). Afirmar ainda que, além da falta de água, “A busca do progresso e da modernização esteve relacionada também a uma nova organização dos espaços públicos que, higienizados, deveriam ter aspecto limpo e salubre. Esta organização obedecia à lógica da ordem e manifestava-se no alinhamento das ruas e na padronização das construções” (Silva, 2012, p. 100).

saneamento eram chefiados pelo médico Levy Lafeté, diretor do Departamento de Saúde Pública.

Ao ressaltar as condições de higiene de Montes Claros, o jornal apresentou uma imagem positiva da cidade, bem diferente daquela quando o assunto era a chegada dos “flagelados”. Para os grupos da sociedade local, a imagem que deveria ser divulgada era a de uma cidade saneada e em processo de modernização: “Outra coisa admirável em Montes Claros é seu actual estado sanitário que se reflete no aspecto saudável que se apresenta a população da cidade” (Gazeta do Norte, 18/08/1937).

E outra reportagem destacou: “a saúde pública está em pleno funcionamento. Esse é, para mim, o caso de Montes Claros, onde o Centro de Saúde está fazendo obra digna de sincero louvor” (Gazeta do Norte, 12/12/1938). Esses argumentos buscavam legitimar a imagem de uma cidade em processo de ordenamento e saneamento promovido pelos grupos da sociedade local, ou seja, qualquer percepção contrária não deveria ser atribuída aos grupos estabelecidos.

Entre os principais escopos dessa ação “merecem destaque, o saneamento urbano, a defesa contra as doenças contagiosas e proteção à infância” (Gazeta do Norte, 12/12/1938)¹³⁵. O jornal procurou ainda destacar, em relação ao projeto de modernização da cidade, que algumas obras e serviços urbanos seriam executados e ampliados em pouco tempo. Como exemplo, são citadas a remoção de dejetos, a construção de rede de esgoto e fossas assépticas, e melhorias nas condições da habitação, que deveriam ser mais ventiladas.

Sobre os gabinetes sanitários, a recomendação era que eles fossem construídos dentro de casa, próximos do quarto de dormir. Tudo isso estava sob o encargo do educador sanitário¹³⁶. O jornal também mantinha duas seções, nomeadas de *Educação Sanitária* e *Coluna Médica*, para informar, orientar e educar a população.

A imunização da população também integrou o conjunto de ações que vinha sendo desenvolvido. As principais doenças a serem combatidas eram varíola, febre tifoide, disenteria bacilar, crupe e difteria. O jornal sinaliza também a adesão das pessoas às

¹³⁵ Segundo Cristina M. O. Fonseca (1993, p. 99), “com a formação de um ‘novo homem’ e de uma ‘nova raça’ que, aliada aos princípios da eugenia e o ideal de valorização do trabalho, irão alimentar a ênfase na criança como futuro cidadão/trabalhador. Esse conjunto de idéias apresentava como suporte o ideal mais amplo do nacionalismo, marcando as propostas do governo no setor de saúde. Certos serviços direcionados para a infância, que foram implementados nesse período, espelham a influência concreta dessas idéias”.

¹³⁶ “Esta nova estrutura veio retirar a autoridade de polícia sanitária e as ações de educação em saúde passaram a se desenvolver pelos educadores sanitários e professoras, que eram treinados para exercerem a função de educar a população escolar” (Silva *et al.*, 2010, p. 2542). Já para Jean Luiz Neves Abreu (2010, p. 204): “Essa educação visava à formação de uma ‘consciência sanitária coletiva’ (p. 106), tendo como alvo principal a escola e os professores, multiplicadores dos conselhos higiênicos. Para além do espaço escolar, a autora demonstra que o discurso dos médicos mineiros em defesa da higiene assumia aspectos nacionalistas e de regeneração do povo”.

profilaxias: “O número de imunizações completas realizadas esse ano diz como está sendo exatamente resolvido o problema. [...] a medida é uma só: certa e infalível - a vacina” (Gazeta do Norte, 12/12/1938).

Quanto ao combate à mortalidade infantil, o “latário” do Centro de Saúde distribuía leite às mães e as educava em relação à higiene, assim como aos horários da amamentação¹³⁷.

Foram anunciadas no jornal também as providências que estavam sendo tomadas em relação à proibição da criação de animais no perímetro urbano, um antigo e persistente costume da população: “A criação, a existência, etc., de porcos em quintaes é absolutamente proibida, por leis municipais, estaduais e federais. Entretanto, existe ainda em nossa cidade pessoas que parecem ignorar taes leis” (Gazeta do Norte, 27/11/1937).

Em uma referência que considerava os costumes dos descendentes de africanos como negativos, é alertado que: “Agora por deante não se limitará a exigir a retirada dos porcos dos quintaes – além dessa medida multará em vinte mil reis àquelles que persistem em querer transformar a nossa cidade em uma **aldeia africana**” (Gazeta do Norte, 27/11/1937, grifo nosso).

A ideia da África como um continente não civilizado, de raça inferior, provinha do padrão de civilidade que inspirava a elite brasileira, baseada fundamentalmente na eugenia. A visão sobre os descendentes de africanos, negros e mestiços estava diretamente ligada ao “problema racial”.

As heranças africanas eram tidas, para alguns intelectuais, como um dos empecilhos para o desenvolvimento adequado do Brasil: o problema seria sua composição racial. Mesmo que o mestiço ocupasse um lugar acima do negro e do índio na escala de classificação, ele também era considerado um sujeito degenerado, por ser um tipo híbrido, desprovido de energia e racionalidade. O branco estava acima desses outros (Bolsanello, 1996).

O *Gazeta do Norte* compartilhava desse ponto de vista por considerar o negro como uma raça inferior e não civilizada. Essa percepção fica patente quando a imprensa faz referência aos moradores da Colônia Agrícola da Jaíba, próximo a Montes Claros:

A população da Jaíba é formada [...] do elemento negro retinto, raramente verificando a presença de um branco ou mulato. Não é porem, o negro de feições grosseiras, comum em algumas raças africanas, como os gabões, bantos, etc. É um tipo de negroide feições mais finas e regulares, encontrando-se no elemento feminino alguns tipos perfeitamente delicados,

¹³⁷ “Com a difusão do ideário da Escola Nova, em que a criança era considerada o centro de tudo, e os avanços da biologia e da psicologia, as crianças e adolescentes passaram a ser a população preferencial a receber, através das escolas e postos de saúde, os princípios da higiene para manterem-se saudáveis” (Silva *et al.*, 2010, p. 2542).

lembrando os sudanezes, que eram uma raça semi civilizada com o contato com os árabes. [...] Esses moradores levam uma vida quase primitiva (Gazeta do Norte, 16/09/1946).

Não obstante, como já demonstramos no Primeiro Capítulo, alguns intelectuais já concebiam os mestiços como os genuínos representantes da identidade brasileira, havendo, assim, uma perspectiva positiva desse tipo étnico-racial.

Em Montes Claros, também era forte a influência racista em relação aos mestiços, pelo menos é o que se evidencia na obra do influente escritor regional, Urbino Vianna, em uma monografia encomendada pela Câmara Municipal, muito próxima da interpretação de Oliveira Vianna:

O que podemos afirmar é que o mestiço é o typo único, herdeiro dos defeitos das raças formadoras delle, somente se podendo encontrar em um ou outro, algum traço da fidalguia de cavalheiros, cujo sangue em dymnamizações continuadas chegou até nós; sejam as dominantes de portuguezes, de indígenas ou de africanos, o que temos hoje é uma população quase arrasada, que se deve substituir lentamente, para modificar-lhe usos e costumes, trazendo hábitos de trabalho – que é, principalmente, é que lhe falta – corrigindo defeitos, estirpando males, apesar de quaesquer oposições (Vianna, 2007, p. 190)¹³⁸.

Sendo basilares essas afirmações, é possível imaginar como os migrantes nordestinos que chegavam à cidade – em grande maioria, baianos, negros e mestiços – eram concebidos, nomeadamente pelos grupos da sociedade local. Em parte, isso explica o olhar de pelo menos parte da sociedade local sobre os “flagelados”.

Observamos outra referência às ideias racistas quando foram feitas algumas alusões sobre a necessidade de uma renovação da estética urbana. A preocupação, segundo o periódico, era com a impressão dolorosa que a urbe causava ao forasteiro, ao visitante, como: “uma cidade velha, descuidada, decadente, em ruína mesmo [...] no centro, ainda com essa feição de mal gosto de cidade antiga, com esse aspecto feio e triste de verdadeiros **mucambos**” (Gazeta do Norte, 11/09/1937)¹³⁹.

¹³⁸ Para Kabengele Munanga, a ideia da mestiçagem surgiu do entendimento de que o mestiço era resultado da corrupção do sangue branco, que tinha se misturado com o sangue das bestas, ou seja, dos animais: “Se o homem de cor é um degenerado, a mestiçagem é o instrumento da contaminação” (Munanga, 2019, p. 39).

¹³⁹ Essa ideia de combate ao combate ao mocambo, provavelmente, estava relacionada à Liga Social contra o Mocambo (LSCM), fundada em 12 de julho de 1939 e idealizada pelo interventor estadonovista, Agamenon Magalhães. Subvencionada à prefeitura do Recife, tinha como propósito extinguir os mocambos e construir novas casas populares mais higienizadas. (SILVA, Raquel Lasalvia Correia da. **Dos Mocambos e Alagados às Casas de Alvenaria: práticas de governabilidade no Coque/Recife (1979-2012)**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.poshis.unb.br/institucional/departamento-de-historia>. Acesso em: 22 jun. 2023.

Mesmo esse tipo de residência sendo considerado insalubre – não sendo, portanto, uma preocupação apenas estética –, visto que facilmente disseminava doenças, para contrapor essa ideia negativa do mocambo (referência às habitações de pessoas pobres, negras e mestiças), o jornal cita que já existia na cidade um número grande de construções novas, magníficas e modernas, como aquelas encontradas nas avenidas das capitais.

O Centro de Saúde, segundo o *Gazeta do Norte*, também deveria tomar providências em relação à higiene em locais que comercializavam alimentos: “a falta de hygiene nos cafés e estabelecimentos congêneres da cidade. Frequentado por pessoas de toda a procedência, pessoas desconhecidas, esses cafés, pela falta de cuidado dos seus proprietários, são um foco propagador de moléstias” (*Gazeta do Norte*, 10/04/1937).

Outro alerta foi em relação à higienização dos utensílios: “A lavagem, por exemplo, consiste apenas em mergulho do objeto servido em uma pia com água fria [...] a água raramente vae renovada” (*Gazeta do Norte*, 10/04/1937). O jornal então cobra do chefe do Centro de Saúde a fiscalização.

Observamos que a imprensa menciona não apenas a falta de higiene, aspecto considerado fundamental pelas orientações dos sanitaristas da época, mas também ressalta a frequência de indivíduos “desconhecidos”, “os de fora”, nesses estabelecimentos – vistos como potenciais propagadores de doenças.

Sempre elogioso quanto à atuação do chefe do Centro de Saúde, o *Gazeta do Norte* ressaltou outra informação interessante:

Essa obra que está sendo realizada em Montes Claros atesta a clarividência e o devotamento do sanitarista a quem foi ela confiada. Formado na escola de trabalho e disciplina da Fundação Rockefeller, o dr. Levy Lafetá faz jus aos mais sinceros aplausos de quantos se interessam de verdade pela civilização sanitária do Norte de Minas (*Gazeta do Norte*, 12/12/1938).

A Fundação Rockefeller era uma instituição norte-americana que teve uma ampla atuação em nível internacional, com apoio externo à filantropia científica. Conforme Kobayashi, Faria e Costa (2009), no Brasil, a Fundação esteve alinhada ao movimento sanitarista, articulada com o Estado, e contribuiu na fundação, em 1920, do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP).

É importante destacar que, consoante os pesquisadores, a Rockefeller atuava na defesa da eugenia e, no caso brasileiro, ela tinha ligação estreita com o movimento sanitarista. Nessa circunstância, a Fundação não tinha o propósito de eliminar os “degenerados”, mas de

promover a saúde pública por meio do saneamento e do combate às doenças – uma eugenia preventiva e não negativa.

A ideia era transformar “o Jeca Tatu” de Monteiro Lobato, até então representado como doente, barrigudo, pálido e papudo, em um sujeito robusto e resistente. E foi nos sertões, como em Montes Claros, que ações foram desenvolvidas, como exemplificado a seguir.

O saneamento do interior ou dos sertões começa a ser defendido como o estandarte da regeneração de um país que se encontrava assolado por doenças endêmicas. A missão Rockefeller chega ao país num momento em que a classe médica brasileira se inseria na discussão sobre a necessidade premente de sanear os sertões (Kobayashi; Faria; Costa, 2009, p. 328).

Foi na Fundação Rockefeller que se formou o médico montes-clarense Levy Lafetá – informação que o *Gazeta do Norte* fez questão de ressaltar, pois sabia do seu significado no contexto do movimento sanitário em nível nacional.

As providências relativas ao saneamento e ao combate às doenças vinham sendo executadas de maneira louvável pelo Centro de Saúde. Em síntese, segundo esse discurso, Montes Claros, a despeito de ainda haver medidas a serem adotadas quanto à higiene e aos migrantes que chegavam à cidade, encontrava-se no caminho do progresso, assim como outras cidades desenvolvidas.

4.2 As estratégias de controle dos migrantes que se encontravam retidos na cidade

Um dos argumentos contrários à presença dos migrantes na cidade foi o risco sanitário que eles representavam para a população, como alertou, na época, o *Gazeta do Norte*:

A cidade, o município e o próprio Estado é que não poderão arcar com os ônus e o verdadeiro perigo infeccioso que representa essa legião de incapazes aleijados e doentes, a espalhar o vírus da descrença e de todas as moléstias, numa cidade cheia de energias num fluxo magnífico de trabalho e progresso. [...] E ahi se faz necessário a intervenção dos poderes competentes, que no caso, são a Prefeitura, a saúde pública e a polícia (Gazeta do Norte, 26/10/1935).

As alegações continuaram no excerto seguinte: “Torna-se ainda um perigo para a população porque na maioria dos mendigos são portadores de moléstias e vivem por ahi, em contato com o povo e creanças” (Gazeta do Norte, 1939, p. 16).

De outra forma, uma das maneiras de desqualificar socialmente os migrantes foi atrelar a imagem deles às doenças, inclusive responsabilizá-los pelos problemas sanitários da cidade, uma vez que eles seriam portadores das enfermidades. Outra estratégia usada para desqualificar os migrantes foi acusá-los de serem falsos mendigos – pessoas capazes de trabalhar¹⁴⁰.

Por um lado, se o mendigo causava incômodo, o falso mendigo era bem pior, já que essa prática estava atrelada à “vadiagem” praticada pela “classe perigosa”, um crime que deveria ser combatido com rigor pela lei. Como ratifica o seguinte excerto: “A polícia pra corrigir os vagabundos, os falsos mendigos, que podem perfeitamente trabalhar” (Gazeta do Norte, 1937, p. 13)¹⁴¹.

Como já afirmamos, outra chave de leitura desse tipo de comportamento da multidão de migrantes pode ser atribuída à postura política desses sujeitos. O próprio Neves (2000) adverte sobre isso quando afirma que uma das características da cultura nordestina naquele período era exigir daqueles que estavam no poder a manutenção das relações paternalistas, as quais, para Albuquerque Júnior (1990), eram permeadas de conflitos e violências em vários níveis.

O fato de os migrantes serem mantidos sob a responsabilidade do delegado de polícia indica a necessidade de controlar esse grupo. A multidão demonstrava que as autoridades precisavam permanecer em alerta. Entre as medidas adotadas, o delegado costumava manter um censo desses indivíduos por meio de uma lista com nomes e dados. Evidentemente, a

¹⁴⁰ Conforme o contexto estudado por Neves (2000): “são os mendigos classificados em seis categorias: o verdadeiro, o falso, o incurável, o curável, o asilável e o não asilável”. Para cada categoria, um encaminhamento diferente, de modo que não permaneça um único mendigo que não esteja efetivamente sendo observado e assistido pelos poderes públicos. Para o falso mendigo estariam atentos os olhos da polícia, capturando-o e dando-lhe a punição necessária; para o verdadeiro mendigo seria estabelecido o critério de ver se o mesmo seria ou não asilável, quer dizer, indivíduo sem família e sem responsabilidade com o lar (p. 214). O asilável seria “internado no Asilo de Mendicidade”; o não asilável seria “devidamente assistido em seu domicílio”. Para pôr em prática este plano, seria necessária a criação de um órgão de articulação – a Sociedade de Repressão à Mendicância – para recolher as contribuições governamentais e particulares e para estabelecer um planejamento de atuação nos bairros mais “afetados” e nos períodos em que haja um incremento na quantidade de mendigos. A Sociedade de Repressão à Mendicância chegou mesmo a ser criada oficialmente, mas como um órgão ligado à Secretaria de Polícia da capital, limitando-se a exercer as atividades policiais de expulsão dos mendigos das áreas mais ‘bem frequentadas’ da cidade” (Neves, 2000, p. 214).

¹⁴¹ Segundo Rodrigo Gomes da Costa (2020, p.348), “O código criminal do Império, datado de 1830, é bem claro ao estabelecer a punição para qualquer um que não possuísse ‘uma ocupação honesta, e útil, de que possa subsistir’: pena de prisão com trabalho de oito a vinte e quatro dias (Império do Brasil, 1830). Dessa maneira, eram tênues as linhas que separavam uma mão atarefada de uma mão estendida e pedinte, visto que uma renda minguada forçosamente fazia com que os mais miseráveis precisassem complementar seus ganhos com a mendicância, que não passava despercebida aos olhos do legislador. Mendigar acarretava prisão simples, ou trabalho, por oito dias, podendo chegar a um mês. Digno de nota é a inclusão da proibição de mendigar em grupos (e não apenas sozinho ou com a família) dado que agrupamento de pessoas era visto como potencialmente perigoso”.

chegada e a partida desses migrantes eram processos constantes, o que tornava quase impossível quantificá-los com precisão.

Já para a interpretação que atribuímos a esses comportamentos dos migrantes, compreendemos também na perspectiva das táticas de sobrevivência utilizadas por esses sujeitos no intuito de amenizar a insegurança estrutural.

A própria reportagem do *Gazeta do Norte* indica em vários momentos que a tarefa de vigiar os migrantes ficou a cargo do delegado de polícia local: “Examinando essa situação, o ilustre senhor tenente-coronel, Manoel Neves da Silva, delegado militar desse município vae promover os meios de regulamentar o exercício da mendicância” (Gazeta do Norte, 09/02/1935).

A ação de controle da autoridade policial começaria com um levantamento estatístico dos doentes, aleijados, cegos, idosos, os que não poderiam trabalhar, os malandros; a cada um seria dado um destino: os doentes seriam hospitalizados em Belo Horizonte e Barbacena, e aos aptos ao trabalho seria oferecida uma vaga de emprego.

O plano, segundo o delegado, era eliminar de vez o ato de esmolar na cidade, “e como medida moral vou providenciar para que todos os mendigos sejam apresentados a delegacia de polícia, a fim de que seja examinado suas condições, recebendo um certificado que os habilitarão a ser socorridos” (Gazeta do Norte, 09/02/1935). Como podemos perceber, as autoridades locais também atuaram para colocar em prática ações que visavam higienizar o espaço urbano por meio da retirada “forçada” desses sujeitos indesejados.

Em uma reportagem do ano de 1949, o *Gazeta do Norte* faz menção à placa da municipalidade utilizada pelos mendigos (Gazeta do Norte, 12/03/1949). Uma espécie de “crachá” que os autorizava a receber os auxílios oferecidos pelas instituições assistencialistas. Também foi realizado o levantamento prometido, com os nomes desses sujeitos, e sua publicação no jornal para que a população tomasse conhecimento: “O delegado sistematizou um fichário e, com a ajuda do Asilo São Vicente, da Associação das Damas de Caridade, Centro de Saúde, Prefeitura, Juiz de Direito, etc.” (Gazeta do Norte, 20/11/1949).

As ações coordenadas pelo delegado de polícia demonstram o propósito de reclusão, ao propor isolar os “migrantes” do espaço urbano, como foi relatado: “Segregados do público os mendigos, o povo deixará de dar-lhes, diretamente, as esmolas semanais passando a dal-as diretamente ao Dispensário que for organizado” (Gazeta do Norte, 09/02/1935)¹⁴².

¹⁴² Esta Instituição não era uma exclusividade de Montes Claros, outros registros realizados por Neves (2000, p. 89) demonstram que ela existia também no estado do Ceará, com uma de funcionamento semelhante: “Destes, somente 1.100 eram diretamente atendidos pelo Dispensário dos Pobres, ‘instituição apreciável do Sr. Arcebispo – grande amigo dos pobres – e dirigida pelas senhoras de caridade, verdadeiras heroínas do amor ao próximo’,

Verificamos também outra providência concretizada em uma reportagem de 1950: “Os membros da sociedade são proibidos de atender o pobre com esmolas em suas portas”. Novamente é mencionada a colaboração entre o delegado de polícia e a Igreja Católica, por meio dos Vicentinos, que passaram a distribuir os donativos de maneira centralizada na Casa do Pobre ou Dispensário (Gazeta do Norte, 09/02/1935).

Antes de ser proibida a concessão direta de esmolas pela população aos “mendigos”, o sábado já havia sido estipulado como um dia específico da semana em que esses sujeitos poderiam entrar em contato com os moradores para solicitar ajuda. Essa medida foi uma das primeiras tentativas de reduzir a circulação e o contato com esses indivíduos.

Outro aspecto desse contexto que chamou nossa atenção foi o tipo de alimento costumeiramente oferecido pelos montes-clarenses aos pobres, o que também contribuía para vê-los como sujeitos desqualificados.

Em uma crônica, cujo autor não foi identificado, foi feita alusão ao desenvolvimento de Montes Claros e à presença de certos “hóspedes” – “os de fora” que vieram da Bahia e do Norte de Minas ao encontro da Estação Central do Brasil. A chegada desses “hóspedes” teria contribuído para que as ruas ficassem repletas de mendigos.

O cronista cita o pão de cada dia do sertão, o qual o pedinte deveria comer, que era a farinha de mandioca: “seguindo um hábito antigo, somente damos farinha de mandioca, pomos às nossas portas a clássica lata de farinha, que é distribuída à pobreza no menor pires da casa ou numa exígua tampa de lata” (Gazeta do Norte, 14/09/1944).

E não era qualquer farinha, mas aquela mais grossa, tida como ruim. Segue o questionamento: “Por que não damos mantimentos sortidos? arroz, feijão, carne, frutas, etc.” (Gazeta do Norte, 14/09/1944). O que demonstra que, até em relação à alimentação, existia uma diferença social que separava esses grupos. Os estabelecidos se alimentavam de itens tidos como modernos naquela época, sobretudo para uma localidade do interior, considerados nutritivos pelos médicos sanitaristas.

Acerca dos migrantes vindos de uma região pouco desenvolvida no aspecto econômico e sanitário, o antropólogo Darcy Ribeiro descreveu as condições vivenciadas por eles como um “drama social”.

construída pela Liga das Senhoras Catholicas e ‘que tão bons serviços vem prestando aos desfavorecidos da fortuna’ [...] “a mendicância na capital continuou entregue às instituições de caridade que já existiam – o referido Asilo de Mendicidade, a Casa dos Cegos, o Dispensário dos Pobres, a Sociedade São Vicente de Paulo, o Asilo de Alienados e, principalmente, a Hospedaria Getúlio Vargas” (p. 214).

Houve uma grande seca e uma grande quantidade de flagelados desceram da Bahia para chegar a Montes Claros que era ponta de linha, onde tomavam a estrada de ferro para ir para o Sul e aquela gente em uma miséria tremenda chegava faminta, em princípios minha casa era uma casa livre onde se tentava dar uma cuia de farinha de mandioca, uma rapadura e depois dá água, água à vontade, pois bem, em certo momento me doeu muito, pois diminuiu muito a quantidade de farinha, não se deu mais a rapadura. Eu via aquela gente com fome e tinha rapadura escondida em casa para a gente comer, eu queria roubar rapadura para eles. Foi o primeiro drama social [que ele diz ter presenciado]” (Documentário, Darcy, um brasileiro, 2013).

Todavia, os migrantes haviam chegado a uma cidade em processo de modernização, nos termos do periódico: “terra de promessa”. No discurso da imprensa, muito antes da chegada da ferrovia – considerada um vetor de desenvolvimento –, Montes Claros “Já possuía algo de valor, avultado comércio, fábrica de tecidos, bancos, bispado, e a vida intelectual completamente elevada” (Gazeta do Norte, 14/09/1944).

Ao contrário, qualquer informação que colocasse a cidade e sua população em posição de inferioridade era respondida com certo furor pela imprensa, como neste episódio:

[...] quando um funcionário do CIC, em visita à cidade, informou ao jornal *Diário da Noite*, [Belo Horizonte] que em Montes Claros, uma lata de água custava 15\$000. A reação foi imediata e causou indignação: “Montes Claros tem que ficar constantemente no cartaz. Ainda bem não acabamos de desfazer uma inverdade e já temos que rebater u’a mentira. Toda gente tem o direito de mentir, mas não deve abusar desse direito. Dizer que há falta d’água em Montes Claros é mentira pra fazer corar o barão de Munchhausen” (Gazeta do Norte, 17/06/1939).

O escritor Cyro dos Anjos, também em uma crônica, fez a seguinte afirmação sobre o tipo de donativo concedido aos pedintes: “uma tradição de sovinice estabelecera que se lhes desse farinha de mandioca, aos sábados, como esmola. Não sei onde punham tanta farinha (em cada casa ganhavam um pires) e era razoável que torcessem a cara toda vez que recebiam nova dose” (Gazeta do Norte, 20/03/1949). Como o cronista mencionou, constava certa insatisfação dos receptores: o “cego Ventura pedia feijão, recebia a farinha e vendia no comércio” (Gazeta do Norte, 20/03/1949).

Alguns conseguiam arrecadar algum dinheiro com a venda da farinha, que poderia ser revertida na compra de outros alimentos; outros precisavam improvisar alguma maneira de consumir o derivado do tubérculo.

Podemos inferir, mediante as informações contidas nas crônicas citadas, que elas indicam uma mudança estrutural, a qual buscou institucionalizar a concessão de esmolas aos pobres na cidade, transferindo sua administração para a Associação São Vicente de Paula, os

Vicentinos. Consequentemente, buscava-se reduzir a circulação desses sujeitos no espaço urbano.

Os donativos, naquele período, conforme as orientações, deveriam ser concedidos pelos fazendeiros, lavradores e comerciantes e, como incentivo, seria publicado em cada edição do *Gazeta do Norte* o nome dos benfeitores – como de fato isso ocorreu. No mês seguinte, foi anunciada a primeira lista, com cerca de 75 doadores, encabeçada pelos dois bispos das cidades e o prefeito, cada qual doando 100\$000. A imprensa, ao divulgar os nomes dos mendigos e daqueles que eram benfeitores das ações sociais, evidenciava o lugar de cada um desses grupos na sociedade naquele momento.

A Casa dos Pobres foi a primeira estrutura física onde os migrantes passaram a receber os auxílios, como refeições e o tratamento de algumas doenças. Na ocasião da inauguração, o bispo convocou a população em um tom de alerta para fazer as doações para a instituição:

[...] é preciso maior apoio financeiro da população, caso contrário os mendigos voltariam novamente para as ruas da cidade. Aquele triste espectáculo de calçada e meio fio atulhados de mendigos desapareceu e poderá nunca mais voltar, se todos quiserem. - Mas todos querem e todos cooperam, não é verdade? - Infelizmente não. Todos gostam e usufruem desta medida tomada, mas muitos nada fazem para que essa campanha atinja plenamente o fim almejado: afastar os mendigos das ruas e dar-lhes toda a assistência necessária (Gazeta do Norte, 05/01/1950).

O excerto procurou enfatizar que as medidas de assistência estavam surtindo efeitos positivos, mas que a população deveria contribuir para sua manutenção. É importante esclarecer que as soluções apresentadas para resolver o problema da mendicância ocorreram de forma escalonada, em etapas e em tempos distintos. No ano de 1939, o periódico informou que:

Deante da angustiosa situação o dr. Levy Lafetá e o dr. Antonio Teixeira, prefeito do município levaram o caso ao conhecimento do Governador do Estado, que, atendendo prontamente fez vir a esta cidade o dr. Otavio Pinto chefe do serviço de colonização em Minas Gerais, que de acordo com o dr. Azevedo Rangel médico do Serviço de Imigração que também se encontra em nosso meio para o mesmo fim providenciaram a remoção imediata dos retirantes para São Paulo (Gazeta do Norte, 10/04/1939).

No citado encontro foi cogitada a possibilidade de ser criada uma Colônia Agrícola na região para envio dos migrantes retidos na cidade. Importante ressaltar que essas medidas estavam sendo providenciadas devido à pressão da multidão de migrantes, descontentes com a

retenção na cidade. O então prefeito Antônio Teixeira lembrou de uma Colônia Agrícola, próximo a Montes Claros, na região da Jaíba, que pertencia ao Estado, a qual poderia ser aproveitada para aquela finalidade. Mas não é citada nenhuma ação nesse sentido.

Outra intervenção de assistência que ocorreu foi a partir da iniciativa do governador do estado, mas coordenada pela administração local: “A prefeitura já tomou todas as providências para cumprir as determinações do governador mineiro, organizando um perfeito serviço de fichário e distribuição de alimentos e remédios” (Gazeta do Norte, 10/04/1939).

Apesar de as ações terem sido realizadas em conjunto com outras instituições, a reportagem evidenciou a colaboração da prefeitura, de políticos locais com a Igreja Católica quanto à assistência aos migrantes.

Já em relação à exclusão, uma reivindicação que estava sendo atendida, segundo o jornal, dizia respeito à remoção dos loucos, os quais integravam o grupo de migrantes rejeitados pelo serviço de migração na cidade: “Os loucos vão ser, finalmente, mandados para hospitais: as reclamações da ‘Gazeta’ e as providências da polícia” (Gazeta do Norte, 19/08/1939).

Foi informado ainda que o delegado de polícia faria uma lista com os nomes de todos os dementes que se encontravam nas ruas e que deveriam ser mandados para hospitais. O *Gazeta do Norte* não dá detalhes dessa remoção dos “loucos” e para onde foram enviados.

Entretanto, recorremos à pesquisa realizada por Késia Tavares Celestino (2011), que faz menção ao “trem de doido”, o que nos permite conjecturar que essa prática realmente ocorreu anteriormente ao período pesquisado pela autora.

Celestino (2011) faz referência à década de 1960; nesse período, o delegado de polícia solicitou a criação de um vagão exclusivo para o embarque somente dos loucos da cidade, devido ao grande contingente, já que as vagas comuns disponibilizadas no trem não eram suficientes. Essa situação nos possibilita inferir que essa prática já vinha sendo adotada em períodos anteriores.

Segundo a pesquisadora:

O envio sistemático de loucos para o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena – CHPB fez parte da história de Montes Claros até meados da década de 80. Seguiam “às levas” loucos indigentes, loucos migrantes, loucos trazidos especialmente para serem embarcados, cidadãos de “boas famílias” da cidade, que enlouqueciam (Celestino, 2011, p. 84).

Jaqueline S. de Almeida Machado e Regina C. L. Caleiro (2009) contribuem para essa discussão, ao abordarem o papel da ferrovia na construção do progresso da cidade. Elas

afirmam que essa “serviu para transportar para fora de seus domínios aqueles que de alguma forma pudessem impedir seu progresso. Era no famoso ‘trem de doido’, que os loucos da região eram conduzidos para o hospital psiquiátrico” (Machado; Caleiro, 2009, p. 56).

Outro detalhe que Celestino (2011) sublinha é que, na cidade, os loucos, ou seja, os grupos tidos como perigosos, estavam sob a jurisdição da polícia, devido à constante tensão e ameaça que esses sujeitos representavam.

A Associação das Damas da Caridade, fundada em 1923, já realizava um trabalho de assistência aos pobres na cidade. Mas, a partir da concentração dos migrantes e da já ressaltada pressão social desses grupos – para serem resolvidos os problemas causados pela retenção deles na cidade –, a atuação dessas mulheres católicas pertencentes a grupos da sociedade local teve um papel importante¹⁴³.

Entre as iniciativas, a Associação das Damas arrecadava recursos financeiros, mediante doações, realização de eventos, entre outros, a fim de pagar a passagem dos migrantes no trem para outras regiões. Como mostra o excerto seguinte:

Deante da situação angustiosa dessa gente, a Associação das Damas da Caridade tendo a frente seu diretor revmo, Cônego Marco Van in, resolveu apelar para o sentimento do povo de Montes Claros, a fim de serem distribuídos viveres a esses retirantes que se encontram em extrema penúria e são atualmente cerca de quatro mil (Gazeta do Norte, 05/11/1938).

Algumas reportagens publicadas no ano de 1938 também evidenciam o papel da instituição nesse sentido: “A Associação das Damas da Caridade dessa cidade vai tomar para si a altruísta tarefa de retirar os mendigos das ruas da cidade [...]. Essa bela iniciativa que vai nos livrar do espetáculo deprimente da legião de aleijados e do apelo de numerosas creanças a esmolarem pela rua” (Gazeta do Norte, 14/11/1938).

Pouco tempo depois, já era notável, segundo a imprensa, os efeitos positivos: “Diminui consideravelmente o número de mendigos que nas ruas da cidade estendiam a mão

¹⁴³ Importante esclarecer que esse movimento de Damas, ocorrido em Montes Claros, demonstra ter relações mais próximas com aquele ocorrido nos estados do Nordeste, identificado por Neves (2000), sob a liderança de um religioso, geralmente um padre. Essas mulheres comandavam as atividades de assistência a partir do *Dispensário dos Pobres*. Em outra vertente, a pesquisa realizada por Iraildes Caldas Torres (2002) aponta a atuação das *Damas da Caridade*, movimento iniciado por Darcy Vargas, esposa do Getúlio Vargas, que se destacou nesse papel de assistência social aos menos favorecidos. Ela comandou a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942, com o objetivo de prestar assistência às famílias dos soldados que foram servir na Segunda Guerra Mundial. A autora afirma ainda que: “Getúlio cria uma instituição de bem-estar social para atuação da primeira dama [...] com o objetivo de buscar legitimidade do seu governo mediante a tática de assistencialismo como mecanismo de dominação política” (Torres, 2002, p.86). Como citado, desde 1923, as *Damas* de Montes Claros já atuavam no serviço de caridade.

à caridade pública. Graças ao zelo vigilante daquela instituição” (Gazeta do Norte, 25/12/1938).

Percebemos que um dos argumentos da Associação das Damas para o êxito do seu trabalho era o de estar exercendo a caridade cristã. Dessa forma, a sociedade se sentia sensibilizada a contribuir com o trabalho.

No ano seguinte, 1939, a imprensa ressaltou novamente o efeito positivo daquele trabalho:

A Associação das Damas da Caridade, uma das mais humanas que aqui temos visto, justiça seja feita, tem lutado com afam no combate à desgraça dos flagelados, mas que esperança! Quando e como esse grupo de verdadeiras cristãs resolverá tal problema? **Cerca de doze mil** desses infelizes tiveram a situação resolvida partindo para São Paulo, Baixada Fluminense, e Paraná. Quatro a cinco mil, no entanto, estão ahi escoradas nas pontas dos trilhos, aumentando dia a dia por novas levas que batem as estradas, a maioria (Gazeta do Norte, 10/01/1939, grifo nosso).

Entre os anos de 1938 e 1939, notamos também que as senhoras católicas já agiam com apoio não só da Igreja Católica, mas também da Prefeitura. É o que podemos perceber em uma referência à Associação: “Essa comissão ficou igualmente de se entender com o prefeito Dr. Antônio Teixeira, para conseguir um auxílio da prefeitura a essa obra de grande alcance para essa cidade” (Gazeta do Norte, 14/11/1938).

Nesse contexto, as Damas atuaram em consonância com os ideais de progresso dos grupos da sociedade local, para sanear e higienizar a cidade, ao promover a retirada daqueles que vinham de outras regiões, “os de fora”.

Não obstante, não podemos ignorar – como já foi ressaltado – que os migrantes causavam um certo clima de tensão na cidade. Essa atmosfera de instabilidade levou o Centro de Saúde, a Prefeitura Municipal, comandada pelo prefeito Antônio Teixeira, a Igreja Católica, o delegado de polícia e o juiz de direito a adotarem essas medidas.

4.3 A suspensão da assistência aos migrantes pelo CIC e a intensificação da insegurança na década de 1940

Após a retomada do embarque dos migrantes para São Paulo, o CIC suspendeu a assistência que tinha sido organizada na cidade no fim da década de 1930. O serviço foi criado em decorrência do agravamento dos problemas sanitários, inclusive de um surto de

cólera. Nem mesmo os trabalhadores sadios, que eram recrutados como mão de obra para outras regiões e estados, recebiam qualquer tipo de auxílio.

O fluxo migratório que chegava à urbe norte-mineira permaneceu intenso naquele primeiro ano da década de 1940, como informou o *Gazeta do Norte*: “o número enorme de flagelados que perambula pelas ruas da cidade, pedindo, pelo amor de Deus, um pedaço de pão para matar a fome [...] E eles são aos milhares” (*Gazeta do Norte*, 06/01/1940).

É possível interpretar, a partir das páginas da imprensa – e nesse sentido Elias e Scotson (2000) nos auxiliam, lançando luz sobre esse contexto – como os grupos instalados no poder estigmatizaram ou atribuíram rótulos de inferioridade humana ao grupo dos migrantes. Conforme os autores: “Afixar o rotulo de ‘valor humano inferior’ a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social” (Elias; Scotson, 2000, p. 26).

Na sociodinâmica da estigmatização, segundo Elias e Scotson (2000), sempre se recorre aos fatos concretos para provar que um grupo é “bom” e outro é “ruim”. No caso de Montes Claros, as atribuições mais comuns eram: mendigos, retirantes, flagelados e baianos¹⁴⁴. Além disso, os migrantes eram associados à sujeira e às doenças, colocando sob risco a “população indefesa” (*Gazeta do Norte*, 06/01/1940).

Ainda de acordo com Elias e Scotson (2000), os grupos dominantes no poder, compostos por indivíduos e famílias, buscam preservar suas identidades por meio da afirmação de sua superioridade em força e da coesão coletiva que lhes é atribuída. Isso se traduz em uma virtude superior e um carisma grupal distinto. É essa maior coesão e a capacidade de monopolização que conferem a esse grupo um excedente de poder, permitindo-lhe reservar aos seus membros as posições de maior prestígio.

No caso dos migrantes, como a estada em Montes Claros era apenas uma condição transitória, pelo menos para a maioria, sequer havia tempo para reforçar esses laços de coesão e disputas entre si. Além disso, a intenção desses sujeitos era seguir viagem; entretanto, a estigmatização promovida pelo grupo dominante dificultava seu processo de sobrevivência.

Como foi afirmado em epígrafe no início deste capítulo, a alegação da imprensa era a defesa dos interesses da cidade diante de um problema até então sem solução. Os responsáveis pelo “problema” eram aqueles que chegavam: “os caminhões abarrotados de retirantes estão

¹⁴⁴ Conforme os autores: “Nos países de língua inglesa, como em todas as outras sociedades humanas, a maioria das pessoas dispõe de uma gama de termos que estigmatizam outros grupos, e que só fazem sentido no contexto de relações específicas entre estabelecidos e outsiders. ‘Crioulo’, ‘gringo’, ‘carcamano’, ‘sapatão’ e ‘papa hóstia’ são exemplos” (Elias, Scotson, 2000, p. 27).

chegando diariamente. E a cidade está cheia de flagelados, muitos deles portadores de moléstias terríveis e contagiosas como, por exemplo, o tracoma” (Gazeta do Norte, 06/01/1940).

Sob o argumento de que os migrantes eram doentes e representavam ameaça à saúde dos habitantes locais sadios, a ideia era estabelecer um distanciamento espacial entre os dois grupos, visando evitar a “contaminação”. No entanto, ao considerarmos a perspectiva de Elias e Scotson (2000), é possível inferir que essa conjuntura era mais complexa e envolvia outros aspectos das relações sociais, como o fato de os “de fora” serem considerados anômicos.

Na verdade, existia outro tipo de contágio em questão – a chamada “infecção anômica”. Assim, “esses membros podem ficar sob suspeita de estarem rompendo as normas e tabus de seu grupo; a rigor, estariam rompendo essas normas pela simples associação com membros do grupo outsider” (Elias; Scotson, 2000, p. 26).

O receio das elites locais se agravou com o surgimento dos primeiros acampamentos improvisados nas ruas, especialmente nas imediações da hospedaria, que já se encontrava superlotada, sem condições de acolher novos hóspedes. Como foi relatado: “Em suas imediações, na rua, aqui e acolá a gente vê as cinzas e brasas de uma fogueira, um monte de lixo e uma família faminta, e os mais triste e desolador, é que, cada casal de flagelados traz um punhado de filhos” (Gazeta do Norte, 06/01/1940).

Importante lembrar que a ausência de hábitos de limpeza, a perversão e a propensão às doenças eram atribuídas “às raças inferiores”, como pensavam diversos intelectuais da época, conforme enfatizado no Primeiro Capítulo. A inferioridade também era atribuída aos mestiços e negros, oriundos de modo especial da região Norte (Nordeste) do Brasil, enquanto a higiene e o saneamento faziam parte dos hábitos de vida da população branca do Sul (Sudeste).

O excerto seguinte reitera a percepção da sujeira atribuída aos migrantes,

[...] crianças há de todas as idades, naquele antro horrível, imundo, fedito, insuportável. Já não se pode mais passar nas proximidades do ‘depósito de retirantes’ porque o mau cheiro que dali exala é intolerável. E naquela promiscuidade incrível, homens, mulheres, velhos e crianças há, como dissemos, doenças as mais diversas (Gazeta do Norte, 06/01/1940)¹⁴⁵.

¹⁴⁵ Segundo os autores: “Shakespeare falou de um ‘artesão magricela e pouco limpo’. De 1830 em diante, mais ou menos, a expressão ‘os grandes mal lavados’ [the great unwashed] tornou-se corrente como denominação das ‘camadas inferiores’ da Inglaterra em processo de industrialização, e o Oxford’ English Dictionary cita alguém que teria escrito em 1868: ‘Toda vez que falo das... classes trabalhadoras, faço-o no sentido de ‘os grandes mal lavados’” (Elias; Scotson, 2000, p. 26).

Outro aspecto que também preocupava os grupos locais era que Montes Claros estava em processo de desenvolvimento e modernização, por isso, era fundamental desassociar os migrantes da história da cidade e de seus habitantes. Cardoso Júnior (2008, p. 85) ressalta nessa sequência que: “Tal conjuntura denota a preocupação das camadas hegemônicas da época em transmitir boas impressões da urbe e de sua população, ou seja, em cativar os forasteiros abastados e seus capitais por meio de exemplos de civilidade”.

Como podemos perceber, os “de fora” eram bem-vindos apenas quando sua classificação social e econômica correspondia às conveniências das camadas dominantes.

Segundo a imprensa, o problema era que os migrantes perambulavam pelas ruas, abordavam as pessoas em suas casas, colocando-as sob risco de contaminação, devido às doenças de que eram portadores. Assim, a população foi orientada a não conceder esmolas, com vistas a evitar uma possível contaminação ao estabelecer o contato direto.

Fundamentados na perspectiva de Elias e Scotson (2000), percebemos que o que estava em jogo, neste caso, era o temor de colocar em risco as normas e os tabus coletivos do grupo estabelecido, o que justificava, no caso em análise, apelar pela intervenção do Estado:

Daquele meio sórdido saem para esmolar, de porta em porta, portadores de inúmeras doenças, principalmente do terrível tracoma, constituindo isso um seríssimo perigo para a população indefesa. Pedimos pois, destas colunas ao Governador do Estado, que tanto benefícios tem feito ao norte de minas, que ordene medidas enérgicas no sentido de socorrer aos flagelados que de longe vem para esta cidade evitando que sejam propagadas moléstias que muitos deles são portadores e que constituem um perigo enorme para a população (Gazeta do Norte, 06/01/1940).

Os alertas da imprensa eram constantes, a exemplo deste excerto: “esse ajuntamento de flagelados na cidade foi o maior dos males que, para Montes Claros, trouxe a seca destes dois últimos anos” (Gazeta do Norte, 06/01/1940).

Também é possível, com base na visão de Neves (2000), inferir outros aspectos comuns naquela época que mantinham em alerta os grupos e autoridades locais, como já foi ressaltado no capítulo anterior e evidenciado neste fragmento:

[...] sem destino claramente delineado até que, fortalecidos pela força do número, decidem exigir alimentos, subvertendo a lógica do mercado de cereais, e serviços, alterando os fluxos do mercado de trabalho. A visão estabelecida sobre os homens do campo como ordeiros pacíficos e humildes se altera radicalmente: “quando a fome crescer, essa multidão mansa e dócil será uma horda tártara”. A inversão havida na natureza parece reproduzir-se no comportamento dos homens (Neves, 2000, p. 221).

Outro argumento alegado pela imprensa era que o acúmulo de flagelados e mendigos pelas ruas e praças da cidade vinha dificultando a realização de atividades rotineiras dos moradores locais. Entre elas, os tradicionais encontros no fim da tarde e nos fins de semana para o *footing*¹⁴⁶, bem como as reuniões nos bares e cafés da região central. Até mesmo frequentar a missa se tornava uma tarefa incômoda, já que a Igreja Matriz estava situada na praça onde se concentrava um enorme contingente de pedintes.

Por um lado, se no caso inglês estudado por Elias e Scotson (2000) os *outsiders* foram relacionados aos *the great unwashed*, em Montes Claros, o *Gazeta do Norte* correlacionava os migrantes ao suinismo, em clara alusão ao animal, o porco. E o mais agravante, segundo a imprensa, era a ousadia: não respeitavam os limites sociais impostos pelos grupos locais, chegando, inclusive, a “tocá-los fisicamente”.

Isto constitui um verdadeiro tira prazer, pois é frequente a invasão dos hotéis, bars e casas comerciais e de diversões, etc. por maltrapilhos, mendigos, portadores de úlceras que exalam pútridas emanações o característico do suinismo a que se entregam para impressionar o esmoler. Invadem os estabelecimentos e usam de uma insistência arrogante, **ora intrometendo-se entre as pessoas que conversam, ora puxando-lhes as roupas** (Gazeta do Norte, 04/11/1943).

Do ponto de vista dos grupos locais, compreendemos que o problema dos migrantes residia em seu caráter anômico. Eles não respeitavam as normas sociais, e seu perfil indisciplinado, desordeiro e sujo os tornava indignos de confiança. Por se tratar de pessoas sem vínculos com a sociabilidade urbana, os migrantes colocavam em dúvida a segurança, a ordem, a saúde, os costumes e até mesmo as relações familiares da comunidade local.

Outro rótulo atribuído aos migrantes foi de “vagabundos”. Consoante as informações do *Gazeta do Norte*, esses sujeitos eram acostumados ao “ofício fácil” de pedinte, ainda que estivessem em condições de trabalhar, como observado nesta passagem:

E o pior é que a maior parte dos pedintes são pessoas capazes de trabalhar, ainda válidas, porém viciadas pela facilidade de obterem dinheiro com o ofício que ainda não merece o preciso controle, fácil ofício que exerce a bessa, pelas ruas e pelas casas, sob a condescendência lastimável do nosso público tolerante (Gazeta do Norte, 04/11/1943).

¹⁴⁶ Nos anos finais da década de 1930, a Praça da Matriz era o local escolhido da elite local para realizar seus passeios, como foi citado, na época o local estava passando por uma reforma: “A praça Doutor Chaves, que se encontra muito em breve o logradouro predileto da sociedade elegante, o ponto preferido para o *footing* diário, com sua bela e moderna iluminação, seu jardim ultramoderno, com seus bancos de mármore” (Gazeta do Norte, 11/09/1937). No ano de 1949, o *Gazeta do Norte* também faz referência ao *footing* da Rua Quinze.

O que justificava o uso do aparato policial para reprimi-los era a alegação de que representavam uma ameaça à ordem pública. Essa tarefa ficou a cargo do delegado Sandoval Coelho de Araújo, incumbido de conter aqueles que circulavam pelas ruas abordando pessoas em estabelecimentos comerciais e residências. O próprio título da matéria publicada em 1943 revela essa intenção: “**Repressão à mendicância:** a delegacia de polícia, vai tomar medidas de alto alcance nesse sentido”.

No decorrer da reportagem, é ressaltada a quantidade de mendigos, aleijados e desocupados que, transportados de caminhões vindos de outras regiões, teriam “infectado” o centro da cidade, conferindo-lhe um aspecto “constrangedor”.

Um detalhe interessante é o papel exercido pelo *Gazeta do Norte* nesse contexto. Isso pode ser observado no ofício enviado pela autoridade policial ao redator do jornal, no qual era solicitado apoio irrestrito à causa em curso. As alegações do delegado demonstram que essas medidas seriam justificadas como forma de poupar a população local do contato direto com esses sujeitos.

Também se percebe que o termo “infectar” era empregado pelo *Gazeta do Norte* de forma generalizada ao se referir aos migrantes – não se limitando às doenças – o que reforça, nesse contexto, a concepção de infecção anômica, como demonstram os argumentos do delegado:

Desde o início de minha gestão no cargo de delegado deste município, que venho observando o exagero de mendicância que infesta, diariamente, as artérias desta cidade. Como este fato constitui grave anomalia, que muito depõe sobre o ótimo conceito que desfruta esta bela metrópole, a Delegacia de polícia, desejando afastar, ou, pelo menos atenuar esta irregularidade, solicita a cooperação deste conceituado semanário, no sentido de apoiar e auxiliar as medidas profiláticas que serão empreendidas, com o mister de alijar das nossas ruas um número avultado de pedintes [...] **em flagrantes desrespeito às regras sociais, perambulam, livres e criminosamente,** [...] Esta delegacia de Polícia, cônica de que encontrará em vosso jornal, efetivo apoio e eficiente ajuda na campanha que vem empreender em prol dos bons costumes e do respeito às nossas leis. [...] declara público que a medida ora proposta tem três finalidades significativas: a) -repressão aos falsos mendigos; b) - proteção aos reconhecidos necessitados c) - **limpeza da cidade** (Gazeta do Norte, 17/04/1943, grifos nossos).

Notamos que a imprensa e o delegado atribuíam a Montes Claros a característica de metrópole, como sinônimo de desenvolvimento e modernização. Além de ser ponta de trilhos, a cidade ocupava uma posição de centralidade regional, tendo em vista que nela eram

sediados diversos órgãos públicos, fábricas, bancos e o Escritório das Obras Contra a Seca. Tudo transcorria perfeitamente bem, se por Montes Claros não passasse um dos maiores fluxos migratórios do Brasil.

Diante da necessidade de estabelecer um rígido controle sobre aqueles que chegavam à cidade, dessa vez é a imprensa quem apela ao delegado de polícia para:

[...] agir energeticamente, pois as medidas até agora levadas a efeito ainda se apresentam brandas demais. Cabe-lhes **expurgar a cidade desta chaga que tão mal fala do espírito de solidariedade do povo desta terra. [...] para extinguir e sanear a urbs de tão repelente chaga social - o mendigo.** Quanto maior for nosso apoio, mais depressa atingiremos o nosso objetivo (Gazeta do Norte, 04/11/1943).

Buscamos identificar também como o grupo dos migrantes revidava as estigmatizações – se existiam, por exemplo, vestígios na imprensa das reações desses sujeitos. Algumas táticas já foram ressaltadas no capítulo anterior.

Em uma determinada matéria publicada pelo *Gazeta do Norte*, os migrantes foram acusados de serem mentirosos e ingratos, além de “falar[em] mal do espírito de solidariedade do povo desta terra”.

Ao averiguarmos detalhadamente as informações, deparamo-nos com uma situação de “reação”, o que Elias e Scotson (2000) nomeiam como o “revidar-se” desses sujeitos ao contexto de insegurança e estigmatização. Assim foi informado: “Mas a ingratidão desses retirantes, que é maior do que suas necessidades, faz com que eles, chegando em outros pontos, contem mentiras, dizendo que aqui, em vez de diminuir, mas aumentam seus sofrimentos” (Gazeta do Norte, 13/01/1940).

Conforme a imprensa, após os migrantes chegarem à Hospedaria do Imigrante em São Paulo, durante uma visita de Getúlio Vargas à instituição, eles fizeram o seguinte relato à autoridade:

Agora mesmo foi a informação que, pessoalmente, obtive em São Paulo o exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas. Soube sua excelência, por intermédio de flagelados do Sul da Baía ali chegados que aqui eles são deixados em uma casa onde é enorme a imundice e que eles, não suportam tanta porcaria preferem ficar debaixo das árvores. Entretanto, mesmo assim é difícil porque cobram-lhes até as sombras das árvores onde se abrigam (Gazeta do Norte, 13/01/1940).

Identificamos em *O Observador* (1939) algumas informações sobre esse episódio, em que se mencionava que os migrantes relataram ter pago para se abrigarem sob as sombras das árvores e nos beirais das casas em Montes Claros.

Na continuidade da matéria do *Gazeta do Norte*, foi mais uma vez reforçado um dos rótulos atribuídos aos migrantes, como “sujos”, “imundos” e “fétidos”, com o claro objetivo de desmoralizá-los frente à opinião pública. Como se afirmasse que não era possível confiar nas palavras de pessoas “promíscuas” e “inimigas do asseio da higiene”:

De fato, o casarão da antiga Escola Normal está imundo, fétido, insuportável, porque os retirantes já chegam imundos, fetidos, insuportavelmente sujos e, por cima de tudo, são inimigos do asseio e da higiene. E no meio daquela promiscuidade é impossível ver limpeza porque são os próprios flagelados que fazem dos seus abrigamentos esses antros horríveis e repugnantes que todos nós vemos. E dizer até que as sombras das árvores lhes é alugada é uma mentira revoltante (*Gazeta do Norte*, 13/01/1940).

Não identificamos nenhuma medida de intervenção do Estado que tenha contribuído para reduzir as precariedades enfrentadas pelos migrantes, em relação à “denúncia” feita diretamente ao Presidente. Entretanto, esses sujeitos conseguiram expressar sua insatisfação com a condição de inferioridade a que eram submetidos, dirigindo-se diretamente à autoridade máxima.

Além disso, contribuíram para lançar dúvidas sobre a imagem idealizada de Montes Claros como uma cidade desenvolvida e moderna – aspecto que, possivelmente, mais desagradou aos grupos da sociedade local. Como observamos neste trecho:

O que mais querem? [...] A população Montesclarensense auxilia os flagelados como podem. [...] E quando vão falar mal daqui. É o pagamento que a cidade recebe. Depois de aguentar com os prejuízos decorrentes da seca, tem ainda de suportar o maior dos males que para Montes Claros trouxe a terrível estiagem destes dois últimos anos: o indesejável ajuntamento de retirantes na cidade. O caso é de dizer: por cima de queda, coice!” (*Gazeta do Norte*, 22/06/1940).

Ao confrontarmos as informações divulgadas pelo *Gazeta do Norte*, constatamos que a assistência prestada aos pobres na cidade pelos grupos da sociedade local não apresentava a efetividade alegada anteriormente¹⁴⁷. Isso, de certa forma, legitima a informação divulgada

¹⁴⁷ Ainda segundo a imprensa: “Enquanto aqui permanecem, são sustentados, para não morrem de fome, pelo povo bom e generoso desta cidade, que tem aguentado com centena de flagelados, dando dinheiro, dando gêneros, arrecadando contribuições de toda espécie para socorrer as inúmeras vítimas das secas terrível destes dois últimos anos” [...] (*Gazeta do Norte*, 13/01/1940).

pelos migrantes após a chegada a São Paulo. Nessa perspectiva, vale lembrar o donativo que se destacava entre os itens oferecidos aos pobres: a “farinha grossa de mandioca”.

Em outras reportagens, a imprensa mencionou a pouca adesão da população ao trabalho realizado pelas Damas da Caridade em determinados períodos. Como foi ressaltado:

O problema é de solução relativamente fácil contanto que não falte apoio às senhoras que generosamente se dispõem a resolvê-lo. Basta apenas isto: que toda família, toda casa de comércio, bars etc. contribua mensalmente com uma importância fixa. [...] Unidos nossos os nossos aos esforços dessa Comissão fazemos também um apelo à população da cidade, para que não deixe perecer uma ideia que, posta em prática, virá resolver um dos mais dolorosos, mais humanos problemas de Montes Claros (Gazeta do Norte, 22/06/1940).

No fim daquele ano, a imprensa voltava a reiterar o alerta: “se diminui a multidão de mendigos, muito falta ainda para segregá-los completamente isto porque as famílias montes-clarense ainda não compreenderam devidamente o esforço da benemérita instituição de caridade” (Gazeta do Norte, 28/12/1940).

Apesar de o trabalho apresentar resultados, enfrentava dificuldades para obter a adesão da população. Ainda assim, a Associação das Damas da Caridade e o Asilo São Vicente de Paulo teriam “sacrificado” a maior parte de seus recursos em favor dos flagelados, além de promover eventos esportivos para arrecadações revertidas às “vítimas da seca”.

Ao fim, torna-se inevitável um questionamento: além dos impactos imediatos da estigmatização dos migrantes pela sociedade local, seria possível identificar outros reflexos negativos relacionados às histórias e memórias desses sujeitos?

Ao analisarmos outras fontes, percebemos um apagamento das memórias dos migrantes que se estabeleceram ou permaneceram por um período determinado na cidade. A literatura sobre Montes Claros – tanto a acadêmica quanto aquela produzida por memorialistas e escritores da região – silenciou-se nesse aspecto¹⁴⁸. Alguns autores fizeram menções breves, mas sem aprofundamento.

Como já ressaltamos, as memórias produzidas pela imprensa partem da ótica da estigmatização e dos estereótipos negativos, os quais se colocavam em contradição com os valores e costumes superiores cultivados pelos grupos da sociedade local. Nesse sentido,

¹⁴⁸ José Martins de Souza (2008) nos inspirou neste sentido, ao fazer uma constatação parecida sobre o esquecimento das memórias dos primeiros grupos de imigrantes que se estabeleceram na região estudada por ele. Conforme o autor: “A história de São Caetano passou a ser vista com os olhos dos vencedores e dos poderosos. Ficou pelos caminhos do tempo a memória daqueles que seriam esquecidos pela história: os que tiravam do suor do rosto o pão de cada dia” (Souza, 1992, p. 40).

como afirmou Cardoso Júnior (2008, p. 87): “A exposição das profundezas da desigualdade social nas ruas mais freqüentadas, em plena luz do dia, contradizia desconcertantemente a idealização da cidade difundida pelas elites aos quatro cantos para legitimar seus interesses”.

Em relação às produções que fazem algum tipo de menção à presença dos migrantes na cidade, observa-se que elas repetem uma percepção muito próxima da interpretação veiculada pela imprensa.

O memorialista Urbino Viana, por exemplo, enfatizou em seus escritos a presença de mendigos e maltrapilhos “imundos”, associados, majoritariamente, aos forasteiros. Já Cândida Maria dos Santos Veloso, sem desconsiderar a relevância da pesquisa empreendida, contribui, ainda que indiretamente, para associar pobreza e migração à história de Montes Claros (Veloso, 2002).

Segundo Cardoso Júnior (2008, p. 62), “pobreza, mendicância, prostituição, periferia, favelas, entre outros,” no imaginário da elite local eram aspectos vistos como “consequências más”, em razão de a cidade ser considerada um ponto de convergência de migrantes oriundos de diversas regiões do país. Se o próprio pesquisador esclarece que a migração não era o foco principal de seu estudo, esse tipo de recorte – sem um aprofundamento mais amplo – ainda que não intencional, acaba por reforçar a associação dos migrantes à pobreza.

O bairro que surgiu pela ocupação composta majoritariamente por trabalhadores migrantes na década de 1930 também foi retratado sob esse mesmo viés. De acordo com Marcos Esdras Leite (2011), o Morrinhos foi a primeira favela de Montes Claros. Em sua concepção, tratava-se de uma região problemática, marcada pela pobreza, miséria e ausência de serviços urbanos – sem destacar, por exemplo, que os moradores, conforme constatado por Cardoso Júnior (2008), articulavam-se entre si para reivindicar do poder público melhorias básicas de infraestrutura urbana.

Nessa direção, é importante considerar a perspectiva da reprodução social das famílias nordestinas (Fontes, 2002).

Nos estudos de Iara Soares de França, há a citação de que o primeiro salto demográfico da cidade ocorreu com a chegada da ferrovia, por volta da década de 1930. Contudo, a autora não detalha o papel dos migrantes que se fixaram no município naquele período.

Quem mais contribuiu para o reconhecimento da relevância dos migrantes no desenvolvimento do Norte de Minas foi Maria Natividade Maia e Almeida (2013). A pesquisadora constatou que Montes Claros era não apenas um ponto de passagem, mas

também de permanência¹⁴⁹. Por meio de entrevistas com homens e mulheres trabalhadoras migrantes que se deslocaram para a região na época, ou que foram aliciados ao passarem por ela, Almeida (2013) traçou um panorama abrangente sobre o papel desses sujeitos, não apenas na construção da linha férrea rumo ao estado da Bahia, como também no processo de desenvolvimento dos povoados que emergiram ao longo da ferrovia.

Visando contribuir com essa abordagem, o próximo capítulo enfatizará dados e compreensões sobre o papel dos migrantes no desenvolvimento de Montes Claros e da região.

4. 4 Discursos e estratégias de controle do “êxodo rural” no Norte de Minas

Outra questão que também desagradava os grupos da sociedade local, de maneira especial àquela que cultivava algodão, era a transferência, mesmo que temporária, dos trabalhadores da região para outros estados, principalmente São Paulo. Durante a década de 1930, esse discurso se tornou mais incisivo, referindo-se ao “O êxodo da nossa população rural, O Norte de Minas está acabando e a Exportação de homens”.

A migração também foi representada como uma decisão frustrante e traumática para o trabalhador sertanejo: “Desfeita a miragem dourada: os trabalhadores aliciados no Norte de Minas para os cafezais paulista regressam aos poucos desiludidos”.

Para exemplificar essa contestação, o *Gazeta do Norte* citou a história de quatro famílias mineiras que retornaram decepcionadas com a vida nas “terras de Piratininga”, a qual será citada mais adiante. Logo entenderemos melhor o significado dessas afirmações.

Apesar de não ser inédita, a opção do trabalhador sertanejo pelo deslocamento para trabalhar em São Paulo foi facilitada pela chegada da Ferrovia Central do Brasil ao Norte de Minas. Todavia, os mesmos trilhos que conduziam o tão almejado “progresso” às regiões do sertão serviram de meio para a evasão de mão de obra rumo a outros estados da Federação¹⁵⁰.

Isso acendeu um sinal de alerta entre os fazendeiros da região, que passaram a defender a necessidade de algum tipo de controle sobre a situação: “Defender os interesses de Montes Claros e do Norte de Minas, é trabalho que não nos cansa. Vamos assim, mais uma vez ocupar essa coluna desse jornal com uma grande verdade instruindo um pedido justo”

¹⁴⁹ A pesquisadora enfatiza a permanência dos migrantes nordestinos nos povoados que surgiram junto à linha férrea da EFCB, no Norte de Minas, na direção da Bahia, inclusive o papel desses migrantes como mão de obra e na economia dessas localidades (Almeida, 2013).

¹⁵⁰ “É comum a percepção de que na região norte de Minas Gerais a modernidade chegou pelos trilhos da ferrovia. Mas as cidades, mesmo antes das locomotivas, eram marcadas por elementos do mundo moderno, como o telefone, o cinematógrafo, a eletricidade, o automóvel, a indústria (a de tecidos, no caso de Montes Claros) e o esporte” (Silva, 2012, p. 88).

(Gazeta do Norte, 05/06/1937). O argumento prossegue: “Aproxima-se a época do preparo das terras para o plantio do algodão, da mamona e demais produtos da lavoura” (Gazeta do Norte, 05/06/1937).

A expectativa para a safra de 1938 era que fosse, no termo usado pelo jornal, “surpreendente”. Contudo, já se lamentava a escassez de força de trabalho: “Montes Claros, é de se lamentar já sente a falta de braços” (Gazeta do Norte, 05/06/1937). Em outras palavras, a migração regional era percebida como um entrave ao desenvolvimento local e, portanto, deveria ser combatida.

Na visão do jornal, a transferência da mão de obra era causada mormente pela atuação de recrutadores: “Os trabalhadores ruraes de todo o Norte de Minas e grande parte da Bahia, illudidos pela labia dos agenciadores que pintam São Paulo com as cores bonitas de um el dorado, onde o trabalhador pode fazer fortuna facil, ganhando ordenados fabulosos” (Gazeta do Norte, 05/06/1937).

Seguem-se justificativas que atribuem o “êxodo” exclusivamente à ação dos aliciadores. Mediante esse pressuposto, a imprensa deslegitima a iniciativa desses sujeitos, negando sua capacidade de decisão sobre as próprias vidas e de utilizarem os meios disponíveis – como a ferrovia – na busca por melhores condições de existência.

Por outro lado, a agência desses trabalhadores torna-se evidente: trata-se de uma escolha ativa diante das limitações locais. Observamos ainda que, até a década de 1930, menciona-se pouco a seca como fator motivador da saída dos norte-mineiros – argumento que, na época, era mais repetidamente atribuído aos migrantes de outros estados, algo que mudaria nas décadas seguintes.

A chegada desses migrantes a São Paulo também foi retratada de forma negativa: “Pura ilusão. Trabalham recebendo salarios que apenas dão para seu sustento e nunca sobram para uma passagem de volta [...]” (Gazeta do Norte, 05/06/1937). O jornal detalhava inclusive as condições precárias de vida enfrentadas pelos migrantes:

E depois lá, quando os pobres trabalhadores mineiros, distantes de sua terra, não tem meios para passagem de volta, começa a exploração, transformando-se a roda da Promissão em perfeita Terra do martyrio, Terra das Privações. De quando em vez, como já temos registrado, chegam de volta a Minas Gerais, economicamente arruinados e moralmente abatidos, alguns desses pobres ludibriados trabalhadores, que sob promessa enganosa de um ordenado vantajoso e garantias legais inexistentes abandonaram sua terra, sua cidade natal, onde ganhavam o pão necessário para sustento dos seus e se dirigiram com sua família, conduzidos pelos famigerados alliciadores para a miragem do El dorado paulista (Gazeta do Norte, 26/10/1937).

A propaganda negativa, com o intuito de desincentivar e reprimir a migração, é insistentemente reproduzida no jornal: “Atraídos por falsas promessas de habitar uma nova **Chanaan** e nella prosperar como nos ‘passes’ dos mágicos o trabalhador norte mineiro e sul baiano abalam do seu rincão” (Gazeta do Norte, 26/10/1937, grifo nosso).

Na sequência, ressaltamos um trecho em que é relatada a frustração de um migrante com as terras de Piratininga:

Da licença seu moço, na mesa do repórter um deles começou a falar. Era mesma história de sempre. Havia chegado o agente fastidioso. – Isto aqui não dá nada. Vocês estão sendo explorados. [...]. Lá em São Paulo vocês ganharam no mínimo 20\$000 por dia. [...] E por aí continuava o discurso mentiroso do agenciador o espírito simples do pobre trabalhador numa teia enganadora de promessas e mais promessas (Gazeta do Norte, 26/10/1937).

Um dos homens, acompanhado de sua esposa e dos dez filhos, relata como era sua vida antes da migração “fatídica”: “Mas foi tudo mentira, moço. Eu ganhava 250\$000 por mez em Curvello trabalhando como carreiro e rondante na Cia. Cedro Cachoeira” (Gazeta do Norte, 26/10/1937). O detalhe é que Curvelo nem sequer estava inserido na região do Nordeste ou do Norte de Minas, foco da discussão naquele período, mas foi utilizado ainda assim pela imprensa como exemplo ilustrativo.

De acordo com a narrativa do trabalhador, as condições de trabalho em São Paulo não corresponderam às promessas feitas, levando-o à decepção. Ele afirmou ainda: “assim não aguentei. Passava até fome. Aqui graças a Deus sempre ganhei pra dá de comida a minha família. [...] Conseguindo um passe da polícia paulista, vim embora” (Gazeta do Norte, 26/10/1937).

O fato teria acontecido também com estas famílias:

Jose Patrício [...] sua mulher Benedita Felix de Moura e mais seis filhos: Noel, Aurea, Leonida, Therezinha, Geraldo e Jose. O segundo que era vendedor de madeira em Curvelo, [...] Jucelino Ferreira de Souza [...] sua mulher Maria Ramos, e mais quatro filhos: Raymundo Nonato, Raymunda, Antonio de Paula e Maria Vicencia. [...] Todos os dois foram pra Fazenda Monte Belo, no municipio de Cafelandia, em novembro de 1934. Lá é que sofreram, como nos disseram toda a sorte de privações, passando até fome. De lá é que com um passe da polícia paulista, voltaram arrependidos, se um único vintém para Belo Horizonte (Gazeta do Norte, 26/10/1937).

Ao descrever as histórias narradas pelo *Gazeta do Norte*, nossa intenção é enfatizar como as interpretações relacionadas aos fatores impulsionadores da mobilidade mudavam de acordo com o contexto¹⁵¹. A explicação central sobre o “êxodo”, em diversas fontes e autores da época, era baseada na “escassez de chuva e fome”.

No entanto, quando se tratava de defender os interesses daqueles que eram prejudicados diretamente pela ausência do trabalhador, o discurso se invertia. Dessa vez, a região abandonada pelo migrante ganhava uma conotação positiva, apresentada como o local “onde ganhava o pão necessário para o sustento dos seus” (*Gazeta do Norte*, 26/10/1937), não apenas produtiva, mas capaz de pagar salários mais altos do que os oferecidos em São Paulo.

Nesse viés, surgem alguns questionamentos inevitáveis: se as condições de trabalho e remuneração eram tão vantajosas, como afirmava a imprensa, o que motivava esses trabalhadores a buscar emprego em outros estados da federação? E, caso as condições encontradas em São Paulo fossem de fato tão desfavoráveis, por que retornavam às terras paulistas nos anos seguintes?

A resposta mais adequada para essas questões ainda reside no entendimento baseado no processo de reprodução social dessas famílias.

O *Gazeta do Norte* também relaciona a migração dos trabalhadores para São Paulo a fatores políticos e eleitorais. Para mobilizar a classe política em defesa de seus argumentos, o jornal afirmava que o prejuízo para Minas Gerais não seria apenas econômico: “Sentirá também o desfalque político porque, diga-se de uma vez, tem duplo fim o alliciamento dos trabalhadores. São Paulo vê nisso uma fábrica de eleitores. Os gastos fabulosos com os transportes dessa gente serão compensados com votos” (*Gazeta do Norte*, 26/09/1936).

À medida que se aproximava o período da eleição presidencial, o *Gazeta do Norte* foi categórico: “São Paulo levará as urnas milhares de eleitores, comprados com passagens de segunda classe” (*Gazeta do Norte*, 26/09/1936).

A partir dessas informações, articulou-se um discurso voltado a controlar ou impedir a mobilidade dos trabalhadores. Ao apelar para a classe política, devemos lembrar que talvez esse seja um dos argumentos mais sensíveis: a perda de eleitores. Assim, Neves (2000, p. 186) assevera: “O medo de perder votos fazia com que os políticos se desdobrassem para conseguir obras ou algum donativo que assegurasse a presença dos “seus” eleitores nos municípios de origem”.

¹⁵¹ A reportagem usou como fonte matéria publicada no Diário dos Associados. Os migrantes citados foram entrevistados em Belo Horizonte, quando estavam retornando para suas regiões de origem. Nem se tratava de norte-mineiros, inclusive.

Em outra matéria publicada na mesma época, ficou ainda mais evidente a crítica ao “êxodo” do trabalhador. O discurso passou a se alinhar diretamente aos interesses dos fazendeiros da região, evidenciando a disputa pela mão de obra com os paulistas. Como era de se esperar, não foi mencionado nenhum fator que justificasse a decisão desses trabalhadores de partir em busca de melhores condições de vida – apenas os prejuízos decorrentes de sua ausência.

O Norte de Minas vai ficando despovoado. Há muito vem sentindo a falta de braços para a lavoura. Os fazendeiros estão lutando com dificuldade, arranjam um ou outro homem para bons ordenados, mas esse não fica mais de dez dias no trabalho, porque aparece o agenciador para contar uma série de mentiras, dizer que em São Paulo o trabalhador, além de um grande ordenado, tem casa, mobília, médico e farmácia, um paraíso, enfim (Gazeta do Norte, 28/08/1939).

Nessa perspectiva, segundo o jornal, não fazia sentido, e seria até contraditório, o governo investir na região e, ao mesmo tempo, permitir o desfalque de mão de obra: “o governo criou aqui, há tempos, a sede de uma sub-chefia do Serviço de Fomento do Algodão, a qual entregue a técnicos competentes e trabalhadores, vem obtendo os mais satisfatórios resultados” (Gazeta do Norte, 26/09/1936).

Foi instalada na cidade uma agência do Banco Mineiro do Café, a qual “visava amparar a lavoura, auxiliando os agricultores no cultivo de suas terras” (Gazeta do Norte, 26/09/1936). E, nessa lógica, segue o alerta: “Entretanto, não cogitou ainda de impedir que as empresas de imigração [...] anulem nossos esforços carregando nossos trabalhadores para São Paulo” (Gazeta do Norte, 26/09/1936).

Percebemos que “ainda” não se cogitava a possibilidade de os migrantes retidos em Montes Claros serem absorvidos como mão de obra local, mas apenas a contenção da saída dos trabalhadores da região, revelando que persistia certa aversão ao migrante oriundo de outros estados.

Como forma de se opor ao agenciamento do trabalhador norte-mineiro, o *Gazeta do Norte* denunciou que a migração era um negócio lucrativo para as empresas envolvidas. Assim como para a Central do Brasil, “o negócio só é rendoso para a Central do Brasil e as empresas de emigração que, como já dissemos em outro suêto são as verdadeiras companhias de turismo barato” (Gazeta do Norte, 26/10/1937)¹⁵². O jornal ainda descreveu as

¹⁵² Ver: TESSARI, Cláudia Alessandra; COSTA, Julio Cesar Zorzenon. Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 2 (66), p. 513-540, maio-agosto de 2019.

condições dos transportes: “os carros de segunda classe imundos e exalando um fêdido horrível seguem super lotados para São Paulo” (Gazeta do Norte, 26/10/1937).

Ainda que não demonstrasse preocupação com os migrantes submetidos a essas condições precárias, a descrição reafirma a situação enfrentada durante essas viagens.

Esse mesmo discurso dos grupos da sociedade local foi identificado em uma conjuntura mais ampla. A elite agrária nordestina expressava insatisfações semelhantes. É o que observamos na seguinte pergunta feita a um conselheiro: “Sabe Vossa Excelência que já se fez a observação de que essas migrações, com auxílio oficial, acabariam por despovoar o Nordeste em favor de outros estados da União?” (RCIC, 1942, n. 2, p. 23).

A resposta do CIC foi que a escassez provocada pela seca justificava o apoio aos deslocamentos dos sertanejos. Desse modo, o órgão recorria ao discurso da ausência de chuvas para atender a demanda por mão de obra em outras regiões do Brasil.

Destaca-se, nesse contexto, a posição do CIC e a representação positiva do trabalhador nordestino: “as populações do nordeste são dotadas de tal vitalidade e são felizmente, tão prolífera que, nas condições atuais de vida da região, o resto do Brasil poderá beneficiar-se do trabalho dos homens que lhe sobram, sem o prejuízo do bem estar dos que ficam” (RCIC, n. 2, p. 23, 1942).

Contudo, o CIC buscava controlar esse deslocamento de acordo com a demanda de cada região. Percebemos, por exemplo, que os mecanismos de controle para aqueles que se deslocavam para o Sul eram mais rígidos, como as triagens médicas realizadas. Já em direção ao Norte, diante da demanda pela borracha brasileira, os autores afirmam que “os médicos utilizavam critérios elásticos quando da identificação de doenças que poderiam inviabilizar a seleção de um número expressivo de trabalhadores” (Miranda; Hochman, 2021, p. 14).

Isso não significa, porém, que a demanda paulista por mão de obra nordestina não fosse atendida. Conforme registrado: “Somente São Paulo, talvez **movido mais pelo seu interesse** do que por humanidade, socorre nas suas possibilidades econômicas esses patrícios, mantendo com o consentimento da União, um escritório em Pirapora e outro em Montes Claros” (RCIC, n. 1, p. 140, 1950, grifo nosso).

Percebemos, nessa perspectiva, como o CIC atuou na distribuição desses trabalhadores pelo Brasil, na maioria das vezes, atendendo a reivindicações dos agricultores paulistas, mas também evitando o esvaziamento das regiões fornecedoras de mão de obra. Inclusive, beneficiando essas áreas com as *Obras Contra a Secas*¹⁵³.

¹⁵³ Neves (2000, p. 186) afirma: “As obras valorizavam as terras por meio de um sistema de estradas, abastecimento de água ou irrigação, mas nada era cobrado ao proprietário”. Para o historiador, o fazendeiro era o

Compreendemos que todos esses fatores estiveram interligados à realidade da migração naquele momento e não devem ser ignorados em relação à insegurança enfrentada pelos trabalhadores. A questão que se evidencia é como o discurso do *Gazeta do Norte* foi estruturado ao dar ênfase apenas aos interesses da elite regional, o que não é surpresa nenhuma.

Nesse mesmo contexto, prevaleceu o papel dos trabalhadores migrantes, nomeadamente para as regiões receptoras. Além disso, os migrantes se moviam amparados pelas redes de sociabilidade e solidariedade. Portanto, há uma agência desses sujeitos que recorreram à chegada da ferrovia na região norte-mineira para buscar melhores condições de vida em outros estados.

maior beneficiado, “pois deixava de pagar os salários aos seus empregados, já que estavam todos alistados no DNOCS ou DAER e recebiam salário do governo. Assim, um círculo vicioso se mantinha e tornava as áreas do semi-árido cada vez mais vulneráveis à seca” (Neves, 2000, p. 186).

QUINTO CAPÍTULO

A ASSISTÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS E O EMPREGO DOS MIGRANTES EM OBRAS PÚBLICAS

O objetivo deste capítulo é demonstrar como os migrantes retidos em Montes Claros passaram a ser vistos como um problema para os preparativos da festa do Centenário. Além dos problemas relacionados à insegurança e às questões sanitárias, preocupava os grupos da sociedade local a questão estética.

A presença do presidente Juscelino Kubitschek no evento representaria uma oportunidade de promoção da cidade em processo de desenvolvimento e de investimentos públicos. Diversas obras públicas foram realizadas e outras iniciadas com a finalidade de melhorar a infraestrutura da cidade e impressionar a autoridade presidencial.

Dessa forma, visando amenizar os impactos negativos relacionados aos pobres retidos na cidade, foi intensificado o serviço de assistência aos flagelados. Paralelamente, deu-se início à construção da Cidade Cristo Rei, com o propósito de “segregá-los” do espaço público.

Atendendo à insistente reivindicação dos grupos da sociedade local, a cidade foi contemplada com um distrito da Diretoria de Obras Contra as Secas no Norte de Minas. A principal alegação foi que os recursos seriam utilizados no combate à seca e para resolver os problemas dos migrantes concentrados na cidade. Nesse contexto, os trabalhadores passaram a ser empregados na execução dessas obras, bem como na continuação da construção da via férrea que ligaria Montes Claros a Monte Azul.

5. 1 “Montes Claros caminha para o Centenário”: a indesejada presença dos migrantes no caminho da preparação para a festa dos cem anos da cidade

Ao descermos dos trens e penetramos na cidade, descendo a avenida Francisco Sá, ao fazermos compras pelo comércio, ao gozarmos as delícias dos jardins e dos centros de diversões, um espetáculo triste espera os nossos olhos. **Um pobre a pedir.** Uma mulher vestida de trapos, um velho a arrastar os pés, uma criança insistente desnuda a puxar-nos, até mesmo pessoas robustas estendem as mãos a pedir e sempre pedir pelo amor de Deus. O povo dá e dá muito. Impossível, porém, é atender a todos. Daí o quadro que assombra o visitante e impressiona àqueles que nos visitam (Gazeta do Norte, 15/01/1950).

Ao optarmos por iniciar este capítulo com o excerto publicado no início do ano de 1950, nosso propósito é destacar não apenas a questão da mendicância, retratada na mesma reportagem como “um problema na cidade cuja solução é assaz dificultosa” (Gazeta do Norte, 15/01/1950), mas também os desdobramentos relacionados à presença dos migrantes em Montes Claros a partir de 1950.

Esses fatos, contudo, precisam ser analisados à luz da conjuntura política local, em especial no contexto das comemorações do centenário da cidade. Nos tópicos seguintes, apresentaremos outras informações que evidenciam como os grupos da sociedade local se beneficiou politicamente do discurso segundo o qual Montes Claros necessitava de recursos públicos para resolver os problemas associados à concentração de retirantes nordestinos no município.

A má impressão causada aos visitantes recém-chegados na estação não dizia respeito, em essência, à estética urbana, mas à elevada concentração de mendigos na região central. O contato com esses sujeitos era retratado como um risco à saúde pública, já que eram descritos como sujos e doentes, o que, segundo a imprensa, exigia uma ação de higiene pelo poder público.

A esmola dada na rua, é concorrer para o aumento da mendicância. Evitem dar esmola, notadamente dinheiro, pois na maioria mendigos falsos usam o pedir como profissão, e o povo fornecendo a tais indivíduos, está ajudando o vício, a perdição, a malandragem, além de virem expostos pela sarjeta trastes humanos que repugnam pela moléstia, **falta de higiene infectando o meio ambiente dos mais perigosos micróbios**, que virão por em jogo as nossas próprias vidas (Gazeta do Norte, 01/06/1951).

Mas também não foi deixado de enfatizar que, mesmo existindo o infortúnio mendigo, a cidade era vista como “moderna” e desenvolvida.

Um detalhe que tem escapado aos pesquisadores desse período sobre a história de Montes Claros¹⁵⁴, e que merece destaque, é a relação entre a presença indesejada dos migrantes e a preparação para a festa do Centenário da cidade, comemorada em 03 de julho de 1957¹⁵⁵.

¹⁵⁴ Sem desconsiderar a relevância dessas pesquisas, inclusive para a nossa análise, mas elas enfatizam o papel da elite política local na preparação e articulações políticas para a realização da festa do Centenário e sobretudo como a cidade poderia ser beneficiada, a partir dessa conjuntura.

¹⁵⁵ Sobre as datas comemorativas, o historiador faz o seguinte esclarecimento: “comemorava os cem anos de título de cidade obtido por Montes Claros em 1957 e não a autonomia político-administrativa que, em verdade, data de 1831. A confusão entre as duas datas foi estabelecida posteriormente. Gradativamente, lideranças políticas, órgãos de imprensa e as próprias Prefeitura e Câmara de Vereadores foram se referindo a data de 03 de julho como marco da emancipação de Montes Claros. Possivelmente, a não comemoração de 16 de outubro, data correta da emancipação, e a comemoração anual do 03 de julho de forma simultânea à realização, pela sociedade

A elite política da época se mobilizou intensamente para a realização desse evento, cuja culminância foi a inauguração do Parque de Exposição, onde foi realizada a primeira exposição agropecuária da região e o palco principal das comemorações dos 100 anos da cidade. Também compôs a programação do Centenário a realização do “I Congresso Estadual do Algodão, espetáculos pirotécnicos, cavallhada no estádio João Rebelo, diversas solenidades religiosas e esportivas, um desfile histórico-folclórico, diversas palestras sobre os homens importantes de Montes Claros” (Pereira, 2008, p. 96).

Na esfera federal, Juscelino Kubitschek, que havia sido governador de Minas Gerais, foi eleito presidente do Brasil com o lema “Cinquenta anos em cinco”. A elite política de Montes Claros enxergou na celebração do centenário uma oportunidade para dar visibilidade aos ideais desenvolvimentistas do então presidente, o que passou a representar uma suposta esperança para uma região tida como pobre. O plano de desenvolvimento econômico de Juscelino era otimista: o país, com características rurais e agrícolas, seria transformado em uma nação moderna, industrial e capitalista.

Nesse cenário, de acordo com Rogério Othon Teixeira Alves (2018, p. 39), “Juscelino Kubitschek, político com relações estreitas com a cidade de Montes Claros, reacenderia a chama do imaginado progresso de antigamente na região”. A presença do presidente na festa do Centenário era algo indispensável nessa conjuntura, assim como a possibilidade de uma visibilidade positiva para a cidade. A imprensa carioca, na época, por exemplo, noticiou a viagem de Juscelino a Montes Claros, empolgando ainda mais os grupos da sociedade local.

O sonho de uma cidade cosmopolita da elite montes-clarense ganhava força com a visita da autoridade presidencial, juntamente com a mobilização junto ao governo estadual em busca de favores que pudessem concretizar o projeto de “progresso” e desenvolvimento da cidade. Esse anseio é enfatizado neste trecho:

Mesmo idealizado e executado, a instituição do centenário da cidade foi uma artimanha da Prefeitura Municipal de Montes Claros para representar o apogeu de um período festivo que objetivava promover uma suposta cidade moderna, ordeira e trabalhadora que tentava se livrar da má fama de outros tempos violentos. As representações da elite política e agrária, com apoio de outros setores da sociedade, inclusive do Gazeta do Norte, supostamente se uniram em prol do progresso da cidade. Este movimento, envolto em uma expectativa/perspectiva de enorme crescimento, desenvolvimento e incremento de elementos ligados à moderna urbanidade, se assemelhou ao acontecido pela vinda do ramal da Central do Brasil nos anos 1920, assim como os parques resultados. A festa do centenário serviria para alçar a cidade

rural, das exposições agropecuárias, foram fatores decisivos para consolidar e interpretação equivocada dos eventos de julho” (Pereira, 2008, p. 96).

de Montes Claros a um novo cenário brasileiro, remodelado e industrializado (Alves, 2018, p. 42).

Como parte das medidas a serem executadas, seria necessária a higienização do espaço público por meio da segregação dos mendigos. Se por um lado essas ações não foram relacionadas diretamente pela imprensa à preparação para a festa, por outro, isso demandou uma análise mais aprofundada, por meio do cruzamento de alguns fatos desse contexto, para estabelecermos conexões, como com a idealização e fundação da Cidade Cristo Rei.

Diversas obras, na época, foram projetadas e executadas com o intuito de preparar a cidade para a festa do Centenário. Como noticiado em 1956 pelo *Gazeta do Norte*, cujo título em destaque anunciava: “*Montes Claros caminha para o Centenário*”, a matéria informava que a Prefeitura Municipal assinou contrato com a Pavimentadora Blokret para a pavimentação de grande área da cidade, por meio de um sistema moderno. Incisivamente foi enfatizada a questão do “moderno” sistema contratado para a obra. Também foi ressaltado que, na assinatura do contrato, estiveram presentes o presidente da Câmara, Dr. Geraldo Athayde, e o presidente da Comissão do Centenário de Montes Claros, Dr. Hermes Augusto de Paula.

Ademais, o *Gazeta do Norte* estampou uma foto de uma rua do Distrito Federal e de outras cidades onde foi utilizado o mesmo sistema de pavimentação com os resistentes Blokret, reforçando a ideia de que a urbe em “progresso” estava em sintonia com a modernidade da capital. Na Fotografia 30, a Praça da Matriz, situada no núcleo central da cidade, onde estavam localizados os casarões das famílias pertencentes à elite, recebia as obras de calçamento com os Blokret.

Outra obra reivindicada com urgência, na época, foi a de retificação e saneamento do rio Vieira, que cruza a cidade. O rio recebia a água poluída e os resíduos de esgotos produzidos pela população e pela indústria. Conforme as informações, “Tornaram-se, as águas paradas do sinuoso e lento córrego, criadouro de mosquitos que enxameiam pela cidade intranquilizando sua população tornando-se, mesmo, temerosa de surtos de moléstias graves” (*Gazeta do Norte*, 06/09/1955).

Além do mau cheiro que exalava pela cidade, no rio escorria o esgoto a céu aberto, o que carecia de solução urgente, pois não se alinhava aos ideais de modernização, não só do ponto de vista estético, mas também sanitário.

No ano de 1956, o *Gazeta do Norte* anunciou a vinda à cidade do diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, o Dr. Camilo de Menezes. A visita tinha

por objetivo estudar os trabalhos de retificação e canalização do Vieira. Foi anunciada também a construção da Avenida Sanitária, paralela ao leito do rio. Mesmo que as obras não ficassem prontas para as festividades do Centenário, elas indicavam o avanço do “progresso” e do desenvolvimento da cidade.

Recuando um pouco no tempo, em meados da década de 1940, notamos como a imprensa, de maneira recorrente, já enfatizava o caráter de metrópole e de cidade desenvolvida: “Montes Claros continua em progresso crescente. Surgem, em todo momento, novas indústrias, as construções aparecem imponentes, embelezando a cidade, novas casas comerciais se apresentam ao público” (Gazeta do Norte, 17/08/1947).

Todavia, a presença dos mendigos destoava desses novos ares e exigia uma ação higienista efetiva. Mesmo assim, o *Gazeta do Norte* procurava sustentar a ideia de que a situação estava sob controle, especialmente sob a autoridade policial.

A frente do oportuno movimento, encontram-se várias senhoras e senhoritas de nossa sociedade que, em colaboração com o dr. Zeferino Mota, ilustre delegado regional e representantes da imprensa local e outras associações beneficentes da cidade assentarão oportunamente medidas tendentes a promoverem a retirada dos mendigos da nossa urbe, que vem constituindo diariamente um espetáculo degradante para os nossos **foros de cidade civilizada** (Gazeta do Norte, 17/08/1947).

Em alguns momentos, a imprensa se encarregava de apontar os culpados pela presença dos mendigos na cidade, isentando as autoridades locais dessa responsabilidade. Os maiores culpados, nessa direção, seriam a seca na região do Nordeste do Brasil e do Norte de Minas, bem como a Ferrovia Central, que transportava os migrantes até Montes Claros. No próprio título de uma de suas matérias, fica nítida essa questão: **“Pedintes invadem a cidade: a culpa cabe à Central do Brasil”**.

No decorrer da reportagem, são feitas as seguintes alegações:

Ultimamente vimos observando uma grande onda de mendigos e pedintes nas ruas da cidade, tirando até o prazer daqueles que procuram um bar para tomar qualquer cousa, mas o indivíduo ali se senta, quando grande número de pedintes, crianças, homens e velhos, não lhes permitem o menor repouso. Indagando a causa de tão deprimente fato, fomos informados na delegacia de polícia de que isto se verificava em virtude da Central do Brasil não fornecer a Montes Claros carros suficientes para os itinerantes de 2ª classe. Chegando eles aqui com destino a São Paulo ou outros Estados do Sul e terminadas suas parcas economias, veem-se obrigados a apelar para a caridade pública, pois a EFCB não fornecendo carros necessários para a sua viagem, aqui são eles obrigados a permanecer dias e dias, desabrigados ou pernoitar no Albergue Noturno, famintos e sustentados pela caridade do povo. Conforme

estamos informados já foram feitos diversos apelos à diretoria da Central, porém ela permanece muda... por nossa vez encarecemos ao diretor da Central uma providência urgente, para que a cidade possa entrar em seu ritmo normal, sem tão deprimente espetáculo (Gazeta do Norte, 27/07/1949).

Ainda foi feita uma alusão parecida, em outra reportagem, contudo, um pouco mais severa. Em uma crônica, o tema foi introduzido com certa sutilidade, como se a questão compusesse os assuntos e conversas que ocupavam a sociedade montes-clarense:

A pouco, numa encantadora festa de aniversário em casa de um nosso amigo, engenheiro e construtor de estradas de ferro, numa elegante roda onde predominava o elemento e a voz feminina, comentavam-se as vantagens do prosseguimento do expresso da Central sem o pernoite em Montes Claros (Gazeta do Norte, 16/08 e 10/10/1949).

Geralmente, os trens vindos de Monte Azul e de outras cidades do Sul da Bahia chegavam a Montes Claros e precisavam pernoitar, pois só no dia seguinte era realizado o embarque rumo à capital, Belo Horizonte. Nesse sentido, foi sugerida a continuidade direta da viagem, sem a pausa na cidade: “O benefício alegado era o descongestionamento das ruas, das pensões que os retirantes enchiam, derrotando para os beirais das casas, sombra das árvores e plataformas (Gazeta do Norte, 16/08 e 10/10/1949).

Na sequência, é reforçada a necessidade do controle da mobilidade e o estereótipo negativo de como alguns grupos da sociedade local enxergavam os migrantes: “São baianos sem o que fazer andando à toa para baixo e para cima – disse uma delas. O governo devia tomar providência na correção desta vagabundagem – disse outra (Gazeta do Norte, 16/08 e 10/10/1949).

Além de culpabilizá-los, a imprensa se referia aos migrantes como animais selvagens, como “manadas”. Contudo, o excerto revela muito sobre as condições precárias em que a travessia era realizada:

Fazem a travessia como **manadas** tangidas e pacientes, assolados por todas as timidez, possuídos de todos os silêncios. Atravessam milhares de quilômetros comendo apenas um farnel de farinha com carne seca e rapadura. E ali, não é a fome nem o sono seu martírio maior; vem da sede extenuante de trez dias e trez noites, bebendo gotas de água suja, dos depósitos sempre desprovidos da Central. Possuem a constância e a resignação que o homem afortunado perdeu. Desde séculos seguindo as rotas das gerações passadas, desde a primavera quando os umbuzaes enfloram até o outono através da caatinga seca, vão os sertanejos, em migrações constantes ou periódicas, como **aves** de arribação, ontem como hoje e talvez por amanhã em fora (Gazeta do Norte, 16/08 e 10/10/1949, grifo nosso).

Na sequência, foi reforçado o estereótipo que já identificamos, por exemplo, na literatura da época¹⁵⁶, do sertanejo como vítima da natureza algoz, representado como um sujeito irracional, que se apegava à religiosidade como única esperança de sobrevivência. Trata-se de uma percepção que ignora qualquer outra possibilidade de agência desses sujeitos.

Homens cheios de silêncios, gravea e pensativo, levam como única relíquia uma pequenina imagem do Bom Jesus da Lapa, presa ao pescoço por um fio de algodão que a roda materna fiou, única esperança de retorno a terra querida. Mulheres compassivas, almas pacificadas e ingênuas, agarradas estampas paupérrimas dos santos de sua devoção, vão orando com fervor pelos que ficaram, e, procurando na crença inabalável, um alento para os dias estranhos e tormentosos, que gênio aventureiro e irrequieto dos seus homens, vae amanhecendo, nos mundos desconhecidos e misteriosos que afrontamente atravessam (Gazeta do Norte, 16/08 e 10/10/1949).

Para reivindicar o controle ou mesmo restringir a presença dos migrantes na cidade, a imprensa ressaltou a posição de entreposto de Montes Claros para aqueles que chegavam do Sul da Bahia, desde 1837. Novamente, é atribuída à ferrovia a responsabilidade pela concentração de pessoas: “entretanto durante esses 20 últimos anos, a ‘ponta de trilhos’ criou uma situação de proporções alarmante e quase sem solução. Cada leva de retirantes aqui estacionada a espera de passagem para São Paulo (Gazeta do Norte, 16/08 e 10/10/1949).

E o que mais causava incômodo naquele momento: “O número de mendigos cresceu a tanto ponto, que modificou a fisionomia alegre da cidade” (Gazeta do Norte, 16/08 e 10/10/1949), interferindo negativamente na paisagem urbana. Diante dessas constatações e os preparativos para a festa do Centenário, os grupos da elite idealizaram um espaço institucional distante da região central, onde os pobres fossem assistidos, como veremos na próxima seção.

5. 2 Politização dos problemas sociais e a fundação da Cidade Cristo Rei com o propósito de “segregar” retirantes

Como já foi enfatizado, a preocupação com o controle dos pobres não era uma novidade. Não obstante, ao final dos anos 1940, tendo em vista que a década seguinte marcaria a comemoração do centenário da cidade, os grupos da sociedade local se mobilizaram intensamente.

Nessa visão, um dos primeiros passos tomados na preparação para o evento foi a proposição de que as instituições responsáveis pela assistência aos pobres deveriam atuar em

¹⁵⁶ A exemplo de *Seara Vermelha* de Jorge Amado.

conjunto e unir esforços, para segregar esses sujeitos da região central, vista como um dos principais problemas da cidade.

O Rotary Clube de Montes Claros, sempre empenhado em todos os problemas coletivos, tem trabalhado desde os dias da sua fundação no sentido de agruparem todas as entidades, autoridades e povo geral para, numa ação conjunta, enfrentar a extraordinária tarefa de amparar todos os desajustados – azilando os verdadeiros mendigos e orientando os outros na escolha de uma profissão digna. [...] Não podemos deixar de consignar aqui a cooperação eficiente, do Sr. Jose Dias de Sá - Presidente do Azilo São Vicente de Paulo, d. Flora Pires Ramos – Presidente da Associação das Damas da Caridade e dr. Amarilio Cabral Mota, – chefe da 5ª Delegacia Sanitária Regional (Gazeta do Norte, 20/11/1949).

Fica latente no trecho também que os migrantes eram aproveitados como mão de obra, nesse caso, nas obras públicas da cidade, mas esse tema será abordado mais adiante. No ano seguinte, o assunto continuava em pauta: “Várias associações têm envidado ingentes esforços para sanar a cidade desta chaga. O erro está, no entanto, na individualidade de ação destas associações” (Gazeta do Norte - 15/01/1950).

Ainda que essas entidades atuassem em conjunto em alguns momentos, notamos certa disputa em relação à assistência aos mendigos. Isso se evidenciou em alguns períodos, por exemplo, quando o *Gazeta do Norte* fez críticas à Prefeitura, que cobrava impostos e taxas prediais das propriedades pertencentes à Associação das Damas da Caridade, sendo que muitas dessas casas estavam situadas em ruas sem pavimentação e sem rede de esgoto.

Na realidade, desde 1940, tinha sido criada uma comissão encarregada de centralizar os serviços em uma única instituição, que era a Associação de Proteção aos Mendigos. Conquanto às segundas-feiras ainda fosse permitido aos mendigos esmolar de porta em porta, essa prática era vista como transtorno, ilustrado neste trecho: “um pouco de sossego às segundas-feiras, dias em que a vida em Montes Claros se torna impossível, porque é o dia dos mendigos esmolar às portas e nos abordarem nas ruas” (Gazeta do Norte, 22/06/1940).

Uma das estratégias usadas na época foi orientar a população a conceder as esmolas diretamente às instituições e não aos mendigos. A Associação de Proteção aos Mendigos também prometeu que “[...] fornecerá a todos os seus associados, uma placa que, pregada às portas das residências, será uma garantia de sossego e os mendigos só pediram esmolas àqueles que não façam parte da Associação” (Gazeta do Norte, 22/06/1940).

Logo, o objetivo era que o serviço de assistência fosse concentrado nas instituições, estrategicamente localizadas em ruas de pouco movimento, o que contribuiria para reduzir o fluxo de mendigos na região central.

O plano foi colocado em prática com a fundação da Casa dos Pobres, ainda na década de 1940, sob a direção da Associação das Damas da Caridade. Essa foi a primeira ação concreta que reunia os migrantes em um determinado espaço, conforme ilustrado na Fotografia 31.

Fotografia 14: Casa dos Pobres.



Gomes (2019)¹⁵⁷

Especifica-se na descrição da imagem retirada de um grupo do Facebook o seguinte informe: “*Dona Nazinha Pimenta distribui comida para os flagelados da seca do Nordeste de passagem para São Paulo*”¹⁵⁸. Percebemos que, no ano da publicação, 2019, mantém-se atualizada a representação do migrante como “flagelado da seca nordestina”.

Em contrapartida, o *Gazeta do Norte* publicava, em diversas páginas, um pequeno anúncio: “*A Casa dos Pobres: A Casa dos Pobres precisa de seu auxílio*”.

As informações que identificamos sobre a Casa dos Pobres ou dispensário revelam que:

Em Montes Claros, mantém ela um dispensário [Associação das Damas da Caridade - regida pelos estatutos das Conferências de S. Vicente de Paulo], um dispensário de assistência à pobreza, e por intermédio às famílias que não perambulam pelas ruas pedindo, e se sujeitam ao regulamento da Instituição.

¹⁵⁷GOMES, Maria das Dores Guimarães. **Fotos**. Montes Claros, 2019. Facebook: dorzinhabaleeiro. Disponível em: https://www.facebook.com/dorzinhabaleeiro/photos_albums. Acesso em: 25 jul. 2019.

¹⁵⁸ Nas descrições do álbum, encontra-se a seguinte informação sobre o grupo no Facebook: “Este álbum, [são milhares de fotografias] além de fotos garimpadas na net, contém registros fotográficos da família José Gomes de Oliveira e outras componentes de acervos cedidos por amigos e inúmeros colaboradores, identificados, em cada uma das fotos, quando possível. Por isso mesmo tem a pretensão de se tornar o depositário do acervo das lembranças coletivas que embasam o passado de Montes Claros, no quesito pictográfico, sem abrir mão da individualidade de quem o administra para discutir temas atuais” (GOMES, Maria das Dores Guimarães, 2019).

Os seus fundos são adquiridos por contribuições mensais das famílias, comerciantes, etc. Há um grupo generoso de senhoras que distribui semanalmente o angariado na semana. Os membros da sociedade são proibidos de atender o pobre com esmolas em suas portas e estes são obrigados a se fixarem na sua secretária (Gazeta do Norte, 15/01/1950).

Duas informações atraem o olhar nesse trecho. A primeira é que, para receberem a assistência, como alimento, medicamentos, entre outras, o migrante precisava se submeter ao cadastro e cumprir o regulamento da instituição. O critério era não circular pelas ruas da cidade, mormente pedindo “esmolas”. Esse controle ficava sob a vigilância do delegado de polícia. Ao tentar condicionar os flagelados às regras da instituição, evitaria, consequentemente, a circulação daqueles sujeitos indesejados na região central.

Ressaltamos que, nas próprias matérias do *Gazeta do Norte*, dos períodos posteriores, ficava evidente que esse controle apresentava diversas limitações: muitos migrantes desobedeciam às normas institucionais, e novos grupos, vindos de outras regiões, continuavam a chegar com frequência.

Há, ainda, um ponto importante a considerar: ao proibir a população de conceder qualquer tipo de donativo diretamente aos migrantes, reforçava-se o papel das instituições de assistência, cuja atuação, para os grupos da sociedade local, cumpria uma função política. Isso porque as damas que dirigiam essas entidades pertenciam às famílias influentes da sociedade montes-clarense, inclusive a núcleos familiares ligados à política local.

Por meio do cadastro, cada mendigo era chamado nominalmente para receber os donativos, o que reforça a ideia do controle sobre esses sujeitos. Alguns grupos, a maioria com grande número de filhos, recebiam refeições diárias; outros, o “quinhão”, que, segundo a informação, era o suficiente para uma semana. Entre os donativos constavam: “feijão, arroz, carne, farinha, toucinho, rapadura, fumo, café, fósforo, querosene, fubá, sal, sabão, etc.” (Gazeta do Norte, 01/03/1951).

Nessa ocasião, já existiam migrantes estabelecidos em Montes Claros, em casebres no Morrinhos e em outros novos bairros. O quinhão era direcionado a esse grupo. Todo o empenho tinha como objetivo evitar a circulação de pedintes na região central, em virtude de o citado bairro estar localizado próximo à área mais valorizada da cidade.

A Associação das Damas da Caridade também mantinha uma casa destinada ao isolamento das pessoas doentes de tuberculose, uma doença comum na época, já que a cidade ainda não possuía um hospital próprio para interná-las. Grande parte dos tuberculosos era rejeitada no exame médico do posto de triagem. Alegava-se que a presença dos doentes nas ruas, além de colocar sob risco a saúde da população, não causava uma boa impressão.

Segundo o *Gazeta do Norte*, os enfermos expunham suas mazelas pelas calçadas da cidade, na esperança de receber uma esmola.

A entidade também era responsável por outra casa onde eram assistidas as mulheres idosas mendigas. Na década de 1950, eram “cinquenta velhas”, dez delas com mais de cem anos. Nesse sentido, devemos refletir sobre os motivos que levaram essas senhoras de idade avançada a permanecer em Montes Claros. Apesar de algumas poderem ser da própria região, muitas eram migrantes. Elas teriam permanecido por conta própria? Ou, devido a alguma doença, não foram recrutadas para trabalhar em outras regiões com seus familiares? Migraram sozinhas, uma vez que o serviço de migração não concedia passagem para mulheres desacompanhadas de um homem. Ou devido à idade avançada? São questionamentos para os quais não obtivemos respostas, mas talvez as próprias conjecturas possam ser a chave para essa incógnita.

Na época, a reportagem que estampava a manchete principal do jornal noticiava que a mendicância era um problema para a cidade, que já se encontrava em clima de preparação para as comemorações do Centenário. Nesse contexto, o trabalho desenvolvido pela Associação das Damas da Caridade foi apresentado como uma das principais soluções, com o atendimento a 990 mendigos e a distribuição de “quasi seis mil quilos de alimentos são distribuídos por mês” (*Gazeta do Norte*, 01/03/1951). Apesar disso, a instituição alegava dificuldades para encontrar médicos dispostos a atender os doentes.

Um detalhe que observamos na reportagem é o fato de ela se iniciar afirmando que “mendicância no Brasil ainda constitui uma verdadeira mancha”. Desse modo, mesmo representando um aspecto negativo, não se tratava de um problema restrito à cidade de Montes Claros.

Para Neves (2000, p. 104), ao lidarmos com essa conjuntura, é necessário considerar que:

Este saber sobre a cidade, que busca sua remodelação e adaptação a civilização e à modernidade, se constitui, portanto, em contraste e em confronto com estas invasões recorrentes dos bárbaros, famintos ou revoltados, ou ambos. Um ambiente propício a intervenções mais radicais vai se delineando.

Como os registros fotográficos sobre os migrantes nos arquivos públicos da cidade e no próprio *Gazeta do Norte* são raras – em parte, resultado da tentativa de apagamento da história dos migrantes pela memória considerada oficial – optamos por reproduzir uma das imagens publicadas no jornal.

Imagem 1: Os assistidos pelos Vicentinos no Dispensário.



Gazeta do Norte, 13/11/1955.

Para compreendermos o projeto da Cidade Cristo Rei, precisamos recuar um pouco no tempo, na década de 1940, quando foi apresentada, pela primeira vez, a ideia da construção de uma hospedaria para migrantes na cidade. Em 1944, o *Gazeta do Norte* fez o seguinte anúncio: “Resolvendo um sério problema para o norte de Minas: A breve construção de uma hospedaria para emigrantes, hospital e serviços de colonização em Montes Claros”.

Conforme o informe, “o angustioso e difícil problema dos flagelados que aportam periodicamente na nossa cidade, constituindo, às vezes dolorosas manifestações de doenças, miséria e sofrimento” teria uma solução (*Gazeta do Norte*, 10/12/1944). Inclusive, é citado que o problema vinha sendo estudado *in loco* por um alto funcionário do Ministério do Trabalho: “[...] que tem vindo a nossa cidade verificar de perto o angustioso êxodo das populações nordestinas e a inenarrável odisséia dos infelizes retirantes [...] se acumulam em grupos miseráveis nas imediações da Central” (*Gazeta do Norte*, 10/12/1944).

Na futura hospedaria, além da hospedagem, funcionariam os serviços de hospital e de distribuição dos flagelados para as regiões que necessitavam de mão de obra para a lavoura. Como foi afirmado:

Para isso, veio especialmente a nossa cidade o Sr. Dr. Antonio Almeida, alto funcionário do Ministério que, entrando em entendimento com o Sr. Alpheu de Quadros, ilustre prefeito do município, terminou com a escolha do terreno onde será construída a grande obra de assistência aos retirantes e que será localizado no bairro São João (*Gazeta do Norte*, 10/12/1944).

A informação ainda mencionava que as obras seriam iniciadas no ano seguinte.

Em 1948, o *Gazeta do Norte* voltou a fazer referência à construção de um albergue noturno na cidade, ou seja, à hospedaria já citada. A matéria também informava sobre a atuação do delegado de polícia, Dr. Zeferino Mota, e do tenente Ademar Estrela, ambos empenhados na organização do serviço policial da cidade, porque “Montes Claros, cidade chave no Norte e no Estado e dos Estados nortistas vizinhos, está naturalmente repleta de parceiros que se destinam ao Norte e Sul” (*Gazeta do Norte*, 17/06/1948).

Ainda segundo o jornal, o serviço de fiscalização de passageiros era cumprido com rigor, sendo verificados semanalmente os livros e fichas das pensões e hotéis. Os resultados indicavam o desaparecimento dos furtos e assaltos noturnos às casas. O intuito era justamente reforçar a ideia de que os migrantes estavam sendo mantidos sob controle.

Entretanto, as obras da hospedaria não avançaram na década de 1940. Considerando também os preparativos para o centenário da cidade, em 1953, o bispo Dom Luiz Victor Sartori apresentou o plano para a construção da Cidade Cristo Rei. Percebemos que, nesse período, o líder da Igreja Católica passou a ser o porta-voz da condução da obra.

Na imagem 4, consta um trecho do *Gazeta do Norte* em que é mencionado que os Vicentinos e confrades estavam animados com a construção da Cidade Cristo Rei, “idealizada” e liderada pelo bispo. Ela seria uma das maiores obras vicentinas de Minas Gerais, cujos primeiros serviços seriam inaugurados durante os festejos do centenário – conquanto o projeto inicial da hospedaria fosse de autoria das autoridades governamentais.

Não obstante, são escassas as fontes que permitem detalhar e problematizar com dados mais concretos o processo de construção da hospedaria de migrantes. A hipótese é que a elite montes-clarense tenha reivindicado a autonomia e a direção na condução das obras de assistência na cidade. Pois, além do papel político que esse trabalho representava, era uma forma dos grupos da sociedade local pleitear verbas públicas para a região, diante da esperada presença do presidente da República durante o evento do centenário.

A execução da obra acabou sendo assumida pela Igreja Católica, que já realizava um trabalho assistencial, com participação ativa dos membros da elite da cidade. A justificativa da imprensa para a mudança na condução da obra foi que a construção de um Posto de Seleção de Imigrantes em Montes Claros causou repulsa às autoridades locais.

Mesmo que a seleção e o recrutamento já funcionassem em um posto avançado desde as décadas anteriores, a proposta de estruturação formal desse serviço em uma hospedaria construída com esse propósito gerou reação imediata da representação estadual da região na Câmara e de entidades de classe.

Segundo a imprensa, a Associação Comercial de Montes Claros enviou um telegrama ao governador Juscelino Kubitschek, em que, entre os pretextos, constava:

Como agricultura desta região já vem se garantindo há longo tempo do mesmo mal de braços originando sensível decréscimo produção do nosso Estado notícias em causa calaram profundamente o seio da classe produtora deste município dado o mal se nos deparara aliciamento do trabalhador sadio para São Paulo e expurgo dos demais. Assim sendo pedimos vênha dirigir-nos preclaro Governador solicitando vossencia urgentes providências (Gazeta do Norte, 26/08/1951).

Se por um lado a alegação era de que a construção da hospedaria seria prejudicial à retenção da mão de obra, devido ao aliciamento dos trabalhadores da região, por outro, ficou evidente a preocupação com a recusa dos trabalhadores doentes durante o processo de seleção, os quais acabariam permanecendo na cidade.

A mobilização contrária à construção da Hospedaria de Migrantes em Montes Claros teve efeito prático: nos anos seguintes, foi anunciada a inauguração da Hospedaria em Corinto, na região central do estado – o mesmo projeto anteriormente previsto para Montes Claros. Corinto se localiza a cerca de 200 quilômetros dessa última, no trajeto da linha férrea, no sentido da capital mineira.

Essa decisão desagradou alguns deputados e autoridades ligadas ao Ministério do Trabalho, que manifestaram publicamente suas insatisfações quanto à localização da instituição. Isso porque a cidade ideal para sediá-la seria, de fato, Montes Claros – como é aludido a seguir:

A cidade de Corinto, grande centro ferroviário da Central do Brasil, na região centro-norte de Minas Gerais, é o ponto de tangência de três linhas férreas que procedem de Pirapora, Montes Claros e Diamantina... Acontece, entretanto, que a cidade de Corinto não é o ponto indicado para tal iniciativa (ter uma Hospedaria de Imigrantes), pois, os retirantes oriundos do Nordeste, ficam, geralmente, em Monte Azul, Montes Claros e Pirapora, aguardando embarque para outros centros do país. Corinto representa apenas uma cidade intermediária, ponto de passagem dos imigrantes (Projeto n. 4019, de 1954. Câmara dos Deputados, Congresso Nacional, 1954).

Nessa perspectiva, as evidências apontam que a hospedaria que seria construída em Montes Claros foi transferida para aquela cidade. Conforme citado, Corinto não era o local ideal, pois os migrantes permaneciam retidos nas cidades do Norte de Minas.

Montes Claros não recebeu uma hospedaria para migrantes, mas a ideia de uma instituição de assistência aos migrantes não foi descartada. Ou seja, os problemas sociais

atribuídos aos flagelados haviam se tornado “um negócio interessante”, sobretudo ao se levar em consideração a possibilidade de atrair verbas públicas para a cidade.

Algum tempo depois, o mesmo terreno onde anteriormente havia sido anunciada, pelo governo, a construção da hospedaria, no bairro São João, passou a ser citado como o lócus de um novo empreendimento: a Cidade Cristo Rei.

Em reunião no palácio episcopal, na presença de representantes, autoridades, chefes de partidos políticos locais, representantes das associações de classe e da imprensa local, foi comunicado pelo bispo D. Luiz Victor Sartori que, em um terreno de 133.000 metros quadrados, doado por comerciantes e localizado no bairro São João – portanto, no subúrbio, distante da região central e ainda pouco habitado – seria edificada a Cidade Cristo Rei, onde a mendicância seria “concentrada” (Gazeta do Norte, 18/10/1953).

A obra tinha como propósito reunir, de forma centralizada, todas as entidades assistenciais da cidade. Essa iniciativa não era inédita em relação ao atendimento aos flagelados, como destaca Neves (2000, p. 105), ao mencionar caso semelhante ocorrido no Ceará. Dessa forma, o intuito era: “Evitar o contato dos retirantes com a cidade, cercá-los num único local onde possam ser fiscalizados, dirigir para esse local toda a assistência pública e privada”. No caso de Montes Claros, a peculiaridade era também a retirada dos pobres da região central em virtude da festa do Centenário.

Para enfatizar as aspirações de modernidade, foi citado que o projeto era de autoria do engenheiro-arquiteto Helcio Sales Tito, professor da Escola de Arquitetura de Belo Horizonte. “Todo ele elaborado em linhas modernas”, reforçou a imprensa – o que impressionou os presentes. Na súmula do empreendimento constavam os seguintes objetivos:

Concentrar e coordenar toda a assistência à pobreza, na cidade de Montes Claros, com fim de evitar a dispersão de esforços e fazer assistência mais profunda e eficiente. Trabalho e obra de profundidade. Remediar a verdadeira miséria, pela distribuição de gêneros, utilidades, roupas etc., de acordo com as necessidades; pelo serviço social dar assistência e orientação domiciliar, possibilitando o reajustamento e reabilitação do pobre: proporcionar ao pobre, assistência médica, dentária; dar amparo a maternidade e ao lactente; dar educação escolar aos filhos dos pobres; proporcionar sala de economia doméstica as filhas dos pobres; proporcionar moradia aos mais necessitados; dar um lar aos velhos e velhas mendigas abandonadas; proporcionar aos pobres uma honesta diversão; dar aos pobres carinhosa assistência religiosa; incentivar o espírito da fraternidade cristã, em toda a cidade, e que deve unir todos os católicos e que os fará como ponto de partida, procurar remédio para a situação dos irmãos que vivem na miséria, ajudando-os, não com a simples esmola, mas com o amor cristão e o auxílio, de toda a ordem, de acordo com o supérfluo de cada um (Gazeta do Norte, 18/10/1953).

Juridicamente, a responsável pela obra seria a Associação Fraternal Auxílio Cristão (FAC), cujo presidente era o bispo diocesano. Os membros eram os presidentes das seguintes entidades: Conselho Diocesano da Sociedade São Vicente de Paulo, Conferência Cristo Rei, Asilo de São Vicente, Associação das Damas da Caridade, o diretor do Centro Médico, a Diretoria da Escola e Jardim de Infância, o diretor do Dispensário, a Madre Superiora da administração da “cidade”, os diretores de outras obras que fossem organizadas e algum outro membro extra, nomeado a critério do bispo diocesano.

O grande número de instituições envolvidas no projeto evidencia o interesse dos grupos locais pelo serviço de assistência aos flagelados – sem dúvida, não pelo simples deleite de “ajudar os pobres”, mas pelo que representava manter sob controle os pedintes e afastá-los do centro da cidade.

Nessa vertente, identificamos semelhanças com o contexto abordado por Neves (2000, p. 221), especialmente quando o historiador destaca o “desejo implícito” – que, em Montes Claros, era explícito – da sociedade local de evitar o contato com os pobres, inclusive em razão do período festivo:

As medidas são reclamadas, portanto, com o objetivo de afastar aquela “vaga faminta” dos lares das famílias da cidade. A solidariedade, explícita no apelo à assistência oficial e justificada pelas graves carências dos flagelados, esconde um desejo implícito de evitar o contato com seus andrajos, seu cheiro, suas formas que agridem uma sensibilidade urbana que, a despeito das desigualdades flagrantes que percorrem o espaço da cidade, procura manter uma aparência de prosperidade e, principalmente, de estabilidade (Neves, 2000, p. 221).

Os sócios seriam aqueles que se comprometessem a apoiar, moral e pecuniariamente, as obras executadas na Cidade Cristo Rei. Relativo à direção, cada serviço oferecido ficaria sob a responsabilidade de uma entidade específica. As obras sociais seriam mantidas sob a direção da Cidade Cristo Rei. Os próprios responsáveis pela Casa dos Pobres e pelo Asilo São Vicente de Paulo coordenariam suas respectivas entidades. As moradias para os pobres necessitados seriam dirigidas pela Conferência Cristo Rei.

As obras organizadas pela FAC teriam direção e regulamento interno próprios. Entre elas, destacam-se: o pavilhão da administração, residências das irmãs de caridade, os espaços destinados ao funcionamento da cozinha, à sala de aula de economia doméstica e à sala de cinema-teatro.

A Associação das Damas da Caridade ficou responsável pelo Asilo da Mendicidade Feminina, enquanto o Asilo São Vicente coordenaria o Asilo de Mendicidade Masculina. Sob

a direção das irmãs de caridade, também ficou o Centro Médico Santo Antônio, onde funcionariam o consultório médico e dentário, o lactário, a farmácia e a enfermaria.

O Dispensário Nossa Senhora de Fátima realizaria o serviço social, distribuição de gêneros e roupas, entre outras atividades. A Escola Jardim de Infância São Luiz atenderia as filhas dos pobres. O Lar São Francisco contaria com dormitório, unidades independentes, sanitário e kitnet para homens; e o Lar Santa Rosa, com a mesma estrutura, seria destinado às mulheres. A Vila Frederico Ozanam consistiria em pequenas residências para os mais pobres necessitados.

Durante o período festivo do Centenário da cidade, no dia 4 de julho, foi inaugurado, com a presença do Presidente da República Juscelino Kubitschek, o Posto de Puericultura da Cidade Cristo Rei. No início de 1958, eram assistidas no local “425 criancinhas pobres”. O Dispensário e as visitas domiciliares atendiam mais de “400 famílias pobres da cidade”.

Ainda consoante as informações da época: “As obras construídas na Cidade Cristo Rei valem mais de 3 milhões de cruzeiros. As despesas com a manutenção do Posto de Puericultura e com o socorro às famílias pobres ultrapassam de 30 mil cruzeiros mensais” (Gazeta do Norte, 01/01/1958).

Outra edificação incluída na obra e que estava em fase de conclusão era a Igreja Cristo Rei, que acomodaria 400 fiéis.

Como estratégia para divulgar e motivar a população a continuar contribuindo com as despesas das obras em construção, foi realizada, nos primeiros meses de 1958, uma exposição com fotografias e plantas das construções. Como atrativo, foram exibidas as palavras escritas de próprio punho no Livro de Ouro da Cidade Cristo Rei pelo presidente Juscelino Kubitschek, na ocasião da sua vinda à cidade para a festa do Centenário.

Assim foi descrito pela imprensa, em caixa alta: “LOUVO COM ENTUSIASMO O MOVIMENTO GENEROSO DOS FUNDADORES DA CIDADE CRISTO REI E A ELA HIPOTECO CALOROSA SOLIDARIEDADE. (a) Juscelino Kubitschek de Oliveira” (Gazeta do Norte, 01/01/1958). Assim, a inauguração de parte das obras da Cidade compôs a programação do Centenário de Montes Claros com o assentimento elogioso do Presidente da República, o que cumpria com os propósitos já ressaltados, seja em relação ao desenvolvimento da urbe norte-mineira, seja ao controle dos grupos de migrantes e pobres na programação dos 100 anos.

Dessa maneira, associados aos grupos da sociedade local, a Igreja Católica assumia definitivamente o controle da assistência aos pobres-mendigos-retirantes na cidade, papel anteriormente desempenhado pelo serviço de migração ligado ao CIC. A Cidade Cristo Rei

reunia, em um só espaço, as instituições comandadas por grupos da sociedade local, os quais foram contemplados com uma fração dos disputados serviços de assistência à pobreza.

Os flagelados, nesse período, talvez já não fossem tão indesejados como antes – muito pelo contrário. Era necessário, na percepção da sociedade local, o esforço de tentar mantê-los sob controle, longe da região central. Ao mesmo tempo, era a presença desses sujeitos que justificava as constantes alegações por verbas públicas e outras doações para a cidade.

Trata-se de um contexto semelhante ao identificado por Neves (2000, p. 222): “O ‘bem-estar’ requerido pelas lideranças locais e pela imprensa, portanto, traduz-se na estabilidade de uma gestão equilibrada da pobreza urbana através dos mecanismos já conhecidos da repressão, da reclusão e da exclusão”.

Não obstante, as obras citadas não atendiam apenas aos interesses dos grupos da sociedade local. Elas também representavam os desdobramentos da insegurança estrutural vivenciada pelos migrantes retidos na cidade. Desde os capítulos anteriores, evidenciamos que os migrantes se movimentavam na busca pela sobrevivência. Muitas vezes, de maneira até violenta, reivindicavam e exigiam algum tipo de assistência – mesmo que, para isso, recorressem à mendicância, seja abordando as pessoas nas ruas, batendo às suas portas ou ocupando os espaços públicos.

Afirmamos, ademais, que não se pode descartar a ideia de que as multidões, nessa época, despertavam certo temor na sociedade e nas autoridades governamentais. As pressões, sutis ou não, surtiram efeitos positivos: os próprios números indicados anteriormente demonstram que a quantidade de pessoas beneficiadas com os serviços oferecidos pela Cidade Cristo Rei era significativa.

A partir da percepção de Neves (2000, p. 102), interpretamos essa realidade com base na ideia de que: “Sem trabalho e sujeitos a caridade, as esmolas e os trabalhos eventuais nem sempre considerados dignos, os sertanejos forçavam a organização de sistema de proteção ou assistência aos pobres, já que a caridade privada e individual não era mais suficiente”.

Sem dúvida, no caso de Montes Claros, essa organização concretizou-se como uma ação efetiva. Migrantes e pobres da cidade, de modo geral, passaram a receber, concentrados em um mesmo local, a maior parte dos serviços oferecidos – como alimentação, hospedagem, assistência médica, puericultura, farmácia e apoio espiritual.

Os problemas sociais, sejam dos migrantes ou das classes desprivilegiadas da cidade, não foram sanados definitivamente – isso é evidente – pois a cidade estava em fase de desenvolvimento urbano e demográfico. Novos desafios surgiam, mormente na periferia, onde

os serviços públicos ainda eram incipientes. Os fluxos migratórios também continuavam intensos.

Mas, como veremos na seção seguinte, ocorreu uma mudança em relação à possibilidade de utilizar a mão de obra desses sujeitos – o que antes sequer era cogitado –, impulsionada conjuntamente pela crescente demanda por trabalhadores. Ao se inserirem no mercado de trabalho local, os migrantes passaram a satisfazer suas próprias demandas e estabeleceram novas relações com os empregadores.

Conforme a perspectiva de Neves (2009, p. 188), “os retirantes aprenderam a negociar com os poderosos e com as autoridades de maneiras novas, porém previsíveis, articuladas com a cultura paternalista de relações diretas e pessoais”. Em favor dessa percepção, podemos argumentar, por exemplo, que os migrantes permaneceram na região e tiveram papel fundamental no desenvolvimento local.

Ainda, segundo a perspectiva de Neves (2009), a “lealdade” desses trabalhadores com os fazendeiros locais – e podemos acrescentar, também com os diretores de obras públicas – era instável. Mas esse é um assunto para as seções seguintes.

5.3 Um distrito da diretoria de Obras Contra as Secas no Norte de Minas e o emprego dos trabalhadores migrantes nas obras locais

Os apontamentos seguintes são fundamentais para compreendermos os desdobramentos da questão dos migrantes e a mobilização dos grupos da sociedade local para reivindicar que a região fosse inserida no Polígono da Seca. Os recursos das Obras Contra as Secas, segundo as justificativas, seriam destinados ao combate à estiagem e à permanência do trabalhador em suas localidades de origem.

O *Gazeta do Norte* passou a focar, ao contrário das suas publicações de períodos anteriores, na seca e em seus efeitos na própria região: “Aumentam os efeitos da terrível seca que assola esta região: Continuam a chegar a esta cidade, levas de flagelados - Também os municípios de Salinas e Arassuahy atravessam período crítico” (*Gazeta do Norte*, 13/02/1947).

O governo do estado de Minas, pressionado pelas insistentes cobranças feitas maiormente pelo jornal e pelos parlamentares da região, anunciou as primeiras medidas naquele ano. O intuito era amenizar “os terríveis sofrimentos por que vem passando os flagelados, abrindo inicialmente um crédito de cem mil cruzeiros para abastecimento de víveres aos mesmos” (*Gazeta do Norte*, 13/02/1947).

No mês seguinte, atendendo as reivindicações das autoridades da região, o secretário da Viação, Alfredo Castilho, visitou o Norte de Minas visando resolver os problemas dos flagelados. Sua primeira parada foi em Montes Claros. Veio acompanhado do Dr. Geraldo Guerra, chefe dos serviços de reconstrução das estradas de rodagem do Norte de Minas, e foi recebido pelo Dr. Abelardo Câmara (em nome do prefeito, Dr. Demosthenes Rockert) e pelo deputado federal Esteves Rodrigues.

De acordo com o informe:

A fim de socorrer os flagelados que, de vários pontos da Bahia e Norte do Estado, chegam diariamente em estado de extrema necessidade, o Sr. Secretário da Viação tomou várias medidas tendentes a minorar o angustioso estado em que acham os retirantes. Além de um cheque de cem mil cruzeiros para os primeiros socorros de alimentação aos retirantes, o Dr. Alfredo Castilho autorizou o imediato início da estrada desta cidade à Belo Horizonte, até Água Boa e obras de reconstrução da estrada Montes Claros - Maria da Cruz, em demanda a Januária. O Sr. secretário autorizou ainda o reparo e construção de várias pontes, entre as quais se encontram a ponte do Rio Verde, na estrada desta cidade à Francisco Sá (Gazeta do Norte, 02/03/1947).

Durante a visita, o secretário ainda percorreu os municípios de Jequitinhonha, Teófilo Otoni e Carlos Chagas, totalizando um percurso de 1.600 quilômetros. Foi concedido, ainda, ao prefeito de Salinas, recursos destinados às obras de revitalização da rodovia Salinas-Araçuai.

De maneira elogiosa, a imprensa ressaltou que foi a primeira vez que o governo mineiro se “interessou pela questão dos flagelados em Minas”, indo levar-lhes [...] em uma hora em que estão a braços com a miséria e a fome” (Gazeta do Norte, 16/03/1947).

Outra novidade foi a sugestão de aproveitar a força de trabalho dos migrantes nas obras públicas da região daqueles retidos em Montes Claros. Assim, a autoridade declarou:

Regressei hoje de minha viagem ao norte, tendo partido de Montes Claros pela manhã. Durante oito dias percorri todas as zonas atingidas pelas secas. Inteirando-me da situação real das populações ali radicadas. Logo que cheguei, cumprindo determinação do interventor Alcides Lins, instalei o serviço de construção da rodovia de Montes Claros a Maria da Cruz, afim de serem aproveitados os retirantes que ali se achavam em número de 1.860, conforme dados estatísticos que me forneceu o representante do Ministério do Trabalho (Gazeta do Norte, 16/03/1947).

Conquanto o *Gazeta do Norte* tenha reconhecido o papel do governo naquela conjuntura, diante das mobilizações dos grupos da sociedade local, os apelos por verbas

públicas não cessaram, sob a alegação de que os movimentos migratórios, compostos por milhares de brasileiros “movidos pela fome”, continuavam intensos.

Outra mudança no discurso da imprensa foi que, a partir daquele período, os flagelados deixaram de ser apenas aqueles que chegavam à cidade provenientes da Bahia e de outras regiões do Nordeste, passando a incluir os norte-mineiros. Assim, o discurso da seca ganhava novos desdobramentos, como podemos constatar neste excerto:

Devem reconhecer os senhores governantes, senadores, deputados, que hoje tem os seus lugares nos palácios, no senado, nas assembleias, graças também aos votos dos “groteiros”, esses mesmos “flagelados” que canalizam para o erário público, anualmente, milhões de cruzeiros de tributos de toda espécie. Então, que se erga a voz em favor dessas humildes populações vencidas em luta desigual contra surtos climáticos como o de agora! Que o governo faça voltar em auxílio dessas vítimas das secas uma parcela qualquer daqueles impostos pagos à custa de muito suor e grandes sacrifícios (Gazeta do Norte (27/03/1947).

Na ocasião, também foi acordado com o Departamento Nacional de Estradas de Ferro o emprego dos migrantes na construção da ferrovia – assunto que abordaremos mais adiante. Novamente é mencionada a utilização dos migrantes em obras públicas da região, sendo esses trabalhadores fundamentais para a execução de diversos serviços, diante da escassez de mão de obra local.

No entanto, a tarefa de agenciá-los se mostrou desafiadora para alguns diretores de obras, visto que seus interesses não convergiam com os planos dos trabalhadores em deslocamento. Outro aspecto relevante dessa conjuntura foi a politização da seca e dos problemas sociais a ela atribuídos. A questão se assemelhava àquela configuração identificada por Neves (2000) no Nordeste, onde, segundo o historiador, existia uma “indústria da seca”, da qual as elites locais em disputa “eram donas”.

No Norte de Minas, a conjuntura não foi diferente em certos aspectos. Inclusive, uma das preocupações dos representantes da região era a falta de mão de obra, que poderia ser agravada pelos deslocamentos dos norte-mineiros para outras localidades do país, e isso comprometeria a execução das obras com as verbas que vinham sendo anunciadas.

A escassez de trabalhadores, como sugerido pela imprensa, poderia ser solucionada por meio do impedimento da fuga dessa mão de obra para outros estados e da retenção daqueles que passavam pelo Norte de Minas. De posse de alguns recursos públicos já concedidos e outros ainda em fase de encaminhamento, tornou-se necessário convencer os migrantes a permanecer.

Entretanto, algumas lideranças, inclusive o próprio secretário de Viação, deparam-se inicialmente com a baixa adesão dos trabalhadores, que mantiveram firme no propósito inicial, ou seja, de seguir o trajeto para São Paulo. O que causou certa insatisfação, como foi alegado:

Embora eu tenha levado recursos, bem assim tivesse providenciado a instalação de obras preliminares, poucos retirantes se interessaram pelo trabalho. Enviei emissários as concentrações, encarreguei-os de explicar qual era a atitude do governo em relação a eles, no entanto, os resultados não foram satisfatórios. Conversei pessoalmente com muitos retirantes e verifiquei que a miragem do “Eldorado” paulista continua a emocioná-los. Apesar da pouca disposição encontrada por parte dos retirantes, quanto à sua permanência em Montes Claros, começou-se o serviço com o armazém autorizado a lhes fornecer víveres (Gazeta do Norte, 16/03/1947).

A declaração do secretário de Viação sinaliza que os migrantes não eram impulsionados apenas pela fuga da seca e da fome, como divulgado pela imprensa, mas que havia um propósito e direção em seus deslocamentos. A partir desse período, percebe-se um movimento articulado no intuito de convencê-los a permanecer na região – uma realidade muito distinta daquela dos anos anteriores, quando esses sujeitos eram considerados indesejados na cidade.

Para tanto, começaram a ser planejadas diversas estratégias. Como citado no fragmento anterior, foi criado um armazém para fornecer subsídios, como alimentação, aos trabalhadores que optassem por permanecer. Ademais, intensificou-se a fiscalização para proibir que esses trabalhadores, em trânsito por Montes Claros, fossem aliciados para atuar em outros estados. Para essa tarefa, recorreu-se ao aparato policial, ficando sob responsabilidade do delegado de polícia a execução dessa função.

Ainda nesse contexto, no início da década de 1950, foi anunciada a conclusão da Hospedaria de Imigrantes na cidade de Corinto, na região central de Minas. A partir de então, a instituição passaria a realizar a triagem dos trabalhadores, com prioridade na oferta de mão de obra para as fazendas da Jaíba e de Paracatu – futuras colônias agrícolas –, o que contribuía para a retenção dos “flagelados” na região.

Conforme noticiado pela imprensa, era preciso evitar que as novas estradas recém-abertas facilitassem o deslocamento dos trabalhadores para outras regiões. Segundo foi informado:

E as estradas de rodagem, não estão a seu turno, servindo apenas à melhoria e o desenvolvimento dos transportes. [...] *O povo do interior, que era sedentário e agarrado às suas terras, parece que agora tem bicho carpinteiro, não parando de viajar*, em vista da facilidade que tanto os oferecem. O fenômeno está sem dúvidas exigindo urgentes providências do governo. [...] *É preciso mostrar ao caboclo que pedra que muita rola não cria limo* (Gazeta do Norte, 27/03/1952).

O alerta foi direcionado conjuntamente à fiscalização da condução de pessoas em caminhões na região. O próprio jornal colaborava, noticiando que esse tipo de transporte, sem a devida licença do Serviço Estadual de Trânsito, era proibido e sujeito à multa no valor de Cr\$ 50,00.

Ademais, foi alegado que:

Os caminhões, ao invés de empregarem no transporte de mercadoria, o que constitui sua finalidade precípua, deram agora para trafegar abaixo acima, conduzindo passageiros. Conduzindo, sobretudo, levas e mais levas de baianos, do Norte para o Sul e do Sul para o Norte, contribuindo para estabelecer, dentro do país, nomadismo de certa parte da população, com graves prejuízos morais e materiais causados a nossa terra (Gazeta do Norte, 27/03/1952).

No mesmo ano, o Gazeta do Norte chegou a associar o transporte de trabalhadores em caminhões paus-de-arara aos “caminhões negreiros”. Essa analogia, todavia, revela muito mais sobre a mentalidade das autoridades, da imprensa, de políticos e de fazendeiros da época, ao objetificarem os trabalhadores por meio de um discurso que negava qualquer possibilidade de agência dos migrantes.

Essa percepção ignora a complexidade das dinâmicas migratórias, como o papel das redes de sociabilidade e solidariedade estabelecidas entre os próprios migrantes, além da perspectiva de reprodução social das famílias nordestinas e norte-mineiras por meio da migração.

Em nome dos grupos da elite regional, a imprensa foi imperativa quanto à necessidade de controlar os fluxos migratórios: “Tais migrações internas não podem nem devem continuar” (Gazeta do Norte, 27/07/1952). Mesmo não se tratando de uma preocupação inédita – visto que lideranças federais, estaduais e municipais já apontavam os deslocamentos desordenados como problema para a região e para o próprio Brasil –, o discurso ganhava força e nuances específicas naquele contexto.

Nessa conjuntura, o excerto a seguir busca apontar um suposto lado positivo, caso o controle fosse bem-sucedido e os trabalhadores fossem convencidos a permanecer em suas regiões de origem. O trabalhador, retratado como um sujeito ingênuo, era descrito nos seguintes termos: “o nosso sertanejo, simples e bom, se tornará no homem forte e potente, consciente dos seus direitos; se transformará no trabalhador audaz e empreendedor; se transmutará no cidadão prestimoso e útil a sua pátria” (Gazeta do Norte, 25/04/1954).

Entretanto, na prática, o que percebemos foi que os migrantes continuavam agindo contra os interesses dos grupos da sociedade local, buscando melhores condições de vida em outras regiões do país.

Em meados do ano de 1947, foi anunciada a concretização de uma das aspirações que vinha sendo reivindicada há algum tempo pelos representantes locais: a criação de um Distrito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) no estado de Minas Gerais.

O *Gazeta do Norte* narrou, à época, alguns episódios do processo de contestações e petições realizados pelos grupos da sociedade local no ano anterior. Conforme as solicitações apresentadas, o Norte de Minas precisava ser beneficiado com as Obras Contra as Secas, uma vez que a região sofria as mesmas consequências enfrentadas pelos estados nortistas (Nordeste).

Nesse sentido, entre tantos outros requerimentos enviados, a Associação Comercial de Minas sugeriu novamente ao governo federal, por meio do Ministério da Agricultura, que fosse criado, em território mineiro, um distrito da Diretoria de Obras Contra as Secas. Essa medida viabilizaria, segundo o pleito, “a construção de estradas, açudes, serviços de reflorestamento, irrigação, saneamento, colonização, formação de núcleos de agricultura apropriados à região, com especialistas em culturas secas, energia elétrica, etc.” (Gazeta do Norte, 03/04/1947).

Na época, o *Gazeta do Norte*, como porta-voz dos interessados, “endureceu” o discurso em defesa da inclusão da região no plano de Obras Contra as Secas, sob a alegação de que o Norte de Minas estaria se transformando em um “deserto”. Caso não fossem adotadas medidas concretas, a situação tenderia a se agravar, recaindo sobre o governo de Minas Gerais a possível responsabilidade:

Talvez a culpa seja do próprio governo estadual que sempre ignorou os nossos problemas e dificuldades; talvez seja o hábito das autoridades federais que se acostumaram a considerar em segundo plano, ou mesmo esquecer os problemas e interesses mineiros, que não encontravam amparo nem quem os agitasse, focalizasse e lhes desse apoio. Apesar de estar na

região Norte do Estado experimentando a mesma e dura sorte das unidades do nordeste flageladas pelas secas, apesar de se ter tornado teatro de grandes e dolorosos dramas, nada se fez para deter o mal. Minas estranhadamente nem sequer foi contemplada no plano das Obras Contra as Secas. Porque? (Gazeta do Norte, 06/04/1947).

Não obstante, com o mineiro Daniel Serapião de Carvalho à frente do Ministério da Agricultura, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, intensificaram-se as esperanças de que Minas Gerais fosse contemplada com as Obras Contra as Secas.

Em setembro de 1946, entrou em vigor o artigo 1º do Decreto-lei n. 8.486, de 28 de dezembro de 1945, que estabelecia:

A Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas (I.F.O.C.S.), órgão integrante do Ministério da Viação e Obras Públicas, diretamente subordinado ao Ministro de Estado passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (D.N.O.O.S), com sede na Capital Federal, tem por finalidade a realização de tôdas as obras, destinadas a prevenir e atenuar os efeitos das sêcas na região a que se refere o art. 2º da Lei n. 175, de 7 de Janeiro de 1936, na área compreendida entre a margem direita do rio São Francisco desde Barra, no Estado da Bahia, até Pirapora, no Estado de Minas Gerais, a linha Pirapora-Montes Claros e a linha Montes Claros-Amargosa, no Estado da Bahia, e em outras zonas do país, a que a lei venha a estender o seu campo de ação.

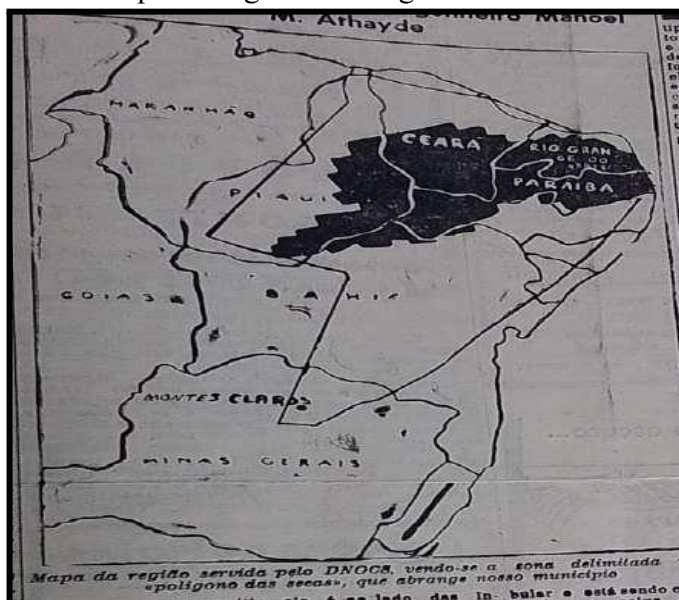
A porção norte-mineira era uma espécie de prolongamento da região do estado da Bahia, integrando o 4º Distrito da repartição, com sede na cidade de Salvador, como mostra o Mapa 3. A área contemplada compreendia uma estreita faixa do território norte-mineiro até chegar a Montes Claros, sendo que os municípios do seu entorno – a despeito de apresentarem as mesmas características climáticas¹⁵⁹ – não foram integrados.

Assim, a extensão das Obras Contra as Secas atendia muito menos aos afetados pelos baixos índices pluviométricos, como alegava a própria imprensa, e muito mais aos interesses políticos e econômicos dos responsáveis pela ferrovia e pelas rotas dos trilhos. A abrangência das Obras Contra as Secas, portanto, coincidia com os limites por onde passava a estrada de ferro.

¹⁵⁹ Somente nas décadas subsequentes que esses outros municípios que estão localizados próximos ou mesmo na fronteira com o estado da Bahia passaram a integrar as Obras Contra as Secas. Por exemplo, na década de 1990, o Vale do Jequitinhonha do estado de Minas Gerais foi inserido na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, conforme a Lei n. 9.690, de 15 de julho de 1998 (Brasil, 1998, s.n.).

O *Gazeta do Norte* noticiou, à época, que a União dos Varejistas de Minas Gerais foi comunicada do fato pelo próprio presidente da República, a respeito do novo decreto. Ainda foi destacado o empenho dos deputados federais Manoel Novaes e Milton Prates¹⁶⁰.

Mapa 3: Região do Polígono das Secas.



Fonte: *Gazeta do Norte*, 1710/1957).

O escritório do DNOCS foi sediado em Montes Claros, devido à posição de centralidade da cidade na região e às articulações dos grupos da sociedade local. Isso, inclusive, beneficiou a urbe em diversos aspectos, como veremos mais adiante. As instalações do órgão localizavam-se no edifício José Alves, sob a direção do Sr. Fernando de Castro.

O início das atividades do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas na região se deu com a visita do “engenheiro Dr. Bellino Lameira Bittencourt, alto funcionário daquele Departamento federal”. Ao *Gazeta do Norte*, o então funcionário informou que as primeiras providências adotadas incluíam o estabelecimento de hortos florestais e campos de forragem para a seleção de sementes e mudas. Seria ainda montado um posto de estudos sobre os aspectos geológicos, hidrográficos e meteorológicos da região.

¹⁶⁰ Na realidade, o Norte de Minas, como evidencia o excerto seguinte, já era citado como parte das regiões que deveriam ser atendidas pelas Obras Contra as Secas, no entanto, os recursos públicos não chegavam até a porção norte-mineira, devido às próprias manobras dos políticos dos estados do Nordeste. Como consta: “Em 1919, a inspetoria ganhou novo regulamento, baixado pelo decreto n. 13.687, de 9 de julho, destinando-se a executar obras e fomentar serviços que atenuassem ou prevenissem os efeitos das secas nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e norte de Minas Gerais. Couberam à inspetoria o estudo e a construção de açudes, de estradas de rodagem, de barragens submersíveis, e a perfuração de poços (Inspeção de Obras Contra as Secas, 2024, *on-line*).

Igualmente, projetavam-se a construção de açudes¹⁶¹ e a perfuração de poços tubulares. Para isso, já se encontrava na cidade uma moderna perfuratriz, capaz de perfurar poços de até 300 metros de profundidade. Parte dos açudes e poços seria construída por meio do sistema de cooperação particular, ou seja, o proprietário do terreno, geralmente fazendeiros, cederia a área para a obra e se beneficiaria diretamente dos recursos hídricos, os quais seriam compartilhados com os vizinhos. Isso contribuiu para a valorização das terras desses proprietários.

Além dessas iniciativas, estavam previstas a abertura de estradas, a construção de pontes, entre outras obras estruturantes. Nesse entendimento, Neves (2000) traz uma reflexão pertinente: as Obras Contra as Secas mudaram a fisionomia do Nordeste, e percebemos que, no Norte de Minas, não foi diferente. Assim afirma o historiador:

[...] os serviços de obras contra as secas – mesmo que “feitos atabalhoadamente, mal começando uns, ficando em metade outros e só muito poucos chegando ao fim” -- “injetaram no sertão bisonho a porção de sangue novo necessário ao aceleração do sistema circulatório da fisiologia meio esclerosada do Nordeste”. Os princípios de uma “outra civilização” eram destilados por meio das “ações de combate às secas”, mudando a fisionomia do sertão (Neves, 2000, p. 172)¹⁶².

Também as palavras do funcionário do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas evidenciam essa consonância: “Dr. Bellino Bittencourt parabeniza a região pela alta conquista que vem rasgar novos horizontes a economia desta região, a julgar pelos magníficos resultados obtidos em outras zonas” (Gazeta do Norte, 03/10/1948).

¹⁶¹ Uma das primeiras obras a serem estudadas para ser construída foi um grande açude público em Bico da Pedra, nas imediações de Janaúba, no rio Gorutuba (Gazeta do Norte, 03/10/1948).

¹⁶² No caso das Obras Contra as Secas no Norte de Minas, também é possível perceber evidências na lentidão da execução das obras. Contudo, as críticas foram direcionadas apenas a alguns diretores do DNOCS. Em 1955, por exemplo, o deputado Plínio Ribeiro fez críticas à lentidão do serviço de perfuração dos poços. O parlamentar comentou que o trabalho seguia a passos de tartaruga e, pelos cálculos, devido aos poucos poços abertos e ao grande tempo gasto, o político ressaltou que: “A Comissão Bahia Minas vai precisar de cerca de 20 anos para abrir os 267 poços que lhe foram requeridos até 19 de março do ano em curso. E precisará de **dois séculos** para abrir os 3.000 poços de que carecem somente estes municípios do setentrião mineiro” (Gazeta do Norte, 27/10/1955). Em 1957, foi veiculada outra pista neste sentido. Em determinada visita do jornalista às obras do DNOCS, foi mencionado: “convenceu-nos de que o Departamento, nesta zona, não situa no terreno da ficção, como vinha acontecendo há anos atrás” (Gazeta do Norte, 17/10/1957). No ano de 1959, o vereador do município de Montes Claros denunciou na Câmara que o engenheiro Manoel Athayde e sua comitiva fizeram uma: “viagem de orgia e bacanaís aos Estados Unidos e México”. Embora o diretor do órgão tenha justificado que a viagem foi de estudo, ao mesmo tempo, foi citado que essa foi um prêmio pela eficiência da equipe da Comissão de Minas realizada no avião do DNOCS que arcou com todas as despesas. Mesmo não tendo ficado claras as explicações, o próprio diretor mencionou que a viagem ocorreu em companhia das esposas e filhos dos membros da comitiva. Minimamente é questionável a presença de familiares numa excursão paga com recursos públicos, especialmente aqueles destinados a combater a seca e a fome, como alegava a própria imprensa.

Percebe-se a importância dessa conquista para as lideranças norte-mineiras, que, desde o início da década de 1940, já vislumbravam os benefícios decorrentes dela – entre eles, o acesso a verbas públicas semelhantes às destinadas a alguns estados nordestinos contemplados pelas Obras Contra as Secas. Essa política, aliás, era vista como uma alternativa para conter os deslocamentos de trabalhadores da região, uma vez que a mão de obra local era considerada estratégica para o desenvolvimento econômico.

Como no exemplo citado: “É que na Paraíba do Norte o homem do campo soube prevenir-se. Não só a açudagem ali se espalhou, como o lavrador tem sabido tirar água do subsolo. [...] Em vez de cruzar os braços como um derrotado, preferiu agir inteligentemente” (Gazeta do Norte, 02/03/1940). E complementa: “O exemplo é muito significativo. E, por certo, encontrará um imitador. [...] os paraibanos não precisaram migrar” (Gazeta do Norte, 02/03/1940).

Mais uma vez, apresentam-se alternativas a serem seguidas com vistas ao controle da mobilidade populacional.

O fragmento seguinte evidencia como a imprensa tinha um papel preponderante como porta-voz dos interesses dos grupos da sociedade local. Na época, o *Gazeta do Norte* foi comunicado de maneira oficial sobre os trabalhos do DNOCS na região:

O Sr. dr. José Correia de Amorim Sobrinho, recebemos o seguinte ofício: Exmo. Sr. Diretor da Gazeta do Norte. Montes Claros. “Tenho a satisfação de vos comunicar que, designado pelo snr. Diretor Gral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas assumiu, no dia 28 de julho passado, e chefia a Comissão de Estudos e Obras Bahia-Minas, do referido Departamento, sediada nesta cidade, onde espero poder emprestar todo o meu esforço para um maior engrandecimento econômico da zona deste grande Estado compreendida no polígono das secas. Fazendo-vos a presente comunicação é-me grato saudar esse órgão da imprensa escrita brasileira que tão dignamente vem concorrendo para a difusão de ideias e ensinamentos neste recanto do nosso país. Com a mais alta estima e consideração subscrevo-me. José Correia de Amorim Sobrinho. Chefe da Comissão (Gazeta do Norte, 17/08/1950).

Identificamos esse tipo de publicação sendo enviado por deputados ao jornal, como a correspondência de maio de 1952 do deputado Clemente Medrado. Na missiva, o parlamentar se colocava à disposição dos órgãos da imprensa, das associações de classe e da prefeitura para o envio de sugestões de medidas que pudessem beneficiar as populações rurais da área do Polígono das Secas.

A dispersão da população motivada pela seca seguia sendo a principal alegação das lideranças locais para justificar os pedidos de verbas públicas federais para a região. Como foi

expresso neste trecho: “os já conhecidos caminhões pejados de gente, superlotados de pessoas, carregados com a sua triste carga humana, tarifada a poucos cruzeiros por cabeça. E o caminhão, o já celebre “pau-de-arara” roncando e gemendo, se perde em uma volta da rodovia (Gazeta do Norte, 25/04/1954). Para trás, deixavam seus lares, os pobres casebres e os campos esturricados pela seca: “É a odisseia da seca; é a odisseia do sofrimento, é a odisseia da retirada” (Gazeta do Norte, 25/04/1954).

Em um breve diálogo citado, o jornal procurou evidenciar a calamitosa situação financeira e pluviométrica do Norte de Minas, quando um fazendeiro foi questionado sobre a qualidade de suas terras: “Não, moço: a terra é boa, o céu é que não presta. E o governo também” (Gazeta do Norte, 24/04/1955). Observamos, portanto, o recorrente discurso dos fazendeiros e lideranças locais de abandono da região diante das condições geradas pelos baixos índices pluviométricos.

Apesar desse cenário, algumas soluções começaram a ser esboçadas pelas obras do DNOCS. Entre elas, destaca-se o “crédito especial de quatro milhões de cruzeiros para prosseguimento das obras no açude público ‘Estreito do Rio Verde Pequeno’, no município de Espinosa”.

Os inúmeros benefícios das águas do açude prometido eram destacados em tom de propaganda, com o objetivo de convencer o sertanejo a permanecer: “aos poucos transformar, como por encanto, a negrura dessa paisagem tão desoladora; fornecendo água as terras sedentas, distribuindo o pescado às populações, pois o açude será um viveiro desse substancioso alimento - fixará o homem à terra” (Gazeta do Norte, 25/04/1954).

O trabalhador seria estimulado a se tornar um devotado ao labor no torrão de terra que o viu nascer. O sertão seria transformado, segundo o discurso praticamente poético da imprensa, “os campos reverdecerão; e a pecuária se incrementará. [...] e a agricultura – agricultura irrigada – florescerá, [...] com os seus legumes e frutos, abarotará os mercados, fornecendo assim aos sertanejos uma alimentação variada e farta, tirando-lhes, portanto, dessa dieta monótona” (Gazeta do Norte, 25/04/1954). Nomeadamente, a solução para um dos problemas que acometia o sertanejo a séculos: as doenças da nutrição.

A construção dessa imagem positiva do sertão norte-mineiro tinha como objetivo estratégico convencer os trabalhadores a permanecer na região.

O empenho do *Gazeta do Norte* em enfatizar o papel do DNOCS e legitimar a atuação do órgão federal – bem como de alguns de seus diretores – passou a ser constante. Em 1957, foi noticiada uma matéria, cujo título era: “*Em franca atividade o DNOCS: Importantes obras estão sendo realizadas sob a esclarecida direção do engenheiro Manoel M. Athayde*”.

Conforme a informação veiculada, o jornalista foi convidado pelo diretor da instituição a percorrer as obras em curso, declarando ter sido convencido de que o Departamento encontrava à “sua frente um administrador operoso, entusiasta e inteligente e, além disto, com sincero desejo de trabalhar e contribuir realmente para que aquele órgão federal cumpra a alta finalidade para que foi criado” (Gazeta do Norte, 17/10/1957). Ainda foram relacionados os equipamentos que a instituição dispunha para realizar os serviços em Montes Claros¹⁶³.

Não há como negar a importância das Obras Contra as Secas para o desenvolvimento de Montes Claros, tendo em vista que a maior parte dos recursos foi investida na urbe norte-mineira. A cidade foi contemplada com um pacote de obras que incluiu saneamento, calçamento de ruas, perfuração de poços tubulares, construção de barragem, canalização e instalação de caixa d'água – incluindo a implantação do primeiro sistema de abastecimento de água via tubulação, inaugurado em janeiro de 1959.

O evento contou com a presença de diversas autoridades, entre elas o Diretor-Geral do DNOCS, José Parentes de Castro Pessoa; Manuel Athayde, chefe da Comissão de Minas do órgão; e o engenheiro responsável pela região, João Ivanildo Guedes Fragoso.

Em outros momentos, o *Gazeta do Norte* evidenciou que os migrantes participaram das obras públicas executadas com recursos do DNOCS na região, mas sem fornecer muitos detalhes sobre sua atuação. Nas descrições dos registros fotográficos publicados nas mídias sociais, apenas o papel do órgão público e dos deputados da região foi lembrado, silenciando a participação direta dos trabalhadores migrantes nessas intervenções.

O DNOCS foi um desbravador de nossa região, sendo pioneiro na construção de estradas, barragens e pontes. Destaco ainda as obras realizadas em Moc, que são consideradas importantes para o progresso e desenvolvimento do nosso município, como a construção das avenidas Mestra Fininha e Osmane Barbosa. Sua relevância também foi realçada quando se tornou o responsável pela construção da primeira rede de adução e distribuição de água na rua Lafetá e também a construção da rede de captação de água no alto dos Morrinhos, em convênio com a extinta Caemc - Companhia de Água e Esgoto de Montes Claros. O DNOCS esteve presente na rua Melo Viana (Gomes, 2014)¹⁶⁴.

¹⁶³ Cita que “O Departamento, no tocante a esta Comissão de Minas, conta atualmente com 17 perfuratrizes; duas carretas reboque, para transporte de maquinário pesado; 1 carro tanque para o transporte de combustível; 2 outros FNM, para o transporte geral, necessário; uma frota de jeeps e carros de outros tipos para a chefia, tractores TD 9, TD 16, HD e outros tipos; motores de vários tipos para o fornecimento de energia elétrica, compressores etc. Em outra dependência do DNOCS, verifica-se o depósito de material pesado para construção e combustível” (Gazeta do Norte, 17/10/1957).

¹⁶⁴ A página da mídia social visa à publicação de fotografias, documentos e informações de maneira geral sobre a história de Montes Claros. Geralmente os dados publicizados são oriundos de arquivos particulares.

Outra evidência que sinaliza a participação dos migrantes nessas obras pode ser constatada nas orientações das autoridades federais, que determinavam a contratação de trabalhadores da própria região e de migrantes – principalmente daqueles retidos em Montes Claros – para atuarem nesses serviços.

A *Gazeta do Norte* mencionou a escassez de mão de obra local, em virtude da migração de norte-mineiros para outros estados. Esses trabalhadores também participaram de outras frentes de trabalho, como a construção de pontes e a abertura de estradas, além de sua atuação na construção da linha férrea em direção à Bahia – trecho que ligava Montes Claros a Monte Azul –, cuja obra foi iniciada em 1941 e concluída em setembro de 1947.

5.4 Os trabalhadores migrantes construtores da EFCB, Montes Claros-Monte Azul e a inserção do Norte de Minas na *Operação Nordeste*

Conforme os dados da ferrovia, o trecho das obras executado foi de 240 quilômetros. Foram empregados entre 8.000 e 15.000 trabalhadores, sendo a maioria migrantes, além de 3.000 carroças tracionadas por muares e equinos, utilizadas no transporte de terra, madeira e ferramentas.

O engenheiro-chefe das obras, Demosthenes Rockert, afirmou, após a conclusão da ferrovia, que precisou lidar com a escassez de materiais, veículos e água, mas que o maior desafio foi, de fato, a ausência de mão de obra. Para resolver o problema, os trabalhadores eram agenciados nos sertões de Minas Gerais, da Bahia e até mesmo do estado de Goiás a preços elevados.

Em Montes Claros, igualmente se agenciava mão de obra. A mesma prática, segundo Almeida (2013), era comum na cidade de Pirapora, onde migrantes eram recrutados por agenciadores da ferrovia EFCB para trabalhar na construção da estrada de ferro.

No relato do engenheiro responsável pelas obras, foi ressaltado o alto valor pago pela mão de obra dos migrantes. Esse fator pode ser relacionado não apenas à escassez de trabalhadores, mas também à exigência dos próprios migrantes em relação à remuneração. Ao que parece, os responsáveis pelos serviços de construção da ferrovia tiveram que aceitar as condições impostas pelos trabalhadores agenciados.

Acostumados a migrar para São Paulo e outros estados, esses migrantes já estavam familiarizados com o processo de contratação. Desse modo, para permanecerem na região, seria necessária uma proposta financeiramente vantajosa.

Esse cenário se evidencia no próprio discurso do secretário de Aviação, ao relatar os desafios enfrentados para convencer os migrantes a permanecerem, em vez de seguirem viagem para São Paulo. Em outras palavras, a permanência dos trabalhadores foi uma realidade, mas condicionada à negociação sobre as condições de vida e de trabalho, especialmente os salários.

A salubridade da região e a incidência de malária causavam temor entre os migrantes. Muitos desistiam durante a viagem; outros desertavam ao chegar a Montes Claros ou fugiam levando provisões e ferramentas que lhes eram fornecidas na cidade. Na prática, ao se depararem com os efeitos letais da doença, a escassez de água e outras inseguranças relacionadas às condições de trabalho, acabavam desistindo¹⁶⁵.

O problema foi resolvido, segundo o *Gazeta do Norte*, com a utilização da escolta policial que acompanhava os grupos de operários que saíam diariamente de Montes Claros até o trecho em construção. Contudo, a estabilidade dos serviços só foi normalizada, como foi citado na nota de rodapé 172, quando as condições de trabalho foram melhoradas.

Ainda assim, os trabalhadores, segundo a fonte, foram obrigados a conviver com condições sanitárias desfavoráveis, enfrentando “as febres malignas, as amebianas, as colites, as desinterias, o tifo” (*Gazeta do Norte*, 30/05/1948).

As precariedades e a insegurança sanitária causaram impactos significativos à saúde dos trabalhadores. Isso fica evidente nas referências feitas pelo *Gazeta do Norte* aos cemitérios de vítimas da malária na região: “A malária ceifou vidas [...] [N]Os cemitérios [...], não couberam as sepulturas dos baianos que estenderam para além das cercas toscas, povoando os campos de montículos de terra como casas de formiga (*Gazeta do Norte*, 12/03/1947)¹⁶⁶.

Em seu discurso, o engenheiro Demosthenes Rockert ressaltou o papel dos trabalhadores. Ainda assim, esse reconhecimento enfatizou muito mais os estereótipos negativos desses sujeitos, os quais sobreviviam em condições precárias em relação à saúde e

¹⁶⁵ Segundo a fonte: “A falta de água em todo o trecho obrigava a construção de represas naturais para aproveitamento das águas pluviais, destinadas apenas aos animais em serviço; [...] com o tempo a água estagnada apodrecia e sobre o fundo verde-negro do lodo, as anofelinas depositavam seus ovos indesejáveis, enquanto na superfície mansa e rasa das águas, zumbiam em profusão as moscas varejeiras. Cada poça de lama era um viveiro de morte” (*Gazeta do Norte*, 30/05/1948).

¹⁶⁶ Consoante as informações dos responsáveis pelas obras da ferrovia, além de reforçar o serviço de agenciamento de mão de obra, também foi necessário “o lançamento de uma propaganda criteriosa, de assistência médico- cirúrgico-hospitalar, a que eram submetidos os trabalhadores e suas famílias, bem como o fornecimento de gêneros de 1ª qualidade, a preços de custo, pelo Serviço de Subsistência Reembolsável. Distribuindo atobrina, quinino, splenquina, soros e vacinas, construindo ranchos, telheiros, abrigos, galpões e barracas, distribuindo água potável em caminhões tanques – foi o pessoal pouco a pouco se ambientando e atraindo outros mais resabiados, resultando, então, na indispensável estabilidade da obra pela constância do braço produtor” (*Gazeta do Norte*, 30/05/1948).

ao saneamento. Uma representação não muito diferente daquela citada em outros momentos deste estudo sobre os trabalhadores oriundos do Nordeste do Brasil e do Norte de Minas, como foi enfatizado:

O nosso caboclo, que não sabe quem se deve o “slogan” de indolente, mais uma vez desmentiu os que lhe desconhecem a fibra. Desnutridos, esfarrapados, minados pelas verminoses, geralmente sustentando sua numerosa prole, alimentando-se quase que somente de rapadura e farinha e algumas vezes carne seca, trabalham com afinco, de sol, causticados pela inclemência da sede, pela rudeza do serviço braçal, açoitados pela traição das moléstias tropicais, assalariados pelo tifo e o seu cortejo de nefastos asseclas. Trabalhavam com fé e estoicismo, disciplinados e eficientes, deixando como afirmação incontestada, essa realização grandiosa que representa esses 240 quilômetros de linha férrea (Gazeta do Norte, 30/05/1948).

Observamos que, na própria documentação da estrada de ferro e na imprensa, pouco se ressaltou o protagonismo dos trabalhadores norte-mineiros e de outros estados. As pesquisas acadêmicas dedicadas exclusivamente a esse tema são escassas.

O estudo de Almeida (2013), por exemplo, enfatiza os impactos da ferrovia no modo de vida da população estabelecida às margens dos trilhos e estações, mas a pesquisadora se ocupou, na maior parte da sua análise, em discorrer sobre a expansão da linha férrea no Brasil, sem muitas informações e aprofundamentos sobre os trabalhadores envolvidos diretamente na construção da linha férrea.

Os dados sobre as pessoas envolvidas na obra dizem respeito à sua origem – sendo, em sua maioria, nordestinos – e à viagem até o Norte de Minas. A pesquisadora, por meio de entrevistas realizadas com os sujeitos que fizeram parte desse processo, ressaltou algumas dessas histórias. Entre elas, citamos:

Nesse fluxo migratório, a senhora Maria Romão chegou ao Norte de Minas Gerais com toda a sua família - mãe, pai, irmãos, marido, sogra, sogro, primos, tios. Estavam indo em direção a São Paulo, quando, em Pirapora, foram interpelados para trabalharem na instalação da ferrovia e resolveram ficar no Norte de Minas Gerais. [...] Vieram com objetivo de atingir o estado de São Paulo, mas fincaram pé em terra norte-mineira e ajudaram a construir uma nova realidade, povoando-a e trabalhando (Almeida, 2013, p. 149).

Entre essas localidades que surgiram após a implantação da ferrovia e a permanência dos migrantes, destacam-se Capitão Enéas, Sapé, Orion, Quem-Quem, Janaúba, Tocandira e Pai Pedro.

Conquanto não tenha havido aprofundamento sobre os trabalhadores que permaneceram em Montes Claros, ao se referir aos primeiros habitantes de Orion, voltou a ser enfatizada a origem desses trabalhadores – uma característica comum a outras localidades.

Os moradores são comumente, e em sua maioria, oriundos de outras regiões do país, com uma predominância de nordestinos, acentuadamente do estado da Bahia. A maioria dos moradores chegou a essas localidades porque seus pais, ou avós vieram trabalhar na instalação da ferrovia. Alguns se tornaram ferroviários e os que faleceram legaram a suas esposas a pensão da RFFSA (Almeida, 2013, p. 161).

Outro aspecto que a autora destacou foi a presença e o trabalho das mulheres, enquanto seus maridos eram funcionários da ferrovia: “elas constituíram uma modalidade de trabalho durante esse período com a qual comercializavam com os passageiros dos trens, ofertando produtos produzidos, na busca de garantirem o sustento da família ou mesmo para complementar a renda familiar” (Almeida, 2013, p. 161).

Mas essas mulheres, além disso, eram empregadas em outras modalidades de trabalho, como na lavoura. Conforme a constatação realizada, a renda das mulheres que comercializavam gêneros alimentícios (café, roscas, bolos etc.) nas estações, em muitos casos, chegava a ser superior àquela obtida pelos homens.

A pesquisadora se limitou a citar os dados sobre o papel das mulheres nesse contexto, o que foi importante. Todavia, uma análise na perspectiva de gênero teria possibilitado explorar, de maneira aprofundada, a agência dessas mulheres, a decisão de permanecer, a contribuição delas na manutenção da estrutura familiar, assim como a importância das redes de sociabilidade e solidariedade nesse cenário.

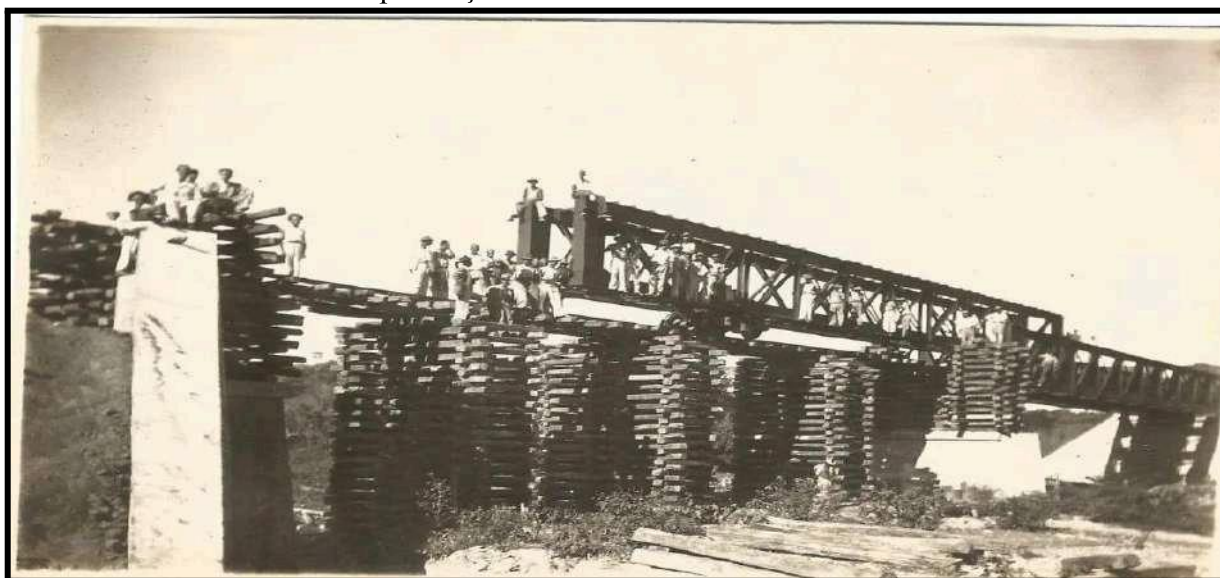
A pesquisa de Almeida (2013) nos permite constatar a importância do papel desses trabalhadores migrantes na construção da ferrovia, mas também dessa mão de obra para a região – o que evidencia a contribuição desses sujeitos no processo de desenvolvimento do Norte de Minas na época. Como foi ressaltado pela pesquisadora:

Essa força de trabalho foi empregada primeiramente no assentamento da ferrovia, no prolongamento que ligou a região norte de Minas à Bahia, o Sudeste ao Nordeste, efetivando a finalização desse tronco da Ferrovia Central do Brasil, elevando em determinados aspectos esse território da posição marginal em que se encontrava em relação ao restante do estado e do país (Almeida, 2013, p. 149).

Outra estratégia metodológica que utilizamos, visando enfatizar o papel dos migrantes nas obras da ferrovia, foi recorrer a um arquivo particular. Os registros fotográficos de um grupo da mídia social Facebook, idealizado e mantido por admiradores da ferrovia, foram fundamentais e possibilitaram o acesso às imagens dos trabalhadores durante a construção da estrada de ferro, no trecho Montes Claros–Monte Azul¹⁶⁷.

É recorrente, nessas e em outras fotografias, a presença de crianças e mulheres. Isso se deve à permanência dos trabalhadores com seus familiares em acampamentos por longos períodos nas regiões onde a estrada de ferro estava sendo construída. Vale lembrar que, à medida que as obras avançavam, os alojamentos igualmente eram realocados.

Fotografia 15: Rio Mosquito, ponte metálica, as fogueiras de dormente para serem assentadas e a presença dos trabalhadores – 17 de maio de 1946.



Fonte: Mota (2023)¹⁶⁸

¹⁶⁷ As fotografias foram produzidas por um fotógrafo de nome Quirino, da própria região onde estava sendo construída a estrada de ferro, no município de Porteirinha, Norte de Minas. Os registros são da década de 1940 e foram publicados numa mídia social particular de parentes de ferroviários e depois compartilhados num grupo também Facebook chamado: **Saudosos da RFFSA tudo sobre a Rede Ferroviária Federal**. Na descrição das fotografias são citadas as datas, localização e alguns dados sobre o contexto que a imagem retrata. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1673021626302062/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

¹⁶⁸ MOTA, Lílian Claudine Marques G. Chapa n. 02 Rio Mosquito KM 162=1278 metros. Montes Claros, 28 maio 2023. Fotografia de Quirino, registrada em 17 maio 1946. Facebook: lilianclaudine.mota. Disponível em: https://www.facebook.com/groups/1673021626302062/user/100001444871785/?__tn__=-UC*F. Acesso em: 28 maio 2023.

Fotografia 16: Trabalhadores da ferrovia - 1940.



Fonte: Mota (2023)

Em relação ao *Gazeta do Norte*, os migrantes que trabalharam nas obras da ferrovia até chegaram a ser lembrados em alguns outros momentos, mas não diretamente pelo reconhecimento do trabalho realizado. Isso ocorreu quando a imprensa ressaltou que os montes-clarenses estavam incomodados com a presença dos retirantes retidos na cidade e os transtornos alegados desse fato, já enfatizado antes.

Isso ocorreu no momento em que a EFCB era culpabilizada pelos transtornos, mas que, ao mesmo tempo, nos fornece evidência da participação dos migrantes nas obras da ferrovia: “Por vezes negam-lhes de vender passagens **na estrada de ferro que seus avós e seus pais em outros exodus construíram**, com o sacrifício da própria vida. Os cortes duros que humedeceram os taludes de aterros com o suor de seus rostos esqueléticos”.

Conforme as alegações, aos migrantes era negado o direito de usufruir do transporte no trem: “recusa conduzir os que lhe preparam a plataforma a que precisam agora ir por esse vasto mundo em busca ao menos da água para lhes mitigar a sede, o martírio maior da seca. Não podem comprar passagens, os trens não cabem os retirantes, a Central proibiu a venda de bilhetes” (*Gazeta do Norte*, 12/03/1947). Esse contexto estava relacionado a outros fatores expostos anteriormente; apesar disso, ele evidencia o papel dos migrantes na construção da ferrovia.

Relativo à inserção do Norte de Minas no Polígono da Seca, as lideranças locais, na década de 1950, precisaram mobilizar esforços para que a região pudesse ser contemplada

pela “Operação Nordeste”, coordenada por Celso Furtado – a qual resultou na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste¹⁶⁹.

Assim:

A principal tese apresentada por Furtado é a da necessidade de superação dos desequilíbrios regionais, através da ação planejada, com força política, para eliminação dos atavismos históricos que marcam a região Nordeste, em relação às transformações ocorridas na região Centro-Sul nas últimas décadas. Para o convencimento analítico do público interessado, Furtado habilmente reconstrói o processo histórico destes desequilíbrios regionais, fortalecendo a concepção de um dualismo estrutural: a região Nordeste, de economia rural dos latifúndios exportadores e da economia de subsistência marcados pela pobreza, desocupação e migração forçada, se trata de um processo histórico dissonante, assimétrico em relação à região Centro-Sul, de aprofundamento do processo de industrialização desde a década de 1930 (Pinto, 2020, p. 78).

Ao se depararem com a constatação de que o Polígono da Seca norte-mineiro havia ficado de fora do plano do governo, os políticos mineiros da região iniciaram suas articulações. Isso pode ser percebido por meio do telegrama enviado ao *Gazeta do Norte* pelo deputado federal por Minas Gerais, José Bonifácio, que ocupava o cargo de 1º secretário da Mesa Diretora da Câmara. No telegrama, o deputado afirma:

Comunico prezado coestaduano que, atendendo justas ponderações caro amigo José Carlos de Lima, apresentei à Câmara emenda mandado incluir território polígono das secas de Minas, na Operação Nordeste. Vou enviar todos os meus esforços para aprovação da minha emenda a fim de reparar calamitosa injustiça praticada contra o Norte de Minas. Saudações cordiais (Gazeta de Norte, 21/05/1959).

O bispo local, Dom José Alves Trindade, mobilizou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no intuito de intervir em favor da região. Na ocasião do encontro dos bispos do Nordeste, ocorrido em Natal, capital do Rio Grande do Norte, a autoridade eclesial seguiu para o evento acompanhada do diretor do DNOCS, Manoel Martins Athayde, e do prefeito de Montes Claros, Simeão Ribeiro Pires, com o objetivo de angariar apoio do prelado nordestino.

O grupo redigiu um documento enviado ao presidente Juscelino Kubitschek, contestando a não inserção do Polígono da Seca do Norte de Minas no Grupo de Trabalho

¹⁶⁹ “Após uma década de trabalhos realizados na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (1949-1957), grande parte à frente da Diretoria da Divisão de Desenvolvimento, Furtado retorna para o Brasil em agosto de 1958, ao final do seu ano letivo como pesquisador fellow em Cambridge, no King’s College, onde produziu sua obra *Formação econômica do Brasil*” (Pinto, 2020, p. 78).

para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado em 1956 e transformado, em 1958, no Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) (Verbete 8885 – FGV, 2009).

Entre as alegações, contavam as seguintes:

A situação do Norte de Minas ficou em inferioridade as demais regiões, uma vez que o “CODENO”, conforme decreto do Sr. presidente da República, não inclui o Estado de Minas Gerais. Necessário mesmo que venha a “SUDENO”, ora em organização por lei em tramitação no Congresso Nacional, incluir as regiões do Polígono das Secas, deste Estado, criar um GRUPO DE TRABALHO, com características idênticas ao grupo do Cariri, do Estado da Paraíba, que vem brilhantemente desenvolvendo suas funções tanto executivas como as demais [...] (Gazeta do Norte, 24/05/1959).

Um texto semelhante a um “decreto” foi entregue em mãos pelo grupo ao presidente Kubitschek, no Rio de Janeiro, após o evento eclesástico. A proposta de inserção do Polígono da Seca norte-mineiro na “Operação Nordeste” até chegou a ser colocada em votação anteriormente, porém foi rejeitada pelos deputados federais dos estados do Nordeste, que não concordavam com a inclusão da região mineira.

Ficou evidenciado que os parlamentares nordestinos – os “donos da seca” – não aceitavam dividir a “fatia do bolo” com os colegas mineiros. O próprio deputado José Bonifácio chegou a argumentar que a decisão não traria prejuízos aos estados do Nordeste.

Ainda no ano de 1959, por meio da emenda proposta pelo citado deputado e das pressões exercidas pelos grupos da sociedade local, a região do Polígono das Secas de Minas foi incluída na Operação Nordeste. Assim como passou a integrar a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada pela Lei n. 3.692, de 15 de dezembro de 1959, e promulgada pelo presidente Juscelino Kubitschek (Brasil, 1959, s.n).

Ainda no mesmo ano, o *Gazeta do Norte* informou que o grupo de trabalho sugerido também havia sido criado nos moldes daquele existente em Campina Grande, na Paraíba, que já estava em funcionamento¹⁷⁰.

Nos anos seguintes, o *Gazeta do Norte* manteve o padrão de reportagem, em que os discursos se equilibravam entre ressaltar os efeitos negativos da seca para o Norte de Minas e anunciar verbas em cifras cada vez maiores destinadas ao DNOCS.

¹⁷⁰ Foi feito o seguinte esclarecimento: “Encargos do grupo: realizar estudos necessários à execução do decreto; organizar programas de ação com base nos estudos, levantamentos e pesquisas; acompanhar a execução de medidas que recomendem, sugerindo modificações; apreciar ou elaborar projetos de melhoramentos rurais básicos para financiamento (crédito orientado); encaminhar assim instruídos aos bancos; controlar o curso das operações contratadas – inspeções; estudar e sugerir normas especiais de financiamento; utilizar técnicas e equipamentos ou contratados para a execução de obras e serviços financiados; prestar auxílio aos bancos; apresentar ao órgão coordenador DNOCS relatório” (Gazeta do Norte, 30/08/1959).

A exemplo de uma reportagem, entre tantas outras, intitulada “*A Ameaça dos 9*”, foi afirmado que todo ano terminado em 0 ou 9 havia sido calamitoso para o sertão, desde o século XIX até o ano de 1959. Inclusive, foi lembrado o ano de 1929 e a chegada das “levas” de flagelados a Montes Claros.

No ano de 1962, foi veiculada outra matéria: “*Crescem a desolação e a descrença no Norte de Minas*”, enfatizando as precárias condições das estradas após o período chuvoso, os reflexos da seca para a região e o completo desamparo do governador do estado, Magalhães Pinto.

Novamente, as reivindicações dos norte-mineiros foram atendidas. No início do ano de 1962, no encontro dos 22 prefeitos do Polígono da Seca em Minas Gerais com o governador, foram anunciados oitenta milhões de cruzeiros – verba da Sudene destinada aos 22 municípios do Norte de Minas –, além de quarenta milhões de cruzeiros a serem empregados na construção da estrada Corinto-Montes Claros.

No mês de maio daquele mesmo ano, o representante de Minas Gerais no Conselho da Sudene, José Carlos de Lima, comunicou ao governador do estado um quantitativo de verbas que superava os quatrocentos milhões de cruzeiros. Os investimentos seriam destinados à construção de um matadouro em Montes Claros.

Importante enfatizar que, assim como no período de implantação do DNOCS, Montes Claros – na vez da Sudene – recebeu o maior percentual de projetos elaborados pelo órgão: cerca de 58,8% dos recursos, sob a justificativa de que seu núcleo urbano reunia melhores condições, por exemplo, para ser sede do polo industrial a ser implantado¹⁷¹.

Os recursos igualmente foram direcionados para a construção de armazéns para cereais em Montes Claros, Espinosa e Porteirinha; construção de fábrica de rações balanceadas em Montes Claros; construção da rodovia São Romão – Montes Claros; além de outros trechos que ligavam Montes Claros – Salinas – Janaúba – Monte Azul. Houve ainda investimentos em energia elétrica, que seria viabilizada mediante a linha de transmissão da Hidrelétrica de Três Marias até Montes Claros. A questão do abastecimento de água também seria contemplada.

Como podemos notar, conforme o explanado, as justificativas para reivindicar recursos públicos do governo foram se adequando e aperfeiçoando ao longo do tempo. Desde a concessão de verbas direcionadas especificamente para auxiliar na questão dos migrantes retidos, passando pela chegada do DNOCS e, posteriormente, da Sudene.

¹⁷¹ Ver mais em: BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. **Industrialização da Área Mineira da Sudene**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1985.

Diante das alegações dos grupos da sociedade local – nomeadamente em relação à situação de exclusão do Norte de Minas das verbas estaduais e federais –, o que ficou nítido foi que os maiores beneficiados foram esses próprios grupos. Além dos empregos em altos cargos das instituições públicas, suas propriedades rurais e estabelecimentos comerciais urbanos foram beneficiados diretamente com os recursos recebidos.

Apesar de ser inegável que os trabalhadores se beneficiaram desse processo de desenvolvimento – mesmo enfrentando condições precárias, como o ambiente insalubre da região –, muitos migrantes que buscavam chegar até São Paulo em busca de melhores condições de vida recorreram a essas obras para alcançar seus objetivos. Além disso, tiveram um papel fundamental na história do desenvolvimento do Norte de Minas nesse período.

Muitos deles acabaram por se estabelecer na região, especialmente na cidade de Montes Claros, onde permaneceram atuantes. Não apenas como mão de obra, mas também participando intensamente da vida política, cultural, religiosa e social – como será abordado no capítulo seguinte.

SEXTO CAPÍTULO

A PERMANÊNCIA DOS MIGRANTES EM MONTES CLAROS E A ATUAÇÃO DOS ALICIADORES DE TRABALHADORES

O presente capítulo demonstra a relação entre migração e o desenvolvimento urbano-demográfico de Montes Claros. A partir da chegada e permanência dos migrantes, a cidade passou por diversas transformações no âmbito do seu desenvolvimento urbano, como o surgimento de novos bairros, com destaque para o bairro Morrinhos e a Vila Sumaré, habitados por norte-mineiros vindos de outros municípios e por nordestinos, maiormente aqueles que trabalharam nas obras da ferrovia.

Os migrantes também foram fundamentais no processo de reivindicação por melhores condições de vida nos bairros periféricos onde passaram a habitar, o que se tornou o embrião de importantes associações de moradores e sindicatos de classe, sob a liderança de um migrante nordestino, Zeferino Guedes. Além disso, ocorreram outras transformações no âmbito econômico e social da cidade.

Devido à presença dos migrantes, Montes Claros ganhou destaque por se tornar um local estratégico onde os trabalhadores procuravam os aliciadores particulares em busca de trabalho em outras regiões do Brasil. A instabilidade do serviço de migração contribuiu para gerar um excedente de trabalhadores que se deparavam com a falta de recursos, ou mesmo porque eram reprovados nos exames médicos.

Os migrantes recorriam aos aliciadores, todavia, como sujeitos ativos que negociavam melhores condições de trabalho e salários – e não como pessoas suscetíveis às ações dos agenciadores, como foi representado pelo discurso da imprensa e das autoridades.

É inegável a existência de problemas estruturais relacionados aos deslocamentos; contudo, buscamos lançar luz sobre as ações autônomas dos migrantes, o que nem sempre agradava às autoridades federais e aos fazendeiros interessados na mão de obra. Os discursos analisados indicam que raramente se atribuía ao trabalhador nordestino a capacidade de julgar o que era melhor para si, devido à sua “condição de fugitivo da seca e da fome”.

6. 1 “depois da linha ou abaixo da linha?” o papel dos migrantes na expansão (sub)urbana de Montes Claros¹⁷²

Nessa subdivisão, buscaremos relacionar o processo de interação entre a chegada dos migrantes, o crescimento urbano-demográfico e a expansão dos subúrbios de Montes Claros. Antemão, esclarecemos que não é nosso objetivo realizar uma investigação demográfica sobre o assunto, devido à ausência de dados; porém, recorreremos a alguns estudos que tangenciam o tema, bem como ao *Gazeta do Norte*, para corroborar nossa hipótese.

A triagem médica que rejeitava parte dos trabalhadores, a indisponibilidade de recursos do serviço de migração – e até mesmo dos próprios migrantes –, além daqueles que eram recrutados ao chegar à cidade para trabalhar em obras na região, contribuíram para a permanência dos nordestinos. Isso é confirmado, mesmo sem aprofundamento no assunto, por Almeida (2013), Cardoso Júnior (2008)¹⁷³, Costa (2014) e o memorialista Hermes de Paula (2007)¹⁷⁴.

A esse respeito, na presente seção, discorreremos sobre o estabelecimento dos migrantes na cidade.

Outro dado importante a ser considerado diz respeito à escassez de fontes sobre a história dos subúrbios de Montes Claros e de seus habitantes¹⁷⁵. Isso nos exigiu uma habilidade semelhante à de uma artesã ao confeccionar uma colcha de retalhos – ou seja, a paciência para encontrar a peça certa que se encaixasse no trabalho de composição e de reconstituição.

Nessa direção, partimos do entendimento de José Martins de Souza (2008). Segundo o sociólogo, a história da cidade não deve se concentrar apenas nos eventos e nos sujeitos que

¹⁷² A expressão em destaque no título foi proferida por um dos entrevistados por Costa (2014). O contexto da fala era a questão da desvalorização dos imóveis na região do bairro Morrinhos, devido ao estigma de ser um lugar violento, zona boêmia e de pobreza.

¹⁷³ “Parece correto supor que trabalhadores empregados na construção do referido trecho ferroviário, da mesma forma que em partes da estrada construídas anteriormente e noutros empreendimentos, ao certo numerosos e em grande parte de procedência nordestina, tenham se fixado nos bairros periféricos de Montes Claros durante e após os trabalhos” (Costa, 2008, p. 72).

¹⁷⁴ Embora os autores apenas tangenciem o assunto, nenhum deles realizou um estudo detalhado sobre esse aspecto da vida dos migrantes relacionados à cidade e à região.

¹⁷⁵ Para José Martins de Souza (2008), as áreas que circundam a região central, na definição geográfica, são o subúrbio, onde a população ainda não conta com diversas infraestruturas básicas – inclusive podendo ser habitadas pela população mais rica. Isso porque o subúrbio integra o território intermediário, do ponto de vista espacial, entre o urbano e o rural. A história no subúrbio ganha status de crônica, e não de uma história visível; os episódios se sucedem de maneira desconectada e apenas de forma circunstancial. “A cidade privou os suburbanos do direito e da possibilidade de se reconhecerem como agentes ativos do processo histórico. Essa privação é parte da história e, como tal, deve ser compreendida” (Souza, 2008, p. 57).

compõem sua área central, muito menos ignorar a importância de outras regiões e povoações, conquanto a tendência seja essa. Como ele afirma: “O subúrbio é coadjuvante, circunstante e ocasional. A grande história aparece residualmente no subúrbio e nem por isso menos verdadeira. O lugar da história reconhecível é a cidade e nela o centro” (Souza, 2008, p. 57).

Corrobora nesse sentido Henri Lefebvre (1991), ao afirmar que a classe trabalhadora é parte-chave na transformação do espaço urbano. Ainda que sozinha não constitua a sociedade urbana, sua participação é fundamental nesse processo.

As informações que obtivemos têm a mesma origem daquelas já conhecidas nesta pesquisa, ou seja, do *Gazeta do Norte*. Porém, no tocante à contribuição dos migrantes na expansão urbano-demográfica, as referências são escassas.

As poucas evidências também foram constatadas por Cardoso Júnior (2008), na documentação da estrada de ferro, no Arquivo da Unimontes e no Legislativo da Prefeitura Municipal de Montes Claros. Revisamos esses subsídios no intuito de obter mais informações, mas percebemos que elas se restringem àquelas citadas pelo pesquisador. Mesmo com dados fragmentados, constatamos que, pelo menos, uma parte dos primeiros habitantes do bairro Bomfim/Morrinhos – assim como de outros bairros que surgiram na época – eram trabalhadores migrantes¹⁷⁶.

O enfoque que damos ao bairro Morrinhos se deve ao fato de ele ter sido a primeira região do subúrbio a ser habitada pelos trabalhadores que chegavam à cidade naquela época. Como consta no título desta seção, “do lado de cima da linha”.

Em entrevista a Costa (2014), dois dos moradores mais antigos do bairro, João Pimenta dos Santos (Mestre Zanza)¹⁷⁷ e o Senhor Hermes Veloso confirmaram que “o bairro Bonfim, atualmente denominado bairro Morrinhos, foi o primeiro espaço de expansão urbana da cidade, consolidando-se, desde então, como área de forte concentração populacional (Costa, 2014, p. 35).

Outra pista que nos levou ao surgimento do bairro Morrinhos está relacionada à sua população pobre, o que despertou, na época, certo temor dos dirigentes locais e da imprensa

¹⁷⁶ Inicialmente, o bairro era chamado de Bonfim, o provável é a referência à Capela construída no alto do Morro dedicada ao Senhor do Bom Fim, por volta do período do Centenário da cidade, na década de 1950, quando as elites locais buscavam transmitir a ideia de uma cidade moderna e desenvolvida, o bairro passou a ser chamado de Morrinhos, embora ele fosse localizado em uma colina, a mudança de nome talvez estivesse relacionada às tentativas de desvincular o bairro da ideia de que o Bom Fim era um local “violento e pobre”. Conforme a autora, “a denominação do território como bairro Morrinhos só foi efetivada no ano de 1998, através do projeto de lei no 2.616, proposto pela Câmara Municipal de Montes Claros e sancionado pelo Prefeito Municipal Jairo Ataíde Vieira em 17 de agosto de 1998” (Costa, 2014, p. 52).

¹⁷⁷ Mestre do Primeiro Terno de Catopés de Nossa Senhora do Rosário (Congado).

devido à sua proximidade com a área central e à circulação de seus habitantes no espaço da cidade. Sob a alegação de que os moradores desciam do morro para esmolar nas ruas e as crianças para brincar ou fazer algazarras, esse comportamento desagradava os dirigentes locais, comerciantes e demais membros dos grupos da sociedade local.

Segundo Jorge Tadeu Guimarães (1997, p. 64), “O mês de abril de 1952 foi palco de movimentada discussão a respeito dos meninos de rua, envolvendo o Rotary Clube, o Diretório dos Estudantes, as escolas e a Igreja Católica”. Prossegue o autor: “Vários eram os pequenos soltos pelas ruas à mercê da sorte, pois raras são as vítimas desse abandono que suportam chegar ao término da vida sem qualquer nódoa de crime”.

Em maio de 1952, em uma matéria intitulada “*Uma escola para menores abandonados em Montes Claros*”, novamente foram feitas referências às crianças e aos rapazinhos que perambulavam pelas ruas¹⁷⁸. Pelos indicativos das fontes, tratava-se de crianças pobres que, enquanto seus pais saíam de casa para trabalhar, dirigiam-se ao Centro para brincar – o que contrastava com o ideal da sociedade local de cidade moderna, ordenada e higienizada.

Entre as medidas adotadas à época, foi proposta a criação de uma Escola Profissional para menores, concretizada somente na década de 1970, e a fundação, em 1951, do Orfanato Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Além disso, passou a ser fornecida uma espécie de “cesta básica” pelo serviço de assistência para alguns moradores do Morrinhos, no intuito de evitar sua circulação no Centro, inclusive para pedir esmolas – assunto que já abordamos em capítulo anterior.

Na Fotografia 42, o fotógrafo Serafim Facella, posicionado em uma determinada localidade da região central, registrou o Morrinhos antes da urbanização, localizado no plano de fundo da imagem. À frente da colina, encontra-se o prédio da Estação Ferroviária EFCB. Nesse registro, é possível perceber a proximidade do bairro com o Centro.

¹⁷⁸ Diversas matérias publicadas na época fizeram referência às crianças: *Em Menores abandonados - agosto de 1947*, foi feita a seguinte afirmação: “Além de infestarem as ruas, formando grupos para jogarem bola, etc. junta-se a molecagem para vaiar os que passam, chegando até a atirar pedras nas caras de quem os admoesta” (Gazeta do Norte, 22 de agosto de 1947). Outra reportagem de agosto de 1945, intitulada *A malandragem*, também faz referência às crianças na rua.

Fotografia 17: Bairro Morrinhos.



Fonte: Gomes (2019)

Priorizamos enfatizar outras facetas sobre as histórias dos migrantes nordestinos que não sejam aquelas relacionadas à imagem de flagelados da seca, pobres, doentes e anômicos, constantemente reproduzidas pela imprensa e por outras produções bibliográficas.

Cardoso Júnior (2008), por exemplo, cita o livro de Gildete Brandão *et al.* (1965), um dos primeiros textos sobre o assunto, que menciona a expansão urbana e as condições de vida das classes populares compostas por trabalhadores nordestinos e da vizinhança rural. Não obstante, as autoras relacionam a presença desses sujeitos às causas de problemas como doenças, falta de higiene e fome – o que demonstra que o olhar sobre “os de fora”, em referência a Elias e Scotson (2000), anos depois, não mudou muito em relação aos estereótipos negativos.

Essas memórias se mantêm atualizadas nas mídias sociais. Identificamos, por exemplo, no Facebook, duas postagens nesse sentido. A primeira, de 2021, afirmava: “Após a década de 1920, imigrantes miseráveis vindos do Nordeste e Noroeste de Minas Gerais chegaram a Montes Claros, onde ocupavam as ruas sem comida ou qualquer condição de vida humana” (Lugares de Minas, 29 jan. 2021. Facebook: grupolugaresdeminas):

Dona Lica, mãe de Diógenes Câmara, quem eu entrevistei diversas vezes, me disse que os retirantes, que vinha até Montes Claros, a procura de pegar o trem para São Paulo, deixaram muitos meninos de colo abandonados na plataforma da estação, e famílias montes-clarenses, apiedadas, adotavam os meninos. Dona Lica me disse que muitos recém-nascidos morreram lá na estação e as mães deixavam os seus cadáveres na plataforma, e os ferroviários e outros montes-clarense, apiedados, faziam o enterro das crianças e até dos adultos que morriam a espera de condução para São Paulo (Dimas Lúcio Fulgêncio, 2 mar. 2022. Facebook: dorzinhabaleeiro).

Ainda foi citado o inesquecível odor desagradável dos migrantes: “O Sr. Hebe Rego me narrou que o mau cheiro dos flagelados o impressionou, e mais de setenta anos depois, o Sr. Heber Rego me disse que o mau cheiro das pessoas ficou impregnado em sua memória” (Dimas Lúcio Fulgêncio, 2 mar. 2022. Facebook: dorzinhabaleeiro).

É possível perceber que persistiu, no imaginário local, a representação do migrante como um sujeito desumano, que abandona seus filhos para trás, conforme a visão de uma sociedade que se via como caridosa, acolhedora e orientada por uma moral religiosa católica.

O aspecto da falta de higiene é outra característica que distancia esse sujeito da população “sadia e higienizada”. Inclusive, é repetido o discurso que culpabiliza os pobres, neste caso, os migrantes, pelos problemas que os afetam e, conseqüentemente, afetam a própria sociedade.

Outro detalhe que observamos é que o autor do relato na mídia social obteve as informações por meio de outras pessoas: “dona Lica me disse; o Sr. Hebe Rego me narrou”. Não que desprezemos o valor da cultura oral, mas esse tipo de informação tem um caráter generalizador; nenhuma fonte é citada para assegurar a veracidade dos fatos ou para questioná-los¹⁷⁹.

Ao mesmo tempo, no entanto, esse tipo de imaginário que ganhou força na sociedade local não nos surpreende, uma vez que esses estereótipos se assemelham a outras narrativas negativas sobre os migrantes que identificamos, particularmente na imprensa. Em parte, esses fatos ajudam a explicar por que as memórias construídas pelos grupos da sociedade local não relacionam os migrantes nordestinos à “história oficial” da cidade sob uma perspectiva positiva.

O aspecto que diferencia nossa abordagem é que não ficamos restritos a pensar a migração relacionada apenas à pobreza, às moradias inadequadas, à falta de estrutura urbana, à fome e às doenças. Conquanto as admitamos, consideramo-las como pano de fundo, pois esses dados não podem suplantar a agência desses sujeitos.

Realmente, os trabalhadores que contribuíram com o desenvolvimento e o progresso foram habitar nos subúrbios desprovidos de serviços públicos, inclusive do fornecimento de água, energia elétrica e ruas sem pavimentação. Essas foram algumas das principais reivindicações identificadas por Cardoso Júnior (2008) na documentação da prefeitura.

¹⁷⁹ Durante todo o desenvolvimento da pesquisa, não identificamos nenhuma informação em outras fontes sobre o assunto, nem mesmo que fosse uma prática comum dos migrantes abandonarem seus filhos. O que podemos conjecturar é que tenha ocorrido algum evento isolado.

Entendemos que seja mais profícuo interpretar esse mesmo contexto sob a perspectiva da insegurança estrutural, o que nos permite apontar as reações dos trabalhadores diante dessa conjuntura de precarizações. Cardoso Júnior (2008) nos fornece importantes pistas nesse sentido.

Para as fontes oficiais, um marco na história do bairro Morrinhos foi a construção de uma capela dedicada ao Senhor do Bonfim por Dona Germana Maria de Olinda, em 1884¹⁸⁰. Mas a ocupação do terreno por moradores só veio a ocorrer na década de 1920, e a denominação de bairro foi registrada no ano de 1932 (Costa, 2014)¹⁸¹. Esse processo coincide com o período da chegada da ferrovia e dos primeiros migrantes que vieram nessa época.

Sua localização era classificada, pelos documentos da prefeitura municipal e pelo *Gazeta do Norte*, como área suburbana, em uma região que transpunha os trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil, que representavam um dos limites do urbano, sendo o outro o rio Vieira.

Segundo o escritor regional Hermes de Paula (2007), os primeiros habitantes do local foram pessoas que chegavam à cidade em busca de melhores condições de vida – naquele período, conforme tem evidenciado este estudo, tratava-se principalmente de migrantes, em sua maioria nordestinos.

Como já citamos antes, os estereótipos negativos foram responsáveis por outras pistas que nos levaram à presença dos migrantes no bairro Morrinhos, assim como em relação aos habitantes de outros bairros que surgiram a partir da década de 1940, como Santo Expedito, Vila Ipê, também chamada Vila Operária, e Santos Reis; na década de 1950, Vila Guilhermina e Vila Brasília.

Ressalta Cardoso Júnior (2008), ao fazer menção às afirmações de Gildete Brandão *et al.* (1965), que para Montes Claros vieram ricos, mas também muitos pobres miseráveis, os quais, para aquele historiador, confundem-se com a classe trabalhadora.

¹⁸⁰ “De acordo com relatos orais, no ano de 1884, Dona Germana Maria de Olinda fez uma promessa de que, se sua filha única, que havia fugido da cidade com um palhaço de circo, voltasse para casa, ela construiria uma igreja no alto do morro que existia próximo à área central da cidade de Montes Claros. Com a volta da filha para casa, ela fez uma campanha, de porta em porta, junto aos moradores e conseguiu captar os recursos suficientes para a obra, cujo projeto e construção ficaram a cargo do engenheiro Cailaud. Inicialmente recebeu o nome de Capela de Santa Cruz e hoje Capela de Nosso Senhor do Bonfim, mais conhecida como Igreja dos Morrinhos” (Costa, 2014, p. 53).

¹⁸¹ “De acordo com o decreto n. 67 de 25 de novembro de 1932 foi denominado bairro do Bonfim, a parte suburbana da cidade, conhecida por bairro do Morrinho. Quando foi criado, o bairro Morrinhos, então inserido na área urbana do município de Montes Claros, era dividido em várias vilas, como vila Senhor do Bonfim, vila Valquíria, vila do Modesto, vila das Formigas e outras. Posteriormente recebeu o nome de bairro Bonfim” (Costa, 2014, p. 52).

Percebemos que a pobreza, a miséria e as doenças eram tratadas praticamente como sinônimos e atributos dos habitantes dos aglomerados habitacionais. Notamos que, em relação aos migrantes que se estabeleceram, foi demonstrada a mesma preocupação que se tinha com aqueles que se encontravam retidos nas ruas do Centro da cidade, como demonstramos nos capítulos anteriores, ou seja, aqueles poderiam colocar sob risco a saúde e a segurança da população.

O historiador corrobora essa ideia ao afirmar que:

A imprensa os denunciava incansavelmente. Simultaneamente, informações sobre “imundos” aglomerados residenciais, onde não se observava a quase nenhum critério higiênico, induziam à associação das habitações populares a focos de doenças. Nessas circunstâncias, os mandantes locais não tardaram a condenar suas condições sanitárias (Cardoso Júnior, 2008, p. 76).

Ao averiguarmos as reportagens do *Gazeta do Norte*, constatamos o seguinte relato da imprensa: “A miséria e a fome, já iniciaram a sua ceifa no seio dessa gente pobre e abandonada. E quem não quiser acreditar, que suba até aqui ao bairro Morrinhos” (*Gazeta do Norte*, 17/11/1946).

Na sequência, apresentamos mais detalhes sobre a população do referido bairro:

Aqui no Morrinhos há famílias de oito e dez pessoas morando em cochichos de dois compartimentos que não somam, cada um, mais de três ou quatro metros quadrados. É incrível! Mas é verdade: pai, e mãe, filhos e parentes, dormem todos juntos, no chão coberto de trapos sujos ou pedaços de esteiras velhas. Como e de que a totalidade dessa gente vive é a pergunta que nós fazemos a vista de tamanha miséria e tão grande abandono (*Gazeta do Norte*, 17/11/1946).

Com base na reportagem da imprensa e de outras informações que obtivemos, podemos interpretar que um dos problemas enfrentados pela população recém-chegada, desprivilegiada social e economicamente, dizia respeito às habitações. Mais especificamente, devido aos altos preços dos aluguéis e dos terrenos na área urbana, além de outras exigências, como uma Postura Municipal de 1938, a qual passou a estabelecer a obrigatoriedade da construção de muros nas residências, seguindo um determinado padrão¹⁸².

¹⁸² Já em 1938, incluiu-se, nas “Posturas Municipais”, que, “Na zona central da cidade, os terrenos por edificar serão obrigatoriamente fechados por muros artísticos de 2,50 de altura, providos de porta, devendo o projeto ser submetido à aprovação da Prefeitura”. Mais tarde, mediante as comemorações do centenário da cidade, em 1957, a antiga disposição legal serviu amplamente ao projeto de subjetivação do ideal da cidade centenária e moderna (Cardoso Junior, 2008, p. 80).

Esses fatores, entre outros, contribuíram para expurgar as classes trabalhadoras com baixo poder aquisitivo para as áreas suburbanas, onde era possível adquirir terrenos com preços mais acessíveis e livres das normativas. No bairro Morrinhos, por exemplo, os moradores adquiriram os lotes diretamente da Igreja Católica, que era a proprietária; contudo, não receberam nenhuma documentação de posse das mãos da Instituição na época¹⁸³.

O estereótipo de pessoas violentas também acompanhou os moradores do Morrinhos – a fama de serem vingadores, dada a presença dos capoeiristas do bairro. A despeito de não haver nenhum estudo que comprove essa hipótese, é provável que a capoeira tenha sido uma prática de migrantes nordestinos baianos, ou mesmo de migrantes negros do Norte de Minas, considerando a abundância de quilombos existentes na região¹⁸⁴.

A presença de cabarés – casas de prostituição – igualmente contribuiu para estigmatizar o bairro. Inicialmente, esses estabelecimentos estavam localizados em ruas próximas ao centro da cidade, de certa forma isolados do restante da região central. Mas, com a expansão urbana, o crescimento do comércio, a construção da Catedral na mesma localidade onde se concentravam os cabarés, assim como a edificação do Hospital e Maternidade Pio XII, os moradores, comerciantes e o bispo pressionaram para que os bordéis fossem fechados – o que, de fato, foi concretizado na década de 1950. Todavia, houve a transferência desses estabelecimentos, os chamados “boates e bares”, para o bairro Bomfim¹⁸⁵.

Em 1935, o antigo cemitério, localizado ao lado da Catedral em construção, foi desativado, loteado e comercializado pela Igreja, sendo transferido para o bairro Morrinhos. O novo nome da necrópole já indicava sua nova localização: Cemitério Bomfim. Na mesma região, à época, foi construído o primeiro hospital psiquiátrico da cidade, a Casa de Saúde Santa Catarina.

¹⁸³ “A área do morro Dona Germana foi ocupada e, mesmo a igreja tendo vendido os lotes para as famílias, ainda hoje muitos terrenos não foram regularizados, pois ainda não foram lavradas as escrituras de propriedade definitiva para os moradores” (Costa, 2014, p. 54).

¹⁸⁴ Conforme o antropólogo: “O território baiano [norte-mineiro] nos primórdios da ocupação por população não indígenas, foi o *locus* privilegiado para onde ocorreu uma abundância de negros que, vindos escravizados da África, buscavam um lugar de liberdade no qual pudessem organizar sua própria vida” (Costa, 2003, p. 58). Raízes de Minas, o escritor norte-mineiro Simeão Ribeiro Pires (1979, p.16) ressalta que ocorreram “intensas fugas de escravos para os afluentes pestilentos como os rios Verde Grande, Pequeno e Gortuba, onde foram e criaram quilombos”. PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Montes Claros, 1979. Inclusive, a copeira atualmente faz parte da cultura local. Existem na cidade dezenas de grupos e associações compostos por milhares de capoeiristas.

¹⁸⁵ Segundo Lima (2008, p. 111), “as prostitutas chegaram a representar mais de 10% da população do Município, ou seja, cerca de 3 mil mulheres, num contingente de 26 mil habitantes”. Ver mais em: LIMA, Fernanda Veloso. **Produção do Corpo e Produção da Cidade**: um estudo sobre os espaços sociais e simbólicos da prostituição feminina em Montes Claros–MG (1940-1970). Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Montes Claros, 2008.

Levando em consideração essas transformações urbanas, Costa (2014, p. 60) faz a seguinte observação: “o reconhecimento como zona boêmia que abrigava casas de prostituição e jogatina, a concentração de pobreza foram fatores que contribuíram para o preconceito com os moradores”. Em outras palavras, essa conjuntura era associada ao bairro onde a concentração de migrantes era maior.

Estava em vigor, na época, segundo Cardoso Júnior (2008), o discurso de afastar esses habitantes indesejáveis do centro da cidade. Percebemos, nesse sentido, que o intuito era manter os ideais de higienização da região central – ou seja, afastar os grupos considerados indesejados do centro da cidade.

Inicialmente, o novo bairro enfrentou problemas quanto à ausência de serviços urbanos, como abastecimento de água encanada, energia elétrica e pavimentação das ruas. Apesar de esse aspecto não ser o foco das divulgações – especialmente da imprensa –, identificamos no *Gazeta do Norte* uma única menção ao desenvolvimento da região: a existência de bares, casas comerciais, cinema e manifestações de cultura popular, como a sede da Associação dos Catopê, Marujos e Caboclinhos, elementos que lhe conferiam uma vida própria e quase independente¹⁸⁶.

Outro dado importante que relaciona a história do bairro Morrinhos aos trabalhadores migrantes que permaneceram em Montes Claros foi a construção do primeiro conjunto habitacional da cidade. Novamente, o testemunho do Mestre Zanza foi fundamental. Conforme o morador, o conjunto foi construído para abrigar, mormente, os funcionários da Rede Ferroviária Federal (Costa, 2014, p. 55). Como já afirmamos no tópico anterior, a maioria desses trabalhadores era composta por migrantes nordestinos.

Conforme Cardoso Júnior (2008) e as informações que obtivemos na imprensa, a política de habitação popular vinha sendo conduzida pelo Ministério do Trabalho desde o início da década de 1940. No caso de Montes Claros, a demanda por habitações populares atendia a “necessidades da ordem da questão dos migrantes, do déficit habitacional enfrentado pelos trabalhadores pauperizados, da especulação imobiliária, da proliferação não planejada

¹⁸⁶ “As festas populares da cidade de Montes Claros no Norte de Minas estão profundamente relacionadas aos cultos religiosos católicos. Muitos destes cultos somaram-se às tradições africanas em uma região de grande concentração de negros que viviam em quilombos, fazendas e cidades. O imaginário do Congado norte-mineiro expressa esta história e estas tradições. Os Ternos de Congado de Montes Claros representados pelos Catopês, Marujos e Caboclinhos festejam e louvam Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Divino Espírito Santo” (Malveira, 2011, p. 9). Ver mais em: MALVEIRA, Ricardo Ribeiro. **Os Catopês de São Benedito em Montes Claros: rastros de uma ancestralidade mineira negra e festiva**. 2011. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/9663>. Acesso em: 22 jul. 2025.

dos bairros periféricos que cresciam sem estrutura urbana, etc.” (Cardoso Júnior, 2008, p. 78)¹⁸⁷.

Se, por um lado, a insegurança estrutural compunha o cotidiano da população da periferia, por outro, entre as camadas populares igualmente cresciam as mobilizações nas décadas de 1940 e 1950. Os dados da administração pública, citados por Cardoso Júnior (2008), fazem referência à “grande manifestação popular ocorrida em Montes Claros” por moradias¹⁸⁸.

Pressionados, os dirigentes locais, juntamente com o deputado da região Milton Prates, à época Superintendente da “Fundação da Casa Popular”¹⁸⁹, logo entraram em ação. O *Gazeta do Norte*, para tranquilizar os populares quanto às suas reivindicações, fez o seguinte anúncio pouco tempo depois: “As casas populares, essa magnífica *conquista* do proletariado, que deverão ser iniciadas em breves dias, serão localizadas na Vila Sumaré. [...] Estes lotes ficaram localizados na falda da colina Morrinhos” (Gazeta do Norte, 4/7/1948, grifo do autor).

Isso demonstra um efeito positivo da cobrança dos trabalhadores por moradias, além de sinalizar uma mudança de perspectiva em relação à presença dos migrantes, sobretudo devido ao interesse, das autoridades locais e diretores de obras públicas, pela mão de obra migrante. Especialmente após a retomada da construção da linha férrea e o início das atividades das Obras Contra as Secas.

No capítulo anterior, por exemplo, mencionamos que, em um primeiro momento, os trabalhadores, diante da proposta para atuarem nas obras da ferrovia, não demonstraram muito interesse em permanecer na região. E um dos motivos era a ausência de condições estruturais.

O anúncio da construção das 250 casas populares teve sua primeira etapa concretizada no ano seguinte, ou seja, em 1949, com a entrega das primeiras 50 unidades. As novas habitações representavam uma importante conquista da classe trabalhadora, diante dos altos preços dos aluguéis e da escassez de moradias, ainda que fossem insuficientes diante da alta demanda. As insatisfações dos trabalhadores também refletiam o visível desinteresse dos poderes públicos pelo subúrbio, enquanto priorizavam a região central, a qual deveria ser

¹⁸⁷ Na época, um vereador chegou a sugerir que fossem proibidos novos loteamentos sem planejamentos. Ao que tudo indica, a proposta não foi acolhida pelos seus colegas do legislativo (Cardoso Junior, 2008).

¹⁸⁸ Não conseguimos identificar informações mais detalhadas sobre esse evento.

¹⁸⁹ Foi o primeiro órgão visando centralizar a política habitacional no Brasil. Criado em 1º de maio de 1946, durante o governo do presidente Eurico Gaspar, apesar de sua idealização e planejamento ter iniciado durante o governo de Getúlio Vargas. A Fundação das Casas Populares é considerada uma precursora do Banco Nacional da Habitação (BNH), criado em 1964.

reservada às elites e à renovação de sua estética sob uma perspectiva modernizadora (Cardoso Júnior, 2008).

Os indícios da possibilidade de mobilizações dos migrantes podem ser percebidos no posicionamento do prefeito Rocket, na década de 1940. O chefe do executivo alertou sobre a adversidade da situação dos retirantes e que, caso não fossem tomadas providências – como a oferta de trabalho e outras formas de assistência –, haveria possibilidade de mobilizações e desordem. De outro modo, já era do conhecimento das autoridades o clima de constante tensão em relação às reivindicações dos trabalhadores.

Isso nos permite conjecturar que os migrantes trouxeram consigo, além da força de trabalho, uma cultura de pressão sobre os poderosos e as autoridades públicas. Inclusive, essas características atribuídas aos “retirantes nordestinos” já haviam sido ressaltadas anteriormente, por meio dos argumentos de Neves (2000) e Albuquerque Júnior (1990).

Pereira (2001) e Cardoso Júnior (2008) fazem referência às agitações coletivas ocorridas na cidade nas décadas de 1950 e 1960, como a mobilização contra a carestia dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Ainda segundo os historiadores, essas reivindicações envolviam, além dessas, outras demandas da população. Mesmo que os autores não tenham feito a mesma interpretação que propomos – de atribuir aos migrantes um papel importante nessas mobilizações –, esse aspecto será aprofundado mais adiante, à luz das evidências levantadas por esta pesquisa.

No ano de 1953, um movimento organizado por estudantes protestou contra o governador JK. Naquele ano, a cidade enfrentou graves problemas relacionados ao fornecimento de energia elétrica. Em razão da estiagem, a barragem responsável pelo abastecimento baixou a ponto de a cidade permanecer diversas semanas às escuras.

Conforme o jornal: “Os manifestantes percorreram antes as ruas da cidade, empunhando faixas com inscrições jocosas e alusivas ao fato, concentrando-se em seguida na praça Cel. Ribeiro” (Gazeta do Norte, 28 jun. 1953). O evento foi encerrado com um enterro simbólico do governador (Pereira, 2001).

Pressionado, o chefe do Executivo estadual anunciou a construção de novas hidrelétricas na região e, de imediato, o envio de diesel para mover os geradores de energia.

O protesto realizado pela Associação das Donas de Casa¹⁹⁰ também causou repercussão naquela década.

A alta dos preços era geral. Entretanto, o preço da carne foi o que mais provocou a reação da população. (p. 53) [...] A entidade empreendeu uma vigorosa passeata pelas ruas centrais da cidade. Para simbolizar a carestia e mesmo a fome da qual muitas famílias já eram vítimas, as donas de casa levaram as panelas vazias para a rua fazendo um barulho enorme e provocando um ambiente desolador. No dia 09 de maio, a Câmara Municipal realizou uma sessão extraordinária para discutir o problema e suas possíveis soluções. As donas de casa foram à reunião e afixaram no “plenário” vários cartazes com suas reivindicações. Pressionados, os vereadores comprometeram-se a se dirigirem ao Presidente da República, Governador do Estado, Ministro do Trabalho e a outras autoridades para que fossem instalados na cidade vários postos de abastecimento de alimentos (Pereira, 2001, p. 57).

Guimarães (1997) também evidenciou a questão do elevado preço dos gêneros alimentícios na cidade. A alta da inflação era uma realidade, mas os “açambarcadores” se aproveitavam da situação para obter lucros, o que gerava grande indignação na população, como registrou a imprensa da época.

Em outros termos, Mesmo que as agitações e mobilizações tenham se intensificado na década mencionada, compreendemos que sua gênese remonta a períodos anteriores, marcados pela chegada dos trabalhadores nordestinos. Não identificamos qualquer registro de eventos semelhantes antes desse período, tampouco encontramos referências a manifestações populares nos estudos de outros pesquisadores.

Ainda assim, Guimarães (1997) oferece mais detalhes sobre esse contexto ao afirmar que as primeiras demonstrações de insatisfação partiram dos moradores das periferias da cidade, áreas majoritariamente habitadas por migrantes.

Os habitantes dos bairros, coletivamente, exigiram aos dirigentes municipais, ainda, reparos em vias públicas, policiamento, iluminação, construção de prédios escolares. Através de suas “associações de classe”, reivindicaram também pagamento de ordenados atrasados a funcionários municipais, ajustes salariais, participação de representantes seus em comissões do

¹⁹⁰ “Contra a carestia, mobilizaram-se as donas de casa de Montes Claros. No início de fevereiro de 1959, foram distribuídos vários panfletos convidando as mulheres a comparecerem a uma reunião no dia 15, no antigo prédio do Instituto Norte Mineiro de Educação, com a finalidade de criar a ‘União Feminina de Montes Claros’. O panfleto abordava a questão do alto custo de vida e dizia que “a mulher montesclarensense tem condições de dar solução a muitos problemas”. Na reunião foi fundada a ‘Associação Feminina das Amigas do Progresso de Montes Claros’” (Pereira, 2001, p. 56).

governo local responsáveis por questões de interesse popular, etc. (Cardoso Júnior, 2008, p. 79)¹⁹¹.

Isso igualmente refletia, conforme Guimarães (1997), sobre as manifestações das décadas de 1950 e 1960, em um processo de “amadurecimento político associativo das classes trabalhadoras locais”. Assim, era uma articulação que vinha ocorrendo desde antes, que, além dos movimentos sociais, contou com a participação de lideranças partidárias vinculadas à tradição trabalhista.

Outro indício que confirma o papel dos migrantes nordestinos nas mobilizações em prol das reivindicações – e até mesmo no processo de organização de associações de classe – pode ser verificado na atuação política do migrante nordestino Zeferino Guedes, natural de Várzea Grande, Ceará. Zeferino chegou a Montes Claros no início da década de 1940, no auge da chegada dos nordestinos¹⁹².

Elisdael Oliveira Santos (2019, p. 66) dá mais detalhes sobre a trajetória do migrante: “Trabalhava na construção civil e prestava serviço para a Estação Ferroviária Central do Brasil. Era sócio do Círculo Operário desde os anos 1950¹⁹³, instituição na qual foi tesoureiro e subdelegado em diversas prestações de contas, e ainda ocupou o cargo de presidente”. Os dados citados pela historiadora ainda informam que:

Foi o fundador da Associação dos Amigos da Vila Guilhermina em 1961, presidente da Associação dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, fundada no final dos anos 1950 e citada na reportagem como “uma das nossas maiores classes.” Também, secretário eleito para a mais antiga associação da cidade, a União Operária e Patriótica de Montes Claros em 1955, e presidente da mesma instituição em 1959 (Santos, 2019, p. 66)¹⁹⁴.

¹⁹¹ Descontentes com a falta de água, os moradores do Roxo Verde, bairro que faz limite com o Morrinhos, também mobilizaram no ano de 1956 por meio de abaixo-assinado, reivindicando o fornecimento de água (Guimarães, 1997).

¹⁹² Outro migrante que também atuou na cidade foi Durvalino Teles. Natural do município baiano de Vitória da Conquista, segundo Pimentel (2015, p. 21), “desde 1941 residia em Montes Claros onde trabalha como celeiro. Aproximou-se do comunismo em 1945 após ler, nesta última cidade, jornais e folhetos do PCB. Não chegou, entretanto, a se filiar a este partido uma vez que o mesmo foi posto na ilegalidade”. Não foi possível identificar mais informações sobre o papel da militância de Teles na cidade, apesar de os índices demonstrarem que ele teve alguma atuação junto às lideranças locais.

¹⁹³ “O Círculo de Trabalhadores Cristãos de Montes Claros (CTC-MOC) - Círculo Operário - tivera sua fundação no dia 15 de maio de 1950, [...] a vinda do Círculo Operário significou a adoção de métodos de trabalho voltados à promoção de assistência social, instrução e incentivo aos trabalhadores da necessidade de se organizar em sindicatos e associações tendo em vista a garantia de seus direitos” (Santos, 2019, p. 44).

¹⁹⁴ “A União Operária de Montes Claros foi fundada em 20 de janeiro de 1894 por Eusébio Alves Sarmiento, [...] ‘Deus, União e Trabalho’, esse foi o título escolhido pela Revista Montes Claros em Foco na reportagem que traz os princípios da União Operária e Patriótica de Montes Claros, entidade civil e filantrópica mais antiga da cidade, criada com o objetivo de agregar a classe operária e coordenar as atividades de seus associados dentro de uma organização forte e perfeita” (Santos, 2019, p. 53).

O ativismo de Zeferino foi intenso desde sua chegada a Montes Claros. Um dos meios utilizados por ele para requerer melhorias para os moradores do bairro Vila Guilhermina foram os abaixo-assinados que eram enviados à Câmara Municipal.

Ainda conforme Santos (2019) e Guimarães (1997), o novo bairro era composto, na época, por 50 residências, e as maiores demandas dos moradores eram: água potável, rede de esgoto, pavimentação das ruas e escola¹⁹⁵.

Importante destacar que os problemas relacionados à ausência de luz elétrica, água e ruas sem pavimentação também era a realidade de outros bairros do subúrbio. Como Guimarães (1997) que apontou a questão, Cardoso Júnior (2008, p. 90) enfatizou: “No mais antigo bairro local, o Morrinhos, em 1959, parcela significativa das ruas ainda ‘se acha às escuras, trazendo intranquilidade a todos que ali residem’”.

As ruas, no período das chuvas, tornavam-se lamacentas; se era tempo de sol, o problema era a poeira. Nem mesmo as principais vias de acesso ao centro tinham estrutura adequada, como foi reivindicado pelos moradores em uma assembleia realizada em 1959. Os participantes “argumentaram aos seus pares que a Rua Santa Efigênia, ‘principal via de acesso entre a cidade e o Bairro Casas Populares’, assim como entre o Morrinhos e aquela, encontrava-se ‘em precário estado, dificultando inclusive trânsito da mesma’” (Cardoso Júnior, 2008, p. 91).

Entretanto, em um período anterior a 1959, assim como agia Zeferino Guedes, os moradores do bairro Morrinhos – vale lembrar, em sua maioria migrantes – já vinham se mobilizando no enfrentamento da insegurança estrutural por meio de abaixo-assinados. “Em 1948, chegou às mãos do presidente e vereadores da Câmara, acompanhado de noventa e cinco assinaturas, uma das primeiras petições coletivas organizadas por moradores periféricos da cidade de que temos notícia” (Cardoso Júnior, 2008, p. 137).

¹⁹⁵ O historiador resume esse contexto enfrentado pelos moradores dos bairros pobres: “A iluminação pública e privada, quando havia, era precária, ocorrendo o mesmo com os sistemas de esgoto, as escolas, o abastecimento de água etc. Essa grande parte da população, [...] dependia de ‘iniciativas próprias, para captação e uso da água’. Alguns perfuravam cacimbas ou cisternas no quintal de casa, fontes que comumente supriam à família proprietária ou residente e alguns vizinhos. No entanto, muitos dependiam da disponibilidade do ‘precioso líquido’ nos ‘raros poços artesianos’ ou ‘chafarizes’ existentes em determinados pontos da cidade, sendo, pois, corriqueiras as cenas de pessoas com ‘lata d’água na cabeça’. Em todo o período estudado, muitos habitantes desconheciam alternativas às fontes comunitárias. Desse modo, a coleta coletiva da água chamou atenção de diversos analistas, [...] em ‘redor desses chafarizes’, ‘poças de lama e acúmulo de lodo’ demonstravam ‘um verdadeiro descaso público pela higiene’” (Cardoso Junior, 2008, p. 88).

O historiador ainda ressaltou que os habitantes do bairro Bomfim/Morrinhos se destacaram, à época, na utilização das petições coletivas. Além das demandas citadas, de maneira geral, os moradores dos bairros constantemente cobravam providências em relação à coleta de lixo, aos serviços de esgoto e exigiam da prefeitura o pagamento de salários atrasados. Nesse último caso, foram identificados dois protestos públicos no ano de 1959.

As associações comunitárias conjuntamente se destacaram na época como meio de organização e reivindicação dos interesses coletivos. Nessa lógica, conforme Santos (2019), na década de 1940 as associações e sindicatos ainda representavam um número inexpressivo – mesmo incipientes em quantidade, já existiam – o que mudou significativamente nos anos de 1950.

Consoante as informações do Gazeta do Norte, constavam as seguintes entidades:

Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil de Montes Claros (presidente: Zeferino Oliveira Guedes), Associação Profissional dos Oficiais Barbeiros, Cabeleireiros e Similares de M. Claros (presidente: Antônio Teixeira), Associação Profissional dos Condutores de Veículos de Tração Animal de Montes Claros (presidente: Luiz J. Barbosa) a Associação Profissional na Indústria do Calçado de Montes Claros (presidente: Luiz Mascarenhas Melo) (Gazeta do Norte, 07/07/1957)¹⁹⁶.

Naquele ano, foi publicado um edital pelo jornal, por meio do qual os associados foram convocados para uma reunião, com o intuito de pleitear junto ao Ministério do Trabalho o reconhecimento das associações como Sindicatos de Classe.

Novamente, desperta interesse como a historiadora destaca a atuação do migrante cearense Zeferino Guedes nos eventos ligados à classe trabalhadora, o que demonstra a relevância do seu papel:

[...] é recorrente nas falas de Zeferino Oliveira Guedes a ênfase na necessidade de união dos trabalhadores e adesão às associações ou sindicatos com o objetivo de assegurar direitos trabalhistas. Levando em consideração a naturalidade, profissão, cargos e funções ocupados por Guedes, entendemos

¹⁹⁶ Na ocasião da festividade de 1º de maio de 1948, uma das lideranças dos trabalhadores, argentino Roque fez o seguinte discurso: “se existe revoltas e greves contra patrões, se atos desesperados são cometidos por homens humildes do trabalho, a culpa deve recair sobre duas classes de indivíduos: a que deixa o trabalhador na miséria e a que politicamente explora a miséria do trabalhador” (Gazeta do Norte, 2 de maio de 1948). Nesse sentido, Santos (2019, p. 71) faz a seguinte análise: “Com o passar dos anos é falado acerca da necessidade do trabalhador estar vinculado às associações e sindicatos. Ressaltamos que no percurso dos anos os oradores foram se apropriando das ideias presentes no discurso trabalhista nacional e os operários passaram a integrar as associações que floresceram ao final dos anos 1950”.

que o ativismo e discurso dele se construíram na experiência (Santos, 2019, p. 173)¹⁹⁷.

Outra faceta importante da sua trajetória também foi ressaltada:

O engajamento de Guedes e atuação como liderança trabalhista foi um dos fatores para sua escolha como representante da cidade de Montes Claros no Congresso Sindical de Minas em 1958, no qual “foram apresentadas e discutidas 185 teses de interesses dos trabalhadores” (Santos, 2019, p. 68).

Ainda que Santos (2019) tenha demonstrado certa admiração e surpresa diante da “proatividade” e do respeito conquistado por Zeferino Guedes em uma cidade marcada por forte aversão aos migrantes nordestinos, compreendemos esse fato sob uma perspectiva diferente. Neste trabalho, compreendemos esse fato a partir de uma certa disposição dos trabalhadores nordestinos para a organização coletiva em torno de suas reivindicações.

Por um lado, havia uma aversão aos nordestinos em Montes Claros, reforçada pela imprensa. Por outro, esses sujeitos desempenharam papéis fundamentais, não apenas na expansão urbano-demográfica e como força de trabalho no desenvolvimento da região, mas também como agentes ativos de transformação social.

É evidente que os migrantes enfrentaram precárias condições de vida, como habitar os subúrbios e viver à margem dos serviços públicos. Ainda assim, em articulação com outros trabalhadores da própria região do Norte de Minas, recorreram a diversas estratégias para enfrentar a insegurança estrutural, como demonstram os abaixo-assinados dirigidos ao poder público, os protestos e a organização de associações. Desse modo, participaram de forma significativa das mobilizações coletivas, reivindicando melhores condições de vida e maior atenção do poder público.

¹⁹⁷ É importante ressaltar que Zeferino Guedes não foi a única liderança sindical da cidade, mas com certeza estava entre os principais. Guilherme Costa Pimentel (2015) cita outros líderes, como David Rodrigues Diniz (David dentista) e Porfírio Francisco, os quais eram filiados ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Conforme o historiador, “Em 1959, Porfírio Francisco participou de um congresso sindical de trabalhadores da construção civil em São Paulo e, quando regressou a Montes Claros, formou nesta cidade um Conselho Sindical composto pelos sindicatos dos condutores de veículos de tração animal e automotora e dos trabalhadores na construção civil. Este Conselho Sindical foi criado sob orientação do PCB e tinha por objetivo aglutinar uma base operária de apoio político às determinações daquela legenda. Seguindo orientações do CE do PCB, Porfírio Francisco, na condição de Primeiro Secretário do Conselho Sindical, deu apoio às candidaturas de Marechal Lott e João Goulart, respectivamente, à presidência e à vice-presidência da República. O Conselho Sindical era dominado por elementos de esquerda que seguiam instruções da cúpula sindical de Belo Horizonte” (Pimentel, 2015, p. 29).

6.1.1 *“Do lado de cá da linha” também tem migrantes nordestinos em ação*

Nas nossas averiguações, deparamo-nos com a trajetória da família Lessa e sua relação com a história do desenvolvimento de Montes Claros. Os médicos Elio Lessa Rocha, que também foi professor da Unimontes nos cursos de Medicina e Direito, e Elton Lessa Rocha são naturais de Guanambi, na Bahia. Quando migraram com seus familiares, Elio Lessa Rocha tinha nove anos, no período de auge da chegada de outros migrantes.

Segundo as informações fornecidas por Rozalina Cássia de Andrade Ruas Costa (2014), os Lessas eram comerciantes ricos na cidade, mas suas influências também se estenderam à área hospitalar, pois foram responsáveis pela construção do primeiro estabelecimento de saúde privado de Montes Claros: o Hospital e Maternidade Pio XII, edificado em 1957.

Em entrevista concedida à Costa (2014), Elio Lessa Rocha evidenciou que o motivo de seu pai ter fundado a instituição estava relacionado aos problemas que ele e seu irmão vinham enfrentando com os médicos pertencentes à elite da cidade, que comandavam a Santa Casa de Misericórdia. Como o entrevistado afirmou à pesquisadora,

[...] a Santa Casa de Misericórdia, primeiro hospital de Montes Claros, era dirigida por médicos da elite montesclarenses que decidia, quando, como e quem poderia atender os doentes em suas instalações, o que, consoante o Doutor Elio Rocha Lessa colocava em risco a vida principalmente da população mais pobre, vez que, desde aquela época, os ricos tinham prioridade no atendimento médico de qualidade na cidade (Costa, 2014).

O papel desempenhado pelos Lessas, seja na área hospitalar ou mesmo em outros ramos do comércio, apesar de esses não terem sido citados por Costa (2014), é incontestável. Isso nos levou a perceber que os migrantes nordestinos, neste caso baianos, ocuparam diversos espaços de poder na cidade, inclusive enfrentando setores das elites locais, como nos embates com os médicos da Santa Casa.

Esses enfrentamentos, porém, adquirem sentidos distintos daqueles vivenciados pelos trabalhadores pobres, especialmente no que se refere à insegurança estrutural. Nesse contexto, é possível perceber que a aversão recaía sobre o fato de o sujeito ser migrante e sobre sua condição de pobreza e subalternidade.

No caso dos Lessas, não foi possível confirmar, por falta de evidências, que as disputas com os médicos da Santa Casa estivessem diretamente relacionadas à sua origem migrante. Ainda assim, à luz do contexto analisado, essa hipótese se mostra plausível.

O que podemos afirmar com maior segurança é que diversas famílias com poder aquisitivo também se estabeleceram na cidade e, inclusive, buscavam formas de sociabilidade entre si¹⁹⁸. É o que sugere o *Gazeta do Norte* ao mencionar, ainda que com poucas informações, a iniciativa da “Colônia Baiana” presente em Montes Claros, ao fundar o “Clube 2 de Julho”. Como foi relatado:

O Centro 2 de Julho é uma bela iniciativa da classe culta da Bahia que reside entre nós. A reunião brilhante que se efetuou na redação de ‘Montes Claros em Revista’, tornou-se de simples conagração de elementos baianos residentes na nossa terra, em honra da arte do mais fino gosto (*Gazeta do Norte*, 13/07/1944).

Diferentemente da percepção construída sobre os trabalhadores migrantes, identificados como “flagelados das secas”, as evidências apontam a existência de um discurso distinto em relação aos baianos ricos residentes na cidade, os quais são referenciados como os “conterrâneos de Rui Barbosa e Castro Alves”. Segue o enunciado:

A Bahia é célula mater da nacionalidade. Ela embalou os nossos sonhos de creança, despertou-nos para a marcha em busca da civilização. Merece de todos nós a mais sincera de nossas homenagens, [...]. Os baianos de Montes Claros, estão iniciando uma admirável obra de cooperação, se unem em esplêndida lição de civilidade, para bem da tradição baiana em seus sentimentos, em Montes Claros. A direção da culta agremiação [...] (*Gazeta do Norte*, 13/07/1944).

Outra pista que entendemos ser interessante considerar no processo de integração dos migrantes baianos à sociedade local foi o futebol. Ao mesmo tempo, podemos refletir sobre o papel do esporte nesse processo de socialização, uma vez que, pelos indicativos da fonte, os jogos eram comuns na época, ainda que o foco tenha sido uma partida específica.

As equipes formadas por mineiros e baianos disputaram um jogo em 1944, noticiado pela imprensa local: “Domingo, dia 9, defrontaram-se no estádio Francisco Guimarães, um

¹⁹⁸ Identificamos em arquivos particulares algumas fotografias que retratam as *festas baianas* que ocorriam na cidade, os eventos perduraram pelo menos até a década de 1970. Nesses registros, é possível perceber a indumentária e as danças parecidas aquelas usadas no Candomblé.

disputadíssimo amistoso¹⁹⁹. As equipes formadas pelos Baianos residentes em Montes Claros e os Mineiros, também aqui residentes” (Gazeta do Norte, 13 de julho de 1944).

O jornal igualmente dirigiu elogios à equipe formada pelos descendentes da Bahia: “Na equipe baiana jogaram de modo elogiável e se conduziram num certo padrão de controle que muito destacou, pois se assim não fosse o resultado do jogo teria sido outro. [...] Ficando [...] o seguinte resultado: MINEIROS 3 BAIANOS 3” (Gazeta do Norte, 13 de julho de 1944).

Podemos inferir, a partir do evento narrado, que o futebol funcionou como um vetor relevante de socialização entre os trabalhadores montes-clarenses e os baianos, assim como com outros migrantes residentes na cidade. Trata-se de um período em que esse esporte começava a se popularizar entre os grupos sociais que não pertenciam à elite.

Conforme enfatizam Luciano Pereira da Silva *et al.* (2012), até os anos de 1920, o futebol em Montes Claros era praticado majoritariamente pelas elites locais. Esse fato começou a mudar a partir da década de 1930. Isso, segundo os autores, causou descontentamento entre os antigos praticantes ligados aos setores mais privilegiados da sociedade.

Nesse contexto, podemos conjecturar que essas mudanças foram impulsionadas pelo crescimento da classe trabalhadora na cidade, em especial dos migrantes. É nessa direção que os autores seguem sua análise:

[...] a apropriação do futebol por pessoas que não compunham a elite social local em breve seria um problema, pois expressaria uma vivência que não seguia os códigos de fidalgos estabelecidos por um grupo que se auto adjetivava distintos da população em geral. Ao se popularizar, o futebol também se tonava um incômodo. Tão desejado como os grupos pobre e tido como vadio, eram as práticas que esses assimilavam. A popularização “desvirtuava” o futebol (Silva *et al.*, 2012, p. 85).

Ainda nesse sentido, Georgino Jorge de Souza Júnior e Carlos Rogério Ladislau (2012) identificam uma mudança significativa em relação ao período anterior. Na época analisada, era expressivo o número de torcedores presentes nas arquibancadas durante as partidas realizadas na cidade, cerca de mil pessoas, o que, segundo os autores, evidencia que: “O futebol rompia, com todas as suas tensões particulares, o universo de uma classe dirigente minoritária” (Souza Júnior; Ladislau, 2012, p. 93).

¹⁹⁹ Nesse período, os trabalhadores, sobretudo dos subúrbios, costumavam jogar suas partidas de futebol nos campos de várzeas, também localizados na área periférica.

Para os propósitos deste estudo, essa constatação evidencia processos de integração, socialização e acesso ao lazer pela classe trabalhadora e de outros grupos sociais subalternizados. Além disso, reforça que as vivências desses sujeitos, especialmente os migrantes nordestinos, extrapolam os estereótipos negativos associados a eles, bem como sua presença nas petições e mobilizações contra a insegurança estrutural.

A expansão e expressividade do culto afro-brasileiro na cidade durante a década de 1950 é outro aspecto que também relacionamos à chegada dos migrantes nordestinos, principalmente aqueles oriundos da Bahia. As pesquisas realizadas por Ângela Cristina Borges Marques evidenciam características específicas desse processo, nomeadas pela autora como Umbanda Sertaneja.

Duas questões destacadas pela pesquisadora merecem destaque. A primeira refere-se ao expressivo número de terreiros existentes na cidade. Em 2003, por exemplo, contabilizavam-se aproximadamente 200 estabelecimentos, o que evidencia que essa vertente religiosa – cuja expansão teve início no período analisado – encontrou terreno fértil entre as populações urbanas, com destaque, mesmo que não exclusivamente, para os moradores dos subúrbios²⁰⁰.

A segunda é que o culto umbandista desenvolvido em Montes Claros teve contribuição dos migrantes baianos. Ao narrar sobre a trajetória do casal de médiuns Laurinda Pereira Porto e Waldemar Pereira Porto, Marques (2007) ressalta que:

Em 1951, chegaram a Montes Claros, como muitos dos nordestinos que vinham, atraídos pelo crescimento da cidade. Fundaram o Centro Espirita Divino Espírito Santo,²⁰¹ no mesmo ano e, em 1952, realizaram o seu primeiro toque com palmas, uma vez que o atabaque era evitado na cidade, em função da perseguição policial [Obs.: o atabaque foi inserido depois]. O toque atraiu a atenção de pessoas que passaram a frequentar o centro, nascendo desta forma, a primeira corrente de trabalho [Terreiro de Umbanda Divino Espírito Santo] (Marques, 2007, p. 100)²⁰².

²⁰⁰ Nesse cenário, é interessante conferir também o seguinte trabalho de pesquisa de SILVA, José Vinícius Peres. **Pompa e Requite:** Memória visual do Candomblé e da Umbanda em Montes Claros. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019.

²⁰¹ Segundo a pesquisadora: “Em função das perseguições policiais, evitaram os termos Terreiro de Umbanda” (Marques, 2007, p. 100).

²⁰² Neste período, segundo Marques (2007), já existia na cidade o Centro Espirita Nossa Senhora do Rosário de Umbanda de Mesa, fundado por José Fernandes com a influência da Umbanda da região Sudeste. Segundo a pesquisadora, o ritual com Exu também evidencia a presença de elementos do Candomblé neste terreiro, mas sem o adotar como religião, como fez o terreiro de Laurinda e Waldemar, onde coexistiram práticas da Umbanda e Candomblé. O terreiro de José Fernandes não existe mais e a família se mudou de Montes Claros.

Ainda para Marques (2007), a Umbanda trazida pelos migrantes baianos, em atividade até dias de hoje e sob a direção da filha do casal, tinha raízes no Candomblé: “Umbanda ritmada, de terreiro, há nesse tipo de Umbanda, traços africanos e de Candomblé, muito provavelmente por ser proveniente da Bahia” (Marques, 2007, p. 103).

Nessa visão, não só era grande o número de terreiros na cidade como também o interesse dos umbandistas pelas referências do Candomblé, os quais “introduzem em seus terreiros essa religião. É cada vez mais raro, neste território, a existência de terreiros sertanejos que não sofreram este fenômeno” (Marques, 2007, p. 120).

O que podemos inferir, à vista disso, é que essa mudança, ou mesmo a nova configuração dos terreiros, nos quais passaram a coexistir elementos e rituais da Umbanda e do Candomblé, foi possível porque a maior parte dos adeptos era baiana nordestina, os quais se identificavam mais com as referências do Candomblé e menos com a Umbanda de Mesa.

Não presumimos resumir nesta seção as histórias desses sujeitos que se estabeleceram em Montes Claros, até mesmo porque a relação entre migrantes nordestinos e essa cidade não caberia nessa diminuta alínea. E, como já citamos, a ausência de fontes sobre esses primeiros grupos que se estabeleceram na cidade foi outro problema que enfrentamos. Consoante a nossa análise, gostaríamos de fazer uma breve observação: o território norte-mineiro, ainda no período colonial, antes de ser incorporado à Capitania de Minas Gerais, pertenceu ao estado da Bahia.

O antropólogo João Batista Costa [o Joba] da Unimontes interpreta a história do Norte de Minas a partir de processos sociais em situação de fronteira (entre-lugar), assim como a subjetivação dos sujeitos que habitam esse espaço geográfico e identitário, como *baianeiros* em vez de *mineiros*.

Conforme o estudioso, é por meio de uma “lógica binária é que a diferença identitária é construída, [...] nem baiano, nem mineiro”, mas baiano (Costa, 2003, p. 61). E afirma ainda: “Nessa compreensão, encontra-se enunciada a existência de sentimento de pertencimento e solidariedade regional distintos do sentimento de pertencimento e de solidariedade mineiros (Costa, 2003, p. 62).

A compreensão do antropólogo evidencia um processo de integração e socialização entre mineiros e baianos como algo “natural” desde épocas anteriores, uma vez que o território norte-mineiro, geograficamente, teve conexão com a Bahia durante um determinado período do Brasil Colônia. Posteriormente, a região passou a integrar a área de abrangência do

Polígono das Secas, na década de 1940, também vinculada ao escritório do DNOCS do estado da Bahia.

Entretanto, é preciso considerar que a chegada dos migrantes, em sua maioria baianos, a partir da década de 1930, insere-se em um contexto histórico distinto. As transformações dizem respeito não apenas ao discurso sobre a seca e às dinâmicas migratórias, mas também à cidade de Montes Claros e aos interesses dos grupos da sociedade local daquele período.

Isso pode, ao menos em parte, explicar a aversão dirigida aos migrantes que chegaram nessa época, diferentemente da relação estabelecida em períodos anteriores. Essa percepção, entanto, foi sendo gradualmente transformada pelas relações sociais e de trabalho, especialmente diante da demanda por mão de obra na região – uma necessidade que foi, em grande medida, suprida com a contribuição dos migrantes.

6. 2 Aliciadores e o recrutamento de mão de obra em Montes Claros e Norte de Minas

A partir do fim da década de 1940 até o período que compreende os anos de 1950 e 1960, destacou-se, em Montes Claros e na região Norte de Minas, a atuação dos aliciadores – também chamados de “contraventores” – que recrutavam mão de obra para outras localidades. Além de São Paulo, esses trabalhadores eram direcionados ao Sul de Minas e ao estado de Goiás.

Não obstante, esse contexto trouxe à tona o discurso de combate a essa prática criminosa, tipificada nos artigos 206 e 207 do Código Penal. A fiscalização dessas ações era de responsabilidade do Escritório Oficial de Informações e Colocações de Trabalhadores, instituído pelo Decreto-Lei n. 3.010, de 20 de agosto de 1935²⁰³.

Ainda que fosse desafiador, o governo seguiu firme no propósito de manter sob controle os movimentos migratórios daquele período, alegando a importância de garantir condições adequadas de trabalho no campo. Também buscava evitar o esvaziamento de determinadas regiões, como o Nordeste, além de promover a inserção da mão de obra em locais onde a demanda fosse maior, de acordo com as solicitações dos fazendeiros por meio do CIC.

²⁰³ “Quanto às penalidades, o artigo 206 do Código Penal Brasileiro prevê pena para aqueles que aliciem trabalhadores: de um a três anos de prisão ou multa de NCr\$ 1,00 a NCr\$ 10,00; e o artigo 207 prevê pena a quem aliciar trabalhadores no intuito de levá-los para outra localidade do território nacional, de dois meses a 1 ano de prisão ou multa de NCr\$ 0,50 a NCr\$ 5,00” (RCIC, 1945, n. 2, p. 208).

Por sua vez, os proprietários e alguns dirigentes políticos do Norte de Minas alegavam de forma veemente os prejuízos e impactos provocados pelo aliciamento de trabalhadores na região. Ainda assim, tanto os aliciadores quanto os próprios trabalhadores envolvidos desafiavam as autoridades e a legislação vigente ou, talvez, contassem com a complacência dessas mesmas autoridades para continuarem atuando.

Em consonância com os objetivos deste capítulo, essas informações contribuem para compreendermos qual era o destino dos migrantes ao chegarem a Montes Claros e os motivos os quais, muitas vezes, levavam-nos a permanecer retidos na cidade, conforme já discutido em diferentes momentos desta pesquisa.

A imprensa local evitou o assunto na época e publicou apenas uma reportagem sobre os fatos, intitulada “*Mercado de Escravos*”. Na realidade, foi apenas uma resposta indignada a uma publicação feita por um jornal de Belo Horizonte. A preocupação era de que o editorial manchasse negativamente a imagem da cidade.

Desde os preparativos para a festa do Centenário de Montes Claros, os grupos que compunham os grupos da sociedade local tinham intensificado o discurso de cidade desenvolvida. Nessa direção, a operacionalização das obras do DNOCS na região passou a ser vista como parte da concretude do idealizado desenvolvimento.

Um fato curioso marcou esse período: a cidade foi eleita em primeiro lugar no *ranking* de desenvolvimento de Minas Gerais e ficou entre os dez municípios que mais progrediram no Brasil em 1957²⁰⁴. O tema foi manchete no *Gazeta do Norte*: “*Montes Claros, líder em Minas*” (*Gazeta do Norte*, 25/09/1958). A cidade figurou ao lado de municípios como Americana, São Paulo, Curitiba, Paraná, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, entre outras.

Essa imagem projetada contrastava fortemente com o discurso contínuo de escassez de chuvas e de recursos públicos, utilizado pelas lideranças locais para pleitear a inserção da cidade nas ações das Obras Contra as Secas. Por outro lado, os dados disponíveis evidenciam os avanços possibilitados pela injeção de recursos federais na região.

Mesmo não sendo nosso foco discutir os critérios ou os meandros dessa eleição, interessa-nos compreender como o discurso de cidade desenvolvida se articula com a prática

²⁰⁴ “Em solenidade realizada no Palácio do Catete, em 23 deste mês, o presidente Juscelino Kubitschek proclamou os dez municípios brasileiros que mais progrediram em 1957, cabendo a Montes Claros a liderança, em Minas Gerais, dos municípios de maior desenvolvimento em suas realizações públicas, em concurso realizado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal” (*Gazeta do Norte*, 25 de setembro de 1958). O feito se deu na gestão do prefeito Geraldo Atayde.

do aliciamento de trabalhadores, especialmente em um contexto de intensas transformações sociais e econômicas.

O artigo do *Gazeta do Norte*, como afirmamos, foi uma contestação da matéria publicada pelo jornal *O Binômio*. Na ocasião, dois jornalistas da capital mineira se deslocaram para Montes Claros para investigar a “venda” de nordestinos²⁰⁵. O assunto foi abordado pela citada imprensa como “mercado de escravos”. Conforme o jornal local, foi afirmado o seguinte sobre o “comércio”: “por preços irrisórios, numa triste réplica aos dias sinistros e atribulados da escravidão no Brasil” (*Gazeta do Norte*, 25/09/1958).

Os jornalistas, passando-se por fazendeiros, conseguiram adquirir facilmente um casal de flagelados nordestinos por 4 mil cruzeiros, com recibo e garantia de saúde. Segundo a imprensa local, conquanto a notícia tivesse causado estarrecimento na opinião pública brasileira, não contestaria os fatos, já que dois profissionais da redação foram testemunhas do ocorrido.

Todavia, argumentou: “Vamos protestar apenas contra a evidência exagerada e prejudicial do nome de Montes Claros como ‘mercado de escravo’, colocando-a numa posição vexatória perante a nação”. E sugeriu: “Os brilhantes repórteres poderiam ter sido mais comedidos em suas apreciações. O assunto tão explorado está se transformando em sensacionalismo barato, com reflexos negativos ao nome da nossa cidade que já tem fama de ‘cangaceira’” (*Gazeta do Norte*, 25/08/1958)²⁰⁶.

Na continuidade das refutações, ainda foi enfatizado que, juntamente com o crescimento, vieram a “civilização” e o “progresso”. A cidade, em virtude de sua posição no cenário político e administrativo mineiro, vinha se destacando; por isso, era preciso zelar pelo seu nome e suas tradições. Em uma atitude de quem “lava as mãos”, foi afirmado: “Não somos responsáveis se homens ambiciosos e sem escrúpulos acenam com promessas

²⁰⁵ O uso do sinal de pontuação, aspas, que aparecem nos termos “venda”, “comércio” “mercado de escravos”, entre outros, foram utilizados originalmente nas reportagens publicadas pelos jornais *Gazeta do Norte* e *O Estado de S. Paulo*.

²⁰⁶ Refere-se ao evento ocorrido em 1930. Em visita à cidade, o vice-presidente da República, Fernando Mello Viana, foi envolvido num conflito político (tiroteio) entre partidários conservadores e liberais. Na ocasião, o vice-presidente foi ferido e morreram 6 pessoas. Diversos veículos de imprensa do país noticiaram o ocorrido na época, fazendo referência ao evento como “terrorismo cangaceiro”, como afirmou Nascimento (2005). Ver mais em: MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. **Emboscada de bugres: Tiburtina e a revolução de 30**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Imprensa Oficial, 1986; NASCIMENTO, Maria de Fátima Gomes Lima do. Tiburtina de Andrade Alves: entre o discurso e a realidade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206570_76fe024a241728051c327b0adb5ae41b.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

paradisíacas a nossos pobres irmãos nordestinos, instigados pela seca eterna e inclemente. Se existe ‘mercado e escravos’, a culpa não é nossa” (Gazeta do Norte, 25/08/1958).

Foi alegado também que, devido ao progresso, Montes Claros teria se tornado um entreposto do trânsito para o Sul. De outra maneira, “Os detestáveis ‘paus-de-arara’ por aqui transitam livremente porque estamos num regime democrático, onde o direito da ação e da palavra a todos é permitido. Nossa cidade não pode servir de palmatória do Brasil na presente situação” (Gazeta do Norte, 25/08/1958).

Percebemos que, apesar de nessa época os trabalhadores nordestinos já contribuírem de maneira fundamental para o desenvolvimento regional, o discurso negativo sobre esses sujeitos permanecia inalterado. Além disso, continua presente a ideia de que os migrantes, desprovidos de autonomia, estariam submetidos às ações e interesses dos recrutadores de mão de obra.

A imprensa local, reproduzindo o discurso de outros veículos de comunicação da época, abordou os fatos em uma perspectiva que reduzia os migrantes à condição de “objetos negociáveis”, sem qualquer reconhecimento de sua agência como sujeitos. Em alguns casos, chegou a culpabilizá-los pelas condições precárias que enfrentavam.

A própria referência à “escravidão” para exemplificar o “comércio” de trabalhadores revela uma mentalidade que persistia entre os grupos da elite daquele período, uma visão marcada pela coisificação do negro. As chamadas “memórias brancas” sustentavam um projeto de poder que, mais de cinquenta anos após a abolição em 1888, ainda negava a agência dos negros durante o regime escravocrata e silenciava sobre a violência sistemática que marcou a vida dos africanos e seus descendentes no Brasil²⁰⁷.

Como ressaltou Sylvia da Silveira Nunes (2006, p. 90), “a forma de relação com o escravo é muito clara, pois ele é visto como ‘peça’, tratado como coisa que tem um proprietário: é alugado, vendido, comprado, entra na contabilidade das fazendas ao lado das cabeças de gado, das ferramentas e outros bens materiais”. Trata-se, a nosso ver, da continuidade de um projeto racista e de apagamento do passado.

No pós-abolição, como lembra Nunes, apenas as aparências mudaram em relação aos “libertos”; a essência das relações sociais, no entanto, permaneceu inalterada:

²⁰⁷ Ver mais sobre a agência negra em: MACHADO, Maria Helena, “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão”. In: SALLES, Ricardo; GRIMBERG, Keila. **Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

A atitude do Estado para a situação do negro “liberto” sempre foi omissa: a miséria material, a discriminação e a humilhação vividas pelos afrodescendentes são reduzidas à *culpa* deles mesmos, por meio de uma manobra ideológica que transforma o que é da esfera das relações de poder em algo natural, inerente à raça (Nunes, 2006, p. 90).

Nesse ponto de vista, Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos (2004) ressaltam que grande parte dos estudos sobre o pós-abolição foi respaldada apenas pelos condicionantes econômicos, não levando em conta outras questões ligadas aos aspectos culturais, violência e outros²⁰⁸.

Não obstante, os migrantes nordestinos, em sua maioria negros e mestiços, não escaparam da percepção que os compreendia como sujeitos degenerados, devido a influências também externas, como a seca, as doenças e a falta de higiene nas regiões do Nordeste brasileiro. Tratava-se de uma população que, segundo esse ponto de vista, ainda sobrevivia às margens do processo de civilização do Sul, a ponto de se questionar se seriam capazes de se civilizar como o povo europeu/branco, conforme o pensamento de alguns eugenistas, como buscamos exemplificar no primeiro capítulo desta pesquisa. No plano ideal do governo Vargas, o discurso valorizava essa região e seus habitantes, mas simultaneamente deixava transparecer a desvalorização dos trabalhadores braçais.

Grande parte das informações apresentadas e analisadas a seguir foi identificada por nós no jornal *O Estado de S. Paulo*, no qual foram publicadas, à época, diversas matérias sobre o assunto²⁰⁹. A imprensa paulista utilizou, na ocasião, como base para suas reportagens, os relatórios do Departamento Nacional de Imigração (DNI), conforme consta no subtítulo de uma dessas reportagens de 1950: “*Resumo do relatório sobre o aliciamento de trabalhadores em Minas Gerais*” (*O Estado de S. Paulo*, 15/08/1950, s.p.)²¹⁰.

²⁰⁸ Para Carlos Eduardo Coutinho da Costa (2015), estes estudos também teriam difundido uma ideia de que os ex-cativos sofreram um processo de perda e que a migração dos libertados pela Lei Áurea, sobretudo do Vale do Paraíba, explicava o surgimento na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, da formação de favelas, guetos e periferias. Numa outra vertente, segundo Rios e Mattos (2004), alguns depoimentos de descendentes do povo negro, no pós-abolição, apontam uma tendência a partir da década de 1930 da migração para as cidades como Rio de Janeiro, Juiz de Fora, mas também para pequenas cidades, como Nova Iguaçu, para trabalhar na lavoura. Nesse caso, foi identificada a existência de uma rede de parentes, pois muitos migraram a convite de familiares. Leonardo Marques (2009) também contribui nesse sentido, ao realçar que outra região também atraiu trabalhadores negros no pós-abolição, sendo o estado do Paraná. Nesse sentido, o pesquisador destaca que a explicação para esse fluxo migratório foi devido à possibilidade de acesso à terra.

²⁰⁹ Considerando que grande parte dos fluxos migratórios do período pesquisado se deslocava para São Paulo, consideramos a possibilidade de a imprensa paulista ter realizado reportagens sobre os migrantes. O que nos levou a identificar os artigos de *O Estado de S. Paulo* utilizados como fonte nesta seção.

²¹⁰ Nossa intenção era identificar o relatório do DNI, porém, não obtivemos êxito na nossa procura pelo documento nos arquivos digitais do Arquivo Nacional e no Arquivo Digital do Museu da Imigração. Como não dispúnhamos de tempo hábil e recursos financeiros para pesquisa *in loco*, decidimos utilizar os arquivos do *O Estado de S. Paulo*. Em uma pesquisa futura, objetivamos identificar este documento.

Já no primeiro parágrafo, foi informado: “A denúncia – As providências do Departamento Nacional de Imigração – A ação do representante do Ministério do Trabalho em Montes Claros – A designação do funcionário do D.N.I para apurar os fatos narrados na denúncia (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

As primeiras denúncias, surgidas em 13 de agosto de 1949, foram encaminhadas ao DNI pelo Sr. Américo Novaes, autoridade vinculada ao Ministério do Trabalho, integrante do Conselho da Delegacia do Trabalho Marítima da cidade de Pirapora e delegado substituto encarregado do Posto de Fiscalização do Trabalho em Montes Claros. Segundo ofício enviado pelo representante das instituições mencionadas ao órgão federal, o Sr. Hugo Borghi estava promovendo o aliciamento de trabalhadores rurais em Montes Claros, na região circunvizinha e entre aqueles que se encontravam em trânsito em direção a São Paulo.

Hugo Borghi, nascido em 29 de outubro de 1910, em Campinas, São Paulo, foi combatente na Revolução de 1932 como aviador. No campo político, ficou conhecido pela atuação na campanha do *queremismo*²¹¹. Empresário do setor agroindustrial em São Paulo, seus negócios eram vinculados ao plantio e refino de algodão, tendo inclusive enfrentado embates com as multinacionais do setor à época. No estado do Maranhão, suas atividades empresariais estavam voltadas para a armazenagem e a fábrica de beneficiamento do óleo de babaçu. No âmbito internacional, era sócio de um projeto ligado ao turismo em Portugal e da Lóide Aéreo Nacional, no setor de transporte de cargas (Wikipédia, 2005; Lúcio Flávio Pinto, *In: Jornal Pessoal & Gramsci e o Brasil*, 2015, s.p.).

Borghi era também proprietário da Fazenda Boa Esperança, empresa Agropecuária Industrial Ltda., localizada na cidade de Formosa, estado de Goiás, e exercia o cargo de deputado federal. No ano em que transcorreram as denúncias e as averiguações dos fatos, Borghi havia se licenciado do Legislativo para assumir a função de secretário de Agricultura do estado de São Paulo, durante o governo de Adhemar Pereira de Barros (1947-1951). Destaca-se o título da matéria publicada por *O Estado de S. Paulo*: “*As verdadeiras condições em que vivem os trabalhadores contratados por Hugo Borghi*” – assunto que iremos compreender melhor mais à frente.

²¹¹ Os “queremistas” defendiam a eleição de Vargas, o ditador do Estado Novo ao longo de sete anos, com a retomada da democracia com uma nova Constituição (“Constituinte com Getúlio” era a palavra de ordem) (Lúcio Flávio Pinto, *In: Jornal Pessoal & Gramsci e o Brasil*, março 2015). Ver mais em: QUELER, Jefferson José. Os Sentidos do Queremismo: disputas políticas em torno do conceito na redemocratização de 1945. *História*, São Paulo, v. 35, e104, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/zTX9RVY7NRz7vWLv6C94cCs/?format=html&lang=pt>.

Conforme as justificativas das autoridades, o aliciamento de trabalhadores estava contribuindo para a evasão da mão de obra empregada nos campos agrícolas e pastoris da região norte-mineira. Foi ainda arrazoado que a citada prática “estava ocasionando certas turbulências, em virtude do não cumprimento das promessas feitas quando do ajuste do contrato verbal entre aliciadores e aliciados” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

De acordo com o despacho, o preposto Valdemar Rodrigues Barbosa também não quitou as dívidas feitas pelos trabalhadores contratados pela empresa Agro-Colonizadora Industrial Ltda. nas pensões de Montes Claros, o que teria ocasionado uma situação melindrosa com as proprietárias. As informações da fonte indicam que o mencionado episódio foi determinante para o início da investigação pela autoridade policial local.

Podemos constatar mais detalhes das alegações feitas pelo delegado nesta passagem:

Denuncia-se também, nessa comunicação, feita por telegrama, que em vista do não cumprimento das vantagens oferecidas, os trabalhadores iludidos estavam regressando dos pontos de recrutamento, todos revoltados com o logro que haviam caído, pois até mesmo o pagamento que lhes tinham sido imposto estavam sendo feitos por meio de “vales”, cujo resgate implica na prática do câmbio negro (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Considerando a gravidade das denúncias constantes no ofício enviado pelo Sr. Américo Novaes, e com o intuito de averiguar as irregularidades apontadas, foi determinado pelo DNI que, “em 28 de novembro de 1949, por portaria baixada pelo diretor do D.N.I., o autor deste relatório, (Sr. Alcino Teixeira de Melo) foi designado para aquela missão” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

A zona de aliciamento de trabalhadores compreendia as seguintes cidades do Norte de Minas: Montes Claros – a principal delas –, Pirapora, São Francisco, Januária, Brasília de Minas e Mirabela. No estado da Bahia: Carinhanha, Bom Jesus da Lapa; além de outros municípios de estados nordestinos.

Para dar prosseguimento ao inquérito, o representante do Ministério do Trabalho em Montes Claros e o do DNI ouviram os aliciadores, os trabalhadores aliciados, proprietários rurais, autoridades e outras pessoas inteiradas dos fatos. Nesse caso, analisaremos os eventos ocorridos no Norte de Minas.

O relatório produzido pelas autoridades encarregadas da investigação constatou “que os trabalhadores recrutados estavam sendo transportados para Goiás, em um avião DC 3, de propriedade de Hugo Borghi” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.). A aeronave era

pilotada pelo também preposto e aliciador Euclides Pinheiro, o Tenente Euclides, aviador particular de Hugo Borghi. Informa o jornal que “Era quem superintendia o serviço de recrutamento, contratando aliciadores nas cidades onde mais fácil se tornava angariar mão de obra” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Dessa forma, foram adotadas as seguintes providências: o representante do Ministério do Trabalho ordenou que fosse impedido todo e qualquer recrutamento de trabalhadores, com exceção daqueles devidamente autorizados. Foi igualmente decretada a detenção do preposto (aliciador) do Sr. Hugo Borghi na cidade, Valdemar Rodrigues Barbosa.

O preposto também contratava aliciadores na própria região para realizar o trabalho de recrutamento de mão de obra. Antes de prosseguir, é importante destacar que os dados fornecidos pela fonte nos possibilitam ter contato, ainda que sem maiores detalhes, com informações sobre os aliciadores de trabalhadores. Em vários momentos deste estudo, fizemos algumas referências a esses sujeitos, mas, na maioria das vezes, sem aprofundar, nomeadamente quanto à maneira como procediam – sequer eram informados seus nomes.

Consoante já afirmamos, a migração de nacionais para São Paulo foi incentivada a partir de 1935, em decorrência da falta de braços que assolava a agricultura. As companhias particulares recebiam os valores correspondentes aos pagamentos das passagens e bagagens: sessenta mil réis por cada adulto agenciado e trinta mil réis por aqueles de 3 a 12 anos²¹². As concentrações desses agenciadores ocorriam no Nordeste do país e no Norte do estado de Minas Gerais.

Outra maneira de arregimentar mão de obra era por meio dos administradores (ou capatazes) das fazendas. Os representantes dos fazendeiros solicitavam ao Departamento de Terras a passagem para os trabalhadores, com o compromisso de conduzi-los do local de embarque até São Paulo. Paiva (2004) considera ambígua essa atuação da Secretaria de Agricultura à época, pois, por outras vias, abria-se espaço para que os proprietários recrutassem a mão de obra necessária.

Esses agentes também cobravam menos pela inserção dos trabalhadores, se comparados com as empresas particulares: cinquenta mil réis por famílias constituídas, com idade entre 12 e 55 anos, e vinte e cinco mil réis por cada trabalhador avulso.

É justamente sobre os desdobramentos desse recrutamento, ainda que em outro período e, de certa maneira, autorizado pelo CIC, que nos debruçamos nesta seção.

²¹² Entre elas: “F. Sodrê Filho, Cia. Itaquerê, Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), Sociedade Introdutora de Trabalhadores Agrícolas Ltda.” (Tessari; Costa, 2019, p. 527).

João Domingos foi o primeiro aliciador a ser ouvido. Em seu depoimento, fez a seguinte declaração: “que falou [...] que o Dr. Euclides Pinheiro que veio de Goiás, procedente da fazenda do Sr. Hugo Borghi, estava levando gente para Fazenda Boa Esperança, pagando bons ordenados” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

O segundo declarante foi José Florentino de Jesus, o qual afirmou que a iniciativa de o procurar era dos próprios trabalhadores interessados no emprego na referida fazenda. O interessante é que o aliciador se refere aos trabalhadores aliciados como “fregueses”, o que denota uma relação estreita e constante com esses sujeitos, como podemos verificar neste fragmento:

[...] vários fregueses do declarante pediram-lhe que os apresentassem ao Sr. Campineiro e Tenente Euclides, porque eles estavam interessados em partir para a Fazenda Boa Esperança em Goiás; que o declarante os apresentou aos referidos prepostos do cidadão Hugo Borghi; que o declarante ignorava que o aliciamento de trabalhadores era crime previsto em lei; que o declarante de acordo com o pedido anterior do Tenente Euclides, telegrafou uma vez para o mesmo Euclides em São Paulo e na Fazenda Boa Esperança, chamando-o a São Francisco para levar o pessoal que estava reunido na cidade (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Outro aliciador citado foi Isaias Monteiro, cuja trajetória se destaca. Em seu depoimento, afirmou “que o referido Euclides convidou o declarante para auxiliar o recrutamento de trabalhadores na cidade de São Francisco, a fim de levá-los para a Fazenda Boa Esperança”. Prosseguindo, relatou:

[...] que o referido Euclides prometeu dá uma gratificação ao declarante se este o auxiliasse convenientemente; que, então, o declarante, ignorando que fosse crime aliciar clandestinamente trabalhadores, atendeu ao convite feito e auxiliou-o a arranjar gente que quisessem ir pra Goiás; que conseguiram cerca de 100 trabalhadores, sendo que o trabalho do declarante era apenas de auxiliar (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

O declarante explicou ainda como era o auxílio prestado ao Sr. Euclides: “saía, dava umas voltas pela cidade e convidava conhecidos ou não para se entenderem com o Sr. Euclides, informando-o, nessa ocasião, de que o trabalho era na fazenda do Sr. Hugo Borghi e que o salário era bom” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Além do aliciamento realizado na cidade de São Francisco, o preposto o encarregou de recrutar trabalhadores em outra cidade vizinha: “que o Sr. Euclides incumbiu o declarante de

ir a Januária para os fins de tratarem do aliciamento de trabalhadores, [...]; que em Januária foram recrutados cerca de 50 homens, transportados em avião particular do Sr. Hugo Borghi para Goiás” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

As informações seguintes nos levam a inferir que Isaias Monteiro não era um simples auxiliar do preposto Tenente Euclides como afirmou, mas atuava efetivamente no Norte de Minas na função de aliciar trabalhadores. Os dados indicam que se tratava de um recrutador já conhecido na região, o que evidencia a existência de uma rede de contatos que extrapolava os limites do estado de Minas Gerais, envolvendo empregadores, prepostos, aliciadores locais, trabalhadores e donos de pensões.

Segundo as informações do relatório, de Januária, Isaias Monteiro se deslocou para Montes Claros em companhia de Euclides Pinheiro, onde deram continuidade à “criminosa atividade”. Conforme foi informado, “o declarante e o Sr. Euclides foram às pensões e descobriram um cidadão de nome João Domingos, que se prestou a executar o serviço solicitado pelo Sr. Euclides Pinheiro”.

Pelos indícios da fonte, João Domingos não era um desconhecido dos outros dois, como sugerido pela expressão “descobriram”; provavelmente, já era um contato conhecido na cidade e integrava a rede formada por prepostos e aliciadores de mão de obra. É importante lembrar que o mencionado aliciador é o mesmo citado no início como o primeiro depoente, em débito com as proprietárias de pensões. As evidências também demonstram que sua atuação se concentrava na cidade de Montes Claros.

Quanto a Isaias Monteiro, não foram fornecidas mais informações sobre sua atuação, apenas se mencionou que, de Montes Claros, ele seguiu para Bom Jesus da Lapa, na Bahia, também com o intuito de aliciar trabalhadores naquela região.

Afonso Luiz de França foi outro aliciador ouvido pelas autoridades, e se destaca por sua função no processo de agenciamento. As informações indicam que ele era responsável pelo embarque dos trabalhadores para Goiás, na ausência de Euclides e Isaias Monteiro. Pelo seu depoimento, foi encarregado por Euclides de seguir para Januária e reunir e embarcar os trabalhadores que tinham sido aliciados por Isaias Monteiro, como informou: “que em Januária, apenas relacionou o pessoal, que era recrutado por Isaias Monteiro; que em Januária, embarcaram, além de pessoas residentes na cidade, outras que estavam em trânsito para São Paulo” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Outras informações prestadas, consideradas relevantes, foram estas: “que o declarante pode informar que as condições de vida naquela propriedade do Sr. Hugo Borghi deixaram muito a desejar; que, devido a esse fato, muita gente tem regressado dos locais de trabalho” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.). Apesar de enfrentarem condições precárias de vida e trabalho, destaca-se a iniciativa dos trabalhadores de retornarem.

Ao ser advertido pelas autoridades inquiridoras de que sua prática era crime previsto na legislação penal brasileira, Afonso Luiz de França afirmou que chegou a alertar o Tenente Euclides de que o recrutamento não poderia ser realizado sem a permissão do órgão competente, devido à sua ilegalidade. Mas, segundo os dados do relatório, o preposto usou de “má-fé” ao afirmar que seus auxiliares tinham autorização para recrutar trabalhadores. Como informou o depoente, “o Sr. Euclides então respondeu ao declarante que tinha autorização para recrutar trabalhadores, e que, portanto, assumia qualquer responsabilidade decorrente de seus atos” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Ao afirmar que tinha consentimento para realizar essa tarefa, apesar de não termos identificado nenhum dado comprobatório, questionamos se a postura do preposto Euclides tinha relação com o fato de seu patrão, Hugo Borghi, ser secretário de Agricultura do estado de São Paulo. Importante lembrar que a Secretaria de Agricultura era o órgão responsável legal pelo recrutamento de trabalhadores para aquele estado. Assim, questionamos: o secretário, que também era proprietário de fazendas em São Paulo e Goiás, estaria utilizando em benefício próprio a sua posição política?

A trajetória de Borghi nos possibilita responder esse questionamento. Segundo Lúcio Flávio Pinto (2015, s.p.), a carreira de Borghi foi “associada a oportunismos, práticas escusas, manipulação”, não só quanto à sua relação com o quererismo. Conforme as críticas dos jornais, seu apoio ao citado movimento se devia ao temor de que seu tráfico de influência na diretoria do Banco do Brasil fosse revelado. Enfrentou igualmente resistência de setores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sob alegação de que Borghi tinha segundas intenções na sua atuação no partido²¹³.

Em relação a *O Estado de S. Paulo*, a imagem que o jornal procurou transmitir sobre Hugo Borghi não foi diferente dessas percepções críticas anteriores. Ainda que tivesse muitos inimigos políticos, os dados, de maneira geral, permitem-nos inferir que o então secretário de Agricultura e conhecedor dos meandros do recrutamento de migrantes certamente utilizava

²¹³ Ao romper com o PTB, ajudou a organizar e integrou o PTN e, depois, o Partido Rural Trabalhista (PRT) (Lúcio Flávio Pinto, *In: Jornal Pessoal & Gramsci e o Brasil*, março 2015).

sua posição, conhecimentos e até mesmo contatos em proveito dos seus empreendimentos. Montes Claros e o Norte de Minas, conforme as fontes, não foram escolhas aleatórias para realizar o recrutamento de trabalhadores.

Outro fato que despertou nosso interesse foi que, na conclusão do inquérito, mesmo com todas as informações ligando Borghi ao aliciamento de trabalhadores, não ocorreu nenhum tipo de condenação, nem mesmo de seus prepostos e aliciadores.

Percebemos também que o jornal *O Estado de S. Paulo* estava menos preocupado com a situação dos migrantes e muito mais interessado em apontar um culpado pelos transtornos. Estaríamos diante de mais um posicionamento ostensivo contra Borghi? Pelas indicações seguintes, sim! Como foi imputado a ele: “Hugo Borghi procura reduzir as condições de trabalho humano ao mais baixo nível, explorando miseravelmente quantos infelizes trabalhadores caíram sob seu arbítrio” (*O Estado de S. Paulo*, 15/08/1950, s.p.). Os eventos narrados sobre as condições precárias de vida e trabalho, segundo o jornal, vinham ocorrendo com a anuência de um “representante do povo brasileiro no Congresso Nacional”, nomeadamente, Hugo Borghi.

Waldemar Rodrigues Barbosa foi citado no inquérito como preposto e aliciador –acumulava ambas as funções. Além de ser mencionado como o principal recrutador em Montes Claros, o que é relevante em sua trajetória foi sua prisão na cidade, devido a débitos não quitados com as proprietárias das pensões. A detenção, não obstante, não durou muito, “em virtude de um *habeas corpus* impetrado em seu favor”.

Logo após ser colocado em liberdade, Waldemar Rodrigues Barbosa dirigiu-se ao Rio de Janeiro com o intuito de obter de Hugo Borghi o montante para saldar suas dívidas na cidade. Em seu depoimento ainda declarou:

[...] que chegou nesta cidade (Montes Claros) no dia 13 de novembro findo, procedente de Formosa, no Estado de Goiás, como encarregado do Sr. Silverio Valente, da Fazenda Boa Esperança, daquele município, com o fim de aliciar homens para o serviço na referida fazenda (*O Estado de S. Paulo*, 15/08/1950, s.p.).

O declarante também relatou ter estreita relação com Hugo Borghi, pelo menos foi o que evidenciou o telegrama recebido do fazendeiro, apresentado às autoridades por ele e anexado ao relatório. O documento dizia: “Avião estará aí [Montes Claros] amanhã, nove horas, para transporte dos homens Pt. Hugo Borghi” (*O Estado de São Paulo*, 15/08/1950, s.p.).

Francisco Cesar Clocer, conhecido pela alcunha Campineiro, sem maiores detalhes sobre sua trajetória, foi citado no relatório como um “importante recrutador clandestino de trabalhadores”. O preposto e aliciador, ligado a Hugo Borghi, atuava no Norte de Minas e no estado da Bahia.

Os investigadores ouviram ainda os depoimentos dos trabalhadores aliciados: o primeiro a depor foi Joaquim Gonçalves Siqueira, o qual relatou:

[...] que o referido individuo de nome João de tal [possivelmente se trata de João Domingos - talvez não quisesse expor o nome do aliciador] chamou o declarante e lhe propôs para ir trabalhar na mencionada fazenda Boa Esperança, com o salário de Cr\$ 30, 00 diários, livre de quaisquer despesas; que o declarante embarcou de avião no dia 11 de agosto de 1949, juntamente com mais 13 pessoas, que haviam sido recrutada pelo mencionado João de tal; que o avião desceu na cidade de Lapa, no Estado da Bahia, a fim de apanhar mais gente recrutada, tendo entrado nessa cidade mais cinco pessoas (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Ao ser interrogado sobre a maneira como os trabalhadores eram tratados na Fazenda Boa Esperança, Joaquim Gonçalves Siqueira declarou:

[...] que a comida servida aos trabalhadores eram péssimas, tendo o declarante encontrado até ponta de cigarro e um gafanhoto no meio da comida; que o tacho onde as refeições eram cozidas estava permanentemente azinhavrado; que em virtude do mau preparo da alimentação, muitos trabalhadores ficaram doentes dos intestinos, inclusive o declarante; que a jornada de trabalho na referida fazenda era de 10 horas, isto é, pegava-se no trabalho as 5 e 30 e deixava mais ou menos às 17 horas; que, num dos barracões, dormiam cerca de 70 pessoas, muitas deitadas no chão, em lona; que o aliciador João de tal prometera casa boa, com luz e aulas noturnas, coisa que não existe na mencionada fazenda; que os trabalhadores com famílias moram em ranchos de zinco rodeado de palha de coco (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

O depoente relatou acerca do custo de vida que era elevado, que os trabalhadores recebiam vales para serem utilizados exclusivamente no armazém da fazenda, onde os preços praticados eram superiores ao habitual. Informou que:

[...] um maço de cigarros de marca Liberty na fazenda era vendido a Cr\$ 3, 00, quando o mesmo cigarro aqui em Montes Claros era vendido por Cr\$ 150; que uma rapadura era vendida a 10,00, enquanto aqui em Montes Claros era vendida a 3,50; que um par de chuteiras custa na referida fazenda

Cr\$ 100, 00, enquanto aqui em Montes Claros um mesmo par de igual qualidade custa Cr\$ 40,00 (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Em seguida, o trabalhador que havia retornado a Montes Claros relatou as razões de seu descontentamento e o logro em que ele e mais quatro colegas caíram ao deixarem Boa Esperança:

[...] outros trabalhadores vieram com o declarante, em número mais ou menos de quarenta homens, todos desgostosos com as condições de vida na Fazenda Boa Esperança; que o caminhão vinha tão cheio de gente que muitos caíram pelo caminhão; que dezenas de trabalhadores da mencionada fazenda informaram ao declarante que pretendiam abandonar a referida propriedade, ainda que tivesse que viajar a pé até o lugar do recrutamento; que por sua vez, todo o dia que há caminhão para Anápolis, sai gente da referida fazenda (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Joaquim Gonçalves Siqueira também alegou que abandonou a fazenda devido ao valor pago pela diária de trabalho. A princípio, o combinado com o aliciador era de Cr\$ 30,00, mas, ao chegar à Boa Esperança, “arbitraram-lhe o ordenado de Cr\$ 10,00 diário”. Em Montes Claros, a remuneração recebida pelo trabalhador em uma fábrica de beneficiamento de couro era de Cr\$ 16,00 diários. Segundo constatou o inquérito, para evitar que os trabalhadores abandonassem a Fazenda, a gerência dificultava a saída deles nos caminhões de propriedade da Boa Esperança.

O segundo trabalhador a depor no inquérito foi Waldemar Ribeiro. Conforme seu depoimento, o representante do Sr. Hugo Borghi chegava a Montes Claros e se hospedava no Hotel Santa Cruz²¹⁴. Não demorava para que as notícias de que o aliciador estava recrutando mão de obra se espalhassem pela cidade; o próprio trabalhador foi informado do fato por colegas. Juntamente com um amigo de nome Bolívar Batista, Waldemar afirmou que “dirigiu-se ao Hotel Santa Cruz, onde se achava o referido Sr. Campineiro; que, então, ali o declarante e seu companheiro aceitaram a oferta que o Sr. Campineiro lhes fez, isto é, de ganharem Cr\$ 20,00 livres de despesas” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Após seguir para Goiás, ao fim do primeiro mês, o trabalhador descobriu que o valor combinado não foi garantido, pois recebeu apenas Cr\$ 430,00 mensalmente. Em relação às condições de vida, o declarante afirmou,

²¹⁴ O Hotel Santa Cruz ainda existe na cidade de Montes Claros, localizado na região central.

[...] que a comida servida aos trabalhadores na fazenda Boa esperança é péssima, acontecendo de muita gente ficar doente de barriga por causa da referida comida, que há barracões de zinco, onde dormiam os trabalhadores amontoados, sem qualquer conforto, que não há instalações sanitárias e as necessidades fisiológicas são feitas no mato; que não havia banheiros para os trabalhadores (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

O depoimento de Waldemar Ribeiro confirma, segundo o relatório, as alegações feitas por Joaquim Gonçalves Siqueira quanto à insatisfação dos trabalhadores com as condições de trabalho. Ainda afirmou que, quando pediu as contas, cerca de 200 colegas estavam aguardando o fim do mês para também abandonarem a fazenda, por se sentirem ludibriados e logrados, ou seja, por iniciativa própria. Alguns nem mesmo esperaram o transporte de caminhão e deslocaram-se a pé até Anápolis. Para custear a viagem de volta, o declarante afirmou “que teve que vender suas roupas de uso diário para poder obter dinheiro a fim de voltar” (O Estado de São Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Genival Ferreira Matos, também recrutado para trabalhar na Fazenda Boa Esperança, afirmou que foi aliciado juntamente com 39 companheiros por Euclides Pinheiro e ganharia, por diária, Cr\$ 12,00. Ao ser interpelado sobre as condições de vida na propriedade de Hugo Borghi, fez a seguinte afirmação: “que o café da manhã era desacompanhado de pão, mas que quem quisesse poderia comprar um pão, que custava o pequeno Cr\$ 1,50 e o grande Cr\$ 2” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Acrescentou ainda que as refeições, muitas vezes, não ficavam prontas no horário marcado, e os trabalhadores permaneciam com fome até mais tarde. Quando pronta, a alimentação, que era preparada em tachos de cobre, com poucos utensílios de alumínio, era frequentemente salgada. O café era constantemente substituído por uma garapa – açúcar misturado na água –, a qual era recusada pelos trabalhadores.

Já os preços das mercadorias vendidas na Fazenda eram exagerados, porém, muitas vezes, os trabalhadores se viam obrigados a adquiri-las por questão de sobrevivência. A jornada diária de trabalho era de dez horas.

Esses foram alguns dos motivos que levaram Genival a abandonar o emprego. Como ele relatou: “a comida era tão ruim”, a ponto de não conseguir se alimentar direito. O outro motivo foi que “trabalha como um burro”. Inclusive, afirmou que voltou mais magro para sua cidade natal, São Francisco.

O trabalhador finalizou seu depoimento afirmando que:

[...] a maior parte do pessoal que está na fazenda “quer dar o fora”, porem, não o faz porque há “encrenca” com relação ao dinheiro, pois a gerência faz tudo ao seu alcance para o pessoal não sair da fazenda; que o declarante, se soubesse que na tal fazenda o pessoal seria tão mal tratado, não teria ido para lá; que, quando o trabalhador escrevia para a família e falava mal da fazenda, a gerência aprendia a carta (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Diante do relato de Genival Ferreira Matos, o responsável pelo relatório e funcionário do DNI, Alcino Teixeira de Melo, fez uma analogia entre as condições de vida dos trabalhadores na Fazenda Boa Esperança e os campos de concentração nazistas, pois, “estavam vivendo vigiados por uma polícia especial e tendo sua liberdade de locomoção assegurada pela Carta Magna da República, dificultada pelos prepostos de um representante do povo brasileiro no Congresso Nacional” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

É perceptível que essa foi uma comparação desconexa, uma vez que se tratava de realidades díspares. Apesar de terem enfrentado dificuldades na Fazenda, nenhum dos entrevistados foi impedido de retornar.

Por outro lado, ficou evidente que os trabalhadores se colocavam como sujeitos desse processo ao relatar suas insatisfações com a jornada extensa de trabalho, a comida e as instalações, as condições de vida e o trabalho de maneira geral. Contudo, o ponto de vista do relator, reproduzido pela imprensa, diz muito mais sobre a percepção que se tinha da classe trabalhadora e sua suposta incapacidade de reagir, enquanto o governo se colocava como agente “protetor” e “controlador” desses sujeitos.

Outro aliciado ouvido foi Euclides Barbosa de Miranda, da cidade de São Francisco, também recrutado por Euclides Pinheiro para desempenhar o ofício de ferreiro. O declarante fez afirmações semelhantes àsquelas realizadas por outros trabalhadores sobre a péssima qualidade da comida e a jornada de dez horas de trabalho.

Depôs também no inquérito, José Castro Ribeiro que declarou “que o referido *Euclides* propôs ao declarante ir trabalhar na Fazenda Boa Esperança, ganhando Cr\$ 30,00 livres; que o declarante aceitou a oferta e seguiu para a mencionada fazenda, juntamente com muitos outros companheiros” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

O trabalhador reafirmou a questão da baixa qualidade da alimentação, a jornada de dez horas de trabalho e, quando decidiu abandonar o emprego, enfrentou dificuldades para receber seu pagamento. Ainda afirmou que os seus companheiros de trabalho compartilhavam da mesma opinião e pelos motivos alegados abandonaram a Fazenda. Foi relada também a questão da estrutura na Fazenda. Segundo o depoente,

[...] recebida a comida, os trabalhadores sentavam-se no chão, na beira de cercas ou em cima das pedras espalhadas pelo pátio; que a fazenda não dispõe de banheiro, nem de aparelhos sanitários, sendo que os trabalhadores tinham que se servir do mato para satisfazer suas necessidades fisiológicas (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Outro fato relatado pelo trabalhador foi em relação a um acidente de trabalho sofrido. O depoente afirmou, sabendo que era um direito, não ter recebido a devida assistência: “depois de uma queda de um andaime o trabalhador deslocou um quarto, entretanto a gerência não lhe pagou um tostão durante o tempo que esteve acamado, tendo que pagar o tratamento” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Na conclusão dos depoimentos, o relator cita que realmente ficou constatado o aliciamento, e que os aliciados retornaram para suas regiões de origem cientes dos prejuízos, descrentes e abalados fisicamente.

Importante lembrar que as entrevistas foram realizadas depois do regresso dos trabalhadores, e que a investigação realizada não teve participação no processo de retorno. A volta ocorreu de forma independente, reforçando o papel dos trabalhadores nesse processo.

No inquérito, os proprietários rurais também foram interpelados, segundo o relatório, em razão dos prejuízos causados pelo aliciamento, sem autorização, aos setores agrícola e pecuário. Jose Mario de Araujo, que era comerciante na cidade de Montes Claros, afirmou que tinha ciência do assunto, devido ao seu constante contato com os fazendeiros da região, os quais eram seus fornecedores de produtos agrícolas comercializados em seu estabelecimento. Complementou mencionando que a produção, naquele ano, estava em baixa devido à escassez de mão de obra.

Outro depoente foi Osório Ferreira do Nascimento, que apresentou uma carta aos representantes do DNI, a qual afirmou ter recebido de um amigo aliciado. O documento, inclusive, foi anexado ao inquérito. Na missiva, o trabalhador – que não teve o nome revelado – fez alegações já conhecidas, relativas às condições de trabalho na fazenda e à falta de pagamento dos numerários quando pediu as contas.

Ismar Gonçalves de Mendonça, proprietário, comerciante e ex-prefeito de São Francisco, foi outro depoente. Segundo suas afirmações,

[...] nos mês de julho do corrente ano (1949), o declarante teve a oportunidade de verificar que, procedente da Fazenda Boa Esperança, de

propriedade do deputado Hugo Borghi, vinha um avião DC-3 a esta cidade apanhar trabalhadores recrutados não só na cidade como nos distritos de São Francisco; que várias pessoas conhecidas do declarante embarcaram para a fazenda (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Ressaltou ainda que as promessas feitas aos trabalhadores eram as melhores possíveis. Não obstante, afirmou ter tido notícias do retorno de muitos deles, contrariados com “o logro que lhes foi pregado”. Percebemos, no caso desses depoimentos, que são apregoadas informações negativas sobre a Fazenda Boa Esperança, possivelmente com o intuito de desincentivar a migração dos trabalhadores para essa propriedade.

Ismar Gonçalves de Mendonça ainda destacou os prejuízos acarretados pela falta de “braços” na região e citou como exemplo: “o serviço de construção do cais de São Francisco ficou quase paralisado com a saída de trabalhadores para a referida Fazenda Boa Esperança. E que ele mesmo, possuidor de 2.000 alqueires de terra, não pôde tocar, naquele ano, um serviço maior de lavoura, porque não dispôs de pessoal para o trabalho da terra” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Diante das declarações feitas, o relator ressaltou os prejuízos decorrentes do aliciamento de mão de obra, inclusive na paralisação da construção do cais, que era uma obra federal importante. O preposto de Hugo Borghi se ofereceu para pagar as dívidas atrasadas dos trabalhadores, contraídas com os responsáveis pelas obras do cais, na condição de que o acompanhassem imediatamente.

Outro depoente, João de Barros Frois, alegou que até mesmo o marceneiro da sua fazenda foi recrutado; o trabalhador sequer passou em casa para se despedir da família antes de seguir para o “Eldorado”.

Percebemos que, a exemplo daqueles que migravam para São Paulo, esses trabalhadores também são culpabilizados por almejar melhores condições de vida. A referência a essa ideia é sempre a busca pelo “Eldorado” como sinônimo de vida fácil.

Conforme foi esclarecido, as autoridades das regiões nas quais estavam ocorrendo os aliciamentos de trabalhadores também foram ouvidas. A primeira a ser citada foi o Sr. Ademar Estrela, 1º Tenente da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e delegado especial de Montes Claros. A citada autoridade foi mencionada, segundo a informação, como quem “decifrou” a atuação dos prepostos e aliciadores de Hugo Borghi em Montes Claros e na região com a costumeira promessa de melhores ordenados.

O fato de o preposto Waldemar Rodrigues Barbosa não ter pago as dívidas com duas proprietárias de pensões na cidade foi o episódio que contribuiu para que o delegado levantasse as primeiras suspeitas de que vinham ocorrendo atividades de aliciamento de trabalhadores em Montes Claros. Em suas declarações, o delegado ainda mencionou “que em Montes Claros, verifica-se grande falta de braços, queixando-se os fazendeiros locais, amargamento do aliciamento de trabalhadores” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

De outra maneira, a questão em voga, na realidade, não eram as condições precárias enfrentadas pelos trabalhadores na Fazenda Boa Esperança, mas a supressão de mão de obra na região.

Depôs ainda o Sr. Brasiliano Braz, prefeito do município de São Francisco. A autoridade relatou que Euclides Pinheiro aliciou trabalhadores das fazendas da região e até mesmo funcionários da prefeitura, sob a promessa de que os operários ganhariam um salário de Cr\$ 30,00 diários na Fazenda Boa Esperança. Reiterou ainda que “para combater o aliciamento tomou medidas enérgicas, a ponto de certa vez, impedir um embarque de trabalhadores, quando estes já se encontravam prontos para ser transportados pelo avião DC-3 do Sr. Hugo Borghi, tendo ainda denunciado o caso à polícia” (O Estado de São Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Assim como em outros depoimentos, foi ressaltado que muitos trabalhadores voltaram “desiludidos com o logro que lhes foi pregado”.

O prefeito de Montes Claros, Alfeu Gonçalves de Quadros, em seu depoimento, afirmou “que teve conhecimento da existência de um movimento imigratório, em caráter clandestino, que se vinha realizando na região de Montes Claros” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Depôs ainda Newton Cardoso de Souza, prefeito da cidade de Pirapora, e Mario Jose Lisboa, prefeito de Januária, os quais afirmaram que vinha ocorrendo o recrutamento de trabalhadores naquelas regiões.

Foi ouvido também o chefe da estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, em Montes Claros, Aparício Henrique Lessa, que informou sobre o movimento de trabalhadores que viajavam pela citada estrada de ferro, muitos dos quais eram interceptados e recrutados pelos aliciadores.

Os próximos declarantes foram listados como “depoimentos vários”, entre eles, Natercio Teixeira França, que afirmou conhecer Waldemar Rodrigues Barbosa. Relatou,

inclusive, que tomou conhecimento das dívidas contraídas pelo aliciador nas pensões da cidade, onde mais de cem trabalhadores recrutados aguardavam o embarque. Soube também que o preposto já havia enviado um telegrama à Fazenda Boa Esperança solicitando a remessa de recursos para quitar os débitos e viabilizar o transporte dos trabalhadores.

Natercio Teixeira França declarou que, certa vez, recebeu um telefonema de um piloto de avião pedindo que avisasse a Waldemar Rodrigues Barbosa para conduzir, com urgência, apenas 28 trabalhadores até o campo de aviação, pois era necessário decolar imediatamente.

Fundamentando nesse depoimento, podemos inferir que a pressa em realizar o embarque estava relacionada ao fato de que a autoridade policial local já investigava a prática de aliciamento de trabalhadores na região.

Outra evidência que reforça essa hipótese é apresentada no relatório do DNI, no qual se afirma: “Tendo havido algumas dificuldades de embarque dos trabalhadores aliciados, passaram a agir secretamente, reunindo-se os trabalhadores no campo de aviação momentos antes do avião aterrar” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

O depoimento do proprietário de hotel na cidade de São Francisco, José de Souza Tavares, destacou seu diálogo com Euclides Pinheiro, o qual o informou que sua missão – de recrutador – era agenciar trabalhadores: pedreiros, carpinteiros, ferreiros e trabalhadores braçais, pois a colônia em Goiás estava em fase de organização e demandava operários com funções diversificadas.

O preposto também afirmou que “aqueles que arrebanhar maior número de trabalhadores, poderia seguir como chefe de turma” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.). Esse excerto evidencia a estratégia usada pelo aliciador para recrutar trabalhadores nas cidades por onde passava.

José de Souza Tavares ainda afirmou que: “Como muitos dos operários que se apresentavam para seguir traziam contas de débitos na praça, o senhor Euclides as pagava, sob a condição dos trabalhadores beneficiados seguirem para Goiás, onde teriam muitas regalias e ordenados compensadores” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Os depoimentos seguintes foram concedidos por dois pilotos de avião, responsáveis por transportar trabalhadores na região norte-mineira. O primeiro a depor foi Djalma Henrique, que declarou ter aterrissado no campo de aviação de São Francisco, onde muitos trabalhadores aguardavam o embarque no avião DC-3.

Outro piloto declarante foi George Gregorieff, o qual relatou que, ao pousar na pista da Fazenda Boa Esperança, o que se via era apenas uma pequena lavoura de arroz, e que ele não enxergava as maravilhas que os prepostos divulgavam em toda parte. Isso reforça a ideia de que se tratava de um projeto ainda em fase inicial. Contou ainda que soube de um rapaz – um mecânico – que fora recrutado para trabalhar na fazenda de Hugo Borghi com o ordenado de Cr\$ 1.000,00 mensais, mas que, ao fim de cinco meses, não havia recebido seus vencimentos integrais, tampouco exercido a função para a qual fora contratado.

Os últimos depoimentos citados foram de Nísia Avelino Silva e Isabel Ferreira dos Santos, proprietárias de pensões em Montes Claros. As depoentes alegaram que foram prejudicadas por Waldemar Rodrigues Barbosa, o qual deixou de pagar as estadas dos trabalhadores alojados nas pensões. O relatório não informou se os débitos foram quitados.

Na conclusão do inquérito, o relator assegurou que ficou constatado o aliciamento de trabalhadores em Montes Claros, assim como nas cidades vizinhas. Reafirmou que esse tipo de recrutamento, sem a autorização escrita do Conselho de Imigração e Colonização, era vedado por lei.

Contudo, a autoridade responsável pelo relatório ressaltou que, no decorrer do processo, foi levantada a seguinte dúvida: “se haveria crime no ato de recrutar trabalhadores em trânsito, desempregados ou sem perspectiva de trabalho próximo, concluindo que, enquanto a matéria não for convenientemente disciplinada pelo Governo da União, deve-se-a isentar de culpa aquele que assim proceder” (O Estado de S. Paulo, 16/03/1952, p. 19). Sobre o problema, o relator ainda afirmou: “A questão, como o próprio movimento migratório, é complexa” (O Estado de S. Paulo, 16/03/1952, p. 19).

Provavelmente, os aliciadores e seus advogados levantaram essa dúvida como argumento de defesa, visto que os dados fornecidos pelo documento do DNI evidenciavam a existência de uma lacuna na legislação, a qual impedia a imputação de qualquer tipo de condenação aos culpados.

Já demonstramos em diversos momentos que Montes Claros era uma cidade de passagem para os migrantes e com grande contingente de trabalhadores retidos. Assim como Januária, Pirapora e São Francisco, que eram locais de desembarque daqueles que chegavam via rio São Francisco.

As evidências indicam que essas cidades eram locais estratégicos para a atuação dos aliciadores. Corrobora, nesse sentido, o fato de o relatório citar que foi constatado o

aliciamento, mas que, por falta de clareza na lei, não deveria ser imputado nenhum crime aos culpados. Ou estaria esse fato relacionado à posição política de Hugo Borghi?

O que ficou claro foi que o aliciamento na região não cessou. O jornal *O Estado de S. Paulo*, nos anos seguintes – pelo menos até a década de 1960 – continuou a publicar reportagens que demonstram que os recrutamentos de trabalhadores na cidade foram mantidos. Ainda que não tenhamos obtido mais notícias sobre o aliciamento especificamente para a propriedade de Hugo Borghi.

O destino da Fazenda Boa Esperança também despertou nosso interesse. O próprio Hugo Borghi, em sua biografia, relatou que, “Com o impasse criado pelas dificuldades financeiras enfrentadas pelas minhas empresas ao longo da segunda metade da década de 50, Boa Esperança e Agro-Colonizadora Industrial tiveram seus horizontes estreitados” (Borghi, 1995, p. 368). Como exemplo, citou: “A desmobilização dos investimentos ali realizados tornou-se inevitável, inclusive com a venda de maquinaria e equipamentos, reduzindo-se as atividades agropecuárias e diminuindo o pessoal, enquanto aguardávamos os melhores dias” (Borghi, 1995, p. 368).

No entanto, diretamente não foi mencionado que o declínio da Fazenda Boa Esperança tenha relação com o inquérito instaurado pelo DNI. Os indícios indicam que sim, em função dos embates políticos de Borghi com seus adversários e da redução dos fluxos migratórios para o estado de São Paulo.

Segundo o periódico, era preocupante a redução das migrações para São Paulo naquele período, e essa atenuação foi atribuída pelo órgão de migração aos agenciamentos clandestinos.

Outro fato que pode ser atrelado ao declínio da Fazenda Boa Esperança foi o fim da gestão de Borghi à frente da Secretaria de Agricultura de São Paulo, em 1951. Isso possivelmente enfraqueceu seu papel como agenciador de mão de obra.

Ainda em relação ao destino de Boa Esperança, a espera por tempos melhores, segundo o fazendeiro, “cederam lugar a dias de tumulto e violência, em virtude da ação demagógica empreendida no governo de João Goulart por Leonel Brizola e Francisco Julião, que passaram a incentivar a invasão de propriedades agrícolas privadas, mesmo quando produtivas” (Borghi, 1995, p. 368).

O fazendeiro e político estava referindo-se aos cerca de 500 trabalhadores rurais da Fazenda Boa Esperança que se apossaram das terras e fundaram a Liga Camponesa.

Conforme Borghi (1995, p. 368) informou: “Recados foram enviados a minha pessoa com ameaças de morte, caso tentasse dirigir-me à propriedade ou tomar providências para recuperar a posse da mesma. Mais de 1500 cabeças de gado passaram a ser abatidas ou vendidas pelos ocupantes”.

Mesmo que essa seja a versão do fazendeiro, é possível inferir que esse desfecho tinha vinculação com as relações conflituosas de Borghi e, possivelmente, com a diminuição de sua influência no meio político.

O fazendeiro lamentou, por exemplo, a desarticulação de investimentos naquele empreendimento. Porém, não podemos ignorar o papel dos trabalhadores e suas mobilizações por meio das Ligas Camponesas.

6. 2. 1 Outros desdobramentos do recrutamento de trabalhadores migrantes

No ano de 1955, outra reportagem publicada por *O Estado de S. Paulo* apontava que o aliciamento de trabalhadores para o estado paulista também havia se intensificado, como informado na matéria intitulada “*Tráfico de Nordestinos para Estados do Sul*”.

Na ocasião, foi comunicado que o presidente Jânio Quadros havia determinado que a Casa Civil adotasse medidas urgentes para impedir que a portaria que regulava o tráfego de ônibus e caminhões do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem fosse burlada. Essa medida foi tomada porque alguns motoristas que transportavam trabalhadores aliciados obtinham autorização do órgão para realizar as viagens de ida e volta sob o “rótulo de turismo”.

Outra estratégia usada pelos condutores era arcar com o pagamento da multa de Cr\$ 500,00 na ida, e o mesmo montante no retorno, nos postos de fiscalização federal. Inferimos, portanto, que a atividade era tão lucrativa que compensava pagar os Cr\$ 1.000,00 mesmo sem licença oficial de tráfego.

Em 1959, a imprensa voltou a enfatizar o tema em matérias como: “*Ordena o governador: repressão policial ao tráfico de nordestinos*”. As denúncias tinham sido feitas pelo deputado cearense Colombo de Souza.

Diante da acusação do parlamentar, o governador de São Paulo, Carvalho Pinto, determinou ao delegado-chefe de polícia, Amoroso Netto, que “iniciasse a repressão ao tráfico

de nordestinos trazidos de seus estados em caminhões e vendidos como se fossem escravos em São Paulo, em Mato Grosso e em Goiás” (O Estado de S. Paulo, 14/11/1959, p. 11).

O governador ainda ordenou que, caso fosse constatado o tráfico, os trabalhadores encontrados trabalhando sem qualquer remuneração fossem resgatados, e os responsáveis, processados.

Em “*As medidas para a Repressão ao Tráfico de Nordestinos*”, foi informado que o citado delegado-chefe de polícia, na capital paulista,

[...] determinou que a Polícia Rodoviária fiscalize os caminhões vindos do Nordeste, em todas as estradas que cruzem nosso Estado. Declarou, também, que, com o objetivo de impedir que nordestinos continuem trabalhando em fazendas sem receber remuneração, enviou radiocircular a todos os delegados de polícia do interior, determinado severas medidas para coibir o abuso (O Estado de S. Paulo, 17/11/1959, p. 14).

A cidade de Montes Claros, no início do ano de 1959, voltou a ser destaque no jornal *O Estado de S. Paulo* em duas reportagens, uma delas intitulada: “*Vendeu 180 nordestinos*”. O desenrolar da história ocorreu quando Francisco Pires Praciano, natural de Itapipoca, Ceará, alugou um caminhão em Fortaleza e propôs levar seus conterrâneos para o Sul²¹⁵. Ao todo, 180 trabalhadores aceitaram o convite e partiram com ele.

Francisco, segundo foi informado, era um agenciador experiente e autônomo, logo, não era vinculado diretamente a nenhum fazendeiro. Diferentemente do que se observou no caso dos prepostos de Hugo Borghi.

Segue o relato:

Depois de 15 dias de viagem, ao chegar em Montes Claros, Minas Gerais, Francisco disse que não tinha mais dinheiro para comprar viveres para os companheiros. Resolveu, então, vender 61 deles a um fazendeiro, muito embora, segundo declarou, soube que se conseguisse chegar até Goiás, ali alcançaria maior dinheiro pelos seus companheiros. Disse ainda que recebeu nessa transação Cr\$ 30. 000,00, como primeira parcela do pagamento, sendo que o restante seria pago mais tarde (O Estado de S. Paulo, 02 /04/1959, p. 10).

²¹⁵ A história veio à tona depois que Francisco Pires Ponciano procurou a polícia paulista, alegando ter sido vítima do “conto do legado” e ter perdido mil cruzeiros. Quando questionado pelas autoridades sobre a origem do dinheiro, afirmou que havia sido obtido com a “venda” de nordestinos. Foi a partir dessa declaração que a polícia passou a investigar o caso de aliciamento de trabalhadores. Os indícios presentes na fonte sugerem que Francisco havia se deslocado para o estado de São Paulo com o intuito de firmar novos contratos com fazendeiros locais interessados na contratação de trabalhadores.

Como foi narrado, os planos de Francisco mudaram quando ele chegou a Montes Claros, possivelmente sob o pretexto de que o dinheiro utilizado para comprar alimentos para os trabalhadores transportados havia acabado. Provavelmente, o recrutador se deparou com a demanda por mão de obra na região e no estado de Goiás, percebendo a possibilidade de obter maior lucro sem a necessidade de continuar o deslocamento até São Paulo.

Percebemos, assim, que a cidade ainda funcionava como local estratégico de recrutamento de trabalhadores para o estado goiano.

Foi então que o agenciador seguiu viagem até a cidade de Rio Verde, em Goiás, onde, segundo a reportagem, “vendeu” o restante dos trabalhadores nordestinos a um fazendeiro local, proprietário da Fazenda Castelo, por Cr\$ 200.000,00. Conforme informações apuradas, inicialmente, os nordestinos teriam que trabalhar sem remuneração e, apenas posteriormente, assumiriam a posição de meeiros.

Interessante destacar que a viagem a Goiás rendeu a Francisco uma nova encomenda de trabalhadores. Essa informação foi revelada por uma “carta-contrato” encontrada pela polícia em sua posse, relativa à solicitação de um fazendeiro de Rio Verde que havia encomendado 50 trabalhadores.

Transcrevemos a carta:

Rio Verde, 16 de fevereiro de 1959.

Sr. Francisco Pires Praciano.

Nesta.

Tomei conhecimento de sua estada aqui, e como sei que o senhor reside no Ceará, onde tem inúmeros trabalhadores que querem vir para este município, quero fazer lhe uma proposta, para a vinda de 50 trabalhadores, para a minha fazenda, nas condições:

I- As famílias ficaram residindo na fazenda, com todos os seus membros e só poderão trabalhar em outro local, em outra propriedade, com o meu consentimento; II - Darei lavouras para todos, sendo no primeiro ano –1959 – pequenas, visto ter já interessados em minha fazenda; III - Não admito o uso de bebidas alcoólicas, imoderadamente, na fazenda, assim como arma e festas; IV - Pagarei diária de Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros) livre de outras despesas necessárias; V - O pessoal peso-morto deve ser o menor possível; VI- Na chegada do pessoal na minha fazenda, comprometo a pagar até a quantia de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), a você, ficando o restante das despesas para a combinação na ocasião;

Estas são as condições que exijo para que você me traga os 50 trabalhadores, isto é, os 50 braços úteis, entre mulheres e homens. [...]. (O Estado de S. Paulo, 9/08/1968, s.p).

Ainda foi informado que Francisco Pires Praciano seria processado pelo crime de aliciamento de trabalhadores, previsto no artigo 207 do Código Penal. Apesar de não terem sido identificados mais detalhes sobre o desfecho judicial do caso, sabemos que a prisão do agenciador ocorreu no estado de São Paulo.

Um dado interessante fornecido por uma dessas reportagens foi em relação à participação de uma mulher chamada Sebastiana no movimento de aliciamento de trabalhadores. Segundo foi afirmado, o nordestino Francisco Targino de Andrade, de 17 anos, natural da cidade de Currais, Rio Grande do Norte, “foi ‘comercializado’ no interior de Goiás, por intermédio de uma mulher chamada Sebastiana, que é dona da pensão São Pedro, em Ituiutaba” (O Estado de São Paulo, 9/08/1968, s.p).

O trâmite também envolveu a participação de José Paes, responsável por transportar o jovem aliciado em seu caminhão. O aliciador teve sua prisão decretada pela polícia.

Infelizmente, não obtivemos mais informações sobre o evento nem sobre Sebastiana. Não obstante, os dados fornecidos nos permitem deduzir que era bastante comum a mediação dos donos de hospedarias no processo de agenciamento de trabalhadores, como no exemplo de Sebastiana.

E essa não foi a primeira vez que mulheres, ainda que indiretamente, aparecem envolvidas nos trâmites do aliciamento. Na reportagem de 1949, sobre os prepostos e aliciadores ligados a Hugo Borghi, são citadas duas proprietárias de pensões da cidade de Montes Claros que se envolveram em uma pendência com um dos prepostos.

A outra reportagem, cujo título era “*Nordestinos em leilão*”, já em seu início, identificamos o conhecido estereótipo atribuído ao Nordeste e aos nordestinos: seca, flagelo e fome – atributos que os tornavam, conforme o discurso, vulneráveis ao tráfico de trabalhadores. O artigo faz referência ao mesmo episódio noticiado pelo jornal *O Binômio*, de Belo Horizonte, e *Gazeta do Norte*, sobre a compra de um casal de nordestinos por Cr\$ 4.000,00.

Nessa direção, ainda foi enfatizado,

[...] os traficantes prosseguem seus ‘negócios’, os desgraçados nordestinos continuaram a sua inútil caminhada [...]. Abandonar a terra flagelada que não mais faz germinar a semente e o anseio de milhares de nordestinos que sonham com a terra da promessa que lhes proporcione meios de viver. Trabalhando. Iludindo-os com promessas de salários razoáveis, agenciadores deslocam-se às regiões devastadas e, como numa feira de besta. Escolhem homens e mulheres válidos, encarregando-se de os transportarem para as

zonas onde afirmam ter trabalho para todos (O Estado de S. Paulo, 12/03/1959, p.3).

Novamente, Montes Claros e Pirapora, ambas no Norte de Minas, são citadas pela imprensa como local onde se concentravam os traficantes e as “práticas comerciais” de migrantes.

Em outra publicação dessa imprensa, o capitão Vasco Mendes, de Montes Claros, reafirmou que a cidade era entreposto para aqueles trabalhadores intencionados a seguir para o Sul. Entretanto, ao chegarem à referida cidade, recebiam promessas de bons salários e vida melhor no estado de Goiás e Triângulo Mineiro (O Estado de S. Paulo, 9/07/1968, s.p.).

Como foi informado, ao chegar a Montes Claros: “Fazendeiros pouco escrupulosos, sem o mínimo respeito pela dignidade humana, ‘adquirem’ os nordestinos (às vezes por encomenda) quer avulso, quer a leilão. Os preços variam entre 3.000 e 5.000 cruzeiros por unidade” (O Estado de São Paulo, 12/03/1959, p. 3).

No final, foi feita uma crítica à Operação Nordeste, dizendo que não bastava anunciar planos grandiosos, considerando que ser conivente com a “venda” de nordestino seria o mesmo que abdicar da condição de país civilizado. Para isso não ocorrer, era necessário dar início à “imediata repressão do repugnante tráfico que está transformando em escravos os milhares de nordestinos pobres sem trabalho e sem pão” (O Estado de S. Paulo, 12/03/1959, p. 3).

Além da referência ao período da escravização de africanos e seus descendentes, como já mencionamos antes, a reportagem iniciou e foi concluída repetindo a já conhecida perspectiva negativa sobre o Nordeste e os nordestinos.

Em relação aos aliciadores, em nenhum momento foi considerado que, em um período anterior, diante da escassez de mão de obra e para reduzir os gastos com o recrutamento de trabalhadores, os aliciadores, desde que observassem algumas regras, tiveram a prerrogativa do DNI de atuar.

É preciso levar em conta que a prática denominada criminosa pelas autoridades, tipificada como “venda” e “comércio”, na realidade, tratava-se da remuneração cobrada pelos agenciadores pela sua mão de obra e pelas despesas com o transporte e alimentação dos trabalhadores. Desde a identificação, recrutamento, alimentação, exames médicos e transporte até as fazendas, era de responsabilidade dos agenciadores.

Apesar disso, não foi reconhecido o papel desses sujeitos nesse processo. Os discursos da imprensa e dos órgãos de migração indicam que essa prática contrariava os interesses do próprio governo e dos fazendeiros quanto ao controle da mobilidade. Além disso, atenuava, como já afirmamos, o papel dos trabalhadores nesse processo.

Outro dado que contribuiu para a intensificação da atuação dos aliciadores foi a demanda por mão de obra nos estados de São Paulo e do Paraná. A despeito de não ser recorrente em suas publicações, o jornal *O Estado de S. Paulo* reconheceu a falta de mão de obra no estado paulista no ano de 1958, assim como a redução da migração para o Sul. Como foi informado: “Isto se deve, inicialmente, à grande procura de braços pela lavoura, registrada nos primeiros meses do ano” (*O Estado de S. Paulo*, 17/09/1959, p. 19).

A atenuação do movimento migratório era, segundo afirmou a imprensa, em razão dos seguintes fatores: “O declínio da migração, a partir de julho, foi motivado pela melhoria da situação das lavouras nordestinas e pelo término das principais safras no nosso Estado” (*O Estado de S. Paulo*, 17/09/1959, p. 19).

Por meio dessas informações, ratificamos nossos questionamentos quanto à imagem de atraso associada ao Nordeste, assim como reiteramos o argumento em favor da reprodução social das famílias nordestinas por meio das migrações temporárias.

As informações seguintes corroboram nossa hipótese sobre o crescimento da autonomia dos trabalhadores no processo de deslocamento:

[...] as cifras do Departamento de Colonização e Imigração da Secretaria da Agricultura não representam o total da imigração nordestina para São Paulo, isso porque, cada ano, aumenta o número daqueles que, por iniciativa própria, se deslocam da sua terra para as fazendas localizadas no interior do nosso Estado e para o Norte do Parana, precisamente na época do ano que se iniciam as principais safras (*O Estado de S. Paulo*, 17/09/1959, p. 19).

As Obras Contra as Secas, coordenadas pelo DNOCS, também vinham contribuindo para o decréscimo dos fluxos migratórios. Segundo *O Estado de S. Paulo*, no ano de 1958, foi registrado o maior número de trabalhadores empregados, com cerca de 500 mil pessoas.

Após a chegada das chuvas, os trabalhadores eram liberados para retornar às terras e cultivá-las. Somente as obras permanentes eram mantidas, como a construção de açudes, abastecimento de água, sistemas de irrigação, rodovias, entre outras.

Essa afirmação nos permite questionar o teor de outras publicações dessa imprensa, as quais retrataram os trabalhadores como sujeitos suscetíveis e reféns de uma natureza algoz,

como a falta de chuvas e a atuação dos “aliciadores sem escrúpulos”. Os dados indicam que era possível lidar com a questão da seca e seus reflexos, sem que a população necessitasse, pelo motivo citado, abandonar o Nordeste²¹⁶. Assim como indicam que os movimentos migratórios eram dinâmicos.

Diante das informações apresentadas nos parágrafos anteriores, podemos analisar, a partir da historiografia, a exemplo de Gomes (1982) e Paiva (2004), que estava em voga, desde o período de ascensão do Estado Novo, o ideal de controle social por meio da supervisão do Estado sobre as massas de trabalhadores.

A organização científica do trabalho ficou a cargo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e do Ministério da Educação e Saúde, os quais, em cooperação, buscariam medidas para todos os problemas, “atentas as mais diversas facetas da vida do povo brasileiro: saúde, educação, alimentação, habitação, etc.” (Gomes, 1982).

Nesse sentido, Paiva (2004, p. 139) complementa: “O Estado procurava transmitir uma imagem de conforto e preocupação com o bem-estar destes trabalhadores. Inevitável não associarmos essa representação àquela criada pelo trabalhismo do governo Vargas”.

Ao mesmo tempo, o historiador ressalta que: “A política migratória revelava-se, no vivido desses, sua verdadeira finalidade: a de viabilizar interesses econômicos [...] que estavam construindo o Brasil moderno” (Paiva, 2004, p. 175). Não obstante, no caso dos nordestinos: “Os trabalhadores foram vistos como migrantes, retirantes ou flagelados” (Paiva, 2004, p. 175).

Sem ignorar os percalços, é importante reiterar nosso olhar sobre os migrantes como sujeitos da sua história.

Distante dos ideais intervencionistas do Estado, o relatório do DNI certificou que os trabalhadores brasileiros, em certas regiões do interior do Brasil, como no Norte de Minas, ainda eram mantidos em condições arcaicas, aquém dos propósitos “civilizatórios”, dos quais São Paulo era referência.

²¹⁶ “A seca de 1958, uma das mais severas e com um dos mais elevados números de refugiados, [...] o DNOCS recebeu novos recursos para enfrentar a situação. Foram retomados os recursos para a construção da represa de Orós, iniciada pelo governo de Epitácio Pessoa, e novo impulso foi dado aos programas de assistência de construção de pequenos açudes particulares, a utilização de açudes públicos para a geração de energia elétrica, a perfuração de poços e ao abastecimento de água. Foi também confiada ao DNOCS a construção de uma rodovia ligando Fortaleza a Brasília, numa extensão de 1.600 km”. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-nacional-de-obras-contra-as-secas-dnocs>. Acesso em: 22 mar. 2024.

Em relação às condições de vida do trabalhador rural norte-mineiro, conforme o relator, essas estavam “configuradas na falta de assistência social, médica e hospitalar; na ausência quase completa dos meios de fixação do homem ao solo, com características *feudais* marcantes, em que é obrigada a viver a grande maioria da massa camponesa, que não dispõe de terras próprias para se constituírem como pequenos proprietários” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p., grifo nosso).

Ainda conforme o relator, a “ambição desenfreada” dos proprietários rurais contribuía para gerar desemprego e abandono dos campos. Logo, persiste a ideia do Norte de Minas, assim como do Nordeste, como regiões atrasadas, “feudais”, sem saneamento, com uma população mal alimentada, doente e refém dos fazendeiros.

Contudo, nos capítulos anteriores, nós acompanhamos as transformações que vinham ocorrendo na região, sobretudo em relação ao saneamento e ao combate às doenças. Relativo às condições de trabalho, um dos depoentes chegou a citar que a diária recebida em uma fábrica em Montes Claros era superior à que recebeu na Fazenda Boa Esperança. Um indicativo de que os trabalhadores não estavam desprovidos de opção de trabalho na região, ainda que a migração fosse uma alternativa.

Especificamente sobre Montes Claros, o autor do relatório ressaltou que era um município em desenvolvimento, conquanto viesse sofrendo os reflexos da escassez de mão de obra, como a baixa produção rural. Assinalou também que uma das suas “causas reflete no fato de não proporcionar aos camponeses um mínimo de condições assistenciais indispensáveis a sua fixação na terra, problema esse cuja importância é conhecida pelo DNI, e tem sido estudado pelos seus diretores” (O Estado de S. Paulo, 15/08/1950, s.p.).

Não nos surpreendemos com o ponto de vista do relator; estranharíamos se fosse relatado o contrário, pois a percepção sobre o Norte de Minas, dos grupos da elite do Sul, não era diferente daquela que tinham das regiões do Nordeste do Brasil: a imagem do atraso.

Nessa direção, Paiva (2004, p. 198) aponta que:

A problemática regional emergiu como elemento constitutivo nacional. Construída, como veremos, a partir de uma lógica que não comportava um desvendamento da complexidade de suas relações, a imagem do Nordeste passa por um processo no qual interesses externos forjam elementos para seu entendimento a partir de uma lógica exógena àquela realidade. Constitui-se uma representação do Nordeste como realidade a-histórica, portadora de características culturais, sociais e econômicas negativas.

Para Paiva (2004), a representação sobre o atraso do Nordeste ignorava os aspectos modernizadores que podem ser relacionados à região, como a agroindústria açucareira e o setor de infraestrutura e transporte: “Inovações como a moenda a vapor e o uso de máquina de difusão – em substituição a moenda de rolo. [...] 50% do açúcar produzido em Pernambuco em 1900 foi transportado por ferrovias” (Paiva, 2004, p. 200).

A despeito de o Norte de Minas ter seus problemas estruturais, o processo de desenvolvimento também era uma realidade, com destaque para os setores agrícola e pecuário. Em maior escala, por exemplo, Montes Claros possuía fábrica de tecido, curtume, frigorífico, fábrica de sacaria, serraria, fábrica de móveis, fábrica de sabão e outra de óleo, ambas movidas a eletricidade. Sem contar as pequenas fabriquetas que produziam rapadura, aguardente, alimentos, materiais para a construção civil, entre outros (Cardoso Júnior, 2008).

Além disso, as Obras Contra as Secas, coordenadas pelo DNOCS na região, já produziam diversas mudanças no cenário regional, como evidenciado em seção anterior.

Contudo, Paiva (2004, p. 200) assinala que “A dupla construção da ideia do atraso ganha força nos anos 1930, já que a base social promotora da mesma – elites nordestinas e interesses de grupos agrários e industriais em São Paulo – encontra nela um elemento de defesa de seus interesses”.

Importante lembrar que não dissociamos os interesses dos grupos agrários norte-mineiros em relação àqueles nordestinos. Em muitos aspectos, eles possuem aspirações parecidas, especialmente referente às questões relacionadas às Obras Contra as Secas. Nessa região, também se repete o discurso da seca com a intenção de atrair verbas públicas.

Outro aspecto que o relatório do DNI se mostrou preocupado foi com o temor urbano em relação à falta de controle dos fluxos migratórios. Os argumentos da imprensa demonstraram que os riscos já se concretizavam nas décadas de 1950/60. Como foi expresso: “o deslocamento sem orientação, dessas massas de trabalhadores perturbam sensivelmente a vida econômica e social das cidades onde transitam e onde, às vezes, permanecem temporariamente” (O Estado de São Paulo, 22/05/1969, p. 20).

Também foram citados, como exemplo, os desdobramentos das secas no Nordeste e as migrações desordenadas com o crescimento das favelas em São Paulo. Os títulos das reportagens reforçavam essa interpretação: “*Eles começam a sair; O sonho morre no vale*”. Ambos os artigos foram ilustrados com uma imagem de um grupo de migrantes na estação de

Monte Azul, com a seguinte legenda: “Eles são retirantes, quando chegam. Logo, tornam-se favelados e só pensam em voltar” (O Estado de S. Paulo, 22/05/1969, p. 20).

Em outra edição, foram feitos os seguintes destaques em mais três artigos: “*Assim nasce uma favela; Início de tudo, é sonho; O triste trem baiano*”. Novamente, uma imagem retrata um migrante desolado e sem rumo, sentado em uma estação, com esta legenda: “*Os sonhos, muitas vezes, terminam antes da longa viagem*” (O Estado de S. Paulo, 22/05/1969, p. 20).

A matéria seguinte foi intitulada: “*Favela é o lar que os esperam*”. Mais uma vez, uma imagem retrata uma família de migrantes em uma estação ferroviária, com a seguinte descrição: “*Eles só trazem muitos planos*” (O Estado de S. Paulo, 22/05/1969, p. 20).

O conteúdo das reportagens é semelhante ao que já abordamos em outros momentos desta pesquisa. Nesse caso, o que nos atrai o olhar é justamente como a imagem do flagelado passa a ser associada à de favelado após chegar a São Paulo, ignorando qualquer possibilidade de que os migrantes poderiam desempenhar o papel de sujeitos de sua história e em prol do desenvolvimento da cidade.

Outro aspecto ignorado é relativo aos problemas estruturais da política migratória, do próprio processo de desenvolvimento urbano das cidades, das condições de vida da classe trabalhadora.

Devemos pensar também nos reflexos desses discursos sobre a vida dos migrantes nordestinos e norte-mineiros, a exemplo dos diversos estereótipos negativos que perduram no imaginário de algumas regiões do Brasil, essencialmente do Sudeste. Esses estigmas são expressos na literatura, nos filmes, novelas de televisão, peças de teatro, entre outros²¹⁷.

Como enfatizou Durval Muniz Albuquerque Júnior (2011, p. 27), os habitantes do Nordeste foram descritos apenas sob uma perspectiva econômica e política. Desse modo, o

²¹⁷ Um exemplo conhecido da reprodução desse estereótipo negativo sobre os nordestinos e as nordestinas, além das personagens do livro *Seara Vermelha* de Jorge Amado, é a obra de Clarice Lispector, 1977, *A Hora da Estrela*, e sua adaptação para o cinema feita por Suzana Amaral, em 1985. Nessa direção: “O campo social retratado pela película (a cidade de São Paulo dos anos 1980, ao contrário, do romance, onde a história se desenrola, [...]) é caracterizado pelas transformações políticas e sociais advindas entre o choque do tradicional *versus* o moderno. [...] a **protagonista nordestina** se apresenta deslocada do tempo e espaço. Essa representação, particularmente, expressa uma alteração de padrões culturais na metrópole paulista nos anos 1980, quando uma parcela considerável de trabalhadores passa a viver a experiência da condição proletária na situação de **migrante nordestino**. [...] Macabéa, que não é higiênica, sendo apontada por outras personagens como portadora de um odor específico, não é mãe, nem esposa, [...] é caracterizada como uma mulher em conflito com seu tempo. Perdida entre a liberdade e o progresso da metrópole e os valores tradicionais de **sua origem simples no Nordeste** (PAIVA, Carla Conceição da Silva. Cinema e história no filme *A Hora da Estrela*. **Sessões do Imaginário**, XVII, n. 28, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/famecos/article/view/12450>. Acesso em: 17 dez. 2024, grifos nossos).

historiador lembra que os “estereótipos e as categorias que emergem das verdades naturalizadas nos limitam ao invés de favorecer”²¹⁸. Ainda, adverte que “não podemos cair [...] no discurso da discriminação do Nordeste e dos Nordestinos” (Albuquerque Júnior, 2011, p. 30).

Comungamos com a perspectiva do autor e, ao longo deste estudo, empenhamo-nos em cumprir esse propósito.

A vida do migrante não se reduz aos estereótipos negativos, mas a agência desses sujeitos é confirmada pelas informações de *O Estado de S. Paulo* (1969). O serviço de migração, por exemplo, empenhava-se em manter sob controle os migrantes ao chegarem na Estação Roosevelt, em São Paulo. Mesmo que muitos conseguissem driblar a vigilância do Departamento de Imigração e seguir o destino por conta própria. É exatamente essa possibilidade de autonomia do migrante, de romper com a ordem estabelecida, que levou essa imprensa a representar o início dessa estada em terras paulistas de maneira trágica:

Muita gente não ouve o chamado e escapa a vigilância do DIC. Para estes não há solução: a favela e a miséria estão definitivamente no seu futuro. Saem da estação e a cidade que se mostra a eles é ao mesmo tempo, maravilhosa e aterradora. Não sabem o que fazer. Andam as tontas pela cidade e acabam dormindo sobre as sarjetas. [...] Os que ouvem o chamado dos homens do DIC encaminham se até um ônibus que os aguardam. O ônibus vai levá-los até a sede do Departamento. Recebem atendimento médico e alimentação. [...] Os retirantes recebem algumas orientações e são enviados para trabalhar na lavoura ou em obras (O Estado de S. Paulo, 22/05/1969, p.21).

Observamos que o discurso da imprensa em relação aos migrantes foi estruturado em torno da importância do controle dos fluxos migratórios. Como demonstramos nos capítulos anteriores, havia um esforço sistemático para isolá-los dos espaços centrais e regulados das cidades.

Nessa direção, Neves (1995) oferece uma reflexão pertinente ao discutir a concepção da época sobre os migrantes: não bastava mantê-los afastados fisicamente dos centros urbanos – tornava-se necessário desenvolver estratégias mais amplas de intervenção em seu cotidiano.

²¹⁸ Conforme o historiador: “O que podemos encontrar de comum entre todos os discursos, vozes e imagens que acabamos de arrolar, é a estratégia da estereotipização. [...] O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome das semelhanças superficiais do grupo” (Albuquerque Junior, 2011, p. 30).

Essas estratégias visavam ao controle espacial e à tentativa de “disciplinar seus corpos e mentes, estabelecer um critério de organização”, conforme destaca a autora.

Afinal, não era exatamente isso que propunha a política migratória ao tentar conter o livre deslocamento dos trabalhadores? As reportagens analisadas evidenciam que, apesar das tentativas de controle, os migrantes escapavam ao manejo do serviço de migração e atuavam como sujeitos ativos desse processo. Tomavam decisões conforme suas conveniências, refaziam seus planos diante das circunstâncias e, inclusive, retornavam às suas regiões de origem quando julgavam necessário.

Retomando o caso dos migrantes mencionados no relatório do DNI, observamos que foram priorizadas as histórias daqueles que retornaram “desiludidos”. Todavia, os dados indicam que os fluxos migratórios em direção a Goiás persistiram por mais de duas décadas. Isso sugere que, se esse destino não representasse, de alguma forma, uma alternativa viável de trabalho, dificilmente esse deslocamento teria assumido um caráter tão duradouro.

Ademais, em nenhum momento os documentos indicam que os migrantes tenham dependido da intervenção das autoridades para retornarem às suas regiões de origem. O que se evidencia, portanto, é que as migrações contrariavam principalmente os interesses dos fazendeiros e das autoridades, tanto locais quanto federais, como ficou claro nos depoimentos analisados.

Outro aspecto fundamental a considerar nesse contexto se refere ao direcionamento dos migrantes após sua chegada a Montes Claros. As informações revelam uma alternativa distinta daquelas discutidas nos capítulos anteriores, o que permite matizar a ideia amplamente difundida pela imprensa e pelos funcionários do CIC de que os fluxos migratórios estavam exclusivamente voltados para o Sul, motivados pelo suposto fascínio dos migrantes pelo “Eldorado” paulista.

Nessa lógica da reprodução social, compreendemos que esses trabalhadores estavam em busca de melhores condições de vida por meio da migração e, à medida que novas possibilidades se apresentavam, não as descartavam. Essa constatação também amplia, por meio desta pesquisa, a visibilidade do papel desempenhado pelos migrantes nordestinos no desenvolvimento de outras regiões do país, para além do eixo Sudeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a escrita desta tese, a exemplo daquelas travessias empreendidas pelos migrantes nordestinos e norte-mineiros, foi necessário, em diversos momentos, refazer a rota; já em outros, enfrentar os desafios e seguir em frente. De fato, nenhuma jornada é previsível.

Essa constatação também se aplica às experiências dos trabalhadores migrantes, cujas viagens se revelaram atraentes, complexas e, ao mesmo tempo, reveladoras de um cotidiano fascinante e repleto de potencialidades para a Historiografia. Nessa perspectiva, cumprimos com o desafio de lançar luz sobre os eventos e enfrentamentos que esses sujeitos vivenciaram durante os deslocamentos entre o Nordeste e São Paulo.

No entanto, abordar as histórias relacionadas às viagens não foi uma tarefa fácil, pois as fontes sobre essa etapa da trajetória dos migrantes – a travessia – são incipientes. Por isso, foi necessário reconstituir esse contexto por meio de frações identificadas em fontes do CIC e na imprensa.

O ponto de partida foi o *Gazeta do Norte*, o único jornal em circulação em Montes Claros no período investigado. Esse periódico, ao fazer referência à visita dos funcionários do CIC à cidade devido à concentração de migrantes, sinalizou o próximo e fundamental subsídio: a *Revista do CIC*.

Exploramos, assim, de maneira inédita, os dados dessa coletânea de documentos. Enquanto a primeira fonte revelou aspectos do cotidiano dos migrantes retidos na cidade e seus desdobramentos, a segunda nos possibilitou compreender elementos burocráticos e estruturais da política migratória reformulada por Getúlio Vargas. Por exemplo, as justificativas para a implantação dos postos de triagem médica no sertão norte-mineiro, bem como a razão pela qual os exames não eram realizados nas regiões de origem ou apenas na Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo, onde os trabalhadores eram recepcionados.

Na sequência desse percurso analítico, compreendemos que as informações veiculadas pelas fontes foram elaboradas por intelectuais, jornalistas, médicos e outros profissionais liberais, que interpretavam, de forma generalizada, os migrantes como flagelados ou retirantes da seca. Nessa narrativa, o estado de São Paulo aparecia como o “Eldorado”, destino idealizado por aqueles que buscavam uma “vida fácil”.

Em contraposição a essa visão, adotamos outro olhar: o de interpretar a trajetória desses trabalhadores como sujeitos históricos, agentes de seu próprio processo migratório.

Eles recorriam ao deslocamento como estratégia para buscar melhores condições de vida, e não apenas como vítimas passivas dos fatores climáticos.

Conforme a percepção das fontes, a viagem era empreendida sem planejamento e recursos, o que agravava ainda mais a situação de miséria dos migrantes. Assim, além de enfrentar as condições precárias da travessia, os trabalhadores eram constantemente culpabilizados pelos problemas enfrentados durante a viagem e ainda eram associados à vagabundagem.

Para refutar essa percepção, nas referências aos nordestinos em deslocamento, utilizamos a classificação de migrantes e não retirantes/flagelados. Isso porque as retiradas provocadas pela seca, ocorridas em contextos específicos, já foram abordadas por outros autores, como o professor Frederico Castro Neves. E esse é outro ponto singular do nosso estudo, ou seja, nos distanciamos da interpretação dos migrantes como refugiados da seca e da fome, a exemplo de Neves (2000) e a obra de literatura de Jorge Amado e atribuímos autonomia a esses sujeitos ao se deslocarem em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Desde o início, compreendemos que nosso foco não era investigar as secas nordestinas e seus efeitos, ou suas “vítimas”, mas os trabalhadores que se deslocavam em busca de melhores condições de vida, independentemente de fatores climáticos. Em alguns casos, a seca, por exemplo, aparece de forma secundária nas trajetórias analisadas.

Com base nessa perspectiva, questionamos e demonstramos, por meio de dados coletados na imprensa, que aquele Nordeste retratado pela literatura de Jorge Amado e pelos jornais da época não se resumia a uma terra dominada pelos coronéis, em que restava aos nordestinos apenas seguir os trilhos do cangaço, dos beatos ou da migração para o Sul e Norte do país.

Entretanto, fontes como *O Observador* nos permitiram provar o contrário, ao indicar que a maioria dos migrantes que se deslocaram para São Paulo, pelo menos no fim da década de 1930, era composta por proprietários de terras – 68,75% deles – que, após um período, retornavam às suas regiões de origem.

Por conseguinte, essa análise só foi possível graças à fundamentação teórica ancorada na perspectiva da reprodução social das famílias nordestinas, da insegurança estrutural e das redes de relações, as quais nos possibilitaram lançar luz sobre as motivações, trajetórias e agências desses trabalhadores em deslocamento.

Outro ponto esclarecedor deste estudo foi a análise da reestruturação da política migratória e seus desdobramentos a partir de 1935. Em Montes Claros, por exemplo, durante esse período de reformulação, o recrutamento de trabalhadores ficou paralisado em razão da ausência de recursos e das incertezas quanto aos novos critérios e orientações do CIC.

O reflexo dessa situação foram as aglomerações de migrantes impossibilitados de seguir viagem, o que culminou, inclusive, em um surto de cólera na cidade, no fim da década de 1930, agravando ainda mais a condição dos trabalhadores retidos. Como consequência, o agenciamento foi totalmente suspenso pelas autoridades paulistas, que temiam a chegada do problema sanitário ao estado.

Mediante o cruzamento de dados de diferentes fontes e da produção bibliográfica sobre o tema, foi possível construir outra interpretação desses fatos. Em outras palavras, compreender que as precárias condições enfrentadas pelos migrantes na travessia também eram decorrentes da instabilidade, da falta de estrutura e de esclarecimento da política migratória, assim como da insuficiência de vagas nos carros da EFCB – e não de responsabilidade exclusiva dos migrantes.

Nessa circunstância, elucidamos que o financiamento da viagem era uma contrapartida do serviço de migração, diante da necessidade de subsidiar os fazendeiros paulistas com mão de obra. Não só a demanda por trabalhadores era ampla, como os proprietários cobravam do governo esse provimento. Isso porque os produtores agrícolas, nesse período, não contavam mais, na mesma proporção de antes, com os trabalhadores estrangeiros – em decorrência dos novos critérios restritivos impostos à imigração e da política de nacionalização da mão de obra do governo Vargas. Os inúmeros pedidos de trabalhadores remetidos à Hospedaria dos Imigrantes e o envio imediato dos sadios para as fazendas foi um indicativo dessa demanda.

A criação da Inspetoria do Trabalhador Migrante (ITM) e a reedição da política de subsídios à mão de obra, em 1935, evidenciaram as medidas técnicas para lidar com a migração. Mas também nos sinalizaram os propósitos da política migratória, que era a inserção de trabalhadores migrantes nas atividades agrícolas de São Paulo.

No transcurso dos anos 1930 a 1950, por exemplo, segundo Paiva (2004), esse foi um problema a ser solucionado pelas autoridades estaduais e federais: “a crônica falta de mão de obra” (p. 31). Nesse cenário, os nordestinos eram a única opção disponível, pois nenhuma outra região do Brasil dispunha de um contingente suficiente de trabalhadores dispostos a migrar para trabalhar.

Como foi certificado pelo CIC, a população do Nordeste era dotada de vitalidade e prolífera a ponto de poder beneficiar o Brasil com o trabalho dos homens que lhe sobram (RCIC, 1949, n. 2, p. 23). Não apenas se deslocando para o Sul, mas também para o Norte, a exemplo dos soldados da borracha. É evidente que os nordestinos se beneficiaram desse processo por meio da reprodução social – sendo esse o aspecto em evidência nesta tese.

Ainda explanamos que os subsídios empregados no financiamento das viagens dos trabalhadores foram constantemente representados pela imprensa e pela documentação do CIC como contributos para o socorro aos flagelados da seca do Nordeste, a exemplo daqueles retidos em Montes Claros.

Novamente, os migrantes nordestinos foram culpados pela oneração dos cofres públicos, tendo em vista que, inconsequentemente, deslocavam-se para São Paulo em busca de “riqueza fácil”. O relatório do CIC informou que a vinda dos funcionários do Conselho e de seu vice-presidente à cidade norte-mineira, no ano de 1939, foi para socorrer os “flagelados da seca”.

O problema desse ponto de vista é que ele não reconhecia o papel fundamental dos trabalhadores no que diz respeito a sanar o problema da escassez de mão de obra, assim como também não admitia os problemas inerentes à política migratória – o que contribuiu para reforçar o estereótipo de vítimas das secas.

Outra contradição desse discurso, citado anteriormente, que também problematizamos, foi que, por um lado, os migrantes foram representados como sujeitos doentes, desnutridos e sem o propósito de fixar em um lugar específico. Por outro, constatamos certa disputa pela mão de obra deles.

Os grupos da sociedade local, como os fazendeiros, por exemplo, opunham-se ao deslocamento dos nordestinos e norte-mineiros. Inclusive, mostravam-se insatisfeitos com a política de subsídios do governo federal que financiou as migrações. Certamente, compreendemos e evidenciamos que os recursos das Obras Contra as Secas foram uma maneira de acalmar e beneficiar os grandes e influentes proprietários rurais, uma vez que o Sul carecia da mão de obra dos nordestinos.

O fato de a classificação de imigrante/migrante, nesse período, ser atribuída apenas aos estrangeiros foi fundamental para compreendermos o não assentimento do papel dos trabalhadores nordestinos, essencialmente nas localidades de recepção desses sujeitos.

Nesse contexto, Paiva (2004, p. 10) esclarece que, os nordestinos que chegavam a São Paulo eram vistos como sujeitos “fora do lugar”, “deslocados”, “inclassificáveis”, “nem cidadão, nem estrangeiro. Ele não é o mesmo e nem inteiramente o outro”. E complementa o autor: “Vive [...] num lugar bastardo, ou seja, a fronteira entre ser social e não social. Esse migrante suscita o embaraço e a sua existência incomoda. Ele não é mais como os que deixou em seu lugar de origem e também não é como os que vivem em seu lugar de chegada” (Paiva, 2004, p. 10).

Inicialmente, a percepção dos grupos da elite montes-clarense também não foi diferente.

Na mesma perspectiva citada anteriormente, como o Nordeste tinha uma população majoritariamente mestiça, esse dado era considerado uma desvantagem em relação à questão racial. De modo que essa percepção foi construída de fora. Como frisou Albuquerque Júnior (2011, p. 36), tratava-se de uma identidade regional homogênea, “nada natural, muito menos necessária”. E ainda, permeada de estereótipos negativos e preconceituosos.

Sob nosso ponto de vista, essa representação foi problemática, pois ela foi responsável por endossar diversos estereótipos negativos sobre os trabalhadores, vigentes no imaginário popular e ainda hoje reproduzidos pelo cinema, televisão, mídias sociais, literatura, entre outros.

Apesar de a própria historiografia, a exemplo das pesquisas do professor Paulo Fontes, indicar que o estabelecimento dos migrantes na região de destino – no caso de São Miguel Paulista – foi marcado pelas redes de sociabilidades, linguagens e senso de pertencimento, isso não difere da experiência daqueles que permaneceram em Montes Claros.

A percepção negativa, todavia, não era a única sobre os nordestinos. A política do governo Vargas de valorização do trabalhador nacional buscava atribuir um sentido positivo ao papel desses migrantes, mas isso foi ocorrendo paulatinamente. Os nordestinos, classificados como mestiços, passaram a ser interpretados de maneira positiva em virtude da mestiçagem. Isso, claro, do ponto de vista do governo, que buscava firmar uma identidade para o brasileiro que resultasse da mistura de brancos, negros e indígenas. E, nesse viés, a população do Nordeste era o tipo que melhor representava esse ideal.

Ainda que seja inegável a sua importância no processo de desenvolvimento de diversas regiões do Brasil, o preconceito contra os nordestinos nunca deixou de fazer parte do imaginário brasileiro, principalmente do Sul e Sudeste. A percepção negativa inicial, sem

dúvidas, contribuiu. Conforme esse ponto de vista, o nordestino não era apenas desconsiderado como migrante, mas também era visto como oriundo de uma região afetada pela pobreza, doenças e ausência de saneamento.

A política sanitária em curso no Brasil naquele período foi outro fator que influenciou o processo de recrutamento de mão de obra. Em relação ao Nordeste, as expedições médico-científicas realizadas desde o início do século XX já tinham acendido o alerta quanto à grave situação epidemiológica da região, o que igualmente configurava um discurso do Sul em relação ao Nordeste.

Conquanto, por meio do trabalho de Weinstein (2022), tenhamos realçado que a imprensa e os intelectuais nordestinos não assistiram apáticos aos estigmas – ao contrário, reagiram e revidaram essas representações. É imperativo destacar que essas interpretações serviram de subsídios para a formulação dos critérios de triagem médica exigidos no processo de seleção dos migrantes. Mesmo quando os recrutamentos eram realizados por empresas ou agenciadores particulares, a apresentação do atestado médico ao órgão de migração era obrigatória, o que evidenciava de forma inequívoca que o perfil desejado era o do migrante sadio.

Com base nesta constatação e na centralização das atividades do serviço de migração na ITM, ocorreram mudanças no âmbito estrutural da política migratória. O exame passou a ser realizado também nas cidades de Pirapora e Montes Claros, onde se concentravam, na época, os maiores contingentes de migrantes retidos à espera de embarque. Essa foi a razão pela qual as autoridades federais e paulistas implementarem estrategicamente os postos avançados de triagem no Norte de Minas: impedir a chegada a São Paulo dos doentes, deficientes, loucos e mulheres desacompanhadas de figuras masculinas.

As autoridades paulistas também procuravam evitar o agravamento dos problemas sanitários no âmbito urbano. Segundo Paiva (2004, p. 47), desde o fim do século XIX, os higienistas propunham que a assepsia urbana fosse a solução para os “surtos de epidemias, como cólera, tifo ou febre-amarela” que vinham ocorrendo na cidade. Associada a essa medida, notamos que se consolidou a ideia de que seria necessário também evitar a chegada de pessoas doentes de outras regiões – daquelas localidades já consideradas problemáticas do ponto de vista epidemiológico.

Nesse sentido, as doenças mais comuns identificadas na triagem médica em Montes Claros eram infectocontagiosas, como a tuberculose, a cólera, o tracoma e a malária (essa última não contagiosa), entre outras. Esses diagnósticos reforçavam a importância da

realização de exames médicos na cidade, assim como da vacinação e, em alguns casos, da imposição de quarentena. O problema, contudo, residia no fato de que os migrantes doentes foram rejeitados no meio da travessia em condições de extrema precariedade.

Além disso, o discurso da imprensa e da documentação do CIC projetou a imagem do nordestino como um sujeito desnutrido, doente, o que os tornava inaptos para o trabalho. Não obstante, foi desconsiderado que anualmente embarcaram para São Paulo milhares de migrantes sadios e aptos para trabalhar.

Após chegar a São Paulo, especificamente na Hospedaria dos Imigrantes, todo o processo de triagem era repetido, inclusive, muitos trabalhadores reprovados nos exames médicos eram devolvidos para o Norte de Minas. Essa determinação está expressa na cláusula XVI: “Os trabalhadores recusados na Hospedaria dos Imigrantes desta capital, serão retornados a ponto de embarque por conta da contratante” (Paiva, 2004, p.112).

Como Montes Claros era ponta de trilho, pelo menos até meados da década de 1940, o desembarque dos migrantes em retorno ocorria nessa cidade. Essa circunstância contribuiu conjuntamente para aumentar o contingente de pessoas retidas, em sua maioria, em condições precárias. A comprovação de que esse recâmbio realmente ocorreu está na reação da *Gazeta do Norte*, que tratava de forma crítica o retorno dos nordestinos à cidade.

Os reflexos da concentração de migrantes em Montes Claros, todavia, constituíram os elementos fundamentais desta análise. Foram os desdobramentos da retenção desses sujeitos nessa cidade que nos permitiram problematizar a travessia como objeto de investigação.

Inicialmente, os discursos da imprensa, como já afirmamos, indicavam as aglomerações dos trabalhadores em trânsito como problemas sanitário, social e de segurança. Por um lado, as autoridades paulistas desejavam evitar o desembarque de migrantes doentes naquele estado; por outro, os grupos da elite montes-clarense reagiam contra a chegada e a permanência desses sujeitos na cidade. Enquanto fazendeiros locais reclamavam da perda da mão de obra, também culpavam os migrantes de atrasar o desenvolvimento regional.

O foco nos sujeitos e suas agências nos fez enxergar e projetar outros aspectos cotidianos dos trabalhadores migrantes e o papel de Montes Claros como entreposto da migração. Foi fundamental compreendermos a função das redes de sociabilidade – o que é reconhecido até mesmo pela imprensa e reafirmado pelas entrevistas (História Oral). Constatamos que a migração era planejada e almejada pelas famílias.

Estrategicamente, na maioria das vezes, o deslocamento era articulado com a partida inicial de um membro da família, um vizinho ou conhecido para São Paulo, de onde eram

remetidas informações sobre os locais de trabalho e remuneração. Assim como eram enviadas remessas de dinheiro para custear as despesas da viagem daqueles que tinham permanecido.

Não raro, o marido se deslocava primeiro, trabalhava algum tempo e reunia alguns recursos financeiros; depois, retornava à região de origem para buscar a família. Outros optavam por fazer a travessia de forma sazonal, sobretudo no período de colheita no Sul. Após o fim de uma safra, retornavam para suas terras. Esses padrões foram comprovados pelas histórias destacadas de trabalhadores que realizaram a travessia diversas vezes.

Essas informações foram fundamentais para inferirmos que o contingente anual de nordestinos em deslocamento não se tratava apenas de novos migrantes, mas de trabalhadores retornando para São Paulo. Ao contrário das informações da imprensa e outras fontes que tratavam o assunto de maneira a sugerir que, a cada nova leva de migrantes, o Nordeste ficava cada vez mais despovoado.

Importante ressaltar que os nordestinos já estabelecidos em São Paulo foram fundamentais para a constituição dessas redes; logo, acolhiam os conterrâneos recém-chegados a suas casas ou mesmo ofereciam algum tipo de apoio.

Identificar a pluralidade de meios utilizados pelos migrantes para se deslocar nos permitiu mapear as articulações e agências desses sujeitos. A exemplo dos trabalhadores que custearam a viagem com recursos próprios ou com dinheiro enviado por familiares. Além daqueles que articularam a viagem com os agenciadores de mão de obra e tinham suas despesas financiadas pelos recrutadores.

Nossa intenção não foi diminuir o papel dos subsídios da política migratória, mas matizar o entendimento sobre a origem dos recursos e meios utilizados nesse processo de mobilidade. Isso porque os migrantes que recorriam aos subsídios do serviço de migração, só tinham acesso a esse recurso no Norte de Minas em Montes Claros e Pirapora. Até essas cidades, as despesas com transporte, hospedagem e alimentação eram custeadas pelos próprios trabalhadores.

Não foi incomum também nos depararmos com histórias de pessoas e famílias que alugaram em grupo um caminhão pau-de-arara em suas regiões de origem e seguiram direto para o estado de São Paulo. Ou que arcaram com recursos próprios para realizar a viagem no trem ou nos barcos pelo rio São Francisco.

O crescimento da atuação de “aliciadores” de mão de obra em Montes Claros, embora fosse uma atividade ilegal, demonstrou que os trabalhadores não eram reféns do subsídio do

serviço de migração, na maioria das vezes, precário e inconstante. O que evidenciou ainda que os migrantes não permaneciam inertes à espera do “socorro” do CIC.

Nesse sentido, diante das incertezas, os próprios trabalhadores articulavam os contatos com agenciadores, em especial em Montes Claros. Esse tipo de serviço cresceu na cidade, nas décadas de 1940 e 1950, uma vez que os postos de triagem não cumpriam seu papel. Novamente Montes Claros ocupou um lugar de destaque como entreposto dos migrantes. Diversificou também as localidades para onde os migrantes eram enviados para trabalhar.

Conquanto, inicialmente, diante das precárias condições de vida, a maioria dos trabalhadores não tenha aceitado o convite para atuar nas obras da ferrovia, aqueles poucos que permaneciam, ao se depararem com os efeitos da malária na região e as precárias condições de vida, abandonaram o canteiro de obras. À medida que foram sendo apresentadas melhorias, os migrantes consentiram o convite, o que tranquilizou os responsáveis pelas obras da construção da linha férrea.

O diretor de obras da Estrada de Ferro Central do Brasil chegou a afirmar que a ausência de mão de obra era um desafio a ser resolvido e que poderia entravar a execução da obra. O que reforça o papel dos trabalhadores nessa conjuntura.

Os trabalhadores que optaram por permanecer enfrentaram diversos problemas em Montes Claros. Importante lembrar que a cidade era a referência urbana mais próxima das obras da ferrovia. A maioria passou a residir no subúrbio, desprovido dos serviços básicos de infraestrutura. Inclusive, as próprias residências eram precárias.

Para convencer os trabalhadores a permanecer na região, foi preciso melhorar as condições de habitação. Nessa condição, foi construído, na época, um conjunto habitacional exclusivamente para trabalhadores migrantes com vistas a abrigar os que atuavam nas obras da via férrea. A obra também foi resultado da pressão da classe trabalhadora, insatisfeita com os altos preços dos aluguéis e as exigências da postura municipal para construir na área urbana da cidade.

Um dos aspectos mais relevantes desta tese foi apontar que os migrantes, de uma condição de indesejáveis, passaram à posição de necessários. Nesse sentido, interpretamos que os próprios trabalhadores foram responsáveis, pelo menos em parte, por essa mudança. Isso porque eles não permaneceram inertes na cidade. Diante da necessidade de sobreviver e refazer o projeto de deslocamento, aos poucos, foram se inserindo, por exemplo, nas obras públicas locais.

Devido às intensas articulações dos grupos da elite local, a região foi inserida na área do Polígono das Secas, sendo contemplada com os recursos das Obras Contra as Secas. No entanto, a execução dos projetos demandava o emprego de uma quantidade maior de mão de obra. O Norte de Minas, desde outros tempos, não dispunha de trabalhadores suficientes, e o déficit foi agravado com as migrações para São Paulo, onde as condições de trabalho e remuneração eram mais atrativas.

Após o estabelecimento do escritório das Obras Contra as Secas em Montes Claros, a cidade se tornou um verdadeiro canteiro de obras. Serviços básicos de infraestrutura, como água encanada, rede de esgoto, construção de prédios públicos, pontes, hidrelétricas e abertura de estradas que ligavam o município a outras regiões, foram iniciados.

Isso levou algumas lideranças locais e diretores de obras a não só se convencerem da importância dos migrantes, como também a buscarem convencê-los a permanecer. Os próprios trabalhadores relataram que eram abordados nas estações durante o trânsito para São Paulo, com propostas interessantes para trabalhar na região. O *Gazeta do Norte*, a despeito de ter sido apenas uma vez, reconheceu o papel dos “forasteiros” no desenvolvimento da cidade.

Nesse sentido, foi preciso matizar a questão da chegada dos trabalhadores na década de 1930 e os problemas sanitários associados a esse momento com essa última fase. O entendimento a que chegamos foi que os problemas decorrentes da triagem médica, da ausência de recursos e da retenção dos migrantes, de fato, causaram transtornos para os trabalhadores e para a cidade. Não obstante, o contexto, aos poucos, foi mudando. A exemplo da retomada da construção da via férrea, bem como das Obras Contra as Secas, que injetaram dinheiro e ânimo no sertão norte-mineiro.

Os grupos da elite local, assim como os do Nordeste, enfatizavam em seus discursos os problemas decorrentes da ausência de chuvas. No *Gazeta do Norte*, foram realizadas diversas referências aos projetos executados com êxito nos estados nordestinos, e que o Norte de Minas poderia reproduzir com sucesso. Caso fosse contemplado com as verbas públicas. Também foram acirradas as críticas aos políticos nordestinos que discordavam da inserção da região norte-mineira no Polígono das Secas.

Portanto, os migrantes não só tiveram papel fundamental, como também se beneficiaram desse processo. Mesmo que, inicialmente, tenham enfrentado os reflexos da insegurança estrutural, por meio do trabalho, muitos alcançaram uma vida melhor.

Os migrantes nordestinos que se estabeleceram na cidade também foram responsáveis pelas mobilizações no enfrentamento da insegurança estrutural, apesar de ter restado a eles

habitar o subúrbio desprovido de infraestrutura. Por conseguinte, os moradores se mobilizaram entre si, por meio de abaixo-assinados enviados à Prefeitura Municipal, informando seus descontentamentos e exigindo providências.

Nessa direção, esta tese contribuiu para elucidar que esses grupos eram majoritariamente migrantes nordestinos e norte-mineiros. Embora essas articulações políticas já tenham sido abordadas pela historiografia local, não se identificava a origem desses sujeitos. O diálogo com a pesquisa de Edir de Freitas Cardoso Júnior, *Experiência e poder na urbe em expansão: “cultura política popular” em Montes Claros–MG entre 1930 e 1964*, foi fundamental para essa compreensão.

Inserir-se também nesse contexto de mobilizações o surgimento de associações de bairro e sindicatos de classe. Uma das principais lideranças, nesse contexto, foi o migrante nordestino Zeferino Guedes, presidente da Associação dos Trabalhadores da Construção Civil. Todavia, Guedes não ficou restrito às demandas da sua classe, visto que, em seus discursos, buscava convencer os trabalhadores, de maneira geral, da necessidade de união e da adesão às associações e sindicatos.

Em outros termos, coube a um migrante nordestino o papel fundamental na fomentação do germe da cultura trabalhista na cidade, considerando que os primeiros sindicatos de classe surgiram nesse período em Montes Claros.

Guedes ainda representou a classe trabalhadora montes-clarense em importantes congressos fora da região. Nesse caso, a interlocução decisiva foi com o estudo de Elisdael Oliveira Santos: *Cooperação e Confronto: um estudo sobre a cultura política trabalhista em Montes Claros/MG (1945–1964)*.

Seja em São Paulo, Goiás ou Montes Claros, como em outras regiões do Brasil, os migrantes atuaram desde os canteiros de obras públicas, ferrovias, comércio, lideranças sindicais, área hospitalar, entre outros espaços. Sem dúvidas, os discursos e as representações da imprensa e da própria documentação utilizada nesta pesquisa não dão conta de resumir a trajetória dos nordestinos e o papel desses trabalhadores fora da sua região de origem.

Coube a esta tese, sem a pretensão de esgotar o assunto, apontar outros pontos de vista e atravessamentos relacionados às suas histórias. Cumprimos com o dever de inserir um capítulo que faltava na produção acadêmica relacionada aos migrantes: aquele que trata da passagem e permanência desses sujeitos por Montes Claros e seus desdobramentos. E,

principalmente, da relação dos nordestinos, em especial os baianos e os norte-mineiros, com a história do desenvolvimento de Montes Claros.

Esta pesquisa também faz parte de um contexto de diálogo e fortalecimento da historiografia norte-mineira que, nos últimos anos, vem-se ampliando com novos estudos.

REFERÊNCIAS

Fontes

Revistas:

Revista de Imigração e Colonização. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=143030&pagfis=3930>. Acesso em: 22 mar. 2023.

O Êxodo Rural. *In:* Revista de Imigração e Colonização. Ano III, n. 2, ago. 1942, p. 10.

Encaminhamento de trabalhadores Nordestinos para a Amazônia *In:* Revista de Imigração e Colonização. Ano III, n. 3 - 4, dez. 1942, p. 21.

Relatório de uma viagem de inspeção através do Nordeste em maio de 1942 *In:* Revista de Imigração e Colonização. Ano III, n. 3 - 4, dez. 1942, p. 28.

Viagem de inspeção ao Nordeste [Relatório] *In:* Revista de Imigração e Colonização. Ano III, n. 3 - 4, dez. 1942, p. 97.

Meios e processos de atrair imigrantes desejáveis *In:* Revista de Imigração e Colonização. Ano V, n. 3, abr. 1944, p. 464.

O Problema Imigratório Brasileiro *In:* Revista de Imigração e Colonização. Ano V, n. 3, set. 1944, p. 469.

Política Imigratória: o papel do médico na realização do magno problema *In:* Revista de Imigração e Colonização. Ano VII, n. 2, jun. 1946, p. 159.

Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo *In:* Imigração e Colonização. Ano VII, n. 2, jun. 1946, p. 192.

Normas Gerais sobre migrações, Imigração e Colonização *In:* Imigração e Colonização. Ano VII, n. 2, jun. 1946, p. 233.

Retirantes e flagelados em Monte Azul. *In:* Imigração e Colonização. Ano VII, n. 2, jun. 1952, n. 2, p. 86.

Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Ano: III, n. 23, janeiro de 1943. Rio de Janeiro.

Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Ano: III, n. 28, junho de 1943. Rio de Janeiro.

O Observador Economico e Financeiro. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 47, fev. 1939^a, p. 54. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=123021&pagfis=6220>. Acesso em: 22 mar. 2020.

Revista Brasileira de Estatística. Ano III, n. 9, janeiro - março - 1942.

Montes Claros em Foco, ano. (Disponível no acervo do Centro Cultural Hermes de Paula, Montes Claros). (1979 – 1981 – 1988).

Revista O Cruzeiro. Abril de 1951. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 20 maio 2023.

Revista O Cruzeiro, 12 de abril de 1952. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=80331> em: 20 maio 2024.

Jornais:

Gazeta do Norte. Anos: 1930 a 1962. Centro de Pesquisa e Documentação Regional (CEPEDOR) Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

O Estado de S. Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Anos 1940, 1950 e 1960. Disponível em:

<https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Goiânia. Rio de Janeiro, 1942, p. 01. Disponível em: <https://ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 maio 2021.

Documentos do Governo Brasileiro: Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/brazil>. Acesso em 1 de junho de 2023.

Obras:

BORGHI, Hugo. **A força de um destino**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 413p.

CHAGAS, Carlos Ribeiro Justiniano das. **Luta contra a malária**: conferência realizada em abril de 1933 no núcleo colonial São Bento (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio). Rio de Janeiro: Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1934. Disponível em: Acervo: Seção de Obras Raras | Biblioteca de Manguinhos. Acesso em: 26 nov. 2022.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**, 1999.

PINTO, Gustavo Louis Henrique. **Celso Furtado, 100 anos**: A Operação Nordeste. Economia & história: especial Celso Furtado. Informações Fip, maio de 2020. Disponível em:

<https://docslib.org/doc/23790/celso-furtado-100-anos-a-opera%C3%A7%C3%A3o-nordeste>. Acesso em: 22 jun. 2024.

Museus da Imigrações - acervo on-line

Museu das Imigrações - **Acervo - exposição on-line -**

<https://artsandculture.google.com/story/TAXhBAvS0cwmLg>. Acesso em: 22 mar. 2024.

“Brasileiros na Hospedaria: Uma maioria negligenciada”. Disponível em: (<https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-uma-maioria-negligenciada>). Acesso em: 22 jan. 2023.

“Brasileiros na Hospedaria: A década de 1930 - Um Período de Transformações” (<https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-a-decada-de-1930-um-periodo-de-transformacoes>). Acesso em: 22 jan. 2023.

“Brasileiros na Hospedaria: Os sem-matrícula”. Disponível em: (<https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-os-sem-matricula>). Acesso em: 22 jan. 2023.

“Brasileiros na Hospedaria: A viagem ao Eldorado”. Disponível em: (<https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-a-viagem-ao-eldorado>). Acesso em: 22 jan. 2023.

“Brasileiros na Hospedaria: Percursos, ocupação e trabalho”. Disponível em: (<https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-percursos-ocupacao-e-trabalho>). Acesso em: 22 jan. 2023.

“Brasileiros na Hospedaria: Ocupação, trabalho e gênero”. Disponível em: (<https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-ocupacao-trabalho-e-genero>). Acesso em: 22 jan. 2023.

“Brasileiros na Hospedaria: Onde o frio é maior”. Disponível em: (<https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-onde-o-frio-e-maior>). Acesso 22 jan. 2023.

“Brasileiros na Hospedaria: A Lei de Cotas e a Lei dos 2/3 - novo projeto de identidade nacional”. Disponível em: (<https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-a-lei-d-e-cotas-e-a-lei-dos-23-novo-projeto-de-identidade-nacional>). Acesso 22 jan. 2023.

“Brasileiros na Hospedaria: Uma casa temporária”. Disponível em: (<https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-uma-casa-temporaria>). Acesso 22 jan. 2023.

“Brasileiros na Hospedaria: Identidade nordestina e união em São Paulo”. Disponível em: (<https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-identidade-nordestina-e-uniao-em-sao-paulo>). Acesso 22 jan. 2023.

“Brasileiros na Hospedaria: Atrás da estação Roosevelt”. Disponível em: (<https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-atras-da-estacao-roosevelt>). Acesso em: 22 jan. 2023.

“Brasileiros na Hospedaria: Os caminhos passam por Minas”. Disponível em: (<https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-os-caminhos-passam-por-minas>). Acesso em: 22 jan. 2023.

“Brasileiros na Hospedaria: Cearenses em São Paulo no século XIX”. Disponível em:

(<https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasil-brasileiros-na-hospedaria-cearen-ses-em-sao-paulo-no-seculo-xix>). Acesso 22 jan. 2023.

“Brasileiros na Hospedaria: Relatos orais - a voz dos que migraram”. Disponível em: (<https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasil-brasileiros-na-hospedaria-relatos-orais-a-voz-dos-que-migraram>). Acesso em: 22 jan. 2023.

Literatura:

AMADO, Jorge. **Seara Vermelha**; posfácio de Nelson Pereira dos Santos. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Memorialistas:

VIANNA, Urbino. **Monographia do município de Montes Claros**: breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2007.

VIANNA, Urbino de Sousa. **Montes Claros**: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. In: VERONICA, Marta (Coord.). Coleção Sesquicentenária. Montes Claros: Unimontes, 2007.

PAULA, Hermes A. **Montes Claros sua história sua gente seus costumes**. 1979. In: In: VERONICA, Marta (Coord.). Coleção Sesquicentenária. Part. I. v. VI. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2007.

Fotografias dos ferroviários.

GOMES, Maria das Dores Guimarães. **17805 - Corria o ano de 1957, véspera do centenário de Montes Claros....** Montes Claros, 22 jun. 2024. Facebook: dorzinhabaleeiro. Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2794783480686399&set=a.2668402996657782>.

Acesso em: 24 jun. 2024.

GOMES, Maria das Dores Guimarães. **Fotos**. Montes Claros, 2019. Facebook: dorzinhabaleeiro. Disponível em:

https://www.facebook.com/dorzinhaleeiro/photos_albums. Acesso em: 25 jul. 2019.

MOTA, Lílían Claudine Marques G. Chapa n. 02 Rio Mosquito KM 162=1278 metros.

Montes Claros, 28 maio 2023. Fotografia de Quirino, registrada em 17 maio 1946. Facebook: lilianclaudine.mota. Disponível em:

https://www.facebook.com/groups/1673021626302062/user/100001444871785/?__tn__=-UC *F. Acesso em: 28 maio 2023.

Saudosos da RFFSA tudo sobre a Rede Ferroviária Federal. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1673021626302062/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Vídeo:

Darcy, um brasileiro – Roteiro e direção – Maria Maia. O documentário conta a história do pensador Darcy Ribeiro, das suas inquietações e da sua busca por soluções eficazes para o Brasil, produzido pela TV Senado. Darcy, um brasileiro – Documentário Completo –

YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c6RAMsSXDGI>. Acesso em: 15 maio 2023.

Centenário de Darcy Ribeiro: O menino que queria ser Imperador do Divino. Acervo Américo Martins Filho - Facebook. Montes Claros, 2022. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid02oLV76J6XtjgppsYTze3DQZsyDPUDJBUJuSWwvuhJdhhgQEZJKZNygNWqrHNUkcGil&id=100051222279187&mibextid=Nif5oz. Acesso em: 18 maio 2023.

Blogs:

PINTO, Lúcio Flávio. O detestável e desconhecido Hugo Borghi. **Jornal Pessoal & Gramsci e o Brasil**. Belém, março 2015. Disponível em: <https://gramsci.org/?page=visualizar&id=1766>. Acesso em: 24 de novembro de 2024.

Documentos:

CONGRESSO NACIONAL. Câmara dos Deputados. **Projeto n. 4019, de 1954**. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-os-caminhos-passam-por-minas>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. Lei n. 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3692.htm. Acesso em: 12 de julho de 2024.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL - EFCB. Informações sobre os retirantes embarcados na cidade. EFCB. DPDOR/APMC/caixa 25/pacote 101/doc. 003.532/1935.

MASCARENHAS, Lícia; LOURENÇO NETO, Sydenham. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Verbete 8885. Rio de Janeiro: Atlas Histórico do Brasil/FGV, 2009. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/8885>. Acesso em: 12 jul. 2024.

Bibliografias:

ABREU, Luiz Neves Abreu. Educação sanitária e saúde pública em Minas Gerais na primeira metade do século XX. História, **Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro. v. 17, n. 1, jan.-mar. 2010, p. 203-209. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/VCWLyhV75MnvpZzyMjSzt7b/?format=pdf>. Acesso em: 22 maio 2023.

ALMEIDA, Maria Natividade Maia e. **Nos trilhos do trem baiano:** da instalação a extinção do transporte ferroviária de passageiros e seus impactos no modo de vida no Norte de Minas Gerais. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 13.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A dimensão retórica da historiografia. *In*: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 235.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Paraíbas e Bahianos: órfãos do campo, filhos legítimos da cidade. **Travessia**, n. 8, set.- dez. 1990. Disponível em: <https://www.revistatravessia.com.br/travessia/about>. Acesso em: 22 maio 2022.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “Quem é frouxo não se mete”: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. **Projeto História**, São Paulo, n. 19, p. 173-188, nov. 1999. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ALVES, Rogério Othon Teixeira. **“Da ponta dos trilhos ao centenário inventado”**: práticas modernas de divertimento em Montes Claros – MG (1926-1957). 2018. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/biblioteca/defesa/720/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura brasileira. 2. ed. Companhia Editorial Nacional. São Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Bahia - Pará - Porto Alegre, 1944.

BAENINGER, Rosana. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012.

BARBALHO, Alexandre. O Outro Nordeste: Djacir Menezes e a sociologia do sertão. **Albuquerque: Revista de História**, v. 15, n. 30, jul. -dez. 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/378283520_O_outro_Nordeste. Acesso em: 23 fev. 2024.

BASSANEZI, Maria Silvia C. B. Imigração Internacional e Dinâmica Demográfica no Tempo do Café. *In*: TEIXEIRA, Paulo E.; BRAGA, Antonio M. C.; BAENINGER, Rosana (Orgs.). **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

BECHELLI, Ricardo Sequeira. **Metamorfoses na Interpretação do Brasil**: tensões no paradigma racial (Sílvia Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24072009-150811/publico/TESE_RICARDO_SEQUEIRA_BECHELLI.pdf. Acesso em: 2 fev. 2024.

BELARMINO Camila Almeida. **Diálogos para construir uma nação**: continuidades da questão nacional no pensamento social brasileiro nas páginas da revista de Imigração e Colonização. Dissertação de mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

https://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_camila-belarmino. Acesso em: 22 jan. 2025.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. Prefácio. *In*: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo Social, Eugenia, Racismo “Científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Revista Educar**, Curitiba, n. 12, p. 153-153. 1996. Edição da UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/sNH6RP4vvMk6wtPSZztNDyt/>. Acesso em: 20 maio 2023.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Tradição e modernidade na mira dos fotógrafos. *In*: BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BRIVIO, Gustavo do Rego Barros. **Representações sobre a prostituição feminina na obra de Jorge Amado**: um estudo estatístico. Salvador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/6279>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Tradução por Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica de Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARDOSO JÚNIOR, Edi de Freitas. **Experiência e poder na urbe em expansão**: “cultura política popular” em Montes Claros–MG entre 1930 e 1964. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; FILIPPI, Patrícia; LIMA, Solange Ferraz de. **Como tratar coleções de fotografias**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CELESTINO, Késia Tavares. **Entre Calíope e Clio**: a loucura sob a pena da Literatura e da História. Dissertação (Mestrado em Letras/Estudos Literários) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2011.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 2. morar, cozinhar. Trad. Ephraim F. Alves e Lucia Endlich Ort. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CICALO, André. Campos do pós-abolição: identidades laborais experiência “negra” entre os trabalhadores do café no Rio de Janeiro (1931-1964). **Revista Brasileira de História**, São

Paulo, v. 35, n. 69, p.101-130, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbh/a/Wg67CVZ6NmbJTJLzMvQLcwy/>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.

COSTA, João Batista de Almeida. Fronteira Regional em Brasil. El entre lugar de la identidade y de los territórios baianeiros em Minas Gerais. In: GARCIA, C.I (org.).

Fronteiras: territórios y. Metáforas Medell. Hombre Nuevo: Instituto de Estudios Regionales: Universidad de Antioquia, 2003, p. 161 - 176.

COSTA, Julio Cesar Zorzenon. Deslocamentos Populacionais no Primeiro Governo Vargas: Nacionalismo E Intervencionismo Estatal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 11.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS EMPRESAS, 12., 2014. 5. Vitória. **Anais...** Vitória/ES, 2015. Disponível em:

<https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/616>. Acesso em: 22 maio 2022.

COSTA, Rodrigo Gomes da. ‘Esses elementos que enfeiam a cidade: mendigos e vadios na Capital da República (Rio de Janeiro, 1956–1960). **Revista Temporalidades – Revista de História**, ISSN 1984-6150, edição 33, v. 12, n. 2, maio/ago. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/24088/20260>. Acesso em: 03 de junho de 2023.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 101-126, jan. jun. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/topoi/a/jkQ7K3v9WhjBKKdMmvs4kkz/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 01 set. 2021.

COSTA FILHO, Cícero João da. Raça e evolucionismo, as Ciências Sociais no Brasil: querela entre Sílvio Romero e Manoel Bonfim em torno da herança portuguesa na formação brasileira. **Intelligere, Revista de História Intelectual**, n. 6, dez. 2018.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaintelligere/article/view/140464>.

COSTA, Rozalina cássia de Andrade Ruas. **A territorialização do Bairro Morrinhos em Montes Claros:** o olhar e a voz dos moradores sobre sua história, memória e estigma.

Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2014. Disponível em;

<https://drive.google.com/file/d/1vYdMAqbh8jz4UdDMEPVm0Xg-7ih5Offb/view>. Acesso em: 22 março de 2024.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões:** campanha de Canudos. 37 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez.

2007.p. 258. Disponível em: <https://encurtador.com.br/aqr49>. Acesso em: 13 dez de 2021. P. 258.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (orgs). **A História Contada.** Capítulos de História Social da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

DALCASTAGNÈ, Regina. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura

brasileira contemporânea. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, DF, n. 31, p. 87-110, jan./jun. 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9620/1/ARTIGO_SilencioEstereotiposRelacoes.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

DEBASTIANI, Jesiane. **A Política imigratória do governo Vargas (1940-1945)**: teses, práticas e debates na Revista de Imigração e Colonização. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Assis, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/158267>. Acesso em: 20 jul. 2022.

DEZEMONE, Marcus. Impactos da era Vargas no mundo rural: leis, direitos e memória. **Perseu – História, Memória e Política**, São Paulo, v.1, n.1, p.177-205, 2007.

DEZEMONE, Marcus. Legislação social e apropriação camponesa: Vargas e os movimentos rurais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.21, n.42, p.220-240, jul.-dez. 2008.

DEZEMONE, Marcus. O tempo de Vargas e as lutas sociais no campo brasileiro. **Revista Convergência Crítica**, Rio de Janeiro, v.2, n.4, 2014.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIWAN, Píetra. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. 2. ed., 3. Reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

ESRELA, Ely Souza. **Os sampauleiros**: cotidiano e representações. São Paulo: Humanitas FFL/USP: Fapesp: Educ, 2003.

ESCUADERO, Camila. O Protagonismo de Mulheres Migrantes na Construção de Redes Sociais para o Fortalecimento Identitário: O caso das Brasileiras em Chicago (EUA). **REMHU, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 24, n. 48, p. 179-196, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852016000300179&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 abr. 2023.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Tradução de Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Ceíça. As mulheres de Jorge Amado: gênero e raça no filme e no livro Capitães da areia. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, SP, v. 22, n. 48, p. 151-168 | 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/44944564/As_mulheres_de_Jorge_Amado_g%C3%AAnero_e_ra%C3%A7a_no_filme_e_no_livro_Capit%C3%AAs_da_areia. Acesso em: 22 out. 2022.

FERREIRA, Gabriela Nunes. A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna. **Lua Nova**, n. 37, p. 229–247, 1996. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/4Ymxqzf3W57fCkXMMCwznxF/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

FERREIRA, Marieta de Moraes. FRANCO, Renato. **Aprendendo História: reflexão e ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2013.

FISCHER, Brodwyn. **Quase pretos dito pobres?** Race and Social Discrimination in Rio de Janeiro's Twentieth-Century Criminal Courts. *Latin American Research Review*, Vol. 39, No. 1, February 2004. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-research-review/article/quase-pretos-d-e-tao-pobres-race-and-social-discrimination-in-rio-de-janeiros-twentiethcentury-criminal-courts/B383E1046C321F04E65EA84469C6D17E>. Acesso em: 22 jul. 2022.

FLEURY, Maria Dóris Simões. **A boa raça europeia e branca: Representações do imigrante nas páginas da Revista de Imigração e Colonização (1940-1952)**. Dissertação (Mestrado História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11600/63622>. Acesso em: 22 jan. 2025.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade operária, migrações nordestinas e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945 – 1966)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. A Saúde da Criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**, v. 3, n. 2, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/wgjQGvVssSRyVwh95mJXNZR/>. Acesso em: 05 maio 2023.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 587-606, set./set. 2016.

FRANÇA, Iara Soares de. **A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais**. 2007. 283 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 15-42., 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/5WGW9qddWRkHSnkrckzLHrx/>. Acesso em: 19 out. 2022.

GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getúlio e o trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Construção do Homem Novo**. OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. Estado Novo: ideologia e poder. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

GOMES, Ângela de Castro. “Ideologia e trabalho no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulci (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. **O Estado Novo e o debate sobre o populismo no Brasil**. Sinais Sociais | Rio de Janeiro | v.9 n.25 | p. 9-37 | maio-ago. 2014. Disponível em: <https://encurtador.com.br/rsvSY>. Acesso em: 20 maio 2022.

GOMES, Flávio Gomes, PAIXÃO, Marcelo. Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 171-194, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/13231/10110>. Acesso em: 22 mar. 2022.

GOMES, Sueli de Castro. Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos. **Imaginário - USP**, v. 12, n. 13, p. 143-169, 2006.

GOIS, Sarah Campelo Cruz. **As linhas tortas da migração: estado e família nos deslocamentos para a Amazônia (1942-1944)**. 2013. 198f – Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2013.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2004, v. 47 n. 1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/B8QfF5wgK3gzDNdk55vFbnB/>. Acesso em: 02 out. 2022.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidade e mediações Culturais**. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende ... *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HOBBSAWM E. J. **Rebeldes primitivos**. Tradução de Nice Rissone. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

KERN, Jackelina Pinheiro Meira. Remeiros do São Francisco: expansão, comércio e costumes nos caminhos do rio. *In: Genius Loci - Lugares e Significados. Breves reflexões*, 2016, Porto/Portugal: Genius Loci. Porto: U. PORTO, 2016. v. 1. p. 173-173.

KOHL, Paulo Roberto. Tudo que você precisa saber sobre o marco temporal de terras indígenas. Portal da Aurum, 21 dez. 2022. Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/marco-temporal/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiro no Brasil (1941 – 1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

KOIFMAN, Fábio. **Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo**. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.104.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **Adolpho Gordo, senador da Primeira República: representação e sociedade**. 1987. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000719680>. Acesso em: 29 jan. 2024.

LEITE, Marcos Esdras. **Geotecnologias aplicadas ao mapeamento de uso do solo urbano e da dinâmica de favelas em cidades médias: o caso de Montes Claros/MG**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/kFxQjB>. Acesso em: 12 dez. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LESSA, Simone Narciso. **Trem de Ferro: do cosmopolitismo ao sertão**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

LIMA, Nísia Trindade. O Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde: uma história de três dimensões. In: FINKELMAN, Jacobo (Org.) **Caminhos da saúde pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

LINHARES Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos T. da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOBATO, Sidney. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo (USP) São Paulo, 2013, p. 25. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002428761>. Acesso em: 22 maio 2022.

MARINUCCI, Roberto. Feminização das Migrações? **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 15, n. 29, p. 5-22, set. 2007. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/55>. Acesso em: 29 out. 2022.

MACHADO, Jaqueline Simone de Almeida; CALEIRO, Regina Célia Lima. Desenvolvimento social, trabalho e exclusão dos “loucos improdutivos”. In: XAVIER, Elton Dias; SANTOS, Gilmar dos (Orgs.). **Desenvolvimento social em perspectiva**. Belo Horizonte: Sografe, 2009.

MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. A política imigratória brasileira nas décadas de 1930 e 1940 sob os prismas da fiscalização e controle. **Projeto História**, São Paulo, v. 81, pp. 6-33, Set.-Dez., 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/67763/46392>. Acesso em: 22 jan. 2025.

MARQUES, Leonardo. **Por aí e por muito longe: dívidas, migrações e os libertos de 1888**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

MARTINS, Daiane Dantas. **Um Flagelo no Sertão Baiano: cotidiano, migração e sobrevivência na seca de 1932 (vila de Canabrava do Gonçalo/Xique-Xique)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus - Bahia, 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/587984242/Um-Flagelo-No-Sertao-Baiano-Cotidiano-Migracao-e-Sobrevivencia-Na-Seca-de-1932-Vila-de-Canabrava-Do-Goncalo-xique-xique>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da República Velha**. São Paulo: Hucitec, 1992.

MARTINS, L. A revolução de 1930 e seu significado político. In: **A revolução de 30 – seminário internacional**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste**. 3 ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1995.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações e Mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio M. da Costa; BAENINGER, Rosana (Org.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed Graal, 1986.

MIRANDA, Gabriela Alves; HOCHMAN, Gilberto. Selecionar, cuidar e encaminhar: os médicos na Batalha da Borracha (1942-1944). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 16, n. 3, p. e20190152, 2021.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/s7FFvyd59mcTHMLpx5bZ6MB/>. Acesso em: 22 out. 2022.

MOLINARI, Augusta. As travessias das históricas imigrações italianas: entre fatos e narrativas. DOSSIÊ: “Movimentos migratórios no mundo Atlântico, séculos XIX e XX”. **História**, São Paulo, v. 36, p. e115, 2017. p. 2. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/his/a/Y6QGZPFfXnySNqgbyTMz75C/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MONTEIRO, Renata Felipe. Deslocados da seca” na Hospedaria Getúlio Vargas: experiências e trajetórias de migração para diversas paragens (Ceará, década de 1950). **Tempos Históricos**, n. 24, p. 18-35, 2020. DOI: 10.36449/rth.v24i1.25120.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flavio. **Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/J3vhFb6qggn99nCqHkzBY7m/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História**. Saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume, Dumará. Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. **Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)**. Revista Brasileira de História 15 (29), 93-12. Disponível em:

https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrEr1QsFKhkF7IHbDzz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1688765613/RO=10/RU=https%3a%2f%2fwww.anpuh.org%2frevistabrasileira%2fview%3fid_REVISTA_BRASILEIRA%3d14/RK=2/RS=l8RX8nivZvvhtGZ96SsMELVdFh0-. Acesso em: 22 maio 2021.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, v. 21, n. 40, p. 107-131, 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbh/a/5GNSQTXnMM7kTM3rr8B4TrM/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

NEVES, Frederico de Castro. Seca, pobreza e política: o que é politicamente correto para os pobres? **Trajetos - Revista de História da UFC**, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 186-201, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/28605>. Acesso em: 22 maio 2023.

NUNES, Sylvia da Silveira Nunes. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicologia**, USP, v. 17, n. 1, p. 89-98, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/kQXPLsM8KBkZYsBTnTGhvmj/>. Acesso em: 22 set. 2024.

OILIAM, José. **Indígenas de Minas Gerais**: aspectos sociais, políticos e etnológicos. Belo Horizonte: Tiradentes Biografias, 1965.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. de. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: OLIVEIRA, Luiz Antônio P. de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. de (Orgs.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PAIVA, Oldair da Cruz. **Caminhos cruzados**: migração e construção do Brasil moderno. Bauru, SP: EDSC, 2004. p. 117.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **Integração dos Migrantes Rurais no Mercado de Trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais**: a esperança de melhoria de vida. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

PEREIRA, Carolina de Almeida. **Do Haiti ao Brasil**: um Olhar Analítico sobre a Constante Reconstrução do Projeto Migratório dos Haitianos no Brasil. 2019. 184f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37940>. Acesso em: 22 out. 2022.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital**: o regionalismo político norte-mineiro. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 48.

PEREIRA, Laurindo Mékie (2008). Ensaio sobre a história de Montes Claros: do centenário à governança solidária. **Revista Verde Grande: Geografia E Interdisciplinaridade**, v. 1, n. 5, p. 96–108. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/6003>. Acesso em: 22 maio 2024.

PEREIRA, Pedro J. Fonseca. “A legião dos rejeitados”: trabalhadores migrantes retidos e marginalizados pela política de mão-de-obra em Montes Claros /MG, na década de 1930. **Revista Cantareira**, n. 34, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/44211>. Acesso em: 22 maio 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha nova história. **Nuevo Mundo** [En ligne], Débats, mis en ligne le 28 janvier 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560>. Acesso em: 22 maio 2022.

PEREZ, Elena Pájaro. “Proverbial Hospitalidade”? A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955). **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 85-98, jul/dez 1997. p. 85. Disponível em:

<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/254>. Acesso em: 27 out. 2024.

PONTE, Carlos Fidelis; KROPF, Simone Petraglia; LIMA, Nísia Trindade. O sanitarismo (re)descobre o Brasil. In: FIDÉLIS, Carlos; FALLEIROS, Ialê (Orgs.). **Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 82. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

QUEIROZ, Thaíla Guimarães de. As restrições imigratórias na Revista de Imigração e Colonização (1940-1945). **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, v. 3, n. 5 jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/reconcavo/article/view/1288>. Acesso em: 22 maio 2023.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Unicamp, 2013.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

RAGO, Margareth. Prefácio. In: ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2011. p. 13.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 74. ed. São Paulo: Record, 1998.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

RIBEIRO, Palmira Margarida Ribeiro da Costa. **Práticas de cura popular: uso de plantas medicinais e fitoterapia no Ponto de Cultura “Os Tesouros da Terra” e na Rede Fitovida na região serrana Lumiar/Rio de Janeiro (1970-2010)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014. Disponível em: https://ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertacao_palmira_ribeiro.pdf. Acesso em: 13 dez. 2022.

RIBEIRO, Núbia Braga. **Os povos indígenas e o Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24112009-160156/publico/NUBIA_BRAGA_RIBEIRO.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/FRCsRSBMxZHwc7mD63wSQcM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

RIOS, Kênia Sousa Rios. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915.** São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Elisdael Oliveira. **Cooperação e Confronto: um estudo sobre a cultura política trabalhista em Montes Claros/MG (1945-1964).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Montes, Montes Claros, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1jrVuJYh4mL_GHIlxh-LQpWyyJto4z42I/view. Acesso em: 22 mar. 2024.

SANTOS, Luciana da Silva; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. Donas de casa: classes diferentes, experiências desiguais. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol.23, n.2, p.137 – 149, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/CnqWZPMq4fv5SdfYbPBpHqF/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SANTOS, M. L. Revisitando Arthur Ramos: a cultura negra e o debate da educação e seu poder de correção e controle social na década de 1930. In: SILVA, E.O.C.; SANTOS, I.G.; ALBUQUERQUE, S.L., (Orgs.). **A história da educação em manuscritos, periódicos e compêndios do XIX e XX [on-line]**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/d2cmj/pdf/silva-9788575114834-07.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio H.M.; SILVA, Fernando Teixeira da; e FORTES, Alexandre (Orgs.). **Cultura de classe: identidade e diversidade na formação operariado.** Campinas: UNICAMP, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Trad. De Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1992. Disponível: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SILVA, Cristiane Maria da Costa, *et al.* **Educação em saúde: uma reflexão histórica de suas práticas.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/J4m8jxD5KNyDyzBsLKLpNvC/>. Acesso em: 20 maio 2023.

SILVA, Leonardo Ângelo Silva. A Classe Trabalhadora tem Cor: democracia racial e desenvolvimentismo em Volta Redonda (1946-1987). **NORUS**, v. 4, n.5, jan. - jul. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/sociologicos/article/view/3058>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SILVA, Luciano Pereira da. **Em nome da modernidade: uma educação multifacetada, uma cidade transmutada, um sujeito inventado (Montes Claros, 1889-1926).** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-92XNEC>. Acesso em: 22 mar. 2023.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional.** São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

SOIHET, Rachel; MARIA PEDRO, Joana. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, p. 281–300, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/QQh4kZdCDdnQZjv6rqJdWCc/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

SOUZA, Laura de Mello. **A Feitiçaria na Europa Moderna**. Ática: São Paulo, 1987.

SOPKO, Camila. **As relações de gênero e a divisão sexual do trabalho nas associações de catadores(as) da cidade de Ponta Grossa - PR**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2796>. Acesso em: 18 out. 2022.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, v. 12, n. 1, p. 69-100, maio de 2000. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ts/a/tDx8Rq3b6Y8H9qMpZkgR7C/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: out. 2024.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **As Idéias Eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras**. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 2012. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cqF46>. Acesso em 04 de abril de 2022.

STEPAN, NL. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., (Orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

TESSARI, Cláudia Alessandra; COSTA, Julio Cesar Zorzenon. Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 2 (66), p. 513-540, maio-agosto de 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: THOMPSON, E.P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária Inglesa III: A força dos trabalhadores**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

TORRES, Iraídes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relação de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

VALE, Ana Lia Farias; LIMA, Luís Cruz; BONFIM, Maria Geovaní. Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. **Textos e Debates**, [S. l.], v. 1, n. 7, 2012. DOI: 10.18227/2317-1448ted.v1i7.1027.

VELOSO, Cândida Maria dos Santos. **A política dos outros: pobreza em Montes Claros (1960-1980)**. 2002. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço. Raça e cultura na passagem da Monarquia à República. *In*: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000.

VIANNA, Oliveira (Resp.). **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 424 p. (Edições do Senado Federal, v. 27). Disponível: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1108>. Acesso em: 2 fev. 2024.

VILAÇA, Marcos Vinicius. **Sobre a sociologia do caminhão**. 2. ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1969.

WEINSTEIN, Barbara. **A cor da modernidade: a branquitude e a formação da identidade paulista**. Tradução de Ana Fiorini. São Paulo: Edusp, 2022.

WELCH, Clifford Andrew. **Rural Labor and the Brazilian Revolution in São Paulo, 1930-1964**. Tese (Doutorado em História) – Duke University, Durham, NC, 1990.

WELCH, Clifford Andrew. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**, v. 36, n. 71, p. 81-105, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Rq5WFdq66thgrvPMwvvqJd/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

WOORTMANN, Klaas. Migrações familiares e campesinato (1990). *In*: WELCH, Clifford Andrew, *et al.* (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.